



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**DINÂMICA TERRITORIAL NO DISTRITO FEDERAL:
os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita**

Cláudio Humberto Moura Filho
Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília, Distrito Federal
Julho de 2016



Cláudio Humberto Moura Filho

**DINÂMICA TERRITORIAL NO DISTRITO FEDERAL:
os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – GEA/UnB

Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade (Membro Externo) – CMB/DF

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Membro Interno) – GEA/UnB

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra (Membro Interno) – GEA/UnB

Brasília, Distrito Federal
Aprovado em 05 de Julho de 2016

Meus profundos agradecimentos...

A Deus, pela grande força que me dá e por sempre me acompanhar e guiar, sobretudo nos momentos mais difíceis;

Às Professoras Amélia Damiani e Marília Peluso, pelas importantes contribuições, ensinamentos e orientações que me foram dados no momento da qualificação do projeto;

Aos meus pais, Cláudio e Lúcia, e ao meu irmão, Tiago, por todo o amor e pelos eternos laços que nos unem como família. Sem o apoio e a presença de vocês seria impossível realizar as conquistas da minha vida;

À toda minha família, pelos momentos de confraternização e pelos grandes exemplos de vida;

Aos meus amigos e colegas de trabalho, pelo companheirismo na dura batalha cotidiana e nos desafios que envolvem o “ser professor”;

À todos os amigos, professores, colegas, informantes e entrevistados que, direta ou indiretamente, contribuíram com este trabalho;

E, finalmente, à Samara, minha namorada, por todo amor, carinho e companheirismo. Sinto-me imensamente feliz por sua chegada à minha vida;

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APAGCV – Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado

ARR – Área Rural Remanescente

ASPROESTE – Associação dos Produtores Rurais do Lago Oeste

CAUB – Combinado Agroubano

CASJ – Colônia Agrícola São João

CEASA – Central de Abastecimento do Distrito Federal

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

DTA – Departamento de Terras e Agricultura

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

EPIA – Estrada Parque de Indústrias e Abastecimento

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitscheck

NHVB – Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita

NRLO – Núcleo Rural Lago Oeste

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PAD/DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal

PDAD – Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

RA – Região Administrativa

SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

USER – Unidade Socioeconômica Rural

ZOHOFA – Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território

ZOHIFA – Zona Híbrida Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território

ZOHIRE – Zona Híbrida Resultante da Fragmentação Articulada do Território

ZHA – Zona Híbrida com Predomínio de Usos Agrícolas

ZHP – Zona Híbrida Parcialmente Incorporada

ZHU – Zona Híbrida com Predomínio de Residências Urbanas

ZPM – Zona de Proteção de Manancial

ZRUC – Zona Rural de Uso Controlado

ZRUD – Zona Rural de Uso Diversificado

LISTA DE IMAGENS

FIGURA	LEGENDA	PÁGINA
1	O Núcleo Rural Lago Oeste no Distrito Federal – 2016	26
2	O Núcleo Rural Lago Oeste – 2016	26
3	DF-001: Acesso ao Lago Oeste	27
4	Rua 3 – Vargem Bonita	31
5	O Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita no DF – 2016	32
6	Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita	32
7	A Vargem Bonita e o Lago Oeste no Distrito Federal	33
8	Welwyn Garden City	66
9	Setor de Mansões Park Way, Quadra 26	67
10	<i>The Three Magnets</i>	77
11	Esquema simplificado da Cidade-Jardim	78
12	Esquema simplificado da Cidade Social	80
13	Fazendas situadas no quadrilátero do Distrito Federal	100
14	Situação geral das terras no Distrito Federal – 1969	105
15	Núcleos Rurais e PICAG – 1969	116
16	Área rural ocupada – 1984	117
17	Zoneamento do Distrito Federal – PDOT 2009	124
18	Bar e mercearia no Lago Oeste	135
19	Homens em lavoura de subsistência	136
20	Capela São José Operário	138
21	Casas comerciais na Agrovila do Lago Oeste	139
22	Colônia Agrícola São João e Lago Oeste	141
23	Planta do Lago Oeste e antigas fazendas locais	143
24	Zonas do Núcleo Rural Lago Oeste e extrato	152
25	Chácara visitada na Vargem Bonita	154
26	Arruamento de cômodos para aluguel	155
27	Sobrado na área agrícola da Vargem Bonita	156
28	Casas comerciais na Vargem Bonita	159
29	Planta da Vargem Bonita	161
30	Produção hortícola na Vargem Bonita	164
31	Casas às margens da Represa do Ribeirão do Gama	165
32	Lote urbano parcelado na Vargem Bonita	167
33	Residências na área agrícola da Vargem Bonita	169
34	Chácara inteiramente parcelada para uso residencial	170
35	Residências na área agrícola da Vargem Bonita	170
36	Usos territoriais na Vargem Bonita	171
37	Ocupações irregulares e Usos territoriais na Vargem Bonita	172
38	Centro de Ensino Professor Carlos Mota	186
39	Entrada da chácara Vista Linda (Crisálida)	187
40	Placas	187
41	Rua do Lago Oeste	190
42	Adolescente vendendo mexericas	194
43	Bar e mercearia no Lago Oeste	196
44	Mercearia no Lago Oeste	198

45	Igreja Nossa Senhora Mãe dos Imigrantes	198
46	Bares na Vargem Bonita	205
47	Bar na Rua 2 da Área Agrícola da Vargem Bonita	206
48	Mercearia da Entrevistada 10	208

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
O Núcleo Rural Lago Oeste: uma apresentação	27
O Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita: uma apresentação	31
Justificativa do recorte empírico	36
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	38
Apontamentos teóricos sobre campo e cidade, rural e urbano	39
Considerações sobre o cotidiano como categoria analítica	56

CAPÍTULO 1: POR UM RESGATE DOS SUBÚRBIOS COMO RECORTES ANALÍTICOS DOS TECIDOS URBANOS

1.1. Sobre a acepção de "subúrbios": um resgate conceitual	62
1.2. Particularidades dos subúrbios no Brasil	70
1.3. Habitar e habitat: a massificação dos subúrbios e a fragmentação dos tecidos urbanos	73
1.4. Por uma síntese suburbana: posições e controvérsias na compreensão dos subúrbios	78
1.4.1. Subúrbios e Cidades-Jardins.....	79
1.4.2. Subúrbios e periferias.....	85
1.4.3. Os fundamentos para uma compreensão dos subúrbios.....	87

CAPÍTULO 2: A DINÂMICA DO TERRITÓRIO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA REGIÃO DE BRASÍLIA

2.1. Notas sobre o processo histórico das relações campo-cidade no território pretérito do Distrito Federal	94
2.2. A estruturação do campo nos primórdios de Brasília	104
2.2.1. Da constituição do território do Distrito Federal e o <i>status</i> das terras agrícolas.....	106
2.2.2. A organização das terras rurais no novo Distrito Federal.....	116
2.2.3. O Plano de Abastecimento de Brasília.....	120
2.2.4. A gestão das terras rurais do Distrito Federal na atualidade.....	122
2.2.5. Características gerais do campo no Distrito Federal: produção e multifuncionalização.	127

CAPÍTULO 3: VARGEM BONITA E LAGO OESTE: CARACTERÍSTICAS, USOS E OCUPAÇÕES TERRITORIAIS

3.1. Por que subúrbios em Brasília?	133
3.2. O Núcleo Rural Lago Oeste (NRLO)	137
3.2.1. Trajetórias no Lago Oeste: paisagem, sujeitos e morfologias sócioespaciais.....	137
3.2.2. Características gerais.....	144
3.3. O Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita (NHVB)	156
3.3.1. Trajetórias na Vargem Bonita: paisagem, sujeitos e morfologias sócioespaciais.....	156
3.3.2. Características gerais.....	162
3.3.3. Uso e Ocupação na Vargem Bonita: questões e problemas atuais.....	169
3.4. Lago Oeste e Vargem Bonita: um paralelo	179

CAPÍTULO 4: BREVES APONTAMENTOS SOBRE O COTIDIANO DOS SUBÚRBIOS NO LAGO OESTE E NA VARGEM BONITA

4.1. Alguns esclarecimentos	185
4.2. Fragmentos do cotidiano dos habitantes do Lago Oeste	188
4.3. Fragmentos do cotidiano dos habitantes da Vargem Bonita.....	204
4.4. Um paralelo sobre os fragmentos da vida cotidiana no Lago Oeste e na Vargem Bonita..	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
BIBLIOGRAFIA.....	224
ANEXO (ROTEIRO DE ENTREVISTAS).....	232

INTRODUÇÃO

Originalmente idealizada por Lúcio Costa como uma cidade cuja expansão populacional apenas se faria quando alcançada a cota de 500.000 habitantes no Plano Piloto – o que inicialmente se esperava para a década de 2000 –, Brasília exibiu dinâmicas sócioespaciais que, antes mesmo de sua inauguração, comprovaram a fragilidade dessa prospectiva. Ao analisarmos dados dos Censos Experimentais e Oficiais do IBGE¹, notamos que, em 1956, ano de início da construção da Nova Capital, foram contabilizados cerca de 6.000 habitantes no Distrito Federal. Pouco menos de quatro anos mais tarde, no ano de inauguração da cidade, o Instituto contabilizou 140.164 habitantes, sendo que a população em seu território atingiu a soma de 537.492 habitantes já no Censo de 1970, demonstrando um rápido e vultoso crescimento demográfico. Nas décadas subsequentes, o crescimento populacional, apesar de ter sua velocidade reduzida ano após ano, não deixou de mostrar-se expressivo; não é por um acaso que, ao final de 2015, o IBGE contabilizou cerca de 2.914.830 habitantes no DF.

Apesar desse expressivo incremento populacional, o Plano Piloto, compreendido atualmente, em termos administrativos, como Região Administrativa I (Brasília)², contabiliza apenas 221.223 habitantes, segundo dados da PDAD 2014. Concomitantemente, do montante populacional do DF cerca de apenas 128.146³ habitantes enquadram-se como população rural, considerando, nesse caso, os indivíduos e suas respectivas famílias que vivem de rendas auferidas no setor agropecuário ou mesmo nas variantes rurais do setor terciário, como veremos mais adiante. A título de primeira aproximação, é possível constatar desses números que cerca de 95,6% da população do Distrito Federal é caracterizada como urbana, em termos de habitação e trabalho. Ao mesmo tempo, dessa população, apenas 7,9% reside na área abrangida pelo Plano Piloto, o que nos permite inferir que pelo menos 87,7% da população urbana do DF concentra-se nas cidades-satélites ou núcleos

¹ Dados disponíveis em Demografia em Foco: evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal (1959 -2010). Brasília: CODEPLAN, 2011.

² “A RA Brasília é composta pela Asa Norte, Asa Sul, Estação Rodoviária, Setores de Oficinas, Armazenagem e Abastecimento, Indústrias Gráficas, Embaixadas Norte e Sul, Militar Urbano, Clubes, entre outros; Parque Sarah Kubitschek (Parque da Cidade); Área de Camping; Eixo Monumental; Esplanada dos Ministérios e as Vilas: Planalto, Telebrasília e Weslian Roriz.” (PDAD 2014)

³ Número aproximado e apenas ilustrativo, constatado a partir de uma simples comparação entre a população absoluta dada pelo IBGE (2.914.830) em 2015 e a população urbana dada pela CODEPLAN (2.786.684) em 2014.

periféricos, o que aponta para uma dinâmica de urbanização cuja expansão se deu de maneira horizontalizada e inversa aos padrões habituais. Em Brasília, não é o centro a região intraurbana com maior densidade populacional, ainda que 42,57% (477.125)⁴ dos postos de trabalho estejam ali disponíveis. Além disso, notável também é a grande concentração de serviços e equipamentos públicos de consumo, lazer e demandas básicas no Plano Piloto.

Tais disparidades entre concentração populacional e disponibilidade de postos de trabalho e oferta de serviços corroboram, historicamente, para a constituição de uma Brasília metropolitana extremamente fragmentada. Longe de serem apenas meras especificidades da dinâmica territorial da metrópole brasiliense, a fragmentação do seu tecido urbano, associada à seletividade espacial, são consequências diretas do jogo de forças que envolve as ações dos incorporadores imobiliários e do Poder Público sobre o território. Sob a égide da defesa e da preservação do Plano Piloto de Brasília, o Estado, ao longo da consolidação da Capital, limitou o adensamento da área central, inclusive, como aponta Antonio Carlos Carpintero, reduzindo em mais de 20% a oferta de unidades habitacionais nas superquadras⁵ ainda nos projetos preliminares de construção. Tal ação redundou em uma sobrevalorização dos imóveis, ao mesmo tempo em que favoreceu uma ocupação mais extensiva do centro. Acentuam essas medidas a rigidez a as limitações de tipos de uso e ocupação da terra no Plano Piloto.

Dado o rápido e volumoso incremento vegetativo da capital ainda em obras, a solução do Estado para o problema da moradia dos mais pobres se fez com a exclusão desses do perímetro central planejado e valorizado, com o surgimento precoce dos primeiros núcleos periféricos (cidades-satélites) distantes – mas ao redor – do Plano Piloto (FERREIRA, 2010). Expandia-se a Nova Capital de forma prematura, horizontal, dispersa, segregatória e de maneira extensiva, características essas que se reafirmaram ao longo dos anos e que marcam o padrão urbano de Brasília e suas dinâmicas territoriais (JATOBÁ, 2010).

A dispersão da mancha urbana, regida por uma lógica segregacionista de seletividade e fragmentação territoriais, obedeceu a um padrão que Aldo Paviani na

⁴ FONTE: PDAD (2013-2014), CODEPLAN.

⁵ Antônio Carpintero, em debate no âmbito da disciplina “Brasília: questões de urbanização e história”, cursada em 2014 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, durante a implementação do Plano Piloto Segundo, a capacidade habitacional das superquadras foi reduzida pela Novacap em cerca de 20%. Com esse decréscimo na oferta de unidades residenciais, evidenciou-se uma tendência à sobrevalorização imobiliária dos imóveis nessa região.

década de 1980 denominou de “polinucleamento”⁶, estratégia essa calcada em uma desconcentração residencial e em uma reiteração da concentração das funções econômicas no centro planejado. Nesse contexto, a manipulação do comércio e dos valores da terra urbana pelo Estado e por empreendedores imobiliários redundou na sobrevalorização das terras do Plano Piloto e adjacências; destarte, a necessidade de moradia por parte das camadas sociais de menor renda somente encontrou refúgio nas precárias e desprovidas periferias da cidade (PAVIANI, 1989, p. 59). Assim, disseminaram-se as cidades-satélites ao redor do Plano Piloto, cuja dependência funcional a ele reduziu-as, em seus primeiros momentos, à condição de meros núcleos dormitórios (PAVIANI, 1989, p. 60). Ressalta-se, portanto, que a metropolização Brasília fundamenta-se sob a lógica da divisão social e territorial do trabalho, o que redundou na conformação de uma estrutura urbana com periferias polinucleadas orbitando entorno do centro planejado. Acerca desses aspectos, salienta Paviani:

“Em Brasília a realidade distancia-se do projeto, impulsionada pelos mecanismos próprios do mercado imobiliário: a cidade que deveria ser igualitária segregou os destituídos antes mesmo de inaugurada; a cidade que, na prancheta, nasceu unitária e fechada abriu-se, pulverizando-se em inúmeras cidade satélites e núcleos dormitórios da periferia, para além dos limites do Distrito Federal, adentrando o Estado de Goiás” (PAVIANI, 1989, p. 64).

Considerando as especificidades da morfologia do tecido urbano brasiliense apresentadas até o momento, mostra-se como uma consonância entre os autores referenciados ao longo deste trabalho que Brasília, a despeito de todo o processo de planejamento que a formalizou, não escapou dos processos de expansão característicos das metrópoles do terceiro mundo. Periferização, segregação e seletividade territoriais, vultuoso incremento demográfico proveniente de migrações rural-urbanas, fragmentação da cidade em setores funcionalizados, irregularidade fundiária, monopólios imobiliários e uma expansão desordenada e desprovida de uma distribuição proporcional de equipamentos coletivos são marcas da urbanização

⁶ Originalmente, a ideia de se limitar a expansão horizontal e desenfreada de um núcleo urbano a partir da formação de um Cinturão Verde Agrícola ao seu redor, adveio da concepção das Cidades Jardins, de Ebenezer Howard. Essas cidades conceituais, cuja abordagem trataremos no Capítulo 1, teriam sua expansão realizada por meio da constituição de novos nucleamentos urbanos além do Cinturão Verde, o que resultaria na formação de uma área urbana maior – a Cidade Social – com mancha urbana descontínua e composta por vários núcleos independentes mas correlacionados.

terceiro-mundista que o planejamento “moderno” não conseguiu superar na Nova Capital Federal.

Tal conformação urbana não resultou apenas de dinâmicas concernentes ao mercado imobiliário e à população. Em Brasília, uma das principais marcas de sua urbanização é a forte presença do Estado na organização do território, o qual agregou as funções de planejador, promotor, gestor, construtor, desapropriador e financiador do processo, sempre em coadunância aos anseios dos agentes imobiliários e ignorando as estruturas territoriais pré-existentes na região. (MEDEIROS e CAMPOS, 2010).

Acerca desse aspecto, Farret (1985) afirma que a construção de Brasília constituiu-se em um passo lógico dentro do processo de acumulação do capital industrial brasileiro, o qual impôs ao território nacional uma divisão sócioespacial do trabalho que fomentava suas razões e propósitos. Destarte, continua o autor afirmando que *Brasília é resultado de uma ação direta do Estado sobre o território* com intuito de eliminar os obstáculos à plena integração do espaço nacional, concebendo-a como uma ponta-de-lança do Sudeste industrializado para o Centro-Oeste a se desenvolver, trazendo à essa região a expansão da fronteira agrícola do país. Emerge, nesse contexto, o Estado como demiurgo da sociedade brasileira, impingindo um modelo de desenvolvimento econômico pautado em investimentos públicos em obras de infraestrutura, premissa ao desenvolvimento da acumulação capitalista no país (COSTA; STEINKE, 2014). Estes mesmos autores afirmam que a construção de Brasília é compreendida como um esforço “[...] pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional, pela angariação de capital externo e a formação de um mercado interno, pela substituição de importações, somada à difusão do modo de vida tipicamente urbano na hinterlândia”. Tais prerrogativas mostravam-se primordiais naquele momento, tendo em vista que lógica que regia o desenvolvimento econômico do Brasil calcava-se na economia de mercado – com a exportação de gêneros agrícolas – e na urbanização do território como forma de criar e/ou ampliar o mercado interno (FERREIRA, 2010, p. 46).

Considerando tais propósitos e objetivos, Farret (1985) afirma que a Nova Capital viabilizou o Plano de Metas de JK a partir da incorporação de “novos” territórios ao processo econômico do país. Concomitantemente, como um empreendimento imobiliário de tal monta, Brasília favoreceu tanto o desenvolvimento da indústria da construção civil – promovendo o crescimento da demanda e da

especulação imobiliária no DF e nos municípios limítrofes – quanto da indústria automobilística, dados os vultuosos investimentos na malha rodoviária nacional, que tinha a capital como epicentro (FARRET, 1985, p. 36).

Do ponto de vista simbólico, Brasília constituiu-se em uma expressão material do poder do Estado brasileiro com vistas ao controle e à articulação do território nacional (COSTA; STEINKE, 2014). Contudo, longe de representar um real movimento rumo ao desenvolvimento social do país – cerne do discurso modernista que a legitimou –, Brasília não eliminou, mas sim reiterou, as desigualdades características do nosso território, derivadas da acumulação capitalista vigente. Nesse ensejo, a perspectiva da “modernização” deve ser compreendida como um processo contraditório que se desenvolve desigualmente no território sob os auspícios e pelo fomento do capital privado (COSTA; STEINKE, 2014, p. 8).

A contradição fundamental do discurso modernista empregado como justificativa ideológica para a construção da Capital, aliada à concepção elitista que a sintetizava como símbolo de um Estado que trabalhava – e que trabalha – pelo crescimento da acumulação capitalista e não pelo desenvolvimento social, encontrou na urbanização interna de Brasília sua materialização. Assim, a cidade que nasceu para ser “moderna” e romper com um passado tido como retrógrado, apenas asseverou as contradições já vigentes da urbanização desigual e fragmentária das demais cidades brasileiras (ANJOS, 2008, p. 28).

Destarte, a ação totalizante do Estado em escala nacional, materializou-se no Distrito Federal a partir do forte dirigismo por ele empregado no processo de organização do território da nova Unidade da Federação. Verifica-se, portanto, que a ação desse organismo hegemônico ora estimula ora freia iniciativas que ampliam ou causam impactos sobre toda a estrutura sócioespacial da cidade (PAVIANI, 1989). Agiu e age o Estado como regulador do mercado imobiliário de Brasília a partir do monopólio da propriedade das terras urbanas – e, em parte, das rurais –; organiza o território sob uma lógica segregatória, “[...] incrementando a ruptura entre a classe dominante do Plano Piloto e a massa empobrecida que habita as periferias, privilegiando e hierarquizando o tecido urbano de Brasília” (PAVIANI, 1989, p. 56).

Em meio à dinâmica do mercado imobiliário do DF, Paviani (1989) observa que as terras de propriedade do Estado são repassadas ao setor privado, por meio de licitações da empresa estatal TERRACAP, e o monopólio da terra transita entre a propriedade pública e a propriedade privada de empreendedores imobiliários, ao

mesmo tempo em que a população periférica é alijada desse movimento. Dada essa realidade, balizada pela necessidade em promover uma valorização especulativa das terras urbanas, observamos um quadro em que o território é organizado de maneira estratificada, composto por áreas que abrigam estratos populacionais em conformidade às suas distintas possibilidades financeiras de habitar a cidade, seja por meio de aluguéis ou mesmo pela possibilidade de aquisição do imóvel.

A partir dessa breve narrativa sobre a metropolização de Brasília, é possível identificar alguns momentos e dinâmicas territoriais basilares desse processo. Inicialmente, observamos uma forte e preponderante ação do Estado na organização do território, atuando como força maior do mercado de terras e garantindo a preservação do Plano Piloto a partir da estratégia do polinucleamento da Capital, configurando espaços de segregação – centro e periferias (MEDEIROS e CAMPOS, 2010). Posteriormente, o crescimento demográfico por correntes migratórias persistentes, aliado a um incremento do crescimento vegetativo – dinâmicas essas de maior monta entre a população de menor renda – favoreceu um aprofundamento da segregação sócioespacial, com o adensamento e a expansão das cidades-satélites (PAVIANI, 2010; MEDEIROS e CAMPOS, 2010). Nessa etapa, reforçou-se a urbanização polinucleada da Capital. A partir da década de 1980, observamos a efetiva metropolização de Brasília, com o espraiamento de sua mancha urbana para além dos limites do Distrito Federal, formando conurbações importantes em vários eixos de expansão.⁷

Analisando essas postulações, observamos que a metrópole brasiliense se expande a partir de uma constante transferência de população para locais cada vez mais distantes do Plano Piloto (PAVIANI, 2010). Ao mesmo tempo, o centro planejado e tombado mantém-se como área de maior concentração de equipamentos públicos e oferta de empregos, reiterando a dependência funcional das periferias e subúrbios da cidade para com ele. A necessidade de realizar grandes deslocamentos torna-se, portanto, uma demanda primordial do cotidiano na

⁷ Em Dinâmica Territorial, Anjos (2008, p.64-65) aponta cinco eixos de expansão da mancha urbana de Brasília a partir do Plano Piloto. São eles: 1) Eixo Sobradinho-Planaltina-Fercal-Lago Oeste, o qual pressiona áreas de concentração de nascentes e o Parque Nacional de Brasília; 2) Eixo Taguatinga-Ceilândia-Brazlândia, que se consolidou a partir da conversão de áreas agrícolas em áreas urbanas; 3) Eixo Taguatinga-Samambaia-Santo Antônio do Descoberto; 4) Eixo Gama-Entorno Sul-Luziânia, maior e mais importantes eixo de expansão da Capital, que engloba o DF e mais 4 municípios goianos; e 5) Eixo Leste-Vale do São Bartolomeu, cuja expansão se dá a partir de loteamentos clandestinos de classe média, os denominados “condomínios”, e da expansão de São Sebastião.

metrópole fragmentada, fruto da segmentação forçada do território pelo Estado. Nesse contexto, três tipos de segregação urbana são observadas em Brasília, tal como aponta Costa (2011) ao analisar o caso das cidades brasileiras:

- a) a “oposição centro valorizado–periferia precarizada, em simultânea dependência”;
- b) a “separação crescente entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e zonas de moradias populares, mutuamente correlacionadas”;
- c) o “esfacelamento generalizado das funções urbanas, disseminadas em zonas geograficamente diferentes e cada vez mais especializadas (zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradias, zona terciária de financeiras, etc.). Isso representa a consequência espacial do modelo modernista de fragmentação funcional”. Cabe, contudo, salientar nesse item que “apesar do zoneamento e com o zoneamento, novas centralidades emergem como resistência ou busca de soluções à fragmentação que redundam no distanciamento das áreas centrais urbanas”.

Ademais, a dinâmica territorial do tecido urbano de Brasília é notavelmente resultante de uma grande pressão sobre o setor da habitação, o que redundou na expansão horizontalizada, desordenada e polinucleada da cidade (PAVIANI, 1985). Conforme aponta esse mesmo autor, a velocidade da urbanização da Capital ocasionou a conformação de uma mancha urbana que se consolidou por meio de favelas e de loteamentos clandestinos em áreas de preservação ambiental e ainda em sítios e fazendas dentro e fora do DF. Destarte, a seletividade econômica impingida sob o território pelos agentes do mercado, com destaque para o próprio Estado, operou como uma força centrífuga que, já na década de 1970, fez surgir uma onda de povoamento tipicamente urbano em áreas antes destinadas à agricultura – os Núcleos Rurais e as Colônias Agrícolas (FERREIRA e PAVIANI, 1972; PAVIANI, 1985, p.111).

As questões relacionadas à expansão da cidade sob áreas rurais são acentuadas por diversos autores mencionados ao longo desse trabalho. Medeiros e Campos (2010), por exemplo, salientam que, mais recentemente, é possível observar uma paulatina alteração da estrutura polinucleada da cidade para uma

estrutura conurbada, conferindo ênfase à importância que os condomínios irregulares – de baixa e alta rendas – possuem na expansão e no adensamento da metrópole brasiliense. Emergem, nesse contexto, questões relacionadas à expansão de usos urbanos do território sobre áreas originalmente destinadas a usos agrícolas, com suas respectivas consequências à gestão territorial e à população, como um todo.

Por sua vez, Jatobá (2010, p. 308) salienta que a estrutura polinucleada da Capital, caracterizada por uma ocupação extensiva do território e pela permanência de grandes “áreas vazias” em meio aos núcleos urbanos, cria condições para a continuidade da expansão horizontalizada da cidade. Dada essa configuração do tecido urbano de Brasília, que combina disponibilidade de áreas para expansão e potencial de adensamento de áreas já consolidadas, esse mesmo autor também aponta para uma tendência do polinucleamento ser progressivamente substituído pelo adensamento das áreas já construídas, o que configuraria um quadro de conurbação entre os núcleos dispersos da Capital. De qualquer modo, a dispersão dos condomínios irregulares a partir de parcelamentos clandestinos de terras rurais, atualmente corrobora para a expansão da ocupação do território, seja por adensamento ou por crescimento. Redunda dessa dinâmica uma redução cada vez maior, a cada plano diretor, da zona rural, já bastante descaracterizada pelo expressivo aumento de uso residencial em meio a usos rurais da terra (JATOBÁ, 2010, p. 314).

Por sua vez, Gonzales (2010) demonstra preocupação com a expansão da mancha urbana de Brasília sob um quadro de irregularidade fundiária, dada a ingerência do Poder Público sobre o processo. Nesse contexto, a autora salienta que essa expansão se dá a partir de uma progressiva tomada das áreas rurais-agrícolas e de sensibilidade ambiental por áreas de uso residencial praticamente desprovidas de equipamentos públicos e de consumo coletivo. Configuram-se, portanto, extensas áreas ocupadas por condomínios e loteamentos irregulares destinados unicamente à função residencial, reforçando a fragmentação do tecido urbano brasiliense e a dependência dessas áreas em relação ao centro polarizador.

Abordando mais especificamente a questão dos condomínios do DF, Moura (2010) destaca a importância dessas morfologias espaciais dentro da dinâmica territorial de Brasília, a qual é marcada por uma voraz expansão urbana que se fundamenta sob a clandestinidade, a fragmentação do território e dos cotidianos

individuais e as crescentes disputas pela ocupação territorial entre usos rurais e urbanos. Para a autora, o termo “condomínio” surgiu, afinal, para designar loteamentos clandestinos resultantes da subdivisão de glebas rurais para o abrigo de residências tipicamente urbanas, dado o uso do território por indivíduos cuja vinculação funcional ou laboral se dá com o centro urbano. Amplia-se, portanto, a acepção do termo, tendo em vista que, atualmente, seu emprego não mais possui um conteúdo exclusivo de classe – como originalmente era empregado para designar loteamentos de classe média/alta. Destarte, a autora salienta que a organização de condomínios, tendo como princípio a ocupação e o parcelamento de terras rurais de modo irregular, constitui-se em uma forma viável de acesso à “casa própria”, com a formação de patrimônios familiares, independentemente da classe social dos indivíduos (MOURA, 2010, p. 294). Tal processo origina-se a partir da seletividade espacial característica da dinâmica territorial da Capital, como já indicamos por meio de Ferreira (1985, 2010) e Paviani (1985, 2010).

Dado esse quadro de conflitos entre usos rurais e urbanos originado de uma crescente demanda do setor habitacional no DF, Medeiros e Campos (2010) observam que três lógicas espaciais determinam a dinâmica urbana de Brasília: a) a lógica do mercado imobiliário, que preza pela incorporação de terras e pela segmentação do território para o mercado; b) a lógica do Estado, coordenador e mediador da dinâmica, que atua em coadunância ao mercado imobiliário, como já vimos; e c) a lógica da necessidade, que fundamenta-se na demanda primordial de se ter um lugar para morar. A partir de Abramo (2002), esses autores afirmam que, a lógica da necessidade não requer, obrigatoriamente, capital político ou econômico, o que pressupõe a motivação e a instrumentalização de grupos que desenvolvem ações para ter acesso à terra e, por consequência, à casa própria (MEDEIROS e CAMPOS, 2010, p. 143). Com especificidades à parte, observamos que, no caso de Brasília, atuam na dinâmica territorial as três lógicas colocadas pelos autores, como práticas resultantes de uma demanda populacional, associada à uma oportunidade de mercado e à detenção de estoques de terras por parte do Estado.

No caso do Distrito Federal, os parcelamentos irregulares de terras rurais constituem-se um conjunto de práticas consuetudinárias que movem a dinâmica da expansão urbana da Capital e acentua os conflitos sobre os usos urbanos e rurais do território, questão cerne no âmbito deste trabalho. Paviani (1995, 2010), denomina tal prática de “política do fato consumado”, a qual se traduz nas ações

irreversíveis que originam os condomínios e loteamentos irregulares nas periferias e subúrbios de Brasília à revelia de qualquer planejamento territorial. Tendo em vista a constituição dessas morfologias urbanas com o objetivo único de solucionar o problema da moradia, agrava-se a questão da fragmentação do tecido urbano da capital, como asseveramos posteriormente com Gonzales (2010).

Em suma, ao constituir-se historicamente como uma metrópole polinucleada, com grandes espaços não ocupados em meio ao tecido urbano, Brasília singularizou-se ante as demais metrópoles, as quais se constituíram a partir da conurbação de bairros, subúrbios e municípios vizinhos (PAVIANI, 1989, p. 66). A despeito das escusas ambientais, comumente utilizadas como justificativa para o polinucleamento planejado da Capital⁸, a lógica que de fato baliza esse processo é a geopolítica, pois

“[...] ao fragmentar-se a cidade, desencorajam-se as pressões populares, reitera-se a ideologia da casa própria entre os indivíduos – alimentando o mercado imobiliário, criando demandas e ofertas inclusive entre as classes mais desfavorecidas, exalta-se a beleza do bairro administrativo, tomba-se o patrimônio arquitetônico e valoriza-se os símbolos ideológicos de poder e ostentação da cidade, empurrando os “problemas sociais” para bem longe. (PAVIANI, 1989, p. 48).

Seja como for, a metropolização recente da Capital é marcada pela implosão de seu centro e pela explosão de seu tecido urbano, produzindo uma cidade territorialmente fragmentada e fragmentária. Nesse processo, as áreas rurais são tomadas de assalto pela urbanização, não se perdendo completamente em vários casos, mas assumindo novas funções, formas e conteúdos. Da “unifuncionalidade” agrícola idealizada para as terras rurais de acordo com o Plano de Abastecimento de Brasília, observamos, ao longo dos anos, a constituição de “multifuncionalidades” rurais, com a diversificação dos usos territoriais a partir da expansão urbana sobre áreas originalmente agrícolas. Configuram-se, destarte, os subúrbios, ora resultados de requalificações do campo para além de sua instância agrícola; ora produtos de processos parciais de urbanização, ora marcando os conflitos entre a resistência do mundo agrário-agrícola e a difusão sócioespacial de urbanidades. Essas e outras

⁸ Tavares (1995), por exemplo, ressalta a importância em se proteger a bacia do Lago Paranoá a partir da criação do Cordão Sanitário ao seu redor, materializado pela rodovia DF-001 (Estrada Parque Contorno Rodoviário). O princípio desse plano era conter o adensamento urbano no interior desse anel, evitando a sobrecarga e a poluição da bacia do Paranoá. Essa e outras medidas, como a da criação do Cinturão Verde Agrícola ao redor do Plano Piloto serviram, na prática, como escusas para afastar o máximo possível as cidades satélites do centro planejado.

situações mostram-se nos subúrbios de modo mais proeminente, sincrético e conflitante, o que os tornou uma morfologia sócioespacial polissêmica, passível de ser discutida no âmbito da urbanização de Brasília.

Sendo assim, *dentro da dinâmica territorial de Brasília, identificamos questões envolvendo as relações campo-cidade e os subúrbios, com a configuração de zonas híbridas no território*, tendo em vista as permanências de morfologias rurais em meio a espaços que passam por processos acelerados de urbanização. Destarte, o *objetivo maior desta pesquisa é analisar as transformações e as permanências nos usos territoriais dos Núcleos Rurais do Distrito Federal em meio à dinâmica da expansão de morfologias e usos urbanos em áreas originalmente destinadas às práticas agrícolas*. Para tanto, adotaremos como referenciais empíricos, o Núcleo Rural Lago Oeste e o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita.

Ressaltamos que o trabalho enfoca as relações campo-cidade que se realizam a partir da expansão de usos urbanos sobre áreas rurais. Sendo assim, não buscamos um debate maior sobre essas relações, em sentido questionador ou propositivo – metaforicamente falando, em sentido “epistemológico”. Entendemos que essa questão emerge de dentro da dinâmica territorial do Distrito Federal a partir do momento em que ocorrem transformações nos Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas, idealizados originalmente a partir de uma concepção funcional-agrícola e colonizadora. Nesse contexto, entram em contato e manifestam-se de modo concomitante morfologias sócioespaciais remetentes ao urbano e ao rural, configurando zonas híbridas no território. A partir dessa realidade, aparecem na análise os binômios campo-cidade, rural-urbano, o que nos suscita, obrigatoriamente, a discutir sobre essas noções no corpo do trabalho com uma revisão bibliográfica sobre a temática. De antemão, salientamos que, à despeito do debate teórico apresentado indicar para uma superação dos binômios em questão, as práticas e compreensões dos agentes que edificam o território – no caso, o Estado, os agentes imobiliários e os habitantes – não apontam para a mesma direção. Dentre esses agentes, a ideia da distinção entre campo-cidade e rural-urbano persiste e é reproduzida em suas ações. Logo, como a pesquisa transita entre o debate teórico, os referenciais empíricos e a análise dos instrumentos de gestão territorial, diferentes acepções sobre essa questão aparecem no corpo do trabalho.

Considerando a complexidade e a hibridez das morfologias sócioespaciais produzidas com a consolidação e a expansão dos tecidos urbanos, Costa (2011) afirma que as cidades brasileiras são

“produtos e produtoras de zonas específicas de uma fragmentação articulada na totalidade do território urbano, ou seja, refletem o movimento entre a hibridez e a homogeneidade sócioespacial intraurbana, caracterizado pelo poder da localização e de acessibilidades que redundam no poder de monopólio rentista⁹.”

Sendo assim, o autor afirma que a hibridez do tecido urbano se revela apenas em escalas menores de análise – a escala dos bairros –, cuja leitura mostra-se fundamental para se compreender as cidades em sua totalidade urbana. A partir dessas acepções, metodologicamente Costa (2011) entende que os tecidos urbanos das cidades brasileiras são constituídos por Zonas Homogêneas – áreas consolidadas do território urbano, ora favorecedoras, ora resultantes da fragmentação articulada do território¹⁰ – e por Zonas Híbridas – áreas em processo de valorização ou precarização¹¹. Sobre as Zonas Híbridas, noção de interesse metodológico neste trabalho, o autor assevera que

“Nessas zonas híbridas (favorecedoras ou resultantes da fragmentação sócioterritorial), as condições de vida, de infraestrutura e de moradia não são das melhores, mas encontram-se, normalmente, em processo de avanço; prevalece uma hibridez da forma-conteúdo que as dão notoriedade. Os bairros apresentam-

⁹ Como premissa fundamental, Costa (2011) entende que a renda diferencial do espaço urbano advém do monopólio das localizações, fato reforçado pelo valor simbólico individual ou coletivo atribuído à terra urbana pelos agentes que controlam o mercado imobiliário. Destarte, a especulação imobiliária e a renda da terra “[...] derivam da relação do sítio social com o mercado, ante à disputa pelas localizações da cidade – inclusive com novos símbolos e signos criados”.

¹⁰ **Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano (ZOHOF):** caracteriza-se por sua homogeneização interna e à sua articulação positiva e complementar às áreas centrais do tecido urbano. “O agrupamento, o elevado índice de equipamentos, serviços e a maior presença de infraestrutura urbana, então, denunciam uma qualidade de vida superior a outras áreas da cidade. Pode ser observada a presença de outras centralidades nessa zona, que não negligenciam o centro, mas representam sua extensão mais positiva, com a troca de produtos e serviços, propiciando a fluidez do território (comunicação, circulação e localização). Essa zona que se aproxima de uma homogeneidade (relativa) tende a localizar o nó vital da rede de deslocamento e da produção urbana, da vida econômica e cultural de uma cidade” (COSTA, 2011);

Zona homogênea resultante da fragmentação articulada do território urbano (ZOHORE): é a zona precarizada do tecido urbano, compreendendo as áreas com maior densidade demográfica, baixa presença de municipalidade e precário atendimento em serviços e comércio. “A população dessa zona é, por um lado, a mais dependente das antigas e novas centralidades urbanas, e, por outro lado, as de menor poder de mobilidade e de acessos urbanos (aos serviços, ao comércio, ao lazer, à cultura, à saúde, à vida digna, etc.)” (COSTA, 2011);

¹¹ **Zona híbrida favorecedora da fragmentação articulada do território urbano (ZOHIFA):** agregam bairros que sofrem algum processo de valorização, quer seja pelo comércio de abastecimento implantado, quer seja por constituir um novo eixo de expansão urbana para novas elites (COSTA, 2011);

Zona híbrida resultante da fragmentação articulada do território urbano (ZOHIRE): “áreas em processo de precarização, tanto pela influência da zona homogênea mais valorizada (jogo do mercado imobiliário), quanto da zona híbrida em processo de valorização (COSTA, 2011).

se híbridos por agregaram famílias de baixas camadas sociais e, em uma nova perspectiva de valorização incipiente da terra nessas áreas, receberem novos moradores da classe média e baixa que chegam ou seu movimentam na cidade” (COSTA, 2011).

No âmbito dessa pesquisa, a hibridez do tecido urbano de Brasília será compreendida a partir da análise das formas de apropriação e transformações de seus Núcleos Rurais suburbanos, a nossa “Zona Híbrida”. Considerando tais acepções, entendemos então que os subúrbios constituem-se em zonas híbridas que expressam a complexidade dos tecidos urbanos atuais por agregarem as espacialidades e as vidas cotidianas rurais que permanecem, mesclam-se ou encontram-se em estágio de transição em meio ao processo de metropolização da Capital. Nesse caso, podem constituir-se ora como zonas híbridas resultantes ou favorecedoras da fragmentação articulada do território urbano, a depender dos modos de cooptação e valorização das terras pelos agentes imobiliários.

Observa-se, a partir dessas proposições que ganham corpo, no âmbito deste trabalho, as acepções de território e principalmente de dinâmica territorial. Para tanto, entendemos o território como uma extensão socialmente apropriada e usada em conformidade com os preceitos, pretensões, possibilidades e técnicas concernentes aos agentes sociais em seus respectivos momentos históricos (SANTOS, 2013). Partimos então do pressuposto que os usos territoriais são passíveis de grandes transformações com o decorrer do tempo sem que, necessariamente, os usos e formas anteriores de apropriação sejam apagados por morfologias do presente¹².

Destarte, o território apresenta-se como uma categoria dinâmica de análise, a qual acompanha e é, ao mesmo tempo, substrato e produto das dinâmicas sociais, dentre as quais destacamos as dimensões da economia e da normatização como basilares na compreensão da evolução territorial (SANTOS, 2013). Cabe salientar

¹² De acordo com Santos (2008, p. 173), “as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado. [...] O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”. Com tal passagem, Santos entende que, à despeito da dinâmica do território, incessante e que acompanha a dinâmica social, o espaço guarda memórias de formas anteriores de sua apropriação e construção. No âmbito do trabalho, ao analisarmos as mudanças ocorridas nos Núcleos Rurais Vargem Bonita e Lago Oeste, de sua concepção às formas atuais de uso do território, atentaremos-nos a esse pressuposto.

que nossa opção pela fundamentação em questões econômicas e normatizadoras na dinâmica do território não negam outras possibilidades de análise, como a vertente cultural, por exemplo. A limitação quanto ao tempo de estudos e execução da pesquisa nos direcionou a concentrar esforços nessas duas vertentes.

Ressaltamos ainda que os usos do território podem ser definidos por implantação de infraestruturas, por movimentos populacionais, pela divisão territorial do trabalho e das produções (agricultura, indústria e serviços) e ainda por determinações de âmbito político (SANTOS, 2013). Pelo forte dirigismo estatal e pelo seu papel protagonista na organização territorial do novo Distrito Federal, as concepções e práticas desse agente – associadas às ações do mercado e às demandas populacionais – e suas reverberações territoriais ganham destaque neste trabalho.

Entorno do nosso objetivo maior, consideramos também necessário discutir e resgatar a noção de subúrbio, buscando suas origens em referenciais bibliográficos para, posteriormente, trazer sua concepção como uma *alternativa de leitura da hibridez do tecido urbano brasiliense* em suas zonas de expansão, onde morfologias urbanas e rurais subsistem em concomitância. Previamente, adiantamos que, a partir das referências que utilizamos, buscamos definir parâmetros teóricos que nos permitiram tomar a noção de subúrbio de maneira prática para a compreensão da dinâmica do território em nossos referenciais empíricos. Sendo assim, *a situação espacial, o processo de formação, a função territorial, a densidade de ocupação, a hibridez espacial e a sua representatividade na fragmentação do tecido urbano de Brasília* serão pontos definidores dos subúrbios considerados ao longo da nossa análise.

Como o trabalho trata sobre a dinâmica do território, mais especificamente sobre as mudanças empreendidas nas áreas rurais do Distrito Federal face à expansão do tecido urbano de Brasília, consideramos necessário fazer alguns apontamentos sobre as transformações históricas¹³ pelas quais passou o meio rural nos momentos anteriores à construção de Brasília e durante a implementação e a consolidação da capital, chegando ao momento mais atual. Isso se faz necessário

¹³ Em *Por uma Geografia Nova* (1978), Milton Santos chama a atenção para a importância na abordagem temporal nos estudos geográficos, tendo em vista asseverar ser fundamental considerar o caráter processual e histórico do espaço geográfico. Em consideração a tal premissa, empreendemos no capítulo 2 um breve esforço, a título de apontamentos, sobre o processo histórico das transformações no campo do pretérito e atual território do Distrito Federal.

em respeito ao caráter histórico e processual do território, como assevera Santos (2008, 2013). Para tanto, nos fundamentaremos principalmente na obra de Paulo Bertran, a título de apontamentos, devido ao enfoque econômico que esse autor confere à história pregressa do Distrito Federal, o que se mostra mais pertinente à nossa proposta.

Posteriormente, a análise das formas atuais de uso e ocupação do solo no Núcleo Rural Lago Oeste e no Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, evidenciando os contrastes entre os usos estabelecidos pelos planos diretores do Distrito Federal e os usos efetivamente atribuídos, constitui-se o cerne desta pesquisa. Para tanto, a avaliação dos instrumentos de gestão do território, como normas, leis, Planos Diretores e Planos de Uso e Ocupação¹⁴ mostrou-se primordial como ponto inicial para que estabelecêssemos uma referência à análise empírica, a título de comparação entre o normatizado (concebido) e o efetivado (produzido).

Dentro dessa análise, os trabalhos de campo mostraram-se fundamentais para a apreensão dos referenciais empíricos, permitindo o contato direto com território e seus agentes, legitimando, fundamentando e contextualizando o debate teórico, assim como possibilitando o levantamento e a análise de hipóteses e questões ao longo do processo de pesquisa. Kaiser (2006) afirma que “[...] qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo, praticá-lo dentro do próprio meio deste fenômeno”; ou seja, o geógrafo, como pesquisador das relações sociedade-meio, não pode fazer tábula rasa à importância dos trabalhos de campo. Ao longo de 2014 e 2016, realizamos 5 trabalhos de campo para o Núcleo Rural Lago Oeste e 5 para o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita e, dada a pequena extensão territorial dessas áreas, percorremos todas as estradas de ambos os núcleos, o que nos proveu de um considerável contato com esses locais e seus habitantes. O primeiro trabalho de campo em cada núcleo ocorreu de modo exploratório, com o objetivo de verificar a viabilidade da pesquisa. Já as demais incursões tiveram o objetivo compor um

¹⁴ Foram analisados o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2009-2012), o Plano de Uso e Ocupação do Núcleo Rural Lago Oeste (2014-2015), as Leis Federais nº 2.874 de 1956, 4.591 de 1964, 5.871 de 1972, 4.545 de 1964, as Leis e Decretos Distritais nº 19.248 de 1988, 26.196 de 2005, 543 de 1993, 1.659 de 1997, 12.024 de 2009, 11.123 de 1998, 24.255 de 2003, 3.255 de 2003, 1.028 de 1996 e 9.417 de 1986, além da Resolução nº 224 de 2011 da TERRACAP. Mapas de antigos planos diretores e demais documentos históricos referenciados nos capítulos 2 e 3, assim como fotografias foram cedidos pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Ademais, dados de atas de reuniões e informativos de circulação elaborados pela ASPROESTE e pela Associação Nipo-Brasileira da Vargem Bonita foram analisados, assim como produtos cartográficos de georreferenciamento do Núcleo Rural Lago Oeste elaborados ao longo do processo de regularização fundiária da área.

acervo fotográfico e realizar entrevistas com os habitantes locais. Um último campo foi realizado em ambos os núcleos, percorrendo novamente todas as suas estradas, com o objetivo de compor as trajetórias que expomos no Capítulo 3. Todo o processo dos trabalhos de campo foi complementado com análises de imagens do Sistema Cartográfico do Distrito Federal e do *software* Google Earth, o que resultou nos produtos cartográficos que elaboramos com o *software* Adobe Illustrator CS6 expostos ao longo desta pesquisa.

As entrevistas realizadas¹⁵ com moradores de ambos os núcleos rurais constituíram-se em um importante momento de aproximação nossa com a realidade e o cotidiano locais. Acreditamos que esse instrumento metodológico de pesquisa permite um contato mais intimista com o contexto local, sendo assim procedimento muito fortuito para a obtenção de informações e respostas às inquietações que motivam a elaboração deste trabalho.

“[...] a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas são, pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano” (SILVA; MENDES, 2013, p. 213).

Os dados levantados nos trabalhos de campo e também hipóteses levantadas durante o processo de pesquisa e leitura do referencial teórico deste trabalho nortearam a formulação de algumas questões-problema que orientaram a elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas junto aos moradores dos locais pesquisados. Como apontam Sotratti e Marafon (2013, p. 216-217), a definição de questões-problema, as quais consistem em perguntas gerais que orientam o objetivo das entrevistas, é o primeiro passo para a elaboração de um roteiro com perguntas de cunho mais específico. Sendo assim, a nossa questão-problema é: *quais aspectos e/ou elementos da vivência dos moradores locais indicam para um cotidiano híbrido e fragmentado, composto por ruralidades e urbanidades em meio ao tecido urbano de Brasília?*

Essa questão objetiva uma maior aproximação à realidade cotidiana dos moradores dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita, possuindo, para tanto, uma dupla abertura: a primeiro mais objetiva, pois esses aspectos e elementos do

¹⁵ O roteiro das entrevistas encontra-se ao final do trabalho, no anexo I.

cotidiano possuem uma dimensão de caráter prático como, por exemplo, a necessidade de deslocamento entre casa e trabalho e a existência de famílias ou sujeitos pluriativos. A segundo possui caráter mais subjetivo, voltando-se para a compreensão das visões de mundo e valores individuais que norteiam as práticas e ações dos sujeitos locais em relação aos seus lugares cotidianos.

A opção pela realização de entrevistas semiestruturadas mostrou-se-nos conveniente por diversos motivos, dos quais destacamos:

- a) a maior liberdade ao informante para expressar-se com suas próprias palavras, não limitando-o à respostas rigidamente pré-estabelecidas por um questionário. Essa característica mostra-se interessante pois viabiliza a possibilidade de obtermos informações adicionais;
- b) a possibilidade de uma maior proximidade entre o pesquisador e o informante, minimizando problemas de não entendimento das questões colocadas e de respostas dadas de maneira incorreta;
- c) o roteiro de perguntas elaboradas guia a entrevista, sendo um instrumento de orientação constante sobre os rumos dessa sem, contudo, cercear a expressividade do informante.
- d) “permite conseguir informações em profundidade sobre o comportamento humano” (SILVA; MENDES, 2013, p. 215);
- e) “propicia a obtenção de informações relevantes e significativas que não se encontram em fontes documentais” (SILVA; MENDES, 2013, p. 215).

Entretanto, apesar das vantagens claras dessa metodologia de obtenção de dados às pesquisas de cunho qualitativo, há também uma série de limitações por ela impostas, a se citar:

- a) dificuldade em tabular dados e informações não objetivos (não mensuráveis);
- b) a limitação do tamanho amostral pode, porventura, ser um fator de depreciação do valor científico da pesquisa elaborada;
- c) por demandar mais tempo e um local adequado para a realização da entrevista, a amostragem acaba sendo necessariamente de caráter não probabilístico, sendo comumente constituída por conveniência em função da acessibilidade e disposição dos informantes;
- d) a qualidade dos dados obtidos dependerá de fatores variáveis e subjetivos

como, por exemplo, o humor e a disposição do informante, a disposição desse a estabelecer um diálogo produtivo, bem como a habilidade do entrevistador;

- e) sendo a amostragem que adotaremos de caráter não probabilístico, além das outras limitações que descrevemos, o espaço amostral não poderá ser definido *a priori* com base em critérios estatísticos. Assim, fatores como a qualidade das entrevistas e o grau de recorrência e divergência entre informações obtidas serão considerados, ao longo do processo, como determinantes do valor numérico do espaço amostral. Essa metodologia é comumente conhecida como “amostragem por bola de neve” (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 126; BARBETTA, 2011).

Sendo assim, as entrevistas realizadas buscam uma aproximação à dimensão do cotidiano como complemento à análise da questão das zonas híbridas/subúrbios de Brasília. À despeito da fragmentação espacial da cidade, que também resulta na produção de subúrbios com caracteres eminentemente urbano-residenciais a partir da requalificação do campo, o cotidiano dos habitantes locais pode revelar, sob uma ótica mais intimista, a dinâmica do território no limiar das relações campo-cidade edificadas a partir da expansão urbana de Brasília.

O Núcleo Rural Lago Oeste: uma apresentação

O Núcleo Rural Lago Oeste (NRLO) foi criado no ano de 1993, a partir de um convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal e a União, por força da Lei Nº 548, de 23 de Setembro desse ano. Entretanto, desde a década de 1970, situavam-se na área da antiga Fazenda Contagem de São João, desapropriada pela União em 1966¹⁶, a Colônia Agrícola São João e a Área Isolada da Contagem, a primeira voltada à produção de hortaliças e grãos e a segunda sem destinação específica. Desde os anos 1980, contudo, esgotados os lotes regulares dessas duas áreas –

¹⁶ Segundo dados de FORTES, P; BARROSO, E; SILVA, M. A; GUEDES, C. *Regularização fundiária em imóveis da União do Distrito Federal. Parte 1: demarcação de imóveis*. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5233-5240.

reconhecidos, desde então, como “ocupações de terras públicas” pela Secretaria de Patrimônio da União, iniciou-se sua expansão clandestina tanto sobre as demais áreas da Fazenda Contagem de São João quanto também sobre terras de fazendas vizinhas ainda não desapropriadas: a Palma-Rodeador, a Brocotó (ou Sítio do Mato) e a Buraco. No ano de sua fundação, já contava o Lago Oeste com cerca de 1.273 chácaras. Atualmente, esse Núcleo ocupa uma área aproximada de 3.500 hectares, sendo composto por 1.351 chácaras¹⁷, cujo módulo mínimo é de 2 hectares, em concordância à legislação pertinente¹⁸. Cerca de 4.000 pessoas, segundo a Associação dos Produtores Rurais do Lago Oeste (ASPROESTE) habitam o local. Sua jurisdição compete à Região Administrativa V – Sobradinho. Situa-se à fronteira nordeste do Parque Nacional de Brasília, na borda da Chapada da Contagem, inserindo-se na Área de Proteção Ambiental do Cafuringa, ao sul, e margeando à leste a Reserva Biológica da Contagem. O acesso à esse Núcleo se faz pelo Balão do Posto Colorado, a partir da DF-001 (Estrada Parque Contorno Rodoviário), podendo também ser feito pela DF-170, que liga a área à Brazlândia.

¹⁷ Conforme contagem dos registros fundiários disponíveis no Plano de Uso e Ocupação do Núcleo Rural Lago Oeste, elaborado sob encomenda da Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (ASPROESTE) em 2014.

¹⁸ Lei Complementar Nº 803, de 25 de Abril de 2009 e Decreto Nº 11.123, de 10 de Junho de 1988.

O Núcleo Rural Lago Oeste no Distrito Federal - 2016

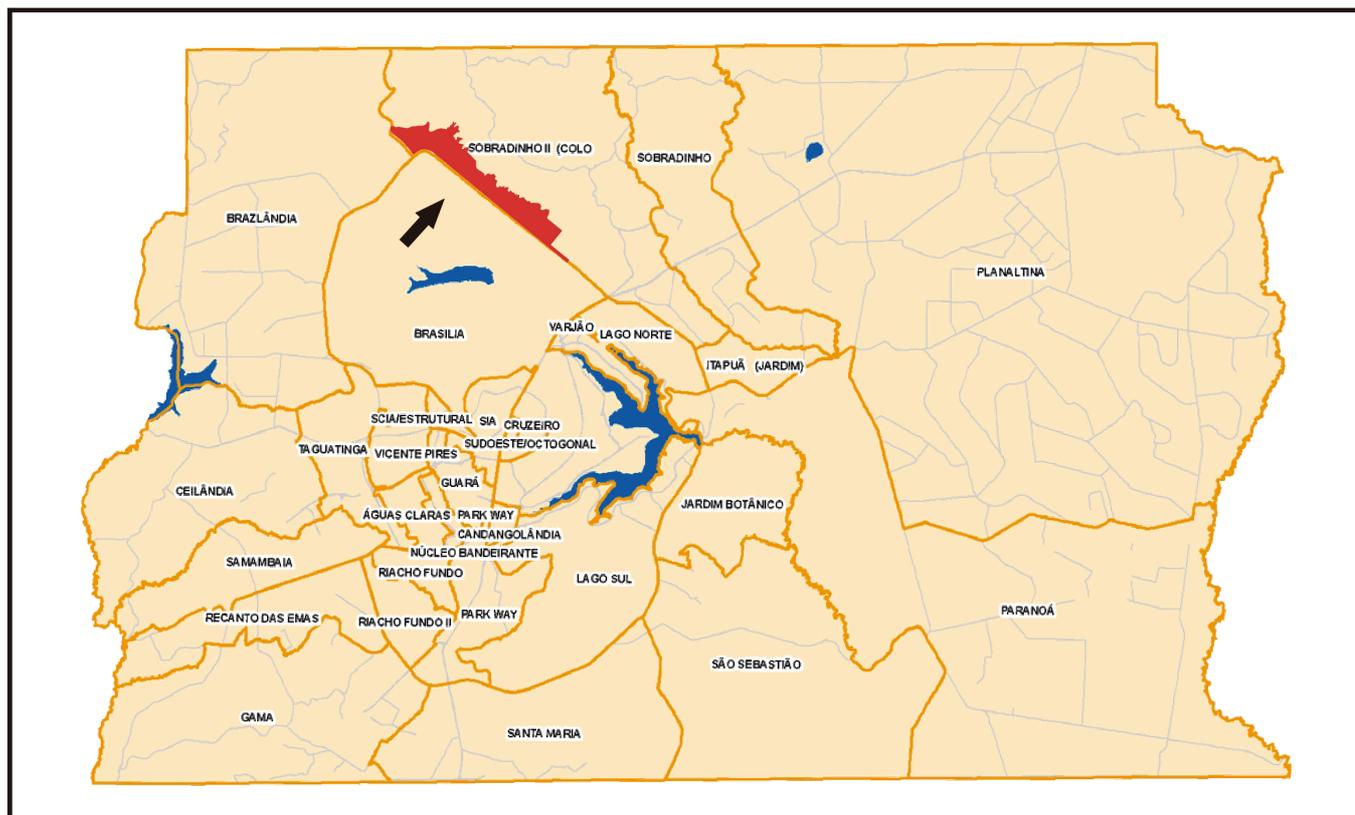


Figura 1: o Núcleo Rural Lago Oeste no Distrito Federal. Base cartográfica: SGP-NOVACAP. Elaboração Cláudio Humberto Moura Filho, 2016.

Núcleo Rural Lago Oeste - 2016

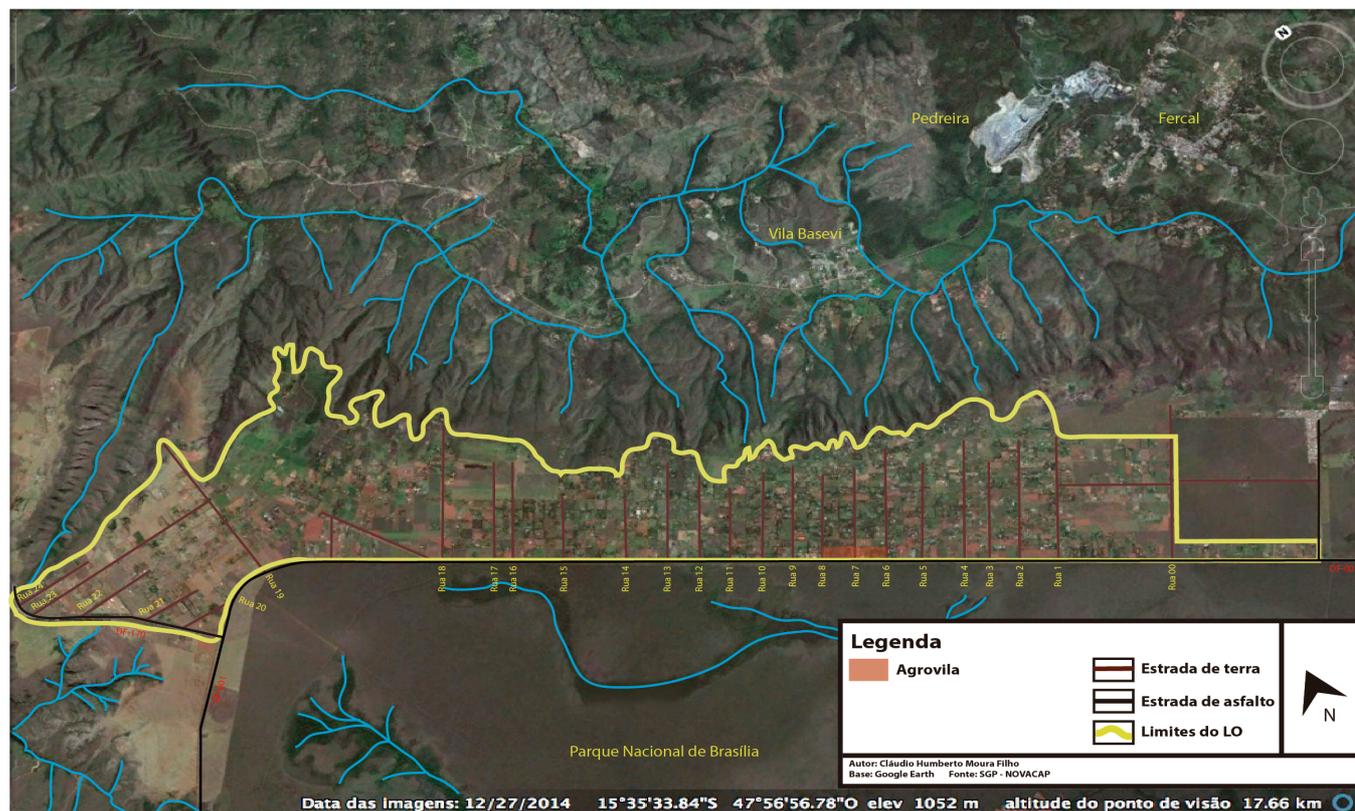


Figura 2: o Núcleo Rural Lago Oeste. Base cartográfica: Google Earth. Elaboração Cláudio Humberto Moura Filho, 2016.



Figura 3: DF-001, acesso ao Lago Oeste. À direita, a Reserva Biológica da Contagem; à esquerda, o Parque Nacional de Brasília. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Do ponto de vista de seu sítio, o Lago Oeste encontra-se no alto divisor de águas das bacias do Lago Paranoá e do Rio Maranhão, portanto, em uma zona de recarga de aquíferos, sujeitando-se, assim, à legislação específica, como veremos. A altitude da área do NRLO, bem como a presença de grandes áreas verdes preservadas ao seu redor representam, do ponto de vista estético, atributos bucólicos bastante valorizados pelos atuais ou potenciais moradores. Considerando sua forma de implementação, o Lago Oeste apresenta uma planta urbanística predominantemente ortogonal, em forma de “tabuleiro de xadrez”, tornando-se mais descontínua à medida que as chácaras finais das ruas aproximam-se da vertente sul da Chapada da Contagem. É possível também observar que a grande maioria das glebas possuem a dimensão do módulo mínimo, 2 hectares; contudo, cerca de 20% da área do NRLO é ocupada por grandes chácaras, tendo essas a previsão de parcelamento em unidades menores já reconhecida como uma possibilidade pelo Plano de Uso de Ocupação local (2014).

Em virtude de ser concebido como Núcleo Rural pela Lei N° 548/1993, a qual determina em seu artigo 2º que *“O Núcleo Rural Lago oeste terá por objetivo a produção de alimentos de alto valor nutritivo, destinados à complementação*

alimentar da população do Distrito Federal e de matérias-primas específicas, destinadas ao setor industrial”, o pressuposto ao início do trabalho era encontrar uma área predominantemente dedicada à agricultura ou pecuária, como é o caso da Vargem Bonita. Entretanto, o uso e a ocupação do Lago Oeste é predominantemente residencial, com cerca de 96,5%¹⁹ das chácaras dedicadas parcial ou totalmente à essa função ou à atividades terciárias, como locais de eventos, hospedagem e turismo rural. A Agrovila local²⁰, localizada às margens da DF-001, entre as entradas das ruas 6, 7 e 8, comporta a maior parte dos equipamentos prestadores de serviços à população, dentre os quais destaca-se: uma igreja católica; o Centro de Ensino Fundamental Carlos Mota, da Secretaria de Educação do DF; o Centro Comercial Lago Oeste, que reúne alguns restaurantes, farmácia, padaria, imobiliária, consultórios de dentista e veterinário, além de uma loja de turismo; algumas casas comerciais de materiais de construção e insumos agrícolas; a sede da ASPROESTE; e um centro de capacitação profissional de jovens. Há outras casas comerciais, como mercearias, padarias e restaurantes dispersos em todo o NRLO, os quais atendem as chácaras mais distantes da agrovila.

O Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita: uma apresentação

A história da Vargem Bonita iniciou-se no ano de 1957, exatamente no dia 7 de Agosto, quando os primeiros colonos iniciaram ali suas atividades, assim como ocorreu no Núcleo Rural Vargem da Benção, hoje área rural remanescente no Riacho Fundo e conhecido como “Setor Kanegae”, em homenagem à primeira família de japoneses que ocupou ali se fixou (TAVARES, 1995, p. 23; SILVA, 1985, p. 206). Os porquês da vinda de japoneses ao Distrito Federal com o objetivo de trabalhar na agricultura são envoltos no suposto mito de que aqui eram tão ruins as terras que apenas eles, com sua perseverança e diligência características, seriam capazes de cultivá-las. Acerca desse aspecto, narra Silva:

¹⁹ De acordo com dados do Plano de Uso e Ocupação do Lago Oeste (APROESTE, 2014).

²⁰ Criada sob a denominação de “Agrovila da Chapada da Contagem” pela Lei Nº 1.659, de 15 de Setembro de 1997, em cumprimento às demandas funcionais dos “Núcleos Rurais”.

“[Outubro de 1956] [...] O Dr. Israel Pinheiro trouxe à Brasília, por intermédio dos diretores da Cooperativa Cotia, um grupo de japoneses. Nada ainda havia em Brasília. Os japoneses passaram o dia percorrendo todos os recantos do Distrito Federal, examinando a terra e verificando a possibilidade de aqui se instalarem para a organização de pequenas granjas e pomares. Ao final do exame realizado, à hora de regressarem ao Rio, foram levado ao Dr. Israel Pinheiro, que lhes indagou da impressão que tiveram:

– Dr. Israel, a terra é muito ruim.

O Dr. Israel não teve dúvidas e respondeu:

– Olhem moços, se a terra fosse boa, eu não precisava de japonês.” (SILVA, 1985, p. 187)

Sobre essa questão, Bruno (1976) assevera que a presença dos japoneses nos núcleos rurais de Brasília não resultou em uma migração natural ou ocasional, sendo orientada e fomentada pela NOVACAP na época. A maioria deles vieram diretamente do Japão e das cidades de Mogi das Cruzes e Cotia, dentre outras com o propósito de desenvolver no Distrito Federal um tipo de exploração agrícola mais sofisticada, com maior emprego de insumos e tecnologias. Almejava-se também, partindo-se da ótica planificadora que regeu a construção da Nova Capital, que o seu abastecimento se desse de maneira planejada, programada e regular, garantindo sua independência no âmbito alimentar. A agricultura já praticada pelos japoneses possuía essas características, daí a sua vinda à Brasília (BRUNO, 1976, p. 19). Contudo, essa mesma autora, ao analisar os possíveis ganhos à agricultura brasileira com a vinda dos japoneses afirma que, se o objetivo de trazê-los era também o de difundir suas técnicas agrícolas aos demais agricultores, não logrou-se, afinal tal êxito pelos seguintes motivos: a) à não assimilação, por parte dos demais agricultores de técnicas agrícolas tão distintas das usuais; b) a discriminação, por parte dos japoneses, daqueles que não utilizavam técnicas tão racionais e produtivas quanto às suas; e c) à necessidade fundamental que tinha o modelo de cultivo dos japoneses de insumos e maquinários de alto custo, inviabilizando sua disseminação entre agricultores com menor potencial de investimento.

Seja como for, até a década de 1980, os japoneses representavam cerca de 54% da população da Vargem Bonita²¹, não sendo, portanto, o único grupo que constituiu o Núcleo, apesar de serem predominantes. À medida que a população local foi aumentando, a participação desse grupo foi, em termos numéricos, se

²¹ Segundo o Plano Agrícola de Brasília, elaborado pela CODEPLAN em 1983.

reduzindo. Estima-se que, dos atuais 1869 habitantes locais, cerca de 30% são de origem japonesa, conforme dados da EMATER/DF.

Do ponto de vista de seu sítio e da sua situação, a Vargem Bonita encontra-se inserida na confluência do Córrego Mato Seco com o Ribeirão do Gama, ambos pertencentes à bacia do Lago Paranoá. Limita-se ao norte com as quadras 16, 18, 20, 22 e 24 do Setor de Mansões Park Way, ao sul e à leste com a Fazenda Água Limpa (UnB) e à oeste com a quadra 17 desse mesmo Setor de Mansões. Seu único acesso é realizado por meio da Estrada Parque Vargem Bonita (DF-055), que cruza as quadras 14, 15 e 16 do Park Way. Apesar de pouco extenso, o sítio da Vargem Bonita é bastante favorável à agricultura, tendo em vista a grande disponibilidade de água na região. Em 1977, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal construiu uma pequena barragem no Ribeirão do Gama, com capacidade para irrigar 600 hectares de áreas plantadas e que levava água, por canais manilhados, até o Núcleo. Posteriormente, em 1983, as obras de irrigação foram incrementadas com a construção de canais de irrigação abertos que margeiam as três ruas da *Área Rural*, permitindo a instalação de bombas individuais de captação de água²².

Até 2003, a jurisdição da Vargem Bonita competia à Região Administrativa VIII (Núcleo Bandeirante), ano em que passou a inserir-se na RA XXIV (Park Way) pela Lei Nº 3.255, de 30 de Dezembro de 2003. Desde o ano de 1958, em conformidade com a Lei Nº 2.874 de 1956, suas terras encontram-se regularmente sob o sistema de concessão de uso de terras públicas, atualmente sob gestão da EMATER-DF e sob propriedade da TERRACAP. Especificamente nesse Núcleo, estabeleceu-se uma setorização de acordo com funções territoriais a serem desempenhadas por cada área. Conformou-se, destarte, a *Área Rural, destinada exclusivamente ao uso agrícola*, ocupando cerca de 299,20 hectares²³ e sendo dividida em 63 chácaras com módulos que variam de 4 a 8 hectares, sendo 4 hectares o tamanho do módulo mínimo, conforme informação da Gerência Local da EMATER/DF. Esse mesmo órgão informou-nos que, de acordo com as normas de uso e ocupação locais, é permitida a construção de apenas uma edificação de apoio por gleba, cuja metragem não pode ultrapassar 2% de sua área, ou seja, pode variar de 800 a 1600m² de superfície impermeabilizada. Não foi encontrado um documento oficial que confirmasse essa norma, como no caso do Lago Oeste, mas a mesma

²² Segundo dados da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

²³ Segundo dados do Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal.

informação nos foi passada pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal e reiterada por alguns agricultores locais. Por sua vez, a *Área Urbana*, ou *Agrovila*, originalmente com 6,02²⁴ hectares, foi também parcelada em 63 lotes urbanos, cada um com 800m² de área, destinados à construção das residências dos agricultores. As áreas comuns da Agrovila receberam, ao longo do tempo, os serviços públicos e as instituições básicas previstas para os Núcleos Rurais. No ano de 1996, a Lei Nº 1.028 de 6 de Março reconheceu e autorizou a expansão da Área Urbana da Vargem Bonita com o intuito de não mais abrigar apenas as residências dos concessionários rurais, mas também de seus empregados e respectivas famílias. Na época, conforme relatos de moradores locais, essa medida aliviou a pressão demográfica que já ameaçava, com ocupações residenciais, a Área Rural. Com isso, a Agrovila ocupa, atualmente, cerca de 12 hectares de área, sendo que a sua expansão não reduziu a área dedicada às atividades agrícolas.



Figura 4: Início da Rua 3 da Vargem Bonita, na confluência com a DF-055. Fonte: acervo do autor (Abril/2016).

²⁴ Segundo dados do Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal e da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

O Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita no Distrito Federal – 2016

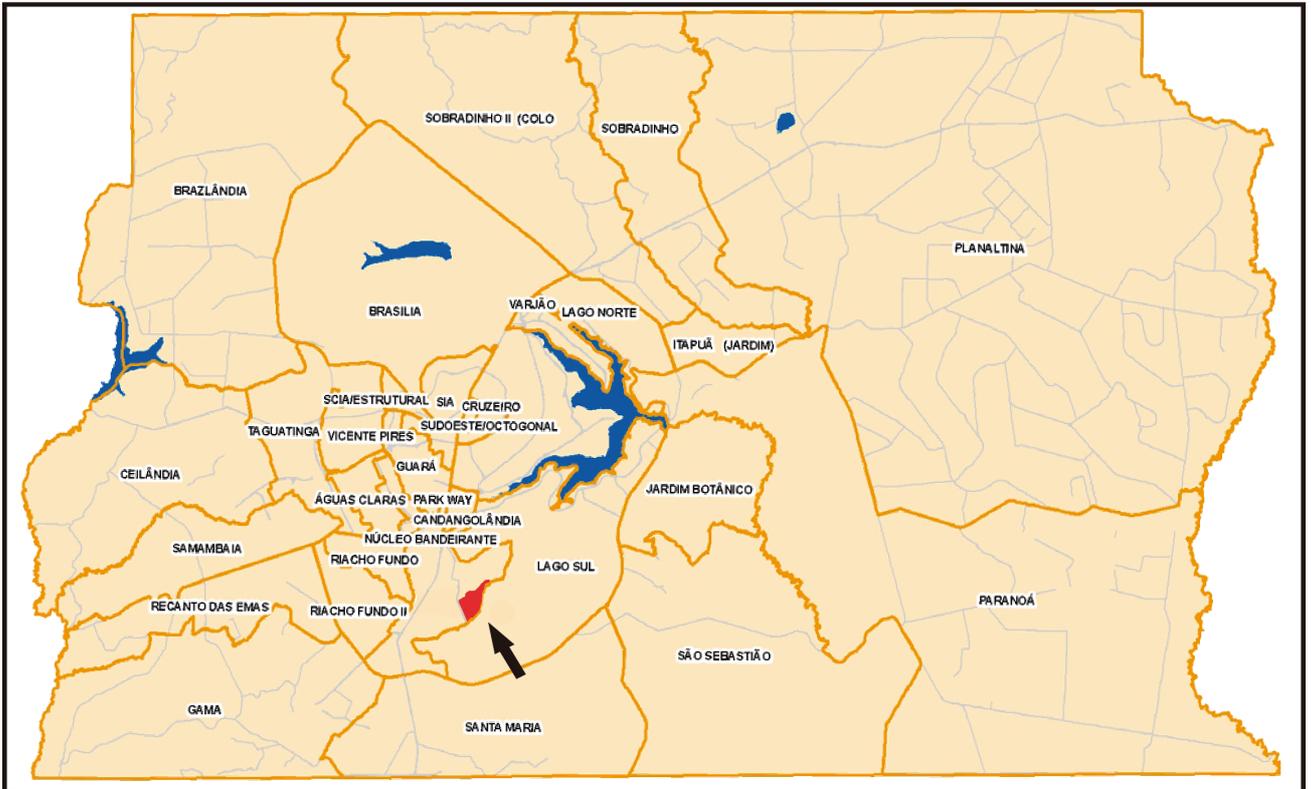


Figura 5: Localização do Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita. Base cartográfica: SGP-NOVACAP. Elaboração Cláudio Humberto Moura Filho, 2016.

Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita - 2016

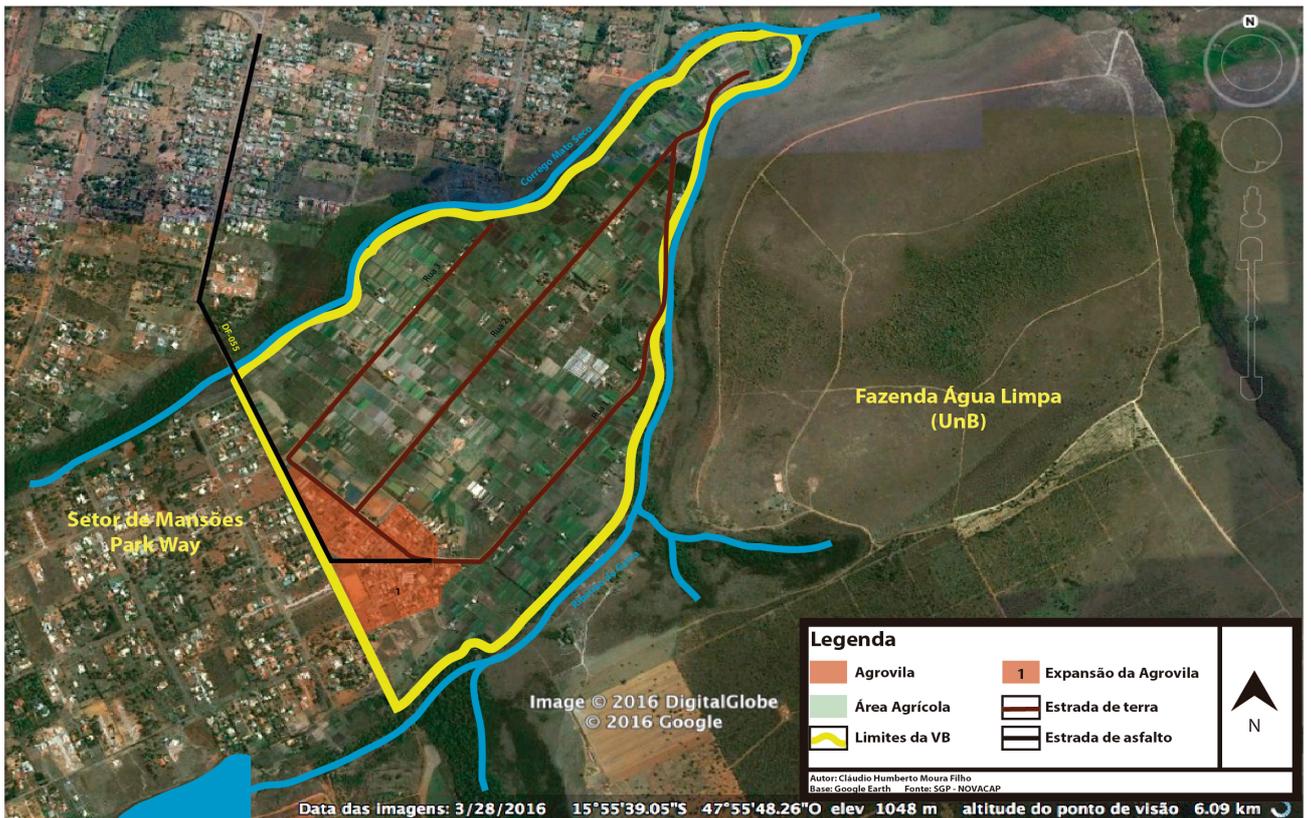


Figura 6: O Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita. Base cartográfica: Google Earth. Elaboração Cláudio Humberto Moura Filho, 2016.

A Vargem Bonita e o Lago Oeste no Distrito Federal - 2016

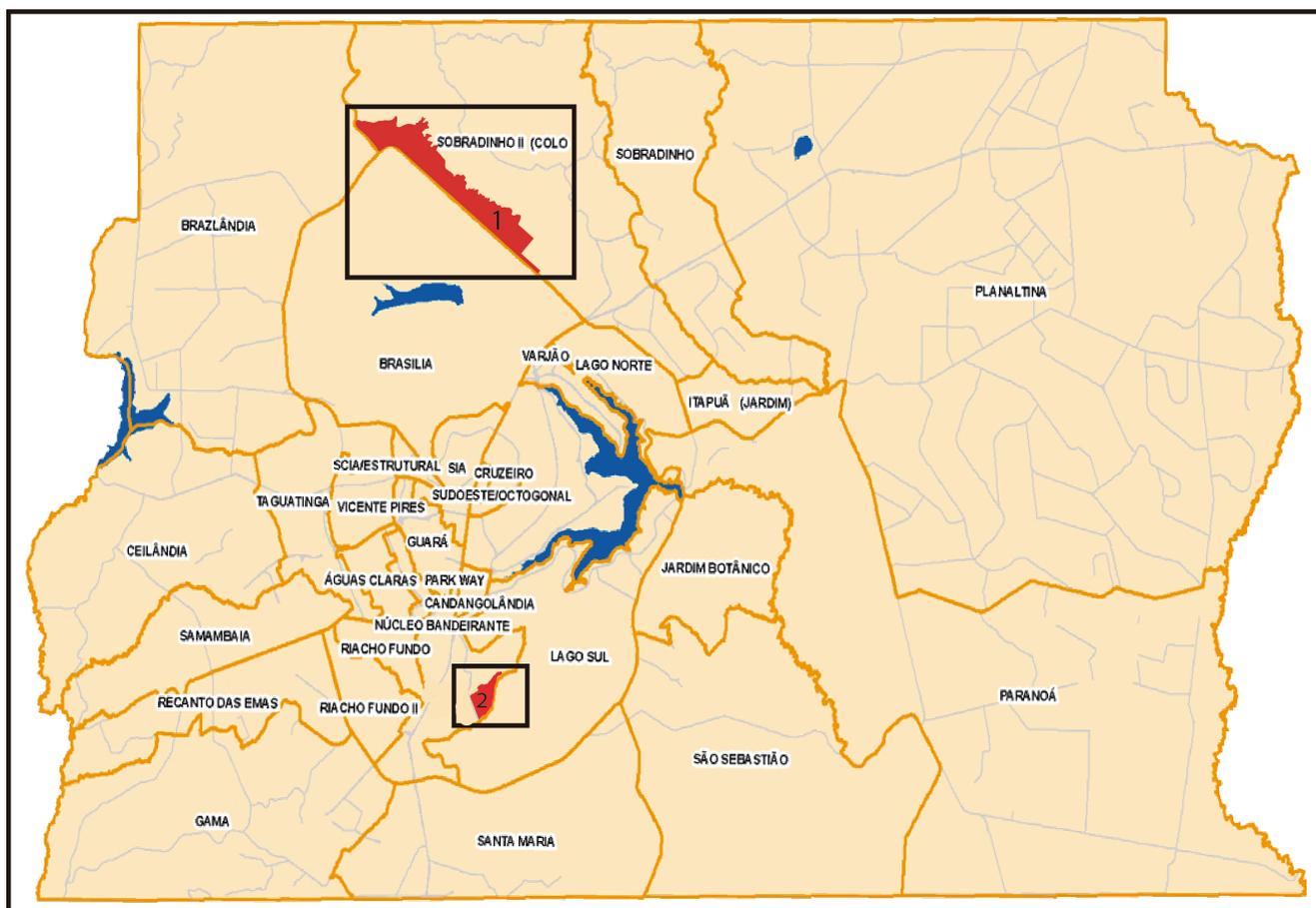


Figura 7: (1) Núcleo Rural Lago Oeste, (2) Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita. Base cartográfica: SGP-NOVACAP. Elaboração Cláudio Humberto Moura Filho, 2016.

Justificativa do recorte empírico

Tendo a metropolização de Brasília como realidade maior dentro da qual se insere a problemática da dinâmica territorial em seus subúrbios, com a constituição de zonas híbridas no território elegemos, por hora, o Núcleo Rural Lago Oeste e o Núcleo Hortícola Suburbano da Vargem Bonita como recortes empíricos a serem analisados. Esses lugares contêm uma complexa gama de morfologias sócioespaciais que notavelmente exibem os modos como os subúrbios respondem e se inserem no processo de metropolização de Brasília. Ambos distinguem-se entre si tanto no que concerne aos fatores que condicionam sua atual conformação territorial quanto às respostas que dão às transformações qualitativas pelas quais passam sob a influência da centralidade da Capital. Sendo assim, ambos constituem

realidades originalmente comuns – pelo menos do ponto de vista do planejamento territorial, sendo concebidos como núcleos de produção de alimentos no contexto da implementação de ocupações agrícolas no Distrito Federal. Ao mesmo tempo, se distinguem quanto aos usos efetivamente atribuídos à terra e às morfologias sócioespaciais que comportam.

Essas semelhanças e diferenças fundamentais conferem representatividade ao recorte, tornando-o abrangente, apesar de ser quantitativamente – em termos de área – pouco significativo. Dadas as limitações impostas pela viabilidade de execução da presente pesquisa, acreditamos que a escolha dessa amostra seja razoável à representação da dinâmica territorial nos subúrbios de Brasília. Reiteramos, assim, nossa convicção de que a escala do lugar possibilita um melhor contato com os agentes sociais e com os aspectos de sua vivência cotidiana, ao mesmo tempo que possui a abertura de associação a escalas maiores de análise, conforme aponta Costa (2011).

Como asseveramos, os subúrbios contém elementos do tecido urbano que se expande e alça novos limites territoriais e maiores áreas de influência; ao mesmo tempo, guardam resquícios de realidades anteriores, comumente rurais, com sua complexidade específica, apresentando morfologias agrícolas e/ou agrárias. Essas áreas comportam ainda novas possibilidades de urbanização por serem novos focos de espraiamento de uma mancha urbana a partir de uma ou mais centralidades; eles podem também constituir-se em locais nos quais formas pretéritas de uso e ocupação da terra e modos de vida agrários resistem ou mesmo se renovam. Como veremos, os subúrbios e as áreas rurais não se reduzem mais apenas a um mero espaço de divisão do trabalho entre o campo e a cidade, ainda que essa dimensão esteja muito longe de ser superada.

Em suma, a hibridez e as morfologias conflitantes existentes nos subúrbios de Brasília, em especial nos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita, nos instigaram a participar do debate sobre a Geografia Urbana brasileira de maneira invertida, lançando um olhar para o tecido urbano da cidade não a partir dos seus lugares centrais mas sim tomando como ponto de partida as reverberações da metropolização de Brasília sobre seus subúrbios e a vida cotidiana que neles perpassa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apontamentos teóricos sobre o campo e a cidade, o rural e o urbano

O debate que propomos possui fundamentação teórico-metodológica na obra de Henri Lefebvre sobre o fenômeno urbano. Buscamos dialogar com esse autor por seu pensamento interescalar e, principalmente, por sua preocupação utópica em alcançar uma compreensão da totalidade urbana sem parcelarismos científicos. É certo, contudo, que a realidade espaço-temporal em que se situa esse autor é muito distante ao referencial empírico deste trabalho. Lefebvre lançou um olhar sobre e a partir do continente europeu e sua história, na qual pesa o processo de industrialização a partir do século XVIII. Brasília, aliás, era muitíssimo jovem no momento da publicação de seus trabalhos que buscamos. Mesmo com essas disparidades, encontramos na produção lefebvriana elementos e compreensões que permitem sua abertura realidades sócioespaciais mais amplas, sempre na forma de diálogo e nunca de empréstimo.

Nessa etapa, faremos uma síntese da compreensão de Lefebvre – e autores a ele direta ou indiretamente tributários – sobre o fenômeno urbano, conferindo destaque às ideias que, de maneira mais específica, contribuirão para o desenvolvimento deste trabalho. Questões envolvendo a temática das relações campo-cidade e rural urbano serão também consideradas, a título de revisão bibliográfica.

Campo e cidade: uma primeira aproximação

O desenvolvimento das técnicas de produção alimentar, que culminou nas práticas da agricultura e da criação de animais, conferiu maior estabilidade às comunidades humanas, promovendo, paulatinamente, a sua sedentarização. Notável mostra-se o fato de que a produção de excedentes alimentares possibilitou a dispensa de vários indivíduos do trabalho à terra por subsistência, o que redundou no surgimento de outras atividades laborais. Por essas condições, os grupos humanos tornaram-se mais numerosos e as relações entre seus membros tornou-se cada vez mais complexa. De acordo com Lefebvre (1991a, p.36), essa nova condição da sociedade favoreceu uma divisão social e técnica do trabalho muito distinta das formas anteriores – fundamentadas principalmente em fatores fisiológicos como sexo e idade, passando a ser organizada de acordo com as atividades, instrumentos e técnicas utilizados. Como resultado, a divisão do trabalho

passou a ser regida sobretudo por relações de poder, produtoras e produtos de diferenciações sociais e territoriais, fato incutido em qualquer forma de divisão técnica e social do trabalho, como aponta Sposito (2013, p.116). De acordo com esses autores, assumiu contornos, nesse contexto, uma das primeiras e fundamentais formas de divisão do trabalho: a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, que resultou no surgimento do campo e da cidade como morfologias espaciais resultantes.

"A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual e, por conseguinte, entre o natural e o espiritual. A cidade incumbe o trabalho intelectual: funções de organização e de direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências). A totalidade se divide. Instauram-se separações, inclusive a separação entre a *Physis* e o *Logos*, entre a teoria e a prática e, na prática, as separações entre a *praxis* (ação sobre os grupos humanos), *poiésis* (criação e obras), *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos). O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de atividades reais [prático-sensíveis]. Dessas imagens confrontadas irão nascer grandes simbolismos" (LEFEBVRE, 1991a, p. 36-37).

Em outras palavras, a cidade nasceu como o lugar das atividades não-agrícolas, como *locus* das trocas, dos encontros e do trabalho intelectual, agindo, para utilizar as palavras de José de Souza Martins (1992), como o lugar do mando, onde se materializam as produções do campo. Sposito (2013) complementa, afirmando que a cidade é caracterizada pela concentração, sendo propícia ao desenvolvimento de atividades que requerem encontro e proximidade, especialização e complementariedade de papéis e funções, como os setores do comércio, da administração e dos serviços públicos. Por sua vez, o campo constituiu-se em *locus* do trabalho à terra, sendo marcado pela extensão e dispersão, atendendo técnica, territorial e economicamente ao desempenho das atividades de cunho agrícola. Souza (2005) contribui no debate afirmando que a terra possui distintos significados em relação ao campo e à cidade: para aquele, ela é um meio, uma condição *sine qua non* ao desempenho das atividades de caráter agrícola – funcional e economicamente falando; para aquela é apenas um suporte físico às suas atividades. Partindo de uma compreensão marxista sobre a renda da terra, Frabetti (2013, p.134) complementa, afirmando que a renda da terra rural

advém de seus atributos naturais – como a qualidade do solo, localização por clima e tipo de relevo, etc., ao passo que a renda da terra urbana advém do monopólio de localizações, do ambiente construído e do acúmulo de intervenções socialmente produzidas (monetariamente quantificáveis), as quais acabam por se tornarem atributos de valor à terra.

Seja como for, a cidade ganhou preponderância em meio a toda e qualquer proposta de diferenciação em relação ao campo. Sua natureza, definida como representante prático-sensível da totalidade social, conferiu a ela destaque na obra lefebvriana como “obra síntese da sociedade”. A cidade possui a capacidade de tornar simultâneas as ações, as formas e os conteúdos, os quais existiam e aconteciam no campo e no meio natural conforme ciclos e ritmos determinados para além da capacidade de ação humana (LEFEBVRE, 1991a, p.38). Ela exerce, assim, uma centralidade social antes mesmo de qualquer centralidade setorial (do ponto de vista da divisão do trabalho). Como lugar de encontro e reunião, a cidade congrega, de maneira simultânea, todo um palimpsesto sócioespacial, constitui-se em uma obra da sociedade como um todo. Em outras palavras, Lefebvre entende a cidade como uma projeção da sociedade sobre o território. Para tanto, não a reduz apenas à sua dimensão prático-sensível, contemplando, também, as esferas do percebido e do concebido pelo pensamento dos indivíduos como fatores determinantes em sua concepção. Dessa forma, o autor afirma que a subjetividade do pensamento humano, com sua capacidade de atribuir significações e adaptar-se de modo criativo ao meio em que vive e edifica, exerce papel fundamental na construção da obra cidade.

Destarte, o pensamento interescalar de Lefebvre sobre a cidade vem à tona, ganhando ainda mais dimensão ao conceber a especificidade dessa como mediadora entre o que denomina “ordem distante” e “ordem próxima”. A primeira se refere à globalidade social, que contém as dimensões do poder, das ideologias e da cultura, as quais são regidas por poderosas instituições sociais, como a Igreja, o Estado e as Corporações. Essa ordem é suprassensível e transcendente na aparência, não sendo determinada fora das ideologias políticas e religiosas. A segunda, por sua vez, constitui a esfera das relações cotidianas e imediatas entre os indivíduos e grupos sociais que se dão na microescala dos bairros, das ruas, do trabalho e do seio familiar. Essas relações são ligadas a maneiras de viver, de habitar e de modular o cotidiano, particularizando-se – ou singularizando-se – de

acordo com realidades urbanas específicas modeladas por processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais); ao mesmo tempo, são frutos das ações criadoras de indivíduos e grupos (LEFEBVRE, 1991a, 2003). Cabe destacar que a cidade possui a capacidade de se apoderar das significações provenientes das ordens próxima e distante, expondo-as por meio de suas formas materiais, como edifícios, monumentos, disposição de ruas e elementos arquitetônicos.

“Ela [a cidade] as traduz [as ordens distante e próxima] em palavras de ordem de ação, em emprego do tempo. Com o emprego do tempo ela estipula (significa) uma hierarquia minuciosa dos lugares, dos instantes, das ocupações, das pessoas. Além do mais, ela retrata esses imperativos num estilo, conquanto exista uma vida urbana original”. [...] “a cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela [a cidade] tem uma dimensão paradigmática, implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não integrado. Finalmente, ela possui uma dimensão sintagmática: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias” (p.70). (LEFEBVRE, 1991a, p. 68-70).

Com todas essas dimensões, propriedades, capacidades e especificidades, Lefebvre entende a cidade como sendo, ao mesmo tempo, sincrética e sintética da sociedade.

O quadro geral que expomos até o momento buscou situar o surgimento do campo e da cidade como realidades sócioespaciais distintas, assim como apresenta uma primeira escaramuça acerca da caracterização e da diferenciação entre ambos. Ressaltamos, no entanto, que uma prática relativamente comum é a redução desse debate ao momento da diferenciação. Sposito (2013) nos lembra que todo e qualquer processo de divisão do trabalho incorre antes em divisão para uma complementação, sendo mais uma necessidade do que uma separação definitiva. Assim, a divisão do trabalho entre o campo e a cidade produziu, como vimos, uma série de diferenciações sócioespaciais, mas nunca extinguiu as relações entre ambos, seja sob a dimensão econômico-funcionalista, seja sob aspectos do cotidiano e da subjetividade dos indivíduos.

Seja como for, as relações entre o campo e a cidade foram sempre variáveis ao longo da história e em distintas regiões, ora sendo profundamente conflituosas, ora sendo mais associativas. No caso brasileiro, em particular, pode-se inclusive afirmar que, até o século 19, houve maior preponderância do campo sobre a cidade, econômica e politicamente falando, devido ao fato de o país ter se consolidado sob bases econômicas agrícolas. Foi partir de acumulação primitiva advinda

principalmente das culturas de exportação do café e da cana que o Brasil iniciou seu processo de industrialização, resultando em uma inversão da centralidade da vida no campo para a vida na cidade (FAUSTO, 2006). Seja como for, é importante reconhecer que, em meio a conflitos, oposições e diferenciações, a dicotomia campo-cidade, originada a partir de uma divisão do trabalho elementar, persiste e se perpetua. As diferenças foram produzidas e estão aí, carregadas de significações e atribuições socioeconômicas não superadas e ainda reiterada para além do âmbito acadêmico pelos agentes que edificam os territórios.

No âmbito de seu debate sobre a urbanização, Lefebvre (1991a) introduz as concepções de *implosão-explosão da cidade* e de *tecido urbano*, caras a este trabalho. Para o autor, as cidades reúnem condições mais favoráveis às atividades econômicas que requerem grandes concentrações de fluxos, como a indústria e o comércio, por exemplo. Sendo assim, no contexto da industrialização – realidade sobre a qual se debruçou Lefebvre – as indústrias se apoderam das cidades, remanejando-as conforme suas necessidades de reprodução e induzem o seu processo de implosão-explosão. Em um primeiro momento, há a concentração de pessoas, atividades e objetos em uma área restrita, seguindo-se a dispersão generalizada de morfologias urbanas, de modo *fragmentado* e *estratégico*, sobre vastas extensões territoriais (explosão), sem que a centralidade da cidade se perca. Concomitantemente, há uma tendência à deterioração material e vivencial nas áreas centrais, o que impulsiona fluxos populacionais diferenciados às áreas mais afastadas, relegando o centro às formas *desurbanizadas*²⁵ de uso e ocupação, como seu aproveitamento por edifícios de escritórios, fábricas e empresas (implosão).

A partir desse processo de amplificação do fenômeno urbano sob a industrialização – com todos seus mecanismos de produção ampliada de objetos e com suas intensas dinâmicas de consumo, circulação e articulação fragmentada dos territórios – se deu a formação do que Lefebvre denomina de “tecido urbano”. A explosão da cidade resulta na disseminação generalizada e diferenciada da sociedade urbana, com seus objetos e valores, sobre o campo, tornando simultâneas aquelas realidades separadas, apenas teoricamente, sob a divisão do trabalho e sob a aparência. Contudo, não se supõe um desaparecimento do campo face a esse processo, como se a urbanização fosse um fenômeno sócioespacial

²⁵ Abordaremos mais detalhadamente essa terminologia no item 6.5, quando discorreremos sobre as concepções de urbano e rural.

absoluto e homogêneo. *A concepção de tecido urbano reconhece as discontinuidades espaciais entre cidade e o campo, não permitindo contudo uma neutralização recíproca entre ambos.* Nesse contexto, Lefebvre (1991a, p. 75) aponta duas tendências resultantes da “fusão” da cidade ao campo:

- a) considerando apenas aspectos referentes às morfologias espaciais, compostas por objetos e formas prático-sensíveis específicas tanto do campo como da cidade, há uma tendência à sua atenuação em função da disseminação dos mecanismos produção, distribuição e consumo. O domínio do espaço pela lógica de reprodução industrial clama por estruturas padronizadas que viabilizem suas atividades, reduzindo as diferenças entre as formas observáveis na cidade e no campo. Ao mesmo tempo, a ampliação do consumo de massa por meio da propaganda, da produção em larga escala e da facilidade de distribuição, tende a homogeneizar os padrões de consumo, e isso inclui desde o consumo de objetos banais aos padrões de edificação residencial, por exemplo.
- b) a oposição urbano-rural – que engloba a dimensão dos modos de vida, do cotidiano, dos valores e subjetividades dos sujeitos da cidade e do campo, a ordem próxima – tende a se acentuar. Tal fato gera, ao mesmo tempo, conflitos entre grupos e sujeitos do campo e da cidade, assim como novas oportunidades de reprodução do capital imobiliário urbano, como veremos ao longo do trabalho.

Sendo assim, Lefebvre (1991a) indica um caminho para a compreensão das relações campo-cidade no contexto da moderna urbanização: não é possível ignorar as diferenças entre esses “dois meios”, tendo em vista que são frutos de uma divisão social, espacial e técnica do trabalho ainda vigente e necessária. Contudo, é imprescindível considerar que o processo de urbanização atinge o campo, arrebatando desse a vida camponesa e a sua dimensão agrária, gerando uma hibridez de morfologias sócioespaciais rurais e urbanas, com produção de novas formas híbridas em meio à permanência de outras mais antigas. Campo e cidade se mesclam, formando um palimpsesto de formas e conteúdos que a noção de “tecido urbano” contempla. Entretanto, o autor ressalta que, em meio à esse processo, a centralidade, atributo essencialmente citadino em seu debate, não se perde. A

antiga oposição campo-cidade cede, assim, lugar à oposição centralidade-tecido urbano; a primeira como elemento invariável da cidade ao longo de sua existência; o segundo como resultado da implosão-explosão das cidades.

Ressalvamos que, apesar desses apontamentos da urbanização sob a industrialização, pertinentes em uma revisão bibliográfica que busca uma compreensão geral sobre a urbanização e as relações campo-cidade, salientamos que, em Brasília, tal realidade não se aplica de modo direto. A transferência da Capital para o Planalto Central surgiu, dentro de uma estratégia de “modernização do território”, como uma necessidade para redefinir uma nova regionalização interna para o Brasil, no âmbito das demandas da indústria do Sudeste (COSTA e STEINKE, 2014). De acordo com a ideologia desenvolvimentista de JK, materializada em seu Plano de Metas, a urbanização do território constituía-se em um dos pilares para a criação e a ampliação do mercado nacional, cujo *core industrial* mantinha-se concentrado na Região Sudeste (FARRET, 1985; FERREIRA, 2010; COSTA e STEINKE, 2014). Brasília então era a maior iniciativa do Estado dentro dessa premissa, fruto indireto do processo concentrado de industrialização do Sudeste. Conforme aponta Miragaya (2010), a consolidação da Nova Capital se fez a partir de sua função administrativa, principal fonte de renda da cidade que dinamizou principalmente o setor de terciário, em seu âmbito interno, e o setor agrícola, em escala regional. Destarte, não foi a industrialização o cimento da urbanização e da expansão desse fenômeno em Brasília, ainda que seu o quadro sócioespacial guarde morfologias e resultados similares ao de outras metrópoles que passaram diretamente por esse processo (FERREIRA, 1985).

De qualquer modo, reconhecer que o processo de implosão-explosão das cidades resultou, ao mesmo tempo, em uma deterioração de seus centros tradicionais – *locus* de reunião e vivência de diferenças – e na sincretização entre morfologias sócioespaciais urbanas e rurais é apenas um passo inicial à compreensão das relações campo-cidade no contexto da dinâmica dos territórios urbanos. Como perspectiva metodológica para adentrar no debate sobre os problemas da “conceituação” de rural e urbano, partiremos da concepção lefebvriana de morfologias sociais e espaciais/sistemas e objetos e valores. Apenas para fins analíticos, Lefebvre (1991a, 1991b, 1978, 2003) propõe uma divisão possível entre *objetos* – morfologias prático-sensíveis e materiais – e *ações* – morfologias imateriais, ou seja, não objetivas do ponto de vista da matéria. Essa fragmentação

do que denomina de “realidade social” – a qual é inconcebível sem objetos e materialidades – fundamenta-se na premissa de que toda e qualquer obra ou produto material produzido é resultado de uma sucessão de atos e decisões objetivas e subjetivas situadas no tempo e no espaço, permeadas de valores sociais. Cada objeto produzido pelo ser humano contém, então, uma dimensão material, prático-sensível, e uma dimensão que transcende à aparência, dotada de conteúdos e especificidades que se traduzem materialmente no objeto concebido, conferindo-lhe significados. Assim Lefebvre (1991a, p. 54) introduz uma distinção teórica entre cidade, “[...] realidade presente, imediata, prático-sensível”, e urbano, “[...] realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. Desse modo, o autor passa a se referir à cidade – o que é extensível também ao campo – como morfologia espacial e ao urbano – assim como para o rural – como morfologia social.

“Se considerarmos a cidade como obra de certos agentes históricos e sociais, isso leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu ‘produto’. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e ações, de decisões e condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas.” (LEFEBVRE, 1991a, p. 54)

É evidente que Lefebvre faz muitas ressalvas quanto à essa metodologia de análise da realidade social devido à sua forte tendência em separar o urbano e o rural de suas bases prático-sensíveis, o campo e a cidade, com sério risco em se reduzir a análise à metafísica: um crime a um pensador materialista. O autor salienta que esse procedimento é apenas uma decupagem teórico-metodológica.

“Todavia, esta distinção se revela perigosa e a denominação proposta não é manejada sem riscos. O urbano [e o rural] assim designado[s] parece[m] poder passar sem o solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária.” (LEFEBVRE, 1991a, p. 55).

Inspirando-se parcialmente na metodologia proposta por Lefebvre, partindo, contudo, de uma visão antropológica, Carneiro (2012a, 2012b) afirma que as categorias rural e urbano constituem, antes de mais nada, representações sociais, ou mesmo identidades. Essas não designam, portanto, espaços ou morfologias empiricamente observáveis mas sim morfologias sociais que possuem expressões territoriais com alto grau de fluidez, o que permite, assim, falar em expressão de identidades urbanas em espaços tidos como rurais e vice-versa.

“Assim, chegamos à desnaturalização das referências empíricas que sustentam essa dualidade [rural-urbano], tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos. Nesses termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso [...]. Em outras palavras, a desterritorialização da cultura nos permite pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos” (CARNEIRO, 2012a, p. 41-43).

A autora polemiza em relação a alguns princípios do materialismo e também da própria Geografia ao afastar morfologias sociais de morfologias espaciais, para usar os termos do próprio Lefebvre. A própria questão da desterritorialização é bastante controversa, pois tende a simplificar as relações sujeito-território. Apesar dessas ressalvas, as observações da autora mostram-se bastante fortuitas ao debate da questão rural-urbano pois possibilitam a compreensão das transformações nas ruralidades e urbanidades no contexto atual em que ambas, por residirem primeiramente nas práticas e subjetividades dos indivíduos, não se restringem mais apenas ao campo ou à cidade, territorialmente falando.

Marcelo Lopes de Souza (2013), por sua vez, busca uma aproximação ao amplo conceito-matriz de ‘espaço geográfico’ a partir da ótica marxista, dividindo-o em duas dimensões analíticas: a da primeira natureza, que se refere ao estrato natural do espaço não concebido pela ação humana, e a da segunda natureza, que concerne às produções e materialidades humanas presentes no espaço geográfico. Nessa segunda dimensão, residiria o que o autor denomina de “espaço social”, o qual seria, em termos lefebvrianos, o espaço das morfologias sociais e espaciais. Emergem, assim, as duas sub-dimensões do “espaço social”: a material, que conforme já mencionamos, é constituída por objetos prático-sensíveis dotados de significações socialmente atribuídas e materializadas; e a imaterial, que concerne às

relações sociais projetadas sobre o espaço e que atuam de maneira decisiva na produção e transformação da primeira natureza sem conterem, de maneira necessariamente aparente, uma representação material (SOUZA, 2013, p. 31-38).

Em suma, percebemos que a materialidade não esgota o espaço social, sendo esse também um produto de relações sociais que se projetam sobre o espaço geográfico sob a forma de relações de poder, de organização espacial, de territorialização, de simbolização e de vivência cotidiana. Dessa dimensão nascem conceitos derivados como território – compreendido como uma projeção espacial de relações de poder, sendo, assim, uma “relação social diretamente espacializada” – e lugar, como espaço vivido, cotidiano, carregado de imagens e significações (SOUZA, 2013, p.111-134). Vemos então que a separação teórica entre morfologias sociais e espaciais, materialidades produzidas e relações sociais, ações e objetos, é um procedimento metodológico para análise das relações sociedade-meio com alto poder elucidativo. Por isso, assumimos essa metodologia – não sem cuidados – na busca por uma compreensão satisfatória das relações campo-cidade/rural urbano.

Independente da ótica assumida no debate sobre rural e urbano, é quase irrefutável o reconhecimento de que foi a partir da intensificação da urbanização que as relações entre o campo e a cidade – e suas respectivas morfologias sociais – passaram por grandes transformações. A maximização do fenômeno urbano indubitavelmente refletiu em todo o território mundial, em menor ou maior intensidade, seja por sua presença ou até mesmo por sua ausência. As relações entre o campo e a cidade fizeram-se mais complexas, não mais reduzindo-se à mera divisão do trabalho. As fronteiras socialmente colocadas entre ambos, seja por aspectos funcionais-econômicos, seja pelos significados socialmente atribuídos, foram relativizadas, tornando simultâneas as existências urbanas e rurais nos tecidos urbanos, concomitantemente fragmentados e articulados em zonas híbridas e homogêneas do território urbano. Ao reconhecer essa hibridez do tecido urbano, fazemos nossas as perguntas lançadas por Carneiro (2012b, p. 27): “[...] até que ponto categorias genéricas como ‘rural’ e ‘urbano’ são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais na sociedade urbana? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural (e, por que não, ao urbano) na contemporaneidade?”

Ao buscar respostas satisfatórias a essas indagações, o primeiro cuidado que tomamos consiste em considerar o meio rural, o campo, de maneira ampla, não

reduzindo-o apenas à sua dimensão setorial (econômica). Assim, o consideramos sob três dimensões²⁶:

- a) *agrícola*, associada à inserção do campo na divisão sócioespacial do trabalho como produtor de alimentos e matérias-primas. Essa perspectiva, que tende a valorizar em suas análises questões relacionadas aos usos e ocupações do território – sob a normatização e as práticas territoriais efetivas – possui maior fundamentação em argumentos economicistas. Apesar de reconhecermos e tratarmos sobre as demais perspectivas, essa ganhará maior ênfase contextual nesse trabalho;
- b) *agrária*, associada à figura tradicional do camponês, ao arcaico, à escassez, à exploração, à baixa produtividade. Em suma, é a imagem do campo associada aos modos de produção pré-capitalistas, concebida como antagonismo à imagem progressista e modernista da cidade sob a industrialização. Em outras palavras, é a dimensão “negativa” do campo;
- c) *estético-simbólica*, associada à imagem do rural concebida sob a natureza²⁷, valorizando seus atributos vivenciais idílicos e amenos. De maneira similar à dimensão agrária, o rural aqui é concebido como antagonismo ao urbano, entretanto com a sua imagem valorizada face à precarização da vida nas cidades insalubres e superaglomeradas.

Dentre autores os autores que analisamos, observamos que alguns grupos priorizam uma ou outra vertente do campo que listamos. Graziano da Silva (1997), Abramovay (2000) e Kageyama (1998), por exemplo, apontam para uma série de novas atividades produtivas e usos do solo não-agrícolas desempenhados no campo, a se listar: o turismo rural, a agroindústria, os sítios de recreio e residências

²⁶ Depreendemos tais dimensões a partir da leitura dos trabalhos de Abramovay (2000), Carneiro (2005, 2012a, 2012b), Graziano da Silva (1997), Martins (2000), Mumford (1998), Marafon (2010, 2014), Moreira (2005, 2007), Ottoni (1996) e Sposito (2013), sobretudo.

²⁷ No âmbito deste trabalho, a terminologia “natureza” é adotada em seu sentido marxista de “primeira natureza”, designando, assim, a “natureza natural”, não produzida pela sociedade. Tal acepção não é, contudo, assumida sem ressalvas, apesar de seu poder explicativo. “O espaço da ‘natureza primeira’, a rigor, se refere à natureza completamente exterior ao homem e não captada por sua consciência. Ora, o simples fato de se observar e estudar a natureza, mesmo dentro de um enfoque ‘laboratorial’, típico das ciências naturais, já implica uma concepção (e até uma valoração) da natureza; ou seja, até essa forma ‘laboratorial’ de lidar com a natureza, na qual esta não é diretamente investigada como uma ‘natureza para a sociedade’, é, também, expressão do fato inarredável de que, para o homem, a relação com a natureza sempre é mediada pela cultura e pela história.” (SOUZA, 2013, p. 31). O autor continua, afirmando que “pragmaticamente, porém, é possível entender a ‘natureza primeira’ como correspondendo aos processos e ambientes do ‘estrato natural’: bacia hidrográfica, ecótopo, ecótono...”. Cabe ressaltar que, dentro dessa compreensão, a “segunda natureza” refere-se, resumidamente, às materialidades transformadas e/ou produzidas pela sociedade no território.

de fim de semana, dentre outras – o que também observamos no Distrito Federal. Essas novas atividades geram uma grande demanda no setor terciário, realocando mão-de-obra da terra às ocupações não-agrícolas em período integral ou parcial – este último chamado de “*part-time job*”. A pluriatividade familiar é também um fenômeno derivado desse processo, consistindo na inserção de alguns membros de famílias agricultoras no mercado de trabalho não-agrícola. Essas novas formas de uso do território e de vivência seriam responsáveis por novas sociabilidades no campo, constituindo-se também em fatores que reduzem – ou até mesmo invertem – os fluxos de êxodo rural ao proporcionar aos agricultores fontes alternativas de renda, o que torna o campo um polo atrativo à população economicamente ativa. Esse novo quadro, denominado por Graziano da Silva (1997) de “o novo rural brasileiro”, nos mostra que o campo não é mais um *locus* exclusivo das atividades agrícolas, contendo outros tipos de atividades e usos do território. Da “unifuncionalidade agrícola” clássica, observamos um campo que evolui no sentido da “multifuncionalidade rural” o que, no âmbito do Distrito Federal já é reconhecido e estimulado pelo atual Plano Diretor de Ordenamento Territorial, como veremos no decorrer da dissertação.

“Tal como o ‘renascimento rural’ francês, a imagem do ‘novo rural brasileiro’ vai estimular uma série de estudos voltados para a qualificação dessa nova tendência que tem como uma das principais premissas a ruptura (ou relativização) da representação do mundo rural atrelada à atividade agrícola” (CARNEIRO, 2012b, p. 29)

À despeito dessa vertente mais atual de compreensão sobre as dinâmicas territoriais relativas ao campo sob a urbanização, há autores que concebem o rural sob a égide da modernidade, reduzindo-o não apenas à sua dimensão agrícola como também à sua dimensão agrária, associando-o, como já mencionamos, à escassez e ao atraso e tomando-o como característica *sine qua non* de modos de produção pré-capitalistas. Essa perspectiva é a que mais gravemente reforça as dicotomizações existentes entre cidade/urbano e campo/rural, comumente sequer buscando uma compreensão da realidade rural, considerando-a apenas uma antítese arcaica à cidade moderna.

Sobre essa vertente, Martins (2000) lança uma forte crítica, principalmente à Sociologia Rural, acusando-a de ser uma ciência “a serviço da difusão de inovações”

no campo por considerar as populações rurais como “ [...] retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade” (MARTINS, 2000, p. 5). Em outras palavras, a crítica desse autor volta-se contra à acepção unilateral do campo como realidade agrícola-agrária, que considera suas populações como símbolo de resistência às mudanças trazidas pela modernidade, as quais, necessariamente, incorreriam em saltos positivamente qualitativos no bem estar e na qualidade de vida no campo.

“Por muito tempo e para muitos, a sociologia rural foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico. Não raro, o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo “lado negativo”, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade” (MARTINS, 2000, p. 6).

Martins prossegue sua crítica afirmando que:

“Desde os anos 60 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vêm mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento [sob o capitalismo industrial] acarretou um contra-desenvolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. As favelas e cortiços desta nossa América Latina e de outras partes constituem enclaves rurais [em sua dimensão agrária] no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver. O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar” (MARTINS, 2000, p. 9)

Deparamo-nos assim com um quadro em que a modernização da sociedade, tão apregoada por uma ideologia eminentemente urbana, a qual relega o campo e o rural à sua dimensão agrária, não só não extingue o agrário como também o reforça, importando-o do campo à cidade, esta tida no suposto seio de uma modernidade de abastança.

Sem medo de cair em uma associação do rural ao agrário podemos afirmar que os objetos que concernem ao urbano são envoltos em valores tipicamente “modernos”, como a rapidez e a praticidade que, se por um lado “facilitam” a vida

das pessoas, por outro fomentam um consumismo desenfreado por mercadorias criadas a partir da invenção (em sentido estrito) de necessidades artificiais tidas como essenciais (LEFEBVRE, 1991a). De acordo com o mesmo autor, esses objetos são impessoais, estabelecem relação com os indivíduos unicamente pela mediação do consumo, tendo sua concepção e produção distanciadas de seus consumidores, os quais não têm a noção exata do que consomem – e talvez por isso o façam. Por outro lado, essa “praticidade” dos objetos “urbanos” muitas vezes é uma premissa para que as pessoas dediquem-se menos tempo às atividades não relacionadas ao produtivismo e ao consumismo.

Por sua vez, os valores essencialmente urbanos também orbitam entorno do modernismo prático e rápido – evidentemente pois, se não fosse assim, a conexão necessária entre valores e objetos seria rompida. Contudo, podemos acrescentar a esses valores os modismos e a necessidade de previsibilidade, elementos que contribuem para a conformação de um cotidiano urbano burocrático e fragmentado, cuja programação é composta pelos compartimentos do trabalho, do lazer, da vida privada e dos momentos de “exercício” do consumo, tido finalidade e meio de realização da vida urbana sob a primazia dos valores de troca (LEFEBVRE, 1991a, 2003). Os modismos direcionam o consumo, atuando como mecanismos de reprodução capitalista por meio da criação de demandas e necessidades artificiais; ao mesmo tempo, consistem em mecanismos de inclusão e exclusão social, assim como de diferenciação entre segmentos da sociedade.

O que dizer, afinal, sobre os sistemas de objetos e valores rurais?

José de Souza Martins (2000) aponta que o êxodo rural, com seus resultados catastróficos tanto à cidade quanto a muitos dos camponeses que se empreenderam nessa jornada, revelou alguns elementos – ou virtudes – do mundo rural até então ocultados pela primazia do “modernismo urbano”. De acordo com o autor, a ambivalência da modernidade sob o capitalismo trouxe consigo tanto a possibilidade de abundância, em função dos adventos tecnológicos de produção, quanto a facticidade da pobreza extrema, cujo padrão de degradação da vida era infinitamente superior à piores condições vividas no campo. Nesse contexto, o modo de ser e a visão de mundo advindos do mundo rural representam “[...] uma perspectiva crítica poderosa em relação ao desenvolvimento capitalista, à modernização anômala e à desumanização das pessoas” (MARTINS, 2000, p. 7).

“O deslocamento nos mostrou, e já há estudos sobre o fenômeno, que o rural pode subsistir culturalmente por longo tempo fora da economia agrícola. Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e auto-defensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida numa transição que já não se cumpre conforme as profecias dos sociólogos” (MARTINS, 2000, p. 7).

Destarte, ao menos provisoriamente, podemos compreender o sistema de valores essencialmente rurais como fundamentado em relações não-monetarizáveis de proximidade, cooperação e comunidade, bastante evidenciado nas práticas agricultoras em terras comunais no Brasil antes da Lei de Terras de 1850, tal como nos mostra Martins (1992). As sociedades de mútuo socorro e as irmandades, criadas entre os agricultores italianos nas imediações rurais de São Paulo no século XIX, são também uma mostra do cooperativismo e do comunitarismo camponês. Diferentemente de organizações sindicais, as quais possuíam forte conteúdo classista de luta em defesa dos direitos do proletariado ante ao patronato, essas sociedades constituíam-se em organizações “aglutinação social”, buscando mobilizar seus membros entorno da mútua ajuda em caso de doença e durante os períodos de colheita, por exemplo, sem contudo principiar-se em relações de interesse monetário (MARTINS, 1992).

Ao lado da proximidade e cooperatividade entre indivíduos, o lúdico, como elemento de exercício da capacidade de criatividade humana, é também um valor essencialmente rural, como aponta Lefebvre (1991a). O acesso não imediato e não facilitado às mercadorias favorece a espontaneidade, a simplicidade e a criatividade; cria-se objetos, adapta-se uns a outros usos, não os descarta por qualquer motivo banal. A praticidade no meio rural tende a não se reduzir ao simples consumo de objetos prontos; é, portanto, mais estreitamente relacionada ao valor de uso e à capacidade criadora dos indivíduos. Há, dessa forma, um forte elo de ligação entre o indivíduo e o fruto de seu trabalho; criatividade, produção e produto final: uma antítese ao distanciamento dessa relação que podemos observar no meio urbano. É sob essa perspectiva que nasce a compreensão do campo – e da vida que nele se introduz – como proximidade à natureza. Concomitantemente, a sociabilidade no meio rural não se situa nos lugares de encontro apropriados como lugares de consumo, como afirma Lefebvre (1991a, 1991b) sobre o caso da cidade, ela orbita entorno das atividades do lar, assim como nas de produção e subsistência. Como

exemplos, podemos citar o preparo das refeições, a “lida na roça” e os passatempos frugais, todas essas atividades que requerem cooperatividade em prol de um interesse comum que é, muitas vezes, apenas o de sobreviver dignamente.

É nesse momento que emerge a imagem do rural estético-simbólico, cujos valores, objetos e morfologias são apropriados por indivíduos “urbanos”, o que contribui tanto para uma “urbanização do campo” quanto para uma “ruralização da cidade”, seja como for a denominação dada à sincretização urbano-rural. “Os urbanos transportam consigo o urbano [...]”, diz Lefebvre (1991a, p. 117), apropriam-se de ruralidades factíveis e/ou imaginárias, reivindicando valores e elementos que a cidade, usurpada pela primazia dos valores de troca, não pode oferecer, principalmente no que concerne ao lazer e ao encontro. Metodologicamente, esse quadro legitima a separação teórica das morfologias espaciais e sociais, como já discorremos.

“Intricadas relações entre valores e visões de mundo provenientes de universos sociais e culturais distintos estimulam a conformação de uma nova paisagem física e social. Essa dinâmica chama a atenção do observador para a diversidade das relações sociais (e dos valores que as orientam) que têm lugar em um espaço cujas características rurais são normalmente associadas à ideia de homogeneidade social. Ao contrário, o que se observa ali é um processo que torna mais complexas as relações entre os habitantes do lugar e entre esses e os que vêm de fora, e que tem, na disputa pelos diferentes usos do território, um dos eixos de significação” (CARNEIRO; TEIXEIRA, 2012b, p. 67).

À despeito de considerar o campo apenas como *locus* da produção agrícola, Carneiro (2005; 2012a, 2012b) e Moreira (2005, 2007) chamam a atenção para agregar o não-material à esfera da produção. Dessa maneira, há de se considerar o modo como os valores e objetos essencialmente rurais são apropriados pelo circuito de reprodução capitalista, produzindo bens simbólicos fortemente fundamentados em uma imagem idealizada do campo e da vida rural. Nesse processo, há uma clara perspectiva de negação da cidade e o reforço da imagem do rural como um modo de vida mais são – processo esse que não é recente e sim iniciado há séculos, originando as primeiras formações suburbanas, como veremos no Capítulo 1.

“Observamos, nesse contexto, uma revalorização do rural não mais como espaço de produção de bens materiais, mas como uma rica fonte de bens simbólicos que, ressignificados, passam a alimentar uma nova dinâmica econômica e social. A

natureza, principal aglutinador de signos nesse meio, torna-se a base sobre a qual a nova noção de rural se constrói” (CARNEIRO, 2012a, p. 35).

Percebemos assim que a dimensão estético-simbólica do campo e da vida rural são fatores diretamente responsáveis pela hibridização entre o campo e a cidade, o rural e o urbano. É em função dessa dimensão que muitas das “novas” atividades não-agrícolas e usos do solo no meio rural surgiram, caracterizando-o como “novo rural”, “campo urbanizado”, etc. Todavia, seria imprudente desconsiderar a importância que os interesses seletivos das corporações capitalistas e do mercado imobiliário exercem sobre os territórios, concebendo-os conforme sua racionalidade própria que opera de modo a homogeneizar as condições de sua reprodução, seja no meio urbano ou rural. Vejamos, por exemplo, os complexos agroindustriais, clara manifestação urbana no meio rural, e também a questão dos condomínios suburbanos no Distrito Federal, os quais, em grande medida, consistem-se em loteamentos fechados – criados por incorporadores em áreas originalmente rurais – que abrigam membros de classes médias e altas “[...] cujos sentidos estéticos e hábitos de consumo e lazer guardam semelhanças com os dos habitantes do Plano Piloto” (MOURA, 2010, p. 254). Conforme aponta essa autora, muitos dos valores almejados por esses indivíduos possuem traços de ruralidades, como a serenidade e os espaços livres, ainda que preservem comportamentos e ligações funcionais com o centro.

Destarte, não é apenas à dimensão estético-simbólica que devemos atribuir a fusão campo-cidade, rural-urbano. *Apesar dessa ressalva, ousamos afirmar que, no quadro atual, a reprodução do espaço urbano é também balizada pela valorização dos signos e símbolos rurais idealizados.* Sendo assim, ao mesmo tempo em que a cidade e o modo de vida urbano são negados – e emerge uma imagem antitética e idealizada do campo e do rural como uma nova possibilidade de vida – esses não deixam de se reproduzir sobre realidades eminentemente rurais. As ruralidades são, destarte, apropriadas como fatores de valorização de um modo de vida rural imaginário; perdem-se em meio às urbanidades que assaltam o campo sendo, simultaneamente, preservadas tanto como valor de uso quanto como valor de troca. Essa dinâmica dialética, de negação e reafirmação das urbanidades e de valorização, mutação e/ou desaparecimento das ruralidades, constitui a complexidade das relações campo-cidade/rural-urbano que aparecem na dinâmica

territorial do Distrito Federal, mais especificamente sobre suas zonas agrícolas em processo de transformação no que concerne aos usos do território. Os resultados e intercorrências desse processo possuem, objetivamente, claras manifestações sócioespaciais, tendo os subúrbios como melhor recorte empírico, arena de hibridismos e conflitos, com suas morfologias e cotidiano que transitam entre o urbano e o rural.

Considerações sobre o cotidiano como categoria analítica

A vida cotidiana é aquela que nos rodeia, na qual nos inscrevemos e que também escrevemos. Todos a conhecemos e nela nos reconhecemos. É uma dimensão tão próxima a nós que muitas vezes a ignoramos; sua evidência é muitas vezes um fator que a torna oculta. Em termos lefebvrianos, podemos afirmar que a cotidianidade constitui-se na “ordem próxima”, concebida por relações imediatas e modos de vida de indivíduos e grupos os quais, por sua vez, inserem-se uma “ordem distante” que os baliza por mediações e determinações sobretudo ideológicas e culturais. Em outras palavras, podemos compreender o cotidiano como a categoria dos microcosmos dos indivíduos, a qual contém, como fundamento, o critério humano, a dimensão do vivido (na prática) (LEFEBVRE, 1978, p. 88). À despeito de ser uma categoria da microescala, o cotidiano permite o vislumbamento de especificidades das vidas individuais que constituem-se em importantes “portas de acesso” à realidades sócioespaciais mais amplas.

“Riqueza da cotidianidade: nela se esboçam as mais autênticas criações, os estilos e formas de vida que contém os gestos e palavras comuns à determinada cultura. Nela se opera a renovação incessante dos homens: o nascimento e crescimento dos filhos, os conflitos entre gerações. Uma arte, uma imagem, um mito que não permeiem a cotidianidade (o vivido) permanecem abstratos ou morrem. Inversamente, os mais profundos desejos e aspirações mais válidas se arraigam e permanecem nela” (tradução nossa) (LEFEBVRE, 1978, p. 86).

A cotidianidade é também uma categoria que nos permite deparar com os atos espontâneos, com os ritmos fisiológicos, com as paixões, esperanças, frustrações, desejos, angústias e visões de mundo dos indivíduos, elementos esses de caráter eminentemente subjetivos que possuem claras manifestações objetivas (LEFEBVRE, 1978, 2003). Esses elementos são mediações entre as relações

interpessoais que se estabelecem em determinado recorte espacial e contexto sócio-histórico; ao mesmo tempo, mediam as relações entre as formas espaciais produzidas e os sujeitos que as produziram, entre morfologias sociais e espaciais.

“Na vida cotidiana entramos em contato com o mundo humano já realizado, com inúmeros objetos produzidos em lugares distantes ou ocultos (oficinas e fábricas) que se convertem em bens; o conjunto desses bens se oferece às ambições e estimula os desejos; alguns deles nos escapam e são inacessíveis” (tradução nossa) (LEFEBVRE, 1978, p. 85).

Lefebvre (1978, p. 84) afirma que a cotidianidade é passível de ser definida por uma só palavra: *apropriação* (pelos indivíduos, de sua vida em geral, na escala de seu âmbito particularizado). Contudo, essa apropriação da vida estabelece uma relação dialética com a alienação, a qual é definida por Lefebvre (1978, p. 101) como “ [...] toda atividade viva e consciente que se perde, se extravia, arranca-se de si mesma e, por conseguinte, se aparta de sua plenitude, está alienada [tradução nossa]”. Encontra-se, assim, um limite dentro da possibilidade de tratar o cotidiano como uma apropriação da vida, talvez sendo mais sensato considerá-lo como uma apropriação parcial da vida. O próprio Lefebvre (1978, p. 102) levanta essa ressalva pois ela parte do pressuposto que o ócio é o elemento (ou momento) libertador da alienação promovida pela rotina do trabalho parcelário e burocrático. Qual é o limite do ócio como atividade desalienante? Não se torna ele também uma forma amena de alienação em meio a um cotidiano (urbano) fragmentado e compartimentado em momentos controlados e pré-estabelecidos de trabalho, ócio e lazer? São os indivíduos donos de seu próprio destino, de suas próprias vontades, desejos e consciência? Assim, o cotidiano é também expressão da miséria e da pobreza humana pois, em meio à sua riqueza, complexidade e movimento há também a rotina, a repetição alienante de ações e gestos (LEFEBVRE, 1978, p. 86). Reconhecer essa vertente da cotidianidade não reduz o seu valor à pesquisa sócioespacial, pois a monotonia da rotina não deixa de ser reveladora.

“Se nos é exigida uma definição precisa do cotidiano, comecemos a defini-lo negativamente. Se apartamos as atividades delimitadas e especializadas (técnicas, trabalho parcelário) e os valores sociais (cultura e ética), o que nos resta? [...] A substância do homem, a matéria humana, o que o permite viver, resíduo e totalidade ao mesmo tempo, seus desejos, suas relações essenciais com os bens e com os outros indivíduos, seus ritmos – por meio dos quais é

possível passar de uma atividade delimitada a outra totalmente distinta –, seu tempo e seu espaço, seus conflitos” (tradução nossa) (LEFEBVRE, 1978, p. 88).

Interessante apontar que, como categoria de análise da vida humana, o cotidiano é também composto por morfologias espaciais e sociais: ele não “acontece” sem um chão, sem locais de realização e sem objetos, mesmo que seja, a princípio, um conjunto de elementos e dimensões que concernem à escala do ser humano. As materialidades do cotidiano possuem uma expressividade e uma importância não menosprezável, sendo, sobretudo, produtos e intermediários das relações cotidianas. São, destarte, verdadeiros compartimentos do “espetáculo” do cotidiano: permanecem e resistem ao mesmo tempo em que mudam de acordo com a cotidianidade. A rua é tida por Lefebvre como expressão máxima dessa dinâmica: guarda as permanências e os movimentos da sociedade, possui expressão simbólica ao mesmo tempo que comporta os sinais responsáveis pelo condicionamento dos comportamentos; é, por fim, carregada de signos que introduzem profundidade à vida cotidiana, representando “[...] o passado, as ações e dramas pessoais ou coletivos” (LEFEBVRE, 1978, p. 95). Desse modo, Lefebvre confere destaque aos intermediários (locais de passagem e canais de comunicação); nestes o cotidiano discorre, as materialidades ganham maior proeminência do que as relações propriamente humanas, as quais tendem à efemeridade em meio à modernidade veloz e fragmentária na qual vivemos.

“Na sociedade que observamos e da qual fazemos parte, os intermediários [locais e materialidades] têm importância, às vezes exorbitante, em detrimento do que possui mais realidade [as relações humanas]. Este enunciado poderia ser largamente debatido. Contudo, sua veracidade advém da simples experiência prática, quase do sentido comum do cotidiano. Se quer dizer que, ao nosso redor, os lugares de passagem e encontro, como a rua, o café, as estações e os estádios têm mais importância do que os lugares de permanência. Nem sempre foi assim. Em outros tempos, a casa e o local de trabalho tinha tanta realidade com a rua. Os meios de comunicação estavam subordinados aos homens, assim como os intermediários” (tradução nossa) (LEFEBVRE, 1978, p. 92).

Dada a amplitude e as possibilidades de abertura da categoria da cotidianidade, Lefebvre (1991a, 1978, 2003) aponta três de seus elementos – ou seus compartimentos mais comuns e abrangentes – a partir dos quais podemos compreendê-la: a vida no trabalho, a vida familiar e o ócio (lazer). Fundamentando-se nessas três dimensões do cotidiano é possível estabelecer um

ponto de partida à uma análise das relações campo-cidade além das dimensões da divisão do trabalho, do “novo rural” e, sobretudo, da dicotomia campo-cidade/rural-urbano. Como já discutimos, não se trata de propor uma superação de todas essas perspectivas pois elas são factíveis e válidas pois campo e cidade, ruralidades e urbanidades, não deixaram de existir. Trata-se, assim, de propor uma perspectiva analítica, teórico-metodológica que não se limite à diferenciação e que almeje um caminho que melhor comporte os sincretismos do tecido “urbano-rural”. Desse modo, a cotidianidade emerge como uma categoria que contempla, a partir dos microcosmos suburbanos, as articulações tecidas entre o campo e a cidade na atualidade. Em meio aos compartimentos do cotidiano – a vida privada (familiar), a vida laboral (trabalho) e o ócio (lazer) – emergem também problemáticas do tecido urbano, como a sua fragmentação pela sua dispersão, os conflitos por uso e ocupação do território e a articulação das dimensões cotidianas a partir dos deslocamentos individuais.

CAPÍTULO 1

POR UM RESGATE DOS SUBÚRBIOS COMO RECORTES ANALÍTICOS DOS TECIDOS URBANOS

No âmbito desse trabalho, compreendemos os subúrbios como recortes espaciais do tecido urbano nos quais, de maneira mais proeminente, revelam-se traços da dinâmica do território urbano em expansão. Emergem portanto questões envolvendo a relação campo-cidade – sob a perspectiva dos usos territoriais –, tendo em vista que o processo de metropolização pelo qual passa Brasília ocorre diferencialmente sobre o território. Nesse contexto, consideramos que a expansão das morfologias urbanas da Capital consiste-se em um processo que incorpora o território de modo seletivo, disperso e parcial²⁸, resultando na formação de Zonas Híbridas principalmente nas áreas limítrofes do tecido urbano, onde coadunam-se usos urbanos e rurais, assim como populações de distintos estratos sociais (tanto quanto ao nível quanto à fonte de renda, a qual pode ser derivada de atividades agrícolas ou urbanas).

Estabelecem-se nessas *Zonas Híbridas do Distrito Federal*, que entendemos como sendo formações suburbanas, uma expansão paulatina de usos residenciais urbanos sobre áreas originalmente destinadas às atividades agrícolas sem que, necessariamente, as ruralidades do território se percam em meio às urbanidades. Comumente, as demandas daqueles que migram do centro aos seus arrabaldes é justamente uma busca por amenidades bucólicas, o que supõe certo grau de preservação das ruralidades originais daquele território, no mínimo à dimensão estético-simbólica, como atributos de valores vivenciais e imobiliários, como detalharemos adiante. No caso do Distrito Federal, conforme aponta Moura (2010), valores como “casa com quintal”, “segurança”, “liberdade infantil” e “sociabilidade de vizinhança”, dentre outros, são comumente apontados por habitantes dessas zonas como determinantes na sua decisão de ali morarem. Tal fato associa-se no DF à dinâmica da seletividade espacial, que limita a capacidade de aquisição de imóveis no Plano Piloto por indivíduos de classe média, empurrando-os para áreas mais afastadas – porém facilmente acessíveis – onde prioriza-se apenas o uso residencial do território (FERREIRA, 1985; MOURA, 2010). Em linhas gerais, esse quadro caracteriza a questão dos subúrbios no DF, tratados por vários autores, em acepção mais ampla, como “condomínios” e/ou loteamentos irregulares, produtos tanto da lógica do mercado imobiliário, quanto das lógicas do Estado e da necessidade, as quais operam na dinâmica do tecido urbano brasiliense, como apontam Campos e

²⁸ JATOBÁ (2010), PAVIANI (1985, 2010), FERREIRA (1985, 2010).

Medeiros (2010). Respectivamente, essas lógicas operam desde incorporação de terras para o mercado até a necessidade da moradia a partir da aquisição do imóvel, fatores esses responsáveis pela voraz expansão e adensamento de morfologias urbanas no território do DF. Salientamos, portanto, a necessidade em lançar um olhar sobre os subúrbios, dadas as particularidades desse recorte, cujas características manifestam traços da dinâmica da expansão do território, do jogo de forças entre os agentes sociais, da relação campo-cidade e ainda da hibridez do tecido urbano.

1.1. SOBRE A ACEPÇÃO DE “SUBÚRBIOS”: UM RESGATE CONCEITUAL

Em linhas gerais, observamos certa tendência na literatura em considerar os subúrbios como formas rural-agrícolas residuais situadas nos arrabaldes da cidade, à eminência de serem extintos pela mancha urbana. É também comum a equalização entre subúrbios e periferias, nivelando morfologias sócioespaciais particulares e distintas com base apenas no critério da localização relativa à área central da cidade. Marcelo Lopes de Souza (2005) faz-nos uma observação importante em relação a esse último equívoco, afirmando que uma das maiores dificuldades encontradas em Ciências Humanas reside no uso das palavras e em seus significados atribuídos. Pergunta esse autor: “como tratar conceitos e noções com o rigor científico necessário utilizando palavras de uso geral?” Não é raro que termos de uso comum sejam “importados” ao meio científico de maneira descuidada; “subúrbios” é, dentre outros, uma vítima nesse processo. De maneira similar, ainda constituindo outro equívoco, os subúrbios são comumente tomados como sinônimos de cidades-jardins, associação essa que desconsidera tanto o que são os subúrbios quanto a concepção original da Cidade-Jardim, tal como pensou Ebenezer Howard, seu idealizador. Nessa confusão, apenas o quesito estético é considerado, como a preconização dos espaços verdes livres entre edificações esparsas, sendo que esse não era – nem de longe – o fundamento principal da utopia de vida elaborada por Howard em 1898. Ademais, os subúrbios são também frequentemente tomados como morfologias que não mais existem, assim como realidades sócioespaciais não pertinentes ao contexto da metrópole brasiliense.

Na ânsia por resgatar os subúrbios como recortes analíticos factuais para a compreensão da dinâmica territorial de Brasília, atualmente calcada na expansão de áreas residenciais sobre áreas agrícolas, conformando Zonas Híbridas no território, consideramos imprescindível compreendê-los como uma pluralidade. Por isso não dizemos “subúrbio” e sim “subúrbios”. Reconhecer essa diversidade de formas e manifestações dos subúrbios consiste em um passo importante tanto para considerá-los significativos para a análise do tecido urbano brasiliense quanto para contemplar sua complexidade. Evitamos, destarte, classificações recorrentes como “subúrbio-rural”, “subúrbio-industrial” e “subúrbio-jardim”, dentre outras. Mais do que fortuitas, essas caracterizações favorecem compreensões fragmentadas sobre essas morfologias sócioespaciais, ocultando suas peculiaridades. É evidente que, se almejamos tomá-los como recortes analíticos da dinâmica territorial, *é necessário que busquemos uma unidade em meio à sua diversidade*. Para tanto, será necessário que façamos uma breve digressão, analisando os subúrbios em diferentes situações e contextos históricos a partir dos autores que primeiramente abordaram o tema.

Ressaltamos que os autores que referenciam o debate nesse momento, e que foram alguns dos pioneiros ao tratar sobre a temática dos subúrbios, debruçaram-se sobre os casos europeus, estadunidenses e, no Brasil, sobre o caso de São Paulo, contextos em que a industrialização balizou o processo de urbanização – o que certamente não cabe a Brasília, como já mencionamos. Buscamos nesses não uma simples transposição de ideias para a análise dos subúrbios em Brasília, o que seria um procedimento incabível, mas sim os fundamentos da noção sobre o que são os subúrbios. A partir da identificação desses fundamentos, que sintetizamos ao final desse capítulo, traremos a ideia de subúrbios para o caso brasiliense como subsídio à compreensão da dinâmica do território nos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita, Zonas Híbridas por apresentarem usos territoriais e morfologias sócioespaciais rurais e urbanas e concomitância.

De antemão, podemos afirmar que os subúrbios no Distrito Federal constituíram-se, inicialmente, à luz do Plano de Abastecimento de Brasília, elaborado por Albuquerque em 1958. Sendo assim, os Núcleos Rurais e as Colônias Agrícolas foram inicialmente planejados em atendimento a duas demandas da Capital que nascia: a necessidade de provê-la de abastecimento alimentar e a necessidade da

NOVACAP de colonizar as terras do Distrito Federal recém desapropriadas pelo Estado, garantindo, assim, não apenas a propriedade mas também a posse das terras. No caso dos Núcleos Rurais, situados em áreas mais distantes do Plano Piloto, cada um contava, internamente, com uma Agrovila, a qual visava o atendimento básico das demandas por serviços públicos, comércio e lazer. Tal estrutura, além objetivar a fixação dos agricultores, favorecia também a criação de uma sociabilidade de bairro em escala local a partir dos pontos de encontro nela edificadas.

Mais recentemente, os Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas passam por um processo de transformação quanto aos seus usos territoriais. Se inicialmente inseriam-se no contexto brasiliense como áreas agrícolas habitadas por agricultores, hoje apresentam-se como Zonas Híbridas, dada a expansão de usos residenciais por indivíduos sem vinculação laboral com a terra em seu âmbito, como vimos. Destarte, observamos, a título de primeira aproximação, algumas das especificidades dos subúrbios de Brasília como “pano de fundo” para estabelecermos paralelos com a análise das referências que se segue.

Provisoriamente, podemos entender os subúrbios como aglomerações rurais (agrícolas, agrárias e estético-simbólicas) imediatas às cidades cuja origem é quase tão remota quanto o surgimento dessas, como aponta Mumford (1998, p. 522). O mesmo autor continua, afirmando que a existência dos subúrbios talvez explique a própria sobrevivência das cidades antigas e medievais face às condições de vida insalubres dentro de seus limites murados. Apesar de dissociar cidade e subúrbio, Mumford já explicitava uma relação necessária entre ambos, não apenas sob uma perspectiva funcionalista mas sob o âmbito elementar da sobrevivência. Por sua vez, compreendendo que os subúrbios constituíam-se em “agrupamentos de pessoas estabelecidos além dos limites das cidades”, Tuan (2012, p. 311) destaca que, desde sua origem, essas morfologias sócioespaciais caracterizaram-se por ser, ao mesmo tempo, exteriores e associadas às cidades. Assim, conformavam-se entre ambos relações de complementariedade fundadas ora na divisão social e territorial do trabalho, ora na sobrevivência – esta, sobretudo, sanitária. De qualquer modo, historicamente os subúrbios se configuraram tanto como ambientes de autossegregação – nos quais a aristocracia urbana estabelecia retiros de uso sazonal como forma de fuga às mazelas e insalubridades da vida na cidade –

quanto de segregação, agrupando fora dos muros das cidades os mais pobres e rejeitados, além de atividades agrícolas e fabris (TUAN, 2012, p. 312). José de Souza Martins (1992) acrescenta a essas acepções uma interpretação ainda mais específica sobre os subúrbios: esses “[...] seriam aglomerados rurais cuja população tem vínculos cotidianos com a cidade e que, em consequência, organiza sua inteligência das condições de vida segundo um modo de pensar tendencialmente urbano” (MARTINS, 1992, p. 195). Com isso, as relações campo-cidade/urbano-rural nos subúrbios são relativizadas não só sob critérios de localização e de função econômica, mas também a partir de um olhar mais atento sobre os sujeitos locais e seus modos de viver e de pensar.

Sinteticamente, depreendemos que os subúrbios desde sempre estabeleceram uma relação de mão-dupla perante às cidades, ora dependendo delas no que concernia às atividades de troca, serviços, vida pública e social, ora complementando-as, exercendo a função de abastecimento agrícola e industrial, sendo local de residência da mão-de-obra urbana, ou mesmo sendo um retiro sazonal das classes mais abastadas da cidade. A concatenação entre essas duas morfologias espaciais é inegável e necessária; emergem, assim, questionamentos sobre a validade de sua separação, a qual encontra na concepção do tecido urbano uma possibilidade de superação por não mais centrar-se na simples oposição cidade-campo mas sim entendendo-as como fragmentos de uma totalidade “urbana”, como recomenda Lefebvre (1991a).

A explosão dos subúrbios como um fenômeno eminentemente residencial se deu no contexto da Revolução Industrial na Europa. Interessa-nos aqui não analisar um processo que se deu em uma realidade externa à nossa, temporal e espacialmente falando, mas sim as prerrogativas que o fundamentaram, as quais de fato nos serão úteis no âmbito deste trabalho. Mesmo com essa ressalva, necessária para não nos tornarmos anacrônicos ou “fora de sítio”, a narrativa entorno da suburbanização no caso europeu se faz oportuna tanto para compreender seus elementos motrizes quanto pelo fato de ela ter sido analisada de maneira mais ampla do que os casos brasileiros. Destarte, o objetivo dessa etapa é de identificar possíveis universalidades relacionadas aos subúrbios para apenas então adentrarmos nas especificidades dos nossos referenciais empíricos.

O ambiente da cidade no contexto do industrialismo europeu repelia a vida saudável tanto devido às consequências ambientais da concentração industrial quanto devido à falta de saneamento básico e à proliferação de uma pobreza generalizada a partir da realização do capitalismo industrial. Nesse contexto, as classes urbanas abastadas iniciaram um movimento escapista das cidades constituindo em seus arrabaldes espaços de autossegregação. O que antes era apenas um retiro campestre sazonal passou a ser, naquele momento, um retiro definitivo. A vida nos subúrbios era associada à liberdade, à saúde, à segurança, à paz e à proximidade à natureza, valores que representavam exatamente o oposto do que era a vida nas cidades supercongestionadas. Ganhava, assim, um significativo impulso a dimensão estético-simbólica do campo, cujas características vivenciais eram idealizadas de maneira positiva em oposição à tragédia protagonizada pela cidade. Nesse contexto, Mumford (1998, p. 524) ressalta que os deslocamentos cotidianos da cidade ao campo exerciam importante papel na justificação psicológica dos subúrbios. Contemplava-se, em um curto espaço de tempo, o “céu” e o “inferno”, a amplidão e o enclausuramento, o frescor e a fumaça. A vivência desses contrastes aguçava os sentidos e reforçava o subúrbio como uma opção de vida primorosa.

Por seu afastamento do centro urbano e por seu caráter eminentemente residencial, os deslocamentos centro-subúrbios assumem uma dimensão importante no cotidiano dos seus habitantes, conectando seus lugares “antagônicos” e complementares de vida: sua casa, seu trabalho e seus locais de lazer. Podemos facilmente depreender dessa passagem uma relação entre o campo e a cidade que extrapola a compreensão econômico-funcionalista de que ambos constituem polos de uma divisão sócioespacial do trabalho. O cotidiano dos subúrbios, pautado nos deslocamentos pendulares e no estabelecimento de lugares que abarcam os meios rural e urbano emerge, ainda de maneira tímida, como uma outra dimensão das relações campo-cidade.

Essas características encareciam a vida nos subúrbios o que, de acordo com Mumford (1998), limitava seu crescimento em extensão, favorecendo o ressurgimento do senso de vizinhança em escala local, algo em extinção nas grandes cidades esfaceladas e que remontava ao antigo componente da aldeia. Sobre esse aspecto, Tuan (2012) aponta que, no âmbito das comunidades suburbanas norte americanas, a vida cotidiana tendia a se introverter ao seio

familiar, com a valorização da família e da segurança dos filhos. Fortaleciam-se, também, os laços cooperativistas entre os membros da pequena comunidade, com a valorização das relações imediatas entre seus membros, o que é sobretudo atribuído, segundo o autor, à escassez de recursos nos agrupamentos localizados nos arrabaldes das cidades. Desse modo, estabeleceu-se uma pequena “comunidade” de pessoas identificáveis face a face. O senso de vizinhança ganhou, nesse momento dos subúrbios, uma dimensão não alcançável nas cidades, servindo inclusive de inspiração à formulação do conceito urbanístico de “unidade de vizinhança”, de Clarence Perry²⁹ (MUMFORD, 1998, p. 540).

“Em muitas comunidades suburbanas, a própria ausência de qualquer estrutura de governo local promoveu a organização de vizinhos [...]. Embora o motivo para o êxodo suburbano fosse, em grande parte, escapista, politicamente o subúrbio poderia ser descrito como uma tentativa de reduzir a comunidade urbana funcional a um tamanho suficientemente pequeno para ser tratado por uma família individual.” (MUMFORD, 1998 p. 540).

Ao se analisar os preceitos gerais do movimento suburbano nos casos europeu e norte americano, e posteriormente em parte do caso brasileiro, é possível estabelecer uma vinculação íntima entre esse movimento sócioespacial e alguns dos fundamentos da expressão romantista que extrapolam o mero formalismo identificado por Mumford (1998). O Romantismo era, antes de tudo, uma expressão de descontentamento com as novas estruturas sócioespaciais impostas pelo capitalismo industrial, uma reposta a um conflito ideológico posto entre a cidade – como nova centralidade da vida social, econômica e política da sociedade – e o campo, que representava o antigo feudalismo na Europa e a estrutura latifundiário-escravocrata no Brasil (BOSI, 2006). A polarização ideológica cidade-campo nasceu, portanto, de um discurso intrinsecamente urbano, que tomava a cidade como o novo centro do desenvolvimento e do progresso da moderna sociedade capitalista, plena

²⁹ O conceito urbanístico de unidade de vizinhança, elaborado por Clarence Arthur Perry em 1929, visava a constituição de áreas residenciais de tamanho limitado que congregassem o atendimento a todas as demandas diárias básicas relacionadas a serviços, lazer e consumo (mercado, escola e parques, por exemplo) alcançáveis a pé. As artérias de tráfego e fluxos de mercadorias e serviços deveriam ser desviados para fora da unidade de vizinhança, valorizando a escala do pedestre e favorecendo o encontro entre as pessoas. De acordo com Mumford (1998), Perry desenvolveu esse conceito ao conviver por certo período de tempo em uma comunidade suburbana nos Estados Unidos. Inspirado pelo senso de vizinhança resgatado nessas comunidades, pensou em como transplantá-lo às grandes cidades. Surgiu assim a ideia de fracionar, em unidades residenciais completas, o tecido urbano contínuo, superaglomerado e setorizado. A unidade de vizinhança foi um do “pilares” do Plano Piloto de Brasília, sendo o princípio urbanístico das Superquadras e, mais do que isso, o princípio de ocupação das áreas rurais do Distrito Federal, hipótese nossa e que trabalharemos ao longo da dissertação.

de liberdades e oportunidades; o campo, por sua vez, representava a velha estrutura social do trabalho compulsório e da restrição da liberdade, um estágio arcaico e agrário da sociedade que deveria necessariamente ser superado. O Romantismo ia na contramão desse “urbanismo absoluto” vigente, pregando em suas produções um outro idealismo, regressivo e saudosista, no plano da relação com o mundo: o retorno à mãe-natureza, o refúgio no passado e o abandono ao sonho e às demasias da imaginação (BOSI, 2006, p. 92). Com base nessas premissas, o campo passou a ser idealizado tanto como *locus* de salvação, onde a simplicidade e a moral do homem antigo do campo representavam uma contraposição às vilezas do citadino, quanto como o *locus* da natureza: uma reação quase que total à cidade e às suas mazelas.

Como um movimento artístico essencialmente burguês, o Romantismo legitimou diretamente a evasão das elites urbanas rumo aos subúrbios desde o final do século XVIII na Europa e, posteriormente, no Brasil. Contudo, seria demasiadamente equivocado inferir que esse movimento artístico determinou o suburbanismo autosegregatório, pois a literatura sobre os subúrbios nos mostra que, no transcorrer da história, as elites sempre tiveram uma tendência a se afastar das aglomerações urbanas em situações de caos ou desordem³⁰. O mais importante legado romântico ao subúrbio não se refere, portanto, à sua gênese, tendo apenas reforçado seus preceitos; concernia, sobretudo, à sua dimensão estético-simbólica.

A partir de meados do século XIX a liberdade formal da estética literária do Romantismo passou também a influenciar a arquitetura e o planejamento urbano (MUMFORD, 1998). O princípio do *laissez-faire*, ou seja, da espontaneidade e da negação das formas rígidas, passou a ser aplicado ao planejamento das cidades: um antagonismo ao modelo de urbanização sob a racionalidade capitalista do máximo aproveitamento da terra. A inflexível planta em tabuleiro de xadrez e a concentração de edificações em uma área reduzida cedeu espaço à planta aberta, valorizando tanto espaços livres como um gabarito mais orgânico, priorizando uma intervenção mínima no ambiente a ser ocupado. Com isso, os novos padrões de planejamento de ocupação da terra preconizavam uma ambientação típica de

³⁰ Conforme mencionamos anteriormente, temos como exemplo o caso das *villas*, locais de retiro das elites romanas. Outro exemplo interessante de se considerar é a narrativa “*Decameron*”, de Giovanni Boccaccio, que conta a história de um grupo de jovens que fogem da cidade de Florença, consumida pela Peste Negra em meados do século XV, rumo aos subúrbios da cidade para se salvarem em meio às amenidades e à saúde oferecidas pela vida no campo.

parque, respeitando a vegetação e o relevo naturais, sobrepondo as dimensões do verde e a amplidão às construções realizadas. Mais do que uma concepção estética, o “urbanismo romântico” continha um racionalismo próprio e economicamente legítimo: ao minimizar as interferências no sítio, valorizava-o esteticamente ao mesmo tempo em que empregava menos tempo, esforço e recursos financeiros em suas obras (MUMFORD, 1998). Essa inovação no modo de planejar a ocupação da terra iniciaram-se e ganharam maior notoriedade nos subúrbios e, como aponta Mumford (1998), foram um dos principais legados deixados por eles ao planejamento urbano – juntamente com a ocupação em planta aberta e a unidade de vizinhança, princípios esses trazidos para o Plano Piloto de Brasília. “Quanto mais perto o subúrbio se manteve da meta romântica, maior foi a sua contribuição à concepção da cidade como um ambiente misto, cuja textura se entreligava com o campo” (MUMFORD, 1998, p. 536).



Figura 8: Welwyn Garden City, Hertfordshire, Inglaterra. Nesta imagem de Welwyn, subúrbio de Londres e concebida como uma Cidade-Jardim, planejada pelo próprio Howard, observamos como a disposição das ruas obedece às curvas de nível do relevo local. Interessante é também notar como a vegetação natural é componente ativo na paisagem. Fonte: Jason Hawkes, Aerial Photographer.



Figura 9: Setor de Mansões Park Way, Quadra 26, Brasília, Distrito Federal. Subúrbio de Brasília, o Park Way também teve forte influência do urbanismo romântico em seu planejamento, o qual elaborado pelo próprio Lúcio Costa em 1957. Nesta imagem, vemos em detalhe a Quadra 26: seu formato curvo obedece à linha descendente do relevo local, deixando a área mais rebaixada (área verde na parte de baixo da foto) – e menos propensa à edificações pelo risco de alagamento – livre de ocupações. Nota-se também grande expressividade de vegetação nativa preservada. Fonte: Fernando César de Castro, 2009.

1.2. PARTICULARIDADES DOS SUBÚRBIOS NO BRASIL

Até o momento, nossos apontamentos sobre os subúrbios, suas características e origens, advém dos padrões “clássicos” de urbanização e industrialização que se deram no continente europeu e norte americano. Sinteticamente, esse “modelo” parte do pressuposto de que o processo de industrialização sediou-se nos centros das grandes cidades devido às vantagens comparativas existentes em áreas com maior concentração de infraestrutura e circulação de pessoas, a se mencionar, por exemplo, a acessibilidade facilitada, a disponibilidade de mão-de-obra e mercado consumidor e as economias de escala. As indústrias, ao mesmo tempo em que dinamizaram e diversificaram a economia urbana e favoreceram a amplificação das redes de produção, distribuição e consumo, provocaram uma paulatina deterioração do ambiente e da vida nas

idades. Poluição, exploração humana e produção em massa de uma pobreza extrema acompanharam a moderna indústria capitalista como uma antítese necessária e resultante de seu advento. Esse quadro de calamidade urbana causado pela industrialização foi, no caso europeu, responsável pelos processos de explosão e implosão das cidades em fragmentos de um tecido urbano, concomitantemente uno e disperso, agregado e desagregado (LEFEBVRE, 1991a, 1991b, 2003). À implosão do centro seguiu-se a explosão da cidade, processo esse dado tanto pelo incremento da população quanto pela necessidade cada vez maior de dele se afastar por parte principalmente das elites urbanas. Eis o processo de suburbanização, *classicamente* associado ao ideário romântico de evasão e fuga da cidade em busca de um lugar ameno.

Analisando o caso da cidade de São Paulo, José de Souza Martins (1992), por sua vez, lança a tese de que o processo de industrialização nessa cidade se deu de maneira inversa ao padrão centralizado europeu, situando-se, primordialmente, em seus subúrbios – estes tidos, nessa concepção, como zonas rurais imediatamente próximas à cidade. Dentre os principais fatores que promoveram essa industrialização dispersa em São Paulo, Martins (1992, p. 177) aponta a manipulação da renda fundiária como fator preponderante, a qual impunha diferenças significativas nos preços das terras na área central da cidade em relação a locais mais afastados. Tal fato resultou em uma migração em massa de indústrias da cidade para os seus subúrbios – especialmente àqueles cuja acessibilidade era facilitada. Possibilitava-se, assim, a transformação da renda fundiária, representada pelo preço dos imóveis, em capital aplicado em instalações e equipamentos. Concomitantemente, a escolha de um local menos valorizado também possibilitava uma menor conversão de capital ativo em renda fundiária (capital passivo) ou, ainda, a aquisição de maiores porções de terra como investimento fundiário especulativo.

Esse movimento das indústrias rumo aos arrabaldes de São Paulo redundou em uma grande redefinição das relações campo-cidade, com os subúrbios, morfologias sócioespaciais de caráter eminentemente rural (agrícola e agrário, nesse caso), sendo invadidos pela cultura, valores e formas metropolitanas, conformando Zonas Híbridas no território (MARTINS, 1992, p. 10) Desse modo, os subúrbios paulistas deixaram de ser apenas externalidades conectadas à cidade por vínculos estritamente funcionais relacionados às atividades de produção e abastecimento agrícola. No caso da metrópole paulista, esses locais sediaram o

processo de industrialização no Brasil, ao mesmo tempo que eram também zonas rurais de caráter agrícola-agrário. Essa hibridez sócioespacial particular dos subúrbios de São Paulo proporcionou aos moradores locais a vivência de uma condição operária – como funcionários das indústrias locais – em um ambiente rural (agrícola-agrário), conforme aponta Martins (1992). Do mesmo modo, as formas organização e de cooperação social do campo e da cidade sobrepunham-se em diversas dimensões do cotidiano dos moradores do subúrbio: desde a esfera do trabalho às entidades de mútuo socorro, que ora apresentavam características ligadas ao mundo agrário (campesino/medieval) – como era o caso as irmandades – e ora mostravam-se com caráter eminentemente urbano – como era o caso das sociedades de mútuo socorro (MARTINS, 1992). Entretanto, a hibridez sócioespacial desses subúrbios não se manifestava apenas no cotidiano de seus habitantes, sendo ainda mais proeminente em sua paisagem, a qual constituía-se em “[...] um típico cenário suburbano, com edifícios industriais implantados no meio de uma zona agrícola, compondo uma mescla entre formas econômicas e sociais arcaicas [agrárias] e o novo modo de produzir da fábrica” (MARTINS, 1992, p. 15).

Esses breves apontamentos sobre os subúrbios de São Paulo mostram-se extremamente fortuitos à justificação da nossa hipótese sobre a “pluralidade suburbana”. A idealização da natureza e a constituição de espaços de autossegregação mostra-se, então, apenas como uma vertente do movimento suburbano, pertinente e contemporânea, mas não una. Esse próprio movimento, aparentemente apenas autossegregatório, pode também possuir, em sua essência, um caráter segregatório, como veremos no caso do Núcleo Rural Lago Oeste. Cabe-nos, destarte, reconhecer que há, em uma perspectiva macroescalar e universal, uma dinâmica de fragmentação dos tecidos urbanos que tende a tomar de assalto as áreas rurais imediatas às cidades, ora destituindo suas ruralidades por completo ora mantendo suas características, seja por qual motivo que for. Interessa-nos, assim, aquelas áreas em que essas ruralidades permanecem e se hibridizam a um conjunto de urbanidades. Sem ter em conta, *a priori*, seus “teores”, formas e temporalidades específicas, podemos afirmar que é essa hibridização entre ruralidades e urbanidades que, ao nosso ver, caracterizam os subúrbios como morfologias sócioespaciais particulares. Consideramos, a partir dessa compreensão, sua pluralidade.

1.3. HABITAR E HABITAT: A MASSIFICAÇÃO DOS SUBÚRBIOS E A FRAGMENTAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS

Independentemente de como se deu o processo de industrialização em determinado local – seja o padrão clássico europeu ou mesmo o padrão disperso identificado, no caso de São Paulo, por José de Souza Martins – o resultado é, a grosso modo, bastante similar: a cidade se desagrega, fragmenta-se em setores que constituem-se em receptáculos de atividades cotidianas compartimentadas: há os lugares do trabalho, da moradia e do lazer, todos unidos pela necessidade imprescindível de se realizar grandes deslocamentos. É importante ressaltar que esse processo, que analisamos a partir de suas origens identificadas, é ainda contemporâneo e mundial. Apesar de ter ganhado novas formas e tornado-se mais complexo, ainda possui essência similar à do passado. O urbanismo moderno nada contribui para a “melhora” desse quadro; pelo contrário, determina-o e planeja-o, expropria o direito à cidade de seus habitantes ao “otimizar” os territórios de acordo com as demandas empresariais e industriais; o elemento humano, que confere vida à cidade, é relegado ao último plano (LEFEBVRE, 1991a, 2003). Ao tecer tais afirmações a partir dos autores supracitados, evidenciam-se as similaridades ao tecido urbano de Brasília e suas dinâmicas territorial, narrativa da introdução deste trabalho.

Seja como for, não apenas a degradação ambiental das áreas centrais é responsável pela explosão da cidade, gerando os processos de periferização e suburbanização; nesse ponto, José de Souza Martins (1992) é preciso ao tratar sobre a manipulação especulativa dos valores da terra e dos imóveis urbanos como fator crucial no processo de pulverização de objetos e pessoas por amplas áreas urbanas desagregadas, processo também pertinente ao caso brasileiro, como vimos. Assim, se em alguns casos a degradação das condições de vida na área central da cidade motivou o movimento escapista das elites rumo aos subúrbios, idealizando a vida no campo como mais saudável e prazerosa, em outros foi a manipulação da renda fundiária que promoveu a dispersão tanto de indústrias quanto das classes mais pobres em direção a áreas cada vez mais distantes do centro. Nem ricos e nem pobres, as classes médias situaram-se, nesse processo, em uma via de mão-dupla: membros de parcelas emergentes poderiam considerar a

possibilidade de “escapar” da cidade junto com a elite urbana, endividando-se para manter um certo *status* ao dispendir mais recursos para deslocar-se aos subúrbios e manter maiores casas e terrenos; para outros, impossibilitados de conseguir elevar seu padrão residencial na área central da cidade devido à manipulação dos valores imobiliários, os subúrbios apresentaram-se como uma alternativa de fazê-lo de maneira menos dispendiosa – pelo menos a curto prazo. Vemos, assim, que as fronteiras entre a autosegregação e a segregação sócioespacial são mais tênues do que a simples oposição por classe social nos permite inferir. Nesse quesito, o caso de Brasília, uma metrópole não industrializada e que vive a dialética do planejado-concebido, é um caso emblemático.

Em meio à essa dinâmica urbana de dispersão fragmentada e fragmentária a partir da área central da cidade, é possível identificar dois movimentos centrífugos, distintos no que concerne aos seus conteúdos sócioespaciais, ligados tanto às classes sociais que os realizam quanto às morfologias resultantes: a suburbanização (que pode assumir caráteres autosegregatórios e segregatórios, como vimos) e a periferação (fundamentalmente segregatória). À despeito das particularidades de cada um, esses dois movimentos resultam, aos seus modos, na produção de “habitats” urbanos, redundando, necessariamente, na perda do sentido de “habitar” da cidade (Lefebvre, 1991a). Destarte, o “habitar”, qualidade *sine qua non* das cidades, fundamentado na participação ativa dos sujeitos na vida social e na construção de sua obra comum e coletiva – a cidade, meio em que vivem –, é reduzido ao “habitat”, o qual nada mais é do que uma parcela individualizada da vida urbana, constituindo-se em o simples local de moradia, despojado do senso de obra coletiva da sociedade (LEFEBVRE, 1991a, p. 27). Em outras palavras, Lefebvre entende a cidade como representante de uma unidade social, por isso diversa e até mesmo desigual mas, idealmente, nunca fragmentada. A dispersão setorizada da cidade, em subúrbios e periferias seria, de acordo com a compreensão desse autor, fruto de uma estratégia elitista que fragmenta o território e suas populações tanto com o intuito em se manter uma ordem, com base da desagregação social, quanto para se expandir as fronteiras de reprodução do capital imobiliário urbano a partir da mercantilização da natureza como um valor vivencial. Se mantida como unidade social, a cidade é uma ameaça à ordem estabelecida por determinado grupo de indivíduos; se fragmentada, as distâncias e a compartimentação do cotidiano se impõem como poderosos inimigos contra a reunião e a mobilização coletiva. Assim,

a moderna urbanização da sociedade, fundamentada na dispersão e desagregação dos indivíduos é, paradoxalmente, “desurbanizante e desurbanizada” (LEFEBVRE, 1991a, p. 33).

Dentro de toda essa problemática da urbanização das sociedades, emerge a questão dos subúrbios. Essas morfologias sócioespaciais, que constituem-se em novos “embriões” de proliferação das cidades ou mesmo novos focos de expansão urbana, podem conter traços antagônicos no que concerne ao seu surgimento no contexto urbano. Se por um lado sua origem tem relação com a fragmentação estratégica ou mesmo com a funcionalização territorial das cidades (LEFEBVRE, 1991a, 2003; MUMFORD, 1998), por outro eles podem ser compreendidos como novas possibilidades de “habitar” a cidade, uma busca por formas de sociabilidade mais intimistas que foram perdidas em meio às grandes aglomerações, como o senso de vizinhança, por exemplo. Ambas vertentes podem ser simultâneas ou realizar-se separadamente, isso depende da escala de análise que adotamos para estudar os subúrbios.

Independentemente de sua origem, historicamente e em distintos lugares, os subúrbios representam imagens que, à despeito de suas singularidades em cada local, possuem certa “lógica” comum. À grosso modo, podemos afirmar que os eles representam um modo de vida urbano que estabelece um vínculo mais próximo à natureza. Não apenas a dimensão da paisagem natural é valorizada; os valores vivenciais eminentemente rurais ligados à atividades agrícolas e artesanais, às temporalidades, aos ritmos de vida e às formas intimistas de sociabilidade são também preconizados. Se os subúrbios ganham teor de classe, constituindo-se em locais de autosegregação, temos aí uma característica particular, não universal.

Seja pelas qualidades vivenciais atribuídas aos subúrbios, ou pela degradação da vida e do ambiente na área central da cidade, ou pela explosão populacional das cidades, ou mesmo devido à manipulação das rendas fundiárias e dos valores imobiliários no centro, a suburbanização tornou-se um fenômeno mundial de massa.

Com a massificação dos “habitats” suburbanos, processo duplamente autosegregatório e segregatório, suplantaram-se os próprios valores, anseios e idealismos que o fundamentaram. A expansão dessas áreas residenciais tornou-as tão extensas a ponto de extinguir a escala do pedestre; tornou-as congestionadas a ponto de suprimir os valores vivenciais almejados em antítese à vida nas cidades

(isolamento, tranquilidade, silêncio, etc.); acabou com o senso de vizinhança devido tanto ao incremento populacional disperso em áreas extensas quanto pelo isolamento do automóvel individual; e, por fim, transformou suas áreas verdes em estradas e estacionamentos. À essa transformação dos “habitats” suburbanos – ou melhor, seu retorno à cidade – Mumford (1998, p. 548) conferiu a denominação de “anti-subúrbio”. A massificação de um ideal de vida mais próximo ao meio ambiente decretou, assim, a própria morte dos “habitats” suburbanos; ao mesmo tempo implodiu a cidade como um todo, reduzindo-a à fragmentação, aos congestionamentos e ao domínio dos automóveis. Os subúrbios, ou melhor, a possibilidade de um novo “habitar” na cidades, consumiu-se a si própria, tornando essas áreas apenas em locais dormitórios, um dos vários compartimentos fragmentados da vida urbana (MUMFORD, 1998; LEFEBVRE, 1991a; TUAN, 2012). Em outras palavras, a fragmentação da cidade, produzida pela massificação dos “habitats” suburbanos, é resultado de uma extrema especialização funcional das partes individuais do tecido urbano, o que é reiterado em Brasília a partir de seu urbanismo moderno, planejado e segregatório. A cooperação e a unidade urbanas cederam espaço a áreas residenciais de uso exclusivo. Assim, os “habitats” suburbanos, que nasceram com a ambição de serem uma nova possibilidade – ou mesmo uma solução – à urbanização destrutiva mostraram-se nada mais como um estágio transitório de usos e ocupações eminentemente rurais para usos urbanos.

Esboça-se assim uma crise habitacional na escala do tecido urbano. Implodido, o centro é funcionalizado e reduzido à dimensão das atividades empresariais – ainda que seu valor de uso não tenha desaparecido, apesar de, no caso de Brasília, já estar bastante prejudicado. Os “habitats” suburbanos, por sua vez, não congregam o sentido de “habitar” das cidades, sendo frutos apenas de um ideal de mercantilização da natureza e/ou surgidos como possibilidade de acesso à propriedade privada em locais mais acessíveis por indivíduos não economicamente segregados – caso dos condomínios em Brasília, como aponta Moura (2010). Assim, a “lógica do habitat”, como necessidade individual de ter um local para morar (e apenas isso), e o “imaginário do habitat”, como a produção mercadoriana de consumo habitacional idealizada, se convergem a partir da perda do sentido urbano de “habitar” (LEFEBVRE, 1991a, p. 28). No fim das contas, o conjunto urbano como um todo torna-se um palimpsesto de ilhas isoladas não apenas por conteúdos e territorialidades de classe mas sim por um conjunto de elementos que,

independentemente da faixa de renda, expulsam os indivíduos da cidade, fragmentando suas vidas em “pedaços de cotidiano”.

"Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade [a cidade e a realidade urbana]" (LEFEBVRE, 1991a, p. 28).

Sinteticamente, a visão lefebvriana sobre os “habitats” suburbanos considera-os como formas de dispersão estratégica da realidade urbana, processo que denomina de *urbanização desurbanizada*. Esses “habitats” podem ou não se subdividirem em espacialidades de classe sem nunca deixarem de ser, entretanto, dependentes da centralidade exercida por determinada área do tecido urbano. De qualquer modo, os “habitats” suburbanos são reduções funcionais da cidade – do “habitar” pelo “habitat” –, resultados de uma estratégia que visa o controle do território, por meio de sua fragmentação. Contudo, a cidade, exercendo a sua centralidade, ainda congrega as pessoas, não deixando de ser local de encontro daqueles que foram dissociados.

Por esses fatores, Tuan (2012, p. 327) acredita serem os “habitats” suburbanos “[...] um degrau na transformação dos estilos de vida rurais em urbanos” ou, nas palavras de Mumford (1998), um estágio transitório no processo de urbanização de determinada área rural. Assim, para Tuan (2012, p. 322), os subúrbios adquirem com o tempo “[...] não apenas as vantagens, mas também os traços indesejáveis da cidade”. Nesse processo, o autor afirma que, quanto maior o nível de riqueza dos habitantes e sua organização, maior a possibilidade de permanência do “habitat” suburbano em sua forma ideal.

“O subúrbio está na fronteira da expansão metropolitana. É uma sociedade em formação, ao final da qual está a cultura urbana. As características pioneiras do novo subúrbio manifestam-se em sua falta de forma, falta de uma estrutura social diferenciada e na primitivização das suas condições de vida: ruas lamacentas, abastecimento de água incerto, sistemas primitivos de esgoto e lixo, escolas deficientes ou inexistentes, transporte precário e sensação de isolamento” (TUAN, 2012, p. 327).

Em todo caso, afirma Tuan em sequência, econômica e culturalmente os subúrbios são parasitas da cidade: esse é o seu começo, meio e fim.

À despeito da validade das análises de Lefebvre, Mumford e Tuan sobre os subúrbios – mais especificamente sobre os “habitats” suburbanos –, esses autores os consideraram apenas em perspectiva macroescalar, contemplando o tecido urbano como um todo sem atentar-se para alguns detalhes cruciais da suburbanização. Tão importante quanto analisar os fatores que levaram à suburbanização – sejam eles oriundos das condições de vida nas cidades ou mesmo da disseminação de ideais de vida ligados ao campo – é também fundamental lançar um olhar para os territórios e populações rurais (sejam ligados à dimensão agrícola ou mesmo agrária do rural) que receberam esse movimento sócioespacial, assim como fez José de Souza Martins (1992) e Giancarlo Frabetti (2013) no caso de São Caetano do Sul, antigo subúrbio de São Paulo, hoje englobado pela metropolização desta cidade. É a microescala, do cotidiano e do lugar que possui a capacidade de nos dizer mais sobre a suburbanização e sobre o próprio tecido urbano como um todo, permitindo que contemplemos não só as singularidades dos casos que analisaremos neste trabalho, quanto também que avancemos no sentido de desmistificar os subúrbios.

1.4. POR UMA SÍNTESE SUBURBANA: POSIÇÕES E CONTROVÉRSIAS NA COMPREENSÃO DOS SUBÚRBIOS

A exposição que fizemos sobre os subúrbios até o momento ilustra, minimamente, a dificuldade em conceituá-los, tendo em vista sua complexidade de formas, conteúdos e manifestações em cada contexto social, espacial e temporal. Seja como for, é necessário que empreendamos um esforço em buscar algumas características universais dos subúrbios. Definitivamente não criaremos uma “teoria suburbana” como pode parecer; realizaremos aqui apenas uma tentativa em resgatá-los como uma categoria ou recorte analítico. Se temos essa pretensão é fundamental que reconheçamos alguns fundamentos dessa morfologia sócioespacial. Iniciamos isso buscando suas as origens, como vimos; posteriormente, analisamos algumas de suas manifestações. Antes de categorizar alguns de seus possíveis fundamentos cabe, ainda, desmistificarmos alguns equívocos comuns em sua compreensão: sua confusão com Cidades-Jardins e com periferias.

1.4.1. Subúrbios e Cidades-Jardins

A díade urbanização-industrialização já apresentava seus graves reflexos às condições de vida nas cidades desde o século XVIII, agravando-se progressivamente década após década. Nesse contexto, iniciou-se já no final do século XIX na Europa todo um movimento, por parte dos urbanistas profissionais, contra o êxodo suburbano e, concomitantemente, contra o congestionamento e a insalubridade metropolitanos. (MUMFORD, 1998, p. 555). Ideias de melhoramento das cidades, com vistas a fornecer uma resposta e uma solução racional e planejada ao caos metropolitano, começaram a surgir. As propostas mais bem sucedidas – ou viáveis – buscavam um planejamento a partir de uma visão macroescalar da metrópole, levando em conta sua região e suas relações com o campo (MUMFORD, 1998).

Fundamentando-se em princípios orgânico-biológicos aplicados ao planejamento urbano, Ebenezer Howard (1996) acreditava que o maior problema das metrópoles de seu tempo se dava em virtude de seu crescimento descabido e desproporcional. Seu referencial empírico na época era Londres, cidade corroída pelo industrialismo e pela aglomeração insustentável de pessoas, com todas as suas consequências danosas ao ambiente e à vida urbanos – situação que afetava principalmente os mais pobres. Nesse contexto, a proposta de Howard visava solucionar os problemas urbanos derivados dos efeitos da macrocefalia metropolitana, estado gerado principalmente pelos efeitos do êxodo rural. A pergunta fundamental de Howard era: *como reconduzir as pessoas ao campo, tornando-o vivencial e economicamente vantajoso, evitando, assim, o êxodo rural e suas consequências desastrosas às metrópoles superpopulosas?*

Howard acreditava que se fossem criados atrativos – que denominou de “imãs” – no campo que favorecessem a permanência das pessoas longe das grandes cidades, boa parte dos problemas metropolitanos – e da própria vida urbana – seriam solucionados. Nesse sentido, esse urbanista elaborou o famoso Diagrama dos Três Imãs, o qual listava todas as vantagens e desvantagens tanto da vida no campo quanto da vida na cidade e, baseando-se nessas observações, concluiu que a melhor opção era congregar, em um único meio, “[...] todas as vantagens da mais intensa e ativa vida urbana com toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia.” (HOWARD, 1996, p. 108). Destarte, concebeu o “imã Cidade-Campo”, que denominou de *Cidade-Jardim*, o qual possuía ganas de constituir-se

em um novo “modelo de civilização”, livre das desvantagens do campo e da cidade. Howard acreditava na organicidade da relação campo-cidade e a sua necessidade no cotidiano das pessoas “[...] como homem e mulher, complementam-se por seus variados dons e capacidades, assim deve ser com a cidade e o campo.” (HOWARD, 1996, p. 110). Dessa forma, a proposta da Cidade-Jardim comportava essas relações a partir do planejamento urbano, o qual proporcionaria uma vida cotidiana com elementos urbanos e rurais e concomitância.

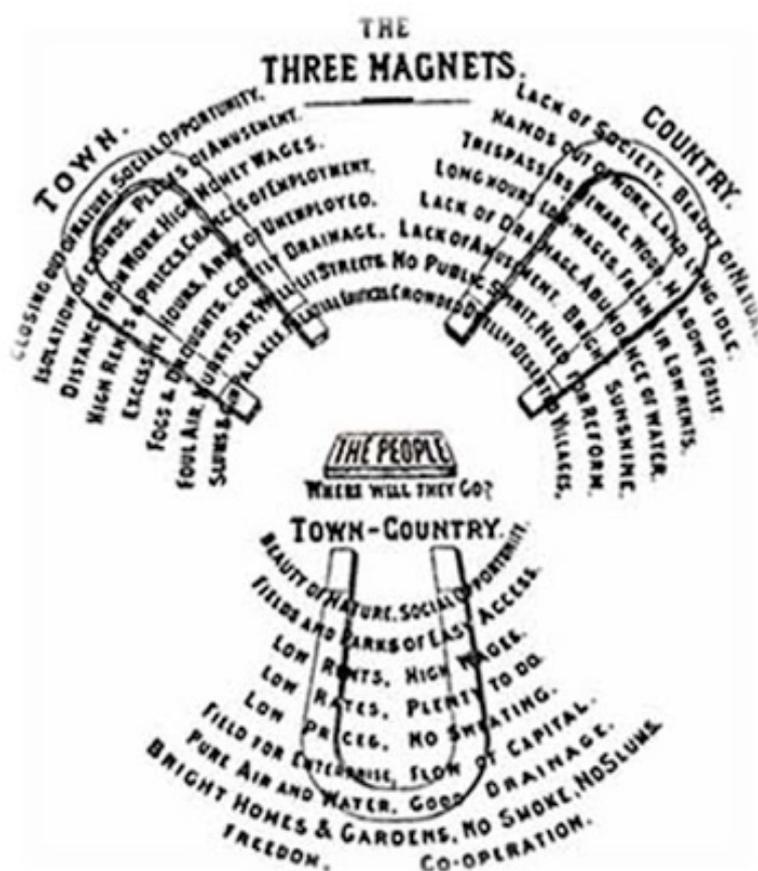


Figura 10: “The three magnets” (O Diagrama dos três ímãs). Acima e à esquerda, Howard (1996) listou as vantagens e as desvantagens da vida na cidade. Acima e à esquerda, fez o mesmo mas pensando o campo. No ímã de baixo, intitulado “Town-Country” (Campo-cidade), listou apenas as vantagens de um meio e outro, excluindo suas desvantagens. Essa foi sua base de pensamento, que almejava congrega, em um novo “modelo de civilização”, o que o mundo tinha de melhor. Fonte: HOWARD, 1996.

De acordo com Ottoni (1996, p. 41), as características fundamentais do plano urbanístico da Cidade-Jardim eram: a) a presença de ruas amplas e arborizadas; b) a composição de cinturões de jardins e pomares entre as edificações da cidade; c) a composição de um Cinturão-Verde agrícola, que exerceria as funções de

abastecimento alimentar e de contenção da expansão da cidade; d) edificações com gabarito de baixa altura e estrategicamente posicionadas para facilitar a visão do horizonte de todos os pontos da cidade e; e) uma taxa de ocupação ideal de aproximadamente 80 habitantes por hectare líquido, número que permitiria, de acordo com Howard, que a cidade não fosse demasiadamente extensa a ponto de impedir deslocamentos a pé e nem tão aglomerada a ponto de ser prejudicial à vida. Todos esses elementos mostram tanto uma preocupação sanitária quanto o cuidado em limitar o tamanho da cidade da cidade em população e área. Apesar dessas características, vale destacar que a mais importante e que de fato definia a Cidade-Jardim de Howard era a continuidade-contiguidade entre cidade e campo; daí mostrava-se imprescindível a composição de um Cinturão-Verde ao redor de toda a área urbana. Para Howard, o campo congregava a esfera do natural (estético-simbólico) e do agrícola, que poderíamos chamar, talvez, de “dimensão verde” do território. Com o Cinturão-Verde, tornava-se possível o acesso rápido e fácil aos “dons gratuitos da natureza” (HOWARD, 1996, p. 176). Inclusive, o nome “Cidade-Jardim” (*Garden City*) deriva dessa característica.

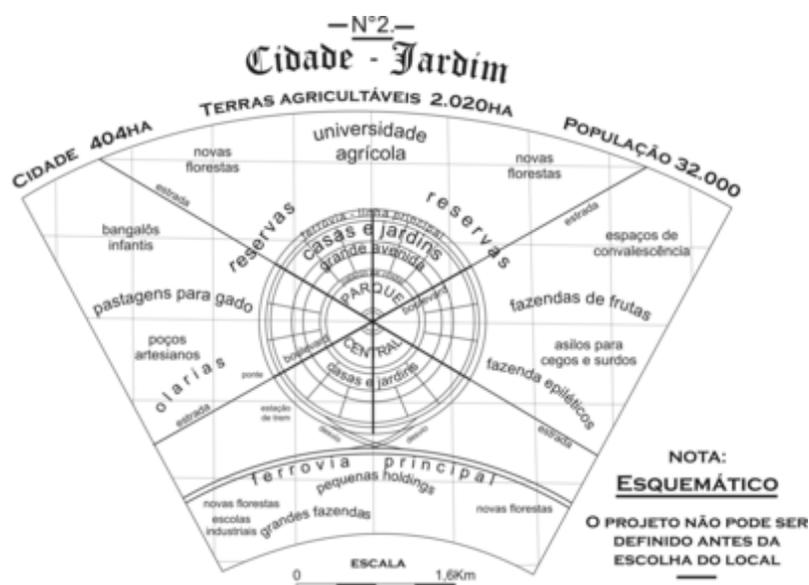


Figura 11: Esquema simplificado da Cidade-Jardim. O círculo no centro seria a área propriamente urbana, destinada à habitação, à instituições de prestação de serviços, ao comércio e às indústrias. Ao redor, encontra-se o Cinturão-Verde, destinado à produção agrícola, ao lazer e também às atividades que requerem áreas mais amplas ou contato com a natureza. Fonte traduzida e digitalizada: <urbanidades.arq.br/bancodeimagens>. Acesso em 10/02/2014.

Isoladamente, essa série de qualidades do plano urbanístico da Cidade-Jardim não seriam suficientes para manter a sua população nela fixada, incorrendo, assim, no risco de torná-la apenas um conjunto habitacional dormitório como os que

já existiam – os quais a literatura denomina de “subúrbios residenciais” – e cuja existência Howard tanto combatia. Considerando essa questão, a proposta original desse idealista preconizava que a Cidade-Jardim deveria ser autossuficiente, comportando um parque industrial, uma rede de comércio, lazer e abastecimento e, ainda, uma municipalidade. A ideia da autossuficiência era reduzir ao máximo a necessidade de deslocamentos em massa às áreas centrais das grandes cidades, tornando o cidadão fixado ao seu próprio local de moradia, trabalho, lazer e vivência.

Além de ser um planejamento que, de certo modo, tinha a pretensão de “solucionar” o caos metropolitano – como se o urbanista pudesse simplesmente, com sua razão e humanismo, dar um “toque de Midas” na cidade ou mesmo, para assumir os termos de Lefebvre (1991a), agir como um médico que cura um paciente desenganado – a proposta de Howard assumia, ainda, uma série de outros desafios. O maior deles era a sua incompatibilidade, como um grande empreendimento, em gerar lucros a partir da exploração das rendas fundiárias pois, em sua concepção, imaginava que a Cidade-Jardim teria suas terras como propriedade coletiva de seus habitantes – por sua vez, geridas pela municipalidade local. Outro grande problema seria a imensa dificuldade em erguer uma cidade autossuficiente desde seu princípio, capaz de fixar seus habitantes e evitar deslocamentos à área central da metrópole – isso ainda considerando que a renda para tal proeza seria advinda ou da coletividade disposta a encarar tal empreitada ou de um grande benfeitor fiduciário. Talvez o ponto menos polêmico ou mais viável de sua proposta seria a equalização dos tributos derivados do uso e da ocupação da terra, seja no campo ou na cidade. Essa proposta, que previa uma *tributação per capita*, visava reduzir quaisquer tipo de desigualdades tributárias decorrentes do tamanho da área ocupada – os terrenos agrícolas, por exemplo, são necessariamente maiores do que os urbanos.

Ademais, além de propor um modelo urbano que visava um equilíbrio entre as morfologias sócioespaciais rural e urbana, Howard ainda previa, em escala regional-metropolitana, a possibilidade de expansão das Cidades-Jardins não pelo aumento unitário de cada uma delas mas sim pela replicação do modelo, todos dotados de seus Cinturões-Verdes, em outros pontos interconectados da região metropolitana. O conjunto de Cidades-Jardins, cuja existência não previa uma relação de interdependência entre o grupo mas sim de complementaridade, daria origem à Cidade-Social. Nesse estágio, todo o conjunto passaria a gozar de todas as

vantagens possíveis apenas em aglomerações de grande magnitude, como hospitais especializados, universidades, escolas técnicas, etc. Resumidamente, a ideia da Cidade-Social era de que:

“[...] cada morador de todo o grupo [de Cidades-Jardins], ainda que em certo sentido vivendo numa cidade de pequeno porte, na realidade viva e desfrute de todas as vantagens de uma grande e belíssima cidade, mantendo-se a poucos minutos a pé ou de condução, de todas as delícias do campo: relvados, selvas, bosques e não meramente parques afetados e jardins.” (HOWARD, 1996, p. 187-188).

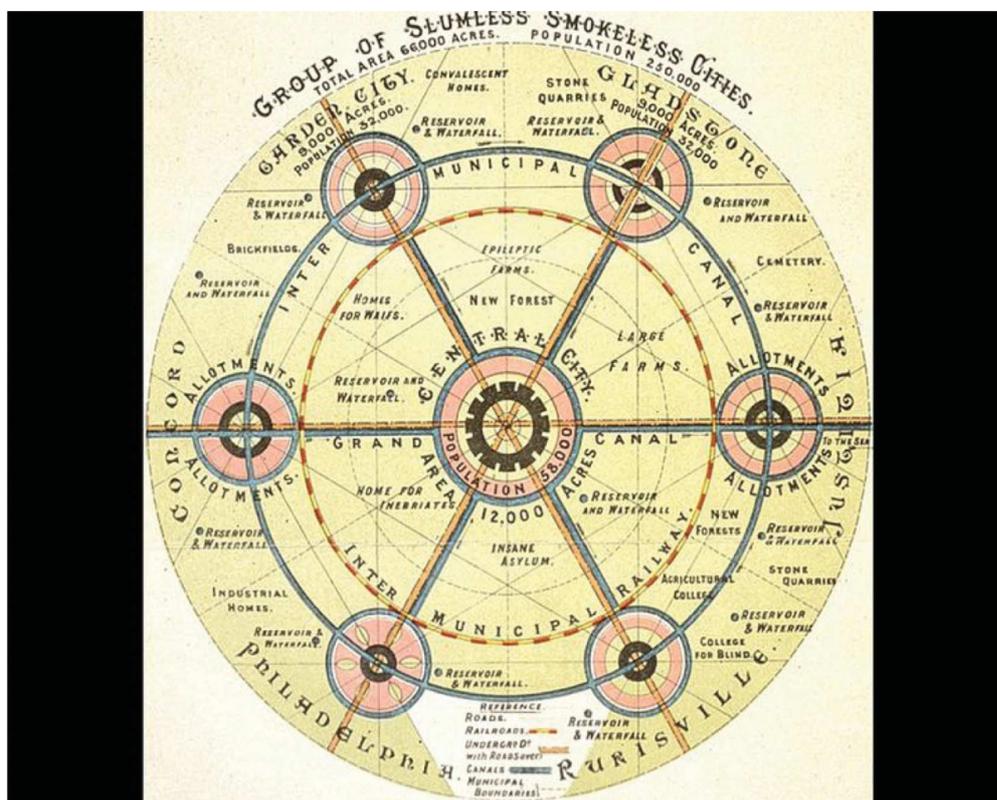


Figura 12: Esquema simplificado da Cidade-Social. Notável era a preocupação de Howard em proporcionar uma vivência cotidiana de uma pequena cidade, permeada por elementos do campo, dentro de um conjunto regional de cidades independentes e autossuficientes que formariam uma grande cidade: a Cidade-Social. Chamamos à atenção à utopia do autor expressa no título do diagrama: “Group of slumless-smokeless cities” (Grupo de cidades sem favelas e sem poluição). Nas Cidades-Jardins, a terra seria acessível à todos, assim como os efeitos da poluição seriam atenuados pela presença contígua e contínua do campo à cidade. Fonte: City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action. Data: 30 de Março de 2011. Disponível em: <<http://www.city-analysis.net/>>. Acesso em 10/02/2015.

Como aponta Ottoni (1996), no âmbito do urbanismo mundial as ideias de Howard, apesar de terem causado grande impacto, foram massivamente mal interpretadas e/ou aplicadas de modo parcial, comumente fixando-se mais em suas proposições estético-urbanísticas do que no real – e realmente inovador– conteúdo

social que visava o aperfeiçoamento da vida nas grandes cidades. Na prática, o que passaram a ser produzidos pela indústria imobiliária como sendo Cidades-Jardins foram o que Ottoni (1996) denomina de “subúrbios-jardins”, Mumford denomina de “subúrbios românticos” ou simplesmente é tido de senso comum como “subúrbios”. Na verdade, pela descrição da forma de implementação, ideais de vida, público-alvo, proposta de planejamento urbanístico (preconizando as áreas verdes) e pela temporalidade, cremos que subúrbio-jardim e subúrbio romântico são, no mínimo, sinônimos. Seja um ou outro, fato que o resultado dessa apropriação parcial das ideias de Howard resultou na criação de ambientes urbanos residenciais de caráter autossegregatório e que valorizavam um urbanismo mais esparsa, menos denso e com maior presença de áreas verdes – algo muito distante da utopia de Howard, a qual preocupava-se principalmente com o provimento de residências e condições de vida dignas aos mais pobres moradores das metrópoles. Mumford (1998, p. 560), inclusive, chama à atenção para a possibilidade desse desvio advir – ou ser reforçado – pela própria denominação “Cidade-Jardim”, a qual, na sua opinião, pouco traduz os ideais de Howard.

“As ideias de Howard que começaram a ser implementadas na Inglaterra no início do século XX também irão repercutir em todo o mundo, sendo no geral implementadas de maneira a justificar as críticas formuladas, pois se produziam subúrbios-jardins de qualidade variável para defender somente a melhoria do ambiente residencial da classe média alta” (p.67). “A novidade do projeto para o Brasil, o rigor de sua implantação e controle, o belo resultado de jardim contínuo de o bom nível geral da arquitetura produzida, conferiram *status* aos seus moradores, transformando o empreendimento em grande êxito” (OTTONI, 1996, p. 71).

Talvez seja a proposta da cidade-jardim, de combinar o melhor dos elementos urbanos com o melhor do ambiente rural que a faz confundir com os subúrbios, os quais são, essencialmente, aglomerações situadas nos arrabaldes das cidades, com elementos urbanos e rurais presentes tanto nas práticas e ideais de seus habitantes quanto em justaposição territorial.

A análise da proposta original das Cidades-Jardins de Howard não deixa dúvidas sobre sua distinção aos subúrbios-jardins, subúrbios românticos, subúrbios residenciais ou apenas subúrbios. Se, por um lado, a Cidade-Jardim surgiu como uma proposta de integração campo-cidade no planejamento urbano e no cotidiano

das pessoas – e que também congregava a integração e cooperação entre núcleos urbanos independentes e autossuficientes, assim como despojava a propriedade da terra de empreendedores individuais – os subúrbios-jardins (e sinônimos) surgiram como interpretações praticamente ao avesso do que foi idealizado por Howard. Ao invés de cooperação e integração, representavam o escapismo, a autossegregação, o isolamento e a fragmentação da cidade; ao invés da autossuficiência, congregando ambiente residencial ao ambiente de trabalho, produção, lazer e abastecimento, contemplou apenas o primeiro; ao invés de tornar a terra um bem de propriedade e administração públicos, tornou-a privada. Restou apenas uma frágil conexão entre o campo, tomado apenas em sua esfera natural, e a cidade, exercendo apenas função residencial. Incute-se nessa forma de “planejamento” urbano a necessidade de se realizar grandes deslocamentos rumo à área central da cidade, contribuindo para todo o congestionamento e uso do transporte individual que Mumford (1998) aponta em sua obra, promovendo a morte da cidade. A Cidade-Jardim nasceu ao oposto dessa realidade: ao ser completa, ou próximo a isso, almejava reduzir ao máximo os deslocamentos à metrópole, o que favoreceria um real aperfeiçoamento da vida urbana.

1.4.2. Subúrbios e periferias

Outro equívoco comum acerca da noção de subúrbios é a sua equalização à de periferias. Se tentarmos eleger “encontros” entre essas distintas morfologias sócioespaciais presentes nos tecidos urbanos atuais, talvez encontremos apenas duas semelhanças: a localização nos arrabaldes do centro da cidade e a dependência funcional em relação à esse mesmo centro, o qual concentra as atividades ligadas ao emprego e à prestação de serviços à população. Sob esse último aspecto recai, ainda, a necessidade irremediável de se realizar grandes deslocamentos individuais ou em transportes coletivos precários, decorrência direta da fragmentação dos tecidos urbanos. Ademais, poderíamos também estabelecer entre ambas um paralelo a partir da segregação sócioespacial como um fator gerador comum. Contudo, vimos que, no caso dos subúrbios, se é possível observarmos um processo de segregação, esse se dá no âmbito de classes sociais não economicamente desfavorecidas e desguarnecidas, como ocorre no caso das periferias.

Seja como for, as periferias caracterizam-se como um problema habitacional – ou uma solução de via única para quem necessita sobreviver nas cidades – que deve ser compreendido de maneira não isolada, sendo necessário atentar-se “[...] para os processos socioeconômicos e políticos abrangentes que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais” (KOWARICK, 1979, p. 80). Esse autor lança-se, a partir dessa premissa, à análise dos problemas habitacionais da cidade – dos quais as periferias são apenas uma vertente – identificando alguns dos fatores que os produzem:

- a) o primeiro constitui-se no que o autor denomina de “pauperização absoluta ou relativa” dos indivíduos da classe trabalhadora (KOWARICK, 1979, p. 59). Destarte, Kowarick, em clara visão marxista, chama a atenção para o fato de que o sistema capitalista pressupõe uma destruição dos meios autônomos de vida, expropriando dos sujeitos o direito à terra e o acesso próprio aos meios e instrumentos de produção. Como consequência direta dessa realidade, o direito à habitação digna e de qualidade é também expropriado das classes mais pobres, em conjunto com a sua independência e frutos de seu trabalho;
- b) o segundo, que advém do primeiro, é a “espoliação urbana”, que é “[...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 59). O rol desses serviços é ainda mais amplo do que os de consumo coletivo, passando também pelos serviços de saúde, educação e saneamento básico, assim como pela seguridade social, o direito à habitação, o direito à cidade e o direito à cidadania, dentre outros. Ao nosso ver, o termo poderia ser reescrito como “espoliação humana”;
- c) o terceiro é nada mais que o aumento generalizado do preço da terra urbana a partir da manipulação especulativa das rendas fundiárias. Esse fato, como já comentamos anteriormente, tendo sido também apontado por Martins (1992), é um importante fator que opera não apenas na expulsão das classes mais pobres para área longínquas ao centro; ele também afeta classes com

padrão de vida médio, influenciando na suburbanização (simultaneamente segregatória e autosegregatória).

Com base principalmente nesses fatores, ocorre o processo de periferação que, em síntese, constitui-se na construção de moradias em locais mais distantes à área central – devido ao menor valor da terra – total ou parcialmente desprovidos de infraestrutura e serviços básicos (como água, luz, saneamento, transporte, educação, saúde e comércio diversificado). Esse quadro de precariedade – que tem a favela como expressão máxima, de acordo com Kowarick (1979) – possui vários níveis de complexidade e atinge de maneira diferencial populações e lugares. A autoconstrução mostra-se, nesse contexto, como uma alternativa relativamente comum de se confeccionar a casa própria, as quais, além de depender de um esforço coletivo e constituírem-se em obras que duram anos, possuem baixo padrão de habitabilidade e rapidamente se deterioram por serem construídas com pouco conhecimento técnico (KOWARICK, 1979, p. 61-62).

1.4.3. Os fundamentos para uma compreensão dos subúrbios

Por fim, chegamos ao ponto em que buscaremos uma unidade dentro das compreensões sobre os subúrbios. Até o momento, expomos a origem dessas morfologias sócioespaciais, suas principais compreensões, seus fatores geradores e ainda alguns equívocos em sua definição. Cremos que, agora, temos subsídios mínimos para tentar esboçar uma noção razoável sobre o que são os subúrbios.

Partindo de sua situação³¹, os subúrbios podem inicialmente ser compreendidos como áreas localizadas nos arrabaldes ou confins de determinada cidade. Vimos, contudo que esse mesmo parâmetro atende também às periferias. Se pensarmos acerca de seu processo de formação, passaremos então a percorrer alguns caminhos possíveis: a) os subúrbios como sendo formados em decorrência da autosegregação sócioespacial (que também pode conter traços de segregação, como já mencionamos); e b) os subúrbios formados em função da demanda agrícola

³¹ As noções de sítio, situação, extensão e conexão remetem às origens e pressupostos da Geografia, no contexto de sua sistematização como Ciência, como aponta Antônio Carlos Robert Moraes em "Geografia: pequena história crítica" (2007). No âmbito das disciplinas "Teoria e Métodos da Geografia", cursada em 2014, e "Geografia Urbana", o professor Everaldo Batista da Costa reitera a devida atenção que cabe ao geógrafo conferir a esses princípios lógicos.

da cidade à qual são imediatos ou mesmo como locais sede de atividades industriais. Em ambos os casos, os subúrbios acabam por constituir-se em “setores” da cidade – estritamente dela dependentes – formados maneira planejada, espontânea ou mesmo induzida (como foi o caso da indústria paulista, induzida a se sediar nos subúrbios pela possibilidade em se mobilizar menor quantidade de capital ativo na aquisição de terras, como vimos). Paralelamente aos possíveis processos de formação, podemos identificar de antemão que, em relação à cidade, os subúrbios desempenham algum tipo de função territorial, podendo ser ela agrícola, residencial ou industrial. A identificação dessas funções, aliando-as aos elementos que citamos, permitiram a criação de especificações aos subúrbios sobre as quais já lançamos crítica. São as mais comuns: “subúrbio agrícola”, “subúrbio residencial”, “subúrbio industrial” e “subúrbio jardim”. Se cairmos em uma análise puramente funcional-descritivista, facilmente perceberemos que não é possível atribuir uma única função aos subúrbios, o que invalida, sem a necessidade de mais esclarecimentos, essas adjetivações. É ainda possível diferenciar ou compreender os subúrbios a partir do vislumbamento de sua ocupação esparsa, a qual apresenta taxas de densidade populacional mais próximas às do campo do que as da cidade – ainda que essas taxas sejam bastante questionáveis e relativas, como nos mostra Abramovay (2000). Se todos esses termos mais práticos e objetivos não são capazes de caracterizar satisfatoriamente os subúrbios, como fazê-lo?

Entendemos que o primeiro passo para reconhecer os subúrbios como uma morfologia sócioespacial diferenciada dos tecidos urbanos é admitir a sua hibridez espacial, caracterizada pela concomitância entre usos territoriais e morfologias rurais e urbanas. Isso incorre, necessariamente, em reconhecer uma característica fundamental que não permite elaborar sobre eles uma definição precisa. Assim, os subúrbios constituem-se, inicialmente, em recortes que nos deixam uma dúvida e que, a partir da paisagem, comumente podem nos enganar. Acreditamos, entretanto, que é possível se aproximar de maneira satisfatória à noção do que seriam os subúrbios. É nesse ponto que análises macroescalares, quantitativas ou funcionalistas cedem lugar às análises microescalares, as colocam em destaque os lugares e os sujeitos sociais. Sendo assim, acreditamos que a hibridez do tecido urbano se revela em escalas menores de análise, a partir dos bairros ou setores que constituem a totalidade da cidade, conforme assevera Costa (2011). *No âmbito desse trabalho, consideramos que a hibridez do tecido urbano de Brasília, revela-se*

tanto nas formas de apropriação e transformação dos subúrbios sediados em seus Núcleos Rurais quanto nas ações de seus agentes sociais e ainda no cotidiano de seus habitantes.

José de Souza Martins (1992) é pioneiro na tentativa ao reconhecer que a cidade e os subúrbios constituem uma espacialidade única – o tecido urbano – a partir da *escala do morador*, aquele que de fato vive e sobrevive na cidade mas cujas relações com o campo agrícola, agrário e estético-simbólico não se perdem, pois seu cotidiano também se passa nos subúrbios. Assim, Martins (1992, p. 8) inicia sua compreensão sobre os subúrbios a partir de uma perspectiva funcional-econômica, considerando-os como “[...] o componente rural do urbano, nele integrado por uma economia agrícola de ciclo curto e dependente no comprador urbano”. Posteriormente, o autor supera essa visão macroescalar e dá mais atenção à escala do vivido, entendendo-os como sendo aglomerados rurais “[...] cuja população estabelece vínculos cotidianos com a cidade e que, em consequência, organiza sua inteligência acerca das condições de vida segundo um modo de pensar tendencialmente urbano” (MARTINS, 1992, p.195). Sendo assim, a unidade do campo e da cidade, assim como dessa com seus subúrbios que, em termos funcional-econômicos só é atingida se pensarmos em divisão sócioespacial do trabalho, é então cimentada pelo cotidiano dos que vivem essas supostas dicotomias. Ao empreender tal visão, MARTINS (1992) viabiliza a compreensão das relações campo-cidade contemplando, simultaneamente, as relações estabelecidas entre a cidade e seus subúrbios. O tecido urbano, tal como definido por Lefebvre (1991), é então tomado como unidade sócioespacial definida não só pelo funcionalismo econômico ou pelas dinâmicas de classe estabelecidas entre seus fragmentos ou setores. Quem então define a diversidade e a unidade desse tecido são seus moradores. Os “suburbanos” representam, assim, um grupo ainda mais peculiar pois seu cotidiano transita entre o campo e a cidade, congregando vivências e elementos rurais e urbanos em concomitância.

Nesse contexto, campo e cidade se hibridizam compondo entre si um palimpsesto de formas, conteúdos, morfologias espaciais e sociais que uma compreensão macro e microescalar da noção de tecido urbano contempla. Em meio à esse processo, os subúrbios surgem como morfologias sócioespaciais com poder compreensivo acerca das relações que se dão entre o campo e a cidade no âmbito da dinâmica do território urbano. Simultaneamente, os subúrbios representam: a) a

fragmentação sócioespacial estratégica do tecido urbano em locais de segregação e autossegregação; b) as vicissitudes e descontinuidades entre usos territoriais rurais e urbanos; c) a decupagem da vida cotidiana sob as dimensões do trabalho, do lazer e da vida privada (Lefebvre, 1991a); d) a divisão sócioterritorial do trabalho, congregando a dependência funcional estabelecida entre o centro e seus subúrbios; e e) as novas zonas de expansão da cidade que tomam de assalto áreas de uso agrícola ou mesmo em “pousio social” (SOUZA, 2005) – mais precisamente, áreas com uso indefinido preservadas como reservas de mercado.

A paisagem e o cotidiano dos subúrbios são, destarte, reflexos diretos de sua complexidade, daí a dificuldade em estabelecer critérios objetivos para se classificá-los em tipologias. O que consideramos mais importante notar, e essa é talvez a característica invariável dos subúrbios que tanto buscamos, é a presença do campo e das ruralidades não só na paisagem mas também no cotidiano local. O campo, como morfologia espacial, é neles representado em todas suas dimensões (agrícola, agrária ou estético-simbólica), seja de modo proeminente ou mesmo residual. Logo, em meio à edificações industriais e condomínios residenciais devemos, necessariamente, encontrar formas rurais. Já as ruralidades, representadas pelas práticas cotidianas, pelas visões de mundo e pelas subjetividades dos indivíduos que manifestam-se em ações simples, abrangendo desde os fatores que motivaram a opção por ir morar naquele lugar até as práticas do dia-a-dia que remetam a características eminentemente rurais como, por exemplo, o cultivo do próprio alimento e o “fazer” ao invés do consumir. Mais relativas, por residirem nos sujeitos, as ruralidades apresentam-se também em meio a ambientes urbanos; contudo, elas são mais proeminentes nos subúrbios e nos suburbanos.

Destarte, é errôneo pensar nos subúrbios como realidades homogêneas a partir do momento em que o definimos como uma Zona Híbrida – de interface entre o rural e o urbano. Tuan (2012, p. 328) é o único dos autores que fundamentam nossa análise que chama à diversidade de formas suburbanas existentes. “Como ambientes físicos, os subúrbios são muito diferentes; o mesmo ocorre com os valores e atitudes das pessoas que preferiram viver neles”. Assim, os subúrbios diferem-se entre si em função das circunstâncias em que foram criados, das características de sua população, do seu sítio e situação, do grau de proeminência e presença de morfologias sócioespaciais urbanas e rurais e também da sua forma de

implementação – como empreendimento imobiliário ou invasão de comunidades antigas, por exemplo.

Em síntese, nossa busca por uma unidade dentro das acepções existentes sobre os subúrbios nos permitiu decantar critérios com certo nível de objetividade que nortearam nossa análise. São eles: a situação espacial, o processo de formação, a ocupação esparsa, a hibridez espacial e a sua representatividade sobre a fragmentação do tecido urbano e dos cotidianos de seus habitantes.

Reiteramos que, a partir da análise do seu processo de formação e dos seus atuais quadros de transformação concernentes aos usos territoriais, nosso recorte suburbano do Distrito Federal – os Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita – são compreendidos como Zonas Híbridas do território urbano tendo como referência a metodologia de análise e classificação de bairros proposta por Costa (2011), a qual estabelece um paralelo próximo com a nossa compreensão sobre os subúrbios de Brasília. Para o autor, as Zonas Híbridas constituem-se em áreas de transição dentro do tecido urbano, as quais podem estar passando por um processo de valorização³² – se incorporadas à dinâmica urbana como áreas de expansão, adensamento ou incremento infraestrutural – ou por desvalorização, caso se encontrem em processo de deterioração³³. Como a questão dos usos territoriais urbanos e rurais mostram-se importantes na nossa análise, agregamos à compreensão das Zonas Híbridas essa perspectiva, o que traz à tona e auxilia na elucidação da questão dos subúrbios no Distrito Federal.

³² **Zona híbrida favorecedora da fragmentação articulada do território urbano (ZOHIFA):** agregam bairros que sofrem algum processo de valorização, quer seja pelo comércio de abastecimento implantado, quer seja por constituir um novo eixo de expansão urbana para novas elites (COSTA, 2011);

³³ **Zona híbrida resultante da fragmentação articulada do território urbano (ZOHIRE):** “áreas em processo de precarização, tanto pela influência da zona homogênea mais valorizada (jogo do mercado imobiliário), quanto da zona híbrida em processo de valorização (COSTA, 2011).

CAPÍTULO 2

A DINÂMICA DO TERRITÓRIO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA REGIÃO DE BRASÍLIA

As considerações feitas até o momento visaram fixar nossas perspectivas teórico-analíticas sobre o fenômeno urbano, suas vicissitudes, morfologias e desdobramentos sócioespaciais, dentro dos quais situamos os subúrbios, tema maior de nossa pesquisa. Estabelecidos esses pontos, cabe, a partir de agora, analisar a conformação da dinâmica do território no Distrito Federal, conferindo ênfase aos processos que envolvem, nos termos do uso e da ocupação do solo, questões envolvendo o campo, a cidade e a configuração das Zonas Híbridas.

Partiremos, portanto, de uma perspectiva histórica, compreendendo a dinâmica territorial e a relação campo-cidade em três momentos distintos:

- a) a fase anterior à implementação da Capital (até a década de 1950), o que faremos a partir de apontamentos históricos, fundamentados na obra de Paulo Bertran;
- b) a fase de implementação e fixação dessa nova cidade (de 1956, ano de início da construção, à década de 1970, quando houveram os últimos remanejamentos da máquina Estatal à Brasília) e;
- c) a fase de reordenamento, ressignificação e atribuição de novos usos e ocupações às áreas rurais do DF, processo iniciado a partir da década de 1970, momento em que as políticas governamentais de controle territorial passaram a friccionar com a demanda habitacional da cidade, elevando os custos imobiliários no Plano Piloto, o que redundou em uma intensificação da busca por alternativas habitacionais fora dessa área (PAVIANI, 2010).

Valorizaremos nessa etapa o contexto econômico, social e político de cada momento histórico, apresentando dinâmica do território e a relação campo-cidade no DF como consequências locais de uma conjuntura de escala mais ampla. As problemáticas envolvendo nossos objetos empíricos, o Núcleo Rural Lago Oeste e o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, aparecerão a partir do momento em que passarmos a discorrer sobre a implementação do Plano de Abastecimento de Brasília – ou, pelo menos, do que foi inspirado nele.

2.1. NOTAS SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO TERRITÓRIO PRETÉRITO DO DISTRITO FEDERAL

Assumindo que as sociedades pré-coloniais que habitavam o futuro território brasileiro não apresentavam formações urbanas, tal como asseveram Fausto (2006) e Scarlato (2007), e ainda que eram predominantes no interior desse território até por volta dos séculos XVII e XVIII, é possível creditar aos movimentos bandeiristas e entradistas a fundação das primeiras estruturas urbanas no Planalto Central. A crise da economia açucareira, desencadeada a partir de meados do século XVII, demandou novas bases de exploração da colônia portuguesa, contexto no qual se inscreveu o ciclo econômico da mineração. Nesse processo, Minas Gerais mostrou-se, historicamente, como a região mais promissora, não tanto pela disponibilidade de ouro em suas terras, mas sim por sua maior proximidade às cidades portuárias, o que barateava os custos envolvidos na produção aurífera (BERTRAN, 1978)³⁴. Tal fato, entretanto, não impediu que o Planalto Central se inserisse, de maneira significativa, nesse processo.

Conforme aponta Bertran (2011, p. 166), a descoberta de ouro na província de Goiás ocorreu entre 1722 e 1725 por uma entrada liderada por Anhanguera Filho. À essa descoberta mais notável sucederam diversas outras pela região, sendo que apenas as lavras mais rentáveis e duradouras – e que necessariamente demandavam maiores investimentos em mão-de-obra e em estruturas de produção, como foram os casos das explorações de tabuleiros e túneis – redundaram na fixação de vilarejos (BERTRAN, 2011). Afirma esse autor que, quanto maior o desenvolvimento técnico da exploração, maior era a estabilidade dos núcleos de povoamento, tendo em vista os grandes investimentos necessários em edificações permanentes de produção. Destacam-se, dentre outros, os casos da Cidade de Goiás (posteriormente renomeada de Vila Boa e Goiás Velho), fundada pelo próprio Anhanguera Filho em 1726, os vilarejos de Ouro Fino, Ferreiro, Santa Rita e Anta, fundados nessa década dentro da bacia do Rio Vermelho, e os arraiais de Meia Ponte (1731) – atual Pirenópolis, Niquelândia (1736), Traíras (1736), Paracatu (1744) e Santa Luzia (1750) – atual Luziânia, na região central da província, o que

³⁴ Bertran (1978, p. 38) afirma que a “Lei das Distâncias” agia como um agravante que tornava onerosa a mineração no Planalto Central, tendo em vista os custos envolvendo o transporte do ouro ao litoral e os custos relativos à comercialização de insumos e à mobilização dos fatores de produção associados, como a mão-de-obra e os serviços especializados em geral. Sendo assim, a maior proximidade das Minas Gerais aos portos, bem como a concentração espacial de suas lavras, favoreceram uma maior ocupação e exploração dessa região, a qual desenvolveu uma rede urbana muito mais densa e complexa do que Goiás e Mato Grosso.

leva Bertran (1978) a afirmar que o espaço mineratório de Goiás definiu-se entre as décadas de 1720 e 1740. Dada a fixação definitiva das lavras, estabeleciam-se, de maneira concomitante, os arraiais e o campo agrícola, ambos desempenhando atividades de complemento e suporte tanto à mineração quanto às demais atividades a ela relacionadas. É interessante ressaltar, ainda, que o estabelecimento de estruturas urbanas e agrícolas criava condições para a própria reprodução da mineração planaltina, favorecendo, inclusive, a empresa na busca de novas minas (BERTRAN, 1978, 2011).

Observa-se, desse modo, o estabelecimento de dinâmicas espaciais fundamentadas em premissas funcionalistas do território, tendo a mineração como atividade econômica motriz do processo de divisão territorial do trabalho em Goiás. Assim, ao mesmo tempo em que as lavras se fixavam e se desenvolviam, investia-se também nas atividades agropecuárias da região, as quais, no auge da economia mineradora goiana, evoluíram para um estágio de produção diversificada, constituindo o que Bertran (2011) denomina de “Engenhos de Sertão”. Essas instituições agrícolas, também fundamentadas sobre latifúndios e mão-de-obra escrava, tinham como principal objetivo prover de alimentos a escravaria e a população dos arraiais, os quais, nas regiões economicamente mais promissoras, já comportavam, também, todo um aparato Estatal de controle administrativo e tributário³⁵. Destarte, espacializava-se a divisão do trabalho, com o estabelecimento das vilas sob o setor terciário e como *locus* dos encontros e trocas, e o campo agrícola, *locus* de produção das provisões alimentares.

No contexto do ciclo mineratório no Planalto Central, o arraial de Meia Ponte, fundado em 1731, representou um caso emblemático e, inclusive, de grande importância para compreender-se os primórdios da ocupação do futuro Distrito Federal. Conforme aponta Bertran (2011, p. 202), a produção de ouro nesse vilarejo não mostrou-se das mais notáveis, tendo rapidamente se exaurido. Contudo sua situação em relação às estradas – regulares ou não – que ligavam Salvador e Minas Gerais à Cuiabá e ao Meio Norte de Goiás tornou-o um importante centro comercial, atendendo principalmente às funções relacionadas ao abastecimento e pouso de

³⁵ Vale ressaltar que, no Brasil Colônia, tanto a construção de estradas como a fundação de estruturas urbanas era direito exclusivo da Coroa Portuguesa e dos Capitães Donatários, sendo esses atos expressamente proibidos a outrem (SCARLATO, 2007). Esse exclusivismo foi escolhido pelos portugueses como maneira menos custosa e onerosa de administrar e controlar a colônia, partindo-se do pressuposto que a falta de conexões em um território pode surtir o efeito de uma verdadeira barreira física de proteção.

tropas. Assim, a partir dessa demanda, intensificou-se o movimento sesmarial ao redor desse arraial com vistas à constituição de Engenhos de Sertão, movimento esse que chegou até a porção oeste do Distrito Federal, tendo, inclusive, juntando-se ao movimento sesmarial em torno de Corumbá.

As dinâmicas sócioespaciais ligadas à mineração no arraial de Santa Luzia também foram de suma importância na constituição das ocupações agrícolas pretéritas do Distrito Federal. Como relata Bertran (2011, p. 327), pouco menos de 20 anos após a descoberta de ouro nesse vilarejo, intensificou-se o movimento de requisição de sesmarias nas suas adjacências, fato interpretado por esse historiador como marco do início de uma estabilidade decrescente da produção aurífera nesse arraial. Nesse momento, mostrava-se pertinente a atribuição de atividades à escravaria tanto no trabalho minerador quanto no trabalho agrícola, de maneira alternada, como forma tanto de diversificar os rendimentos advindos da terra quanto de compensar os custos alimentares advindos da mão-de-obra escrava dedicada à mineração.

Ante ao substancial movimento sesmarial na região e ao surgimento e intensificação de trânsito nas antigas rotas que percorriam o futuro território do DF, interligando os arraiais mineradores no coração de Goiás, a administração colonial instalou, em 1736, o mais antigo estabelecimento público em terras do futuro Distrito Federal, a Contagem de São João das Três Barras³⁶. Situada na porção norte do Divisor de Águas do DF, entre o atual Posto Colorado e o Núcleo Rural Lago Oeste, esse posto fiscal controlava as estradas mais importantes da região, fiscalizando mais de 2 mil tropas anuais no auge no processo mineratório, conforme aponta Bertran (2011, p. 175). Até os dias atuais encontra-se dentro do Parque Nacional de Brasília o Córrego São João das Três Barras, o qual, provavelmente, cedeu sua alcunha ao antigo estabelecimento fiscal da Coroa.

“Eis que o Distrito Federal não era ‘sertão incomunicável’ e, ao contrário, muito transitado nessa época [século XVIII], através de duas das três principais estradas da capitania: a da Bahia pelos Registros de Santa Maria e Lagoa Feia e a de Minas pelo de Arrendidos. A centralidade do Distrito Federal antecede em 200 anos à sua geopolítica.” (BERTRAN, 2011, p. 290)

³ “Uma contagem era um posto fiscal intermediário, entre os registros instalados nas fronteiras das capitanias e o destino final das mercadorias nos arraiais auríferos. Uma espécie de ‘malha fina’ do sistema tributário colonial, ‘contando’ as guias fiscais emitidas nos registros das fronteiras, a ver se no trajeto entre os dois não aumentavam nem diminuían as mercadorias, caracterizando alguma forma de contrabando [...]” (BERTRAN, 2011, p. 175)

Podemos então assumir que o futuro Distrito Federal participava de maneira indireta no ciclo mineratório goiano, ora como *locus* de produções agrícolas funcionais à mineração, ora como ponto central das rotas que interligavam os caminhos do ouro e das mercadorias. Dados levantados por Bertran (2011) indicam que, das 137 sesmarias situadas entre Santa Luzia, Meia Ponte e Formosa, 37 constavam no futuro quadrilátero do Distrito Federal, o que demonstra uma participação efetiva dessa região na mineração goiana.

Assim como em parcela expressiva do país, Bertran (2011, p.185) afirma que a realidade das concessões sesmarias no Planalto Central era quase sempre regida por “práticas consuetudinárias”, à despeito dos trâmites legais estabelecidos pela Coroa Portuguesa. Tal fato era acentuado tanto pela falta de esclarecimento quanto pelas imensas dificuldades práticas que se apresentavam em meio ao processo legal de concessão. Vislumbrando esse quadro, é possível observarmos que a questão fundiária no atual Distrito Federal, marcada por um histórico de ocupações irregulares e pelo roubo de terras públicas, possui origem antiga e que ainda reverberam no presente, tendo em vista que nem todas as fazendas da região foram desapropriadas.

E o que sobrou dessas antigas sesmarias do século XVIII? – indaga Bertran (2011, p. 344). O autor responde em seguida, afirmando que a posse primitiva da terra, transmitida por compras, vendas e heranças foi o que restou. Essa é uma observação importante e que, ao tratarmos sobre a questão fundiária do Núcleo Rural Lago Oeste, será melhor abordada, tendo em vista que cerca de 50% da área desse Núcleo Rural é composto por terras nunca desapropriadas e que, já ocupadas, veem seu processo de regularização atravancado por desconhecer-se seus herdeiros legais e as poligonais da propriedade.

Ademais, cabe ressaltar que do ciclo mineratório em Goiás é possível contabilizar na região após o declínio desse motor econômico cerca de 50 aglomerados urbanos, 3.500 estabelecimentos rurais, cerca de 200 estabelecimentos comerciais, 1.580 rodas de fiação e uma população aproximada de 50.000 pessoas (BERTRAN, 1978, p. 42). Essa constatação desmistifica a áurea da ideologia modernista de Brasília, a qual orgulhosamente apregoava o surgimento de uma Nova Capital em meio às terras vazias do sertão goiano.

O declínio da mineração em Goiás, iniciado já no último quartel do século XVIII foi marcado por um grande descenso da população urbana dos arraiais auríferos e pela paulatina migração dessa para o meio rural. À medida que o processo mineratório foi se desenvolvendo, os custos de produção relacionados ao investimento em equipamentos e à demanda por escravos foram aumentando em função da maior dificuldade em se extrair ouro de origem não-aluvionar. Esse gradual aumento de custos foi o principal responsável pela crise da economia aurífera na região, já menos rentável em função da distância aos portos e à capital, como mencionamos anteriormente (BERTRAN, 1978, 1988, 2011). Ao mesmo tempo, conforme a produção aurífera foi se estabilizando em um exploração contínua e decadente, o produto agrícola passou a assumir cada vez mais importância social e econômica na região, passando a empregar parcelas cada vez mais expressivas da população e sendo cada vez mais relevante no cenário produtivo regional, contribuindo, em 1765, com 40% do valor dos impostos coletados na região, conforme levanta Bertran (1978, p. 39).

Iniciou-se, portanto, a fase em que a economia e a sociedade de Goiás se ruralizaram (MIRAGAYA, 2010, p. 64). A introversão e o ilhamento econômico regional, a drástica redução do trânsito de pessoas e do comércio e sobretudo a proliferação de estruturas rurais de subsistência são marcas desse período. Essa nova dinâmica mais estática e autárquica evidencia o quão fundamental era a mineração de ouro em Goiás; dado seu declínio, praticamente não havia outro gênero de produto que movesse a economia exportadora e circulação da região, que estagnou-se até o início do século XX, isolando-se das demais ilhas socioeconômicas do Brasil. Nesse contexto, as grandes fazendas e os Engenhos de Sertão, caracterizados pela baixa produtividade, pela produção diversificada e pela autossuficiência, assumiram o protagonismo socioeconômico da região, dada a ininterrupta demanda por alimentos e produtos de utilidade básica. A produção social e a vida cotidiana se deslocaram das vilas – que ainda mantiveram com menos vigor suas funções relativas às trocas e aos encontros – para o campo (BERTRAN, 1978, 1988, 2011). Sobreviveram os arraiais em que ainda resistiu alguma incipiente mineração ou aqueles em que sua situação vantajosa em relação às rotas de comércio preservou sua freguesia.

“Em algumas cidades, como na capital, em Meia-Ponte, em Santa Luzia, a instituição urbana ainda vigorava sobre a instituição socioeconômica rural [por sua função comercial, como sedes ora do governo da capitania, ora como julgados, e também como centros de encontro – igreja, comércio, pouso de tropas, abastecimento, etc.]”.

Já onde predominava a origem rural sobre a citadina, o que era quase a totalidade dos casos, a autoridade raramente ultrapassou os limites municipais [...]” (BERTRAN, 1978, p. 67)

Bertran (1978) aponta que o tipo de economia agrícola que imperou em Goiás no século XIX representou um momento de transição entre a decadente economia mineradora e a economia comercial pecuária, a qual passou a vigorar nas primeiras décadas do século XX. Os sítios e fazendas ganharam caráter de autossuficiência, substituindo a importação pela produção local – até mesmo como uma escusa para a utilização da mão de obra escrava disponível em função da evasão das minas.

É interessante observar que a incipiente função comercial desempenhada pelos arraiais após o descenso aurífero era condicionada pela produção agrícola. Em outras palavras, a ruralização da economia regional demonstrou-se não apenas pela proliferação de sítios de subsistência a partir do esvaziamento das minas e das vilas. Ao assumir a dianteira econômica da região, o campo passou a ser o lugar do cotidiano dos habitantes de Goiás, local de moradia, de trabalho e de subsistência que passou, inclusive, a garantir a própria existência dos antigos arraiais como pontos de comércio e trocas. As festas, os encontros, as solenidades e a convergência das populações rurais ainda tinham como *locus* esporádico os arraiais; o cotidiano passava-se, contudo, no campo (BERTRAN, 1978).

Conforme aponta Bertran (1978, 1988), o isolamento de Goiás não perdurou por demasiado tempo. Não se pode, contudo, afirmar que houve uma rápida e total integração dessa região à vida econômica nacional, fato esse que só começou a se esboçar após a construção de Brasília. Seja como for, o fluxo de colonização sobre Goiás a partir de São Paulo e Minas Gerais foi se intensificando ao longo do século XIX, à medida que as terras disponíveis no Sudeste foram se esgotando em função da economia cafeeira e, conseqüentemente, se hipervalorizando. As terras goianas passaram, aos poucos, a serem ocupadas para fins pecuários.

No início do século XX, para ser mais preciso, no ano de 1914, fatores externos favoreceram a reinserção efetiva de Goiás na economia nacional: a inauguração ferroviária ligando Anápolis ao Triângulo Mineiro e as duas Guerras

Mundiais, com a demanda por alimentos e demais produtos que geraram (BERTRAN, 1978, p. 100). Nesse cenário, o estado emergiu como grande produtor de alimentos, com o aumento da produção resultante das crescentes parcelas de terras incorporadas ao processo, sendo que os investimentos em produtividade por unidade de área eram quase sempre ínfimos. Como consequência direta, ocuparam-se primeiramente as terras mais acessíveis à ferrovia³⁷, na região central e sul do estado, o que promoveu uma hipervalorização fundiária em um curtíssimo espaço de tempo (MIRAGAYA, 2010). A estrada de ferro cumpria seu dever, estendendo a fronteira agrícola do Brasil e tornando o Planalto Central uma região dependente e complementar da economia do Sudeste que, nesse momento, iniciava seu processo de industrialização em função do paulatino redirecionamento do capital cafeeiro para o setor industrial (BERTRAN, 1978)

A partir de 1949, o setor agropecuário assumiu a dianteira econômica de Goiás, participando com cerca de 60% da produção do estado, sendo o restante dividido entre os setores da indústria e dos serviços. Apesar disso, a economia urbana foi, aos poucos, tornando-se preponderante à medida que sua população aumentava, não superando, entretanto, até a década de 1970, a população do campo. Nesse quadro de expansão de economias urbanas, Goiânia e Brasília ganharam destaque, tornando o setor de serviços preponderante (40%), seguido da agropecuária (50%) e da indústria (10%) até o final da década de 1970 (BERTRAN, 1978, p. 108). Cabe ressaltar, nesse contexto, que a urbanização no Centro-Oeste não se deu a partir da industrialização, como no Sudeste, mas sim como reflexo da economia agropecuária, envolvendo-se principalmente nas atividades terciárias a ela relacionadas (MIRAGAYA, 2010, p. 84).

Destarte, Brasília desempenhou um importante papel no desenvolvimento da economia agrícola centroestina. Em um primeiro momento (1960-70), favoreceu a incorporação de novas terras ao processo, o que foi facilitado pela expansão da malha viária na região. Posteriormente, a Nova Capital favoreceu a criação e o aumento do mercado consumidor, o que criou condições para a capitalização e modernização das culturas do Centro-Oeste, as quais, atualmente, inserem-se no mercado mundial de *commodities* (MIRAGAYA, 2010).

³⁷ A ferrovia Mogiana iniciava-se em Ribeirão Preto. Em 1895 chegou à Uberaba, Uberlândia e Araguari. Já em 1913, entrou em Goiás por Ipameri e Pires do Rio, chegando a Vianópolis em 1924 e à Anápolis em 1935 (MIRAGAYA, 2010).

Evidencia-se, nesse contexto, uma nova ordem no que concerne às relações campo-cidade no Planalto Central. No momento da mineração, as formações urbanas surgiram como centros de comércio, trocas e administração das minas, sendo estritamente tributárias dessa atividade socioeconômica. O campo, por sua vez, era reduzido à sua esfera funcional, produzindo alimentos para abastecer a economia mineradora e os arraiais, cumprindo assim o seu dever de reduzir os gastos com a importação de alimentos, fato que muito onerava a produção aurífera na longínqua região. Dada a decadência desse ciclo econômico pudemos observar uma paulatina perda de importância dos centros urbanos, com a vida cotidiana e a economia regional vertendo-se cada vez mais para o campo, de forma autárquica, relegando as vilas a um papel secundário, ainda que essas congregassem funções relacionadas ao comércio, às festas, à religiosidade e aos encontros – isso é, as que sobreviveram ao descenso populacional dadas as migrações cidade-campo (BERTRAN, 1978, 1988). Cabe lembrar que, nesse período, as formações urbanas que se mantiveram tinham suas funções e sua vida intrinsecamente relacionadas à sua situação espacial em relação às rotas comerciais, assim como dependiam da produção e da freguesia do campo para manter sua importância, patrimônio, funções e circulação. Revertiam-se, portanto, as relações campo-cidade.

Já ao longo do século XIX e até meados do século XX, observar que o campo ganha cada vez mais preponderância social e econômica em Goiás, tendo em vista a maneira como o território desse estado foi requisitado no quadro geoeconômico brasileiro: produtor agrícola, primordialmente pecuário e, ao longo do século XX, inserindo-se na produção de *commodities* da agricultura, destacando-se, por exemplo, a produção de soja. Nesse contexto, como *locus* das atividades econômicas motrizes da região, as cidades passaram a surgir e/ou a serem tributárias do campo, revertendo, portanto, a tradicional lógica de que a existência do campo é condicionada e posterior à existência da cidade³⁸.

Cabe ainda salientar que a estruturação fundiária de Goiás se deu de forma heterogênea: se no centro e no sul do estado predominou uma ocupação mais intensiva e minifundiária, processo acelerado pela construção da ferrovia e das estradas de rodagem, sendo ainda associado à fragmentação desses territórios em

³⁸ Sobre o surgimento de cidades tributárias da atividade agrícola no Brasil, recomenda-se a leitura do artigo: FREDERICO, S. *Gênese e consolidação da rede urbana na região de fronteira agrícola moderna*. In: COSTA, E. B; OLIVEIRA, R. (orgs.). *As cidades entre o real e o imaginário*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

diversos municípios, como já comentamos (BERTRAN, 1978). No norte resistiu o latifúndio, dado o isolamento da região em relação ao mercado nacional (BERTRAN, 1978). Mais especificamente no território que hoje se situa o Distrito Federal, predominou uma estrutura latifundiária, como vemos na Figura 1, com terras de menor dimensão às encontradas no norte do Estado. Vale ressaltar que a disposição fundiária pretérita do DF, tal como é representada na figura em questão, já é resultado de um processo de fragmentação fundiária das antigas sesmarias do período da mineração, fato que demonstra uma crescente competição espacial nesse território ainda que persista o latifúndio de produção extensiva (BERTRAN, 2011). No processo de construção da Nova Capital do Brasil, com a desapropriação de parte das fazendas pela NOVACAP, e a posterior fragmentação dessas em unidades urbanas e minifundiárias, sucedeu a intensificação dos processos agrícolas e, de maneira ainda mais proeminente, o envolvimento das antigas terras rurais no mercado especulativo de Brasília. O surgimento das cidades satélites à Brasília – destinadas às classes de baixa renda – e dos seus subúrbios, nos quais observamos uma concomitância entre atividades agrícolas, segregação e autossegregação sócioespaciais, são expressões mais atuais da dinâmica do território e da relação campo-cidade no Distrito Federal, cujo campo ainda caracteriza-se por uma produção intensiva e diversificada, com destaque crescente para o setor de serviços.

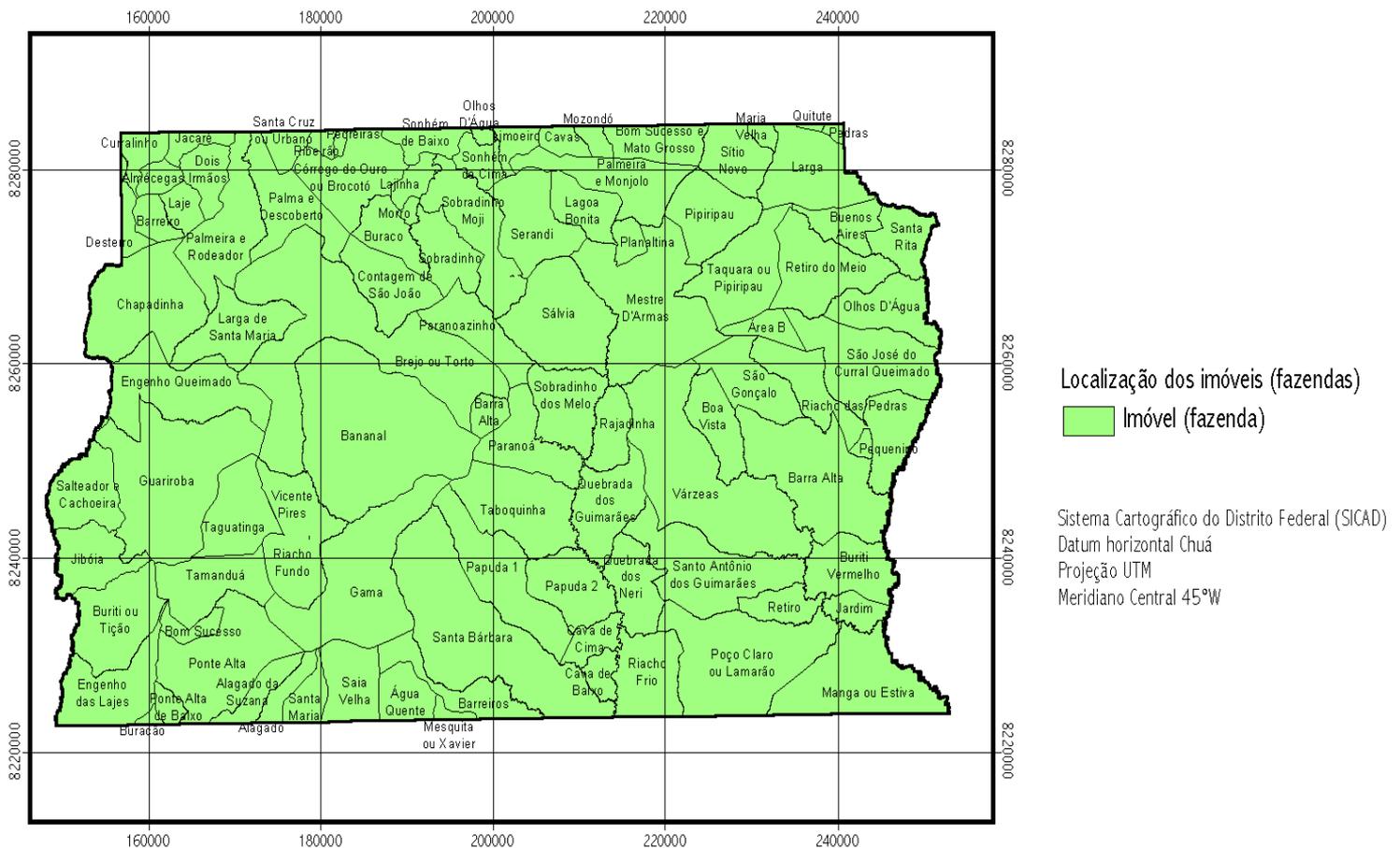


Figura 13: Fazendas situadas dentro do quadrilátero do Distrito Federal. O Núcleo Rural Lago Oeste situa-se na área de 6 antigas fazendas: Contagem de São João, Paranoazinho, Brejo ou Torto, Palma e Descoberto, Sobradinho e Buraco. Já a Vargem Bonita situa-se dentro da antiga Fazenda Gama, cuja sede é ainda preservada dentro do Brasília Country Club, ao final da quadra 27 do Setor de Mansões Park Way. Fonte: FORTES, P; BARROSO, E; SILVA, M. A; GUEDES, C. *Regularização fundiária em imóveis da União do Distrito Federal. Parte 1: demarcação de imóveis*. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5233-5240.

Fundamentando-se no que foi exposto até o presente momento, observamos que, desde o ciclo mineratório, iniciado nas primeiras décadas do século XVIII, passando pela ruralização da economia e chegando até a reinserção de Goiás na economia nacional a partir da pecuária comercial, essa região não era constituída por “terras vazias” como pregava o discurso desenvolvimentista de Brasília. É evidente que não se pode compará-la ao Sudeste ou ao Nordeste em termos de dinâmicas populacionais, econômicas e sociais. Contudo, a obra de Bertran, sobretudo, deixa claro que o Planalto Central não era o “sertão vazio e incomunicável”, tal como era apregoadado. Observamos, então, que as dinâmicas socioeconômicas peculiares à região possibilitaram o vislumbramento de períodos

de articulação e ruptura nas relações campo-cidade em função do ciclo econômico vigente, base argumentativa de Bertran.

2.2. A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO NOS PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA

Brasília começou do NADA. Não havia casas, instalação elétrica, água, recursos humanos. NADA, absolutamente NADA. Ter-se-ia que fazer o provisório ao lado do definitivo. Não havia qualquer ponto de apoio para a execução do trabalho. (SILVA, 1985, p. 395)

A passagem acima, retirada da elucidativa obra *História de Brasília*, de Ernesto Silva, membro da primeira diretoria da NOVACAP, entre 1956 e 1961, deixa bem clara a áurea desenvolvimentista do discurso dos idealizadores da Nova Capital. Como que para enaltecer ainda mais o já grande feito de se construir uma capital, fazia-se absoluta questão de ignorar a secular história da região delimitada pelo quadrilátero do novo Distrito Federal do Brasil. É nesse contexto que ganha importância a obra de Paulo Bertran, a qual busca, sobretudo, desconstruir o “mito das terras vazias de Goiás”. Sendo assim, além do que apregoava o discurso oficial, esse autor demonstra em suas obras que Brasília foi erguida dentro de uma das mais antigas regiões apossadas de Goiás, situando-se entre áreas que tiveram grande importância regional dentro dos ciclos da mineração, da ruralização e, posteriormente, da pecuária comercial. Desse modo, o território do futuro Distrito Federal participava da economia e da vida da região como rota de circulação de mercadorias e pessoas, sendo cruzado por fluxos advindos de Corumbá, Meia Ponte (Pirenópolis), Santa Luzia (Luziânia), Niquelândia, Jaraguá, Couros (Formosa) e Flores, dentre outros, como aponta Bertran (1978, 2011). Não foi ao acaso que o governo colonial instalou, em 1736, a Contagem de São João das Três Barras nesse território, como já mencionamos anteriormente.

Fato é que Brasília inseriu-se em um contexto territorial que tinha mais de dois séculos de história e que, apesar de possuir uma população esparsa e realidades sociais e econômicas muito menos dinâmicas do que as cidades do litoral, não pode ser simplesmente reduzida ao “nada”. Sendo assim, do ponto de vista da organização territorial, a constituição do Distrito Federal deparou-se com um quadro fundiário já há muito tempo caracterizado pela predominância de latifúndios

associada à não regularização, não demarcação e ao apossamento e apropriação indevidos das terras. Ainda hoje essa é uma questão que repercute no bojo fundiário do DF, tendo em vista que inúmeras fazendas nunca foram desapropriadas por falta de demarcação de seus limites ou até mesmo pela impossibilidade em identificar seus proprietários, como asseveram. Destarte, ao discorrer sobre a complexidade fundiária do Distrito Federal, Tavares (1995) enuncia vinte e duas modalidades de ocupação observadas nas terras dessa Unidade da Federação, situação essa que resultante tanto da herança do histórico fundiário da região quanto da ineficiência do Poder Público no que tange à gestão do território. Transcreveremos apenas algumas das situações que julgamos mais oportunas no contexto desse trabalho:

- “1- Terras em propriedade do Distrito Federal;
- 2- Terras de propriedade da União;
- 3- Terras devolutas;
- [...]
- 6- Terras de propriedade do Distrito Federal, parceladas e arrendadas pela [extinta] Fundação Zoobotânica [atualmente propriedades da TERRACAP];
- 7- Terras de propriedade da União, parceladas e arrendadas pela [extinta] Fundação Zoobotânica do Distrito Federal;
- [...]
- 9- Terras não desapropriadas pelo poder público, parceladas e arrendadas pela [extinta] Fundação Zoobotânica;
- 10- Terras desapropriadas pelo Distrito Federal, em poder de posseiros;
- 11- Terras desapropriadas pela União, em poder de posseiros;
- 12- Terras de propriedade do Distrito Federal e/ou da União transformadas em Áreas Isoladas, arrendadas pela Fundação Zoobotânica [essas compreendem, atualmente, a região do Programa de Assentamento Dirigido – PAD/DF];
- 15- Terras desapropriadas, ainda ocupadas pelos antigos proprietários e/ou seus herdeiros;
- [...]
- 17- Terras desapropriadas, ainda em demanda judicial por iniciativa dos desapropriados;
- 18- Terras de propriedade particular, ocupadas pelos seus proprietários;
- 19- Terras de propriedade particular, ocupadas por posseiros;
- 20- Terras de propriedade pública parceladas, loteadas e vendidas por particulares;
- 21- Terras particulares clandestinamente loteadas [...]” (TAVARES, 1995, p. 29-31).

2.2.1. Da constituição do território do Distrito Federal e o *status* das terras agrícolas

O fundamento básico para a conformação do território do Distrito Federal foi a desapropriação das terras privadas e a incorporação imediata dessas ao patrimônio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Por meio da Lei Nº 2.874 de 19 de Dezembro de 1956, que dispõe sobre a mudança da Capital Federal e a criação da NOVACAP, o Estado Brasileiro, representado por essa companhia, munuiu-se de um instrumento normativo que, ao menos teoricamente, conferiu a ele controle total sobre o planejamento territorial do DF, tendo em vista que, ao tornar-se proprietário das terras, passou a ter o poder de planejar seu uso e ocupação, assim como de parcelá-las, comercializá-las ou mesmo arrendá-las a terceiros. Essa situação fundiária peculiar ao DF, caracterizada pelo monopólio total das terras urbanas e parcial das terras rurais pelo Estado, pode ser compreendida como uma reverberação territorial, na escala do DF, da noção de “Estado demiurgo da sociedade” desenvolvida por Costa e Steinke (2014), tendo em vista que conferiu à essa instituição o poder de tutelar o mercado imobiliário da cidade, quase sempre ao sabor e em coadunação aos anseios do capital privado. Vejamos como tais disposições apresentam-se nos artigos nos Artigos 3, 15 e 24 da referida lei Nº 2.874/1956:

“Art. 3º. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil terá por objeto:
[...] 2. Aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito Federal ou em qualquer parte do território nacional, pertinentes aos fins previstos nesta lei;
Art. 15. À sociedade [NOVACAP] fica assegurado o direito de promover desapropriações nos termos da legislação em vigor, e com as modificações constantes dessa lei.
Art. 24. Fica ratificado, para todos os efeitos legais, o decreto nº 480, de 30 de Abril de 1955, expedido pelo Governador do Estado de Goiás, e pelo qual foi declarado de utilidade e de necessidade públicas e de conveniência de interesse social, para o efeito de desapropriação, a área a que se refere o artigo 1º.
§1º As desapropriações iniciadas poderão continuar delegadas ao Governo do Estado, ou passarão a ser feitas diretamente pela União.
§2º Nas transferências, para o domínio da União, dos imóveis adquiridos pelo Governo de Goiás e nos atos de desapropriação direta em que vier a intervir e ainda nos da incorporação deles ao capital da Companhia Urbanizadora da Capital Federal, a União será representada pela pessoa a que se refere o artigo 4º desta lei. [...]

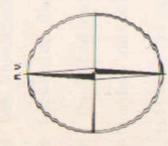
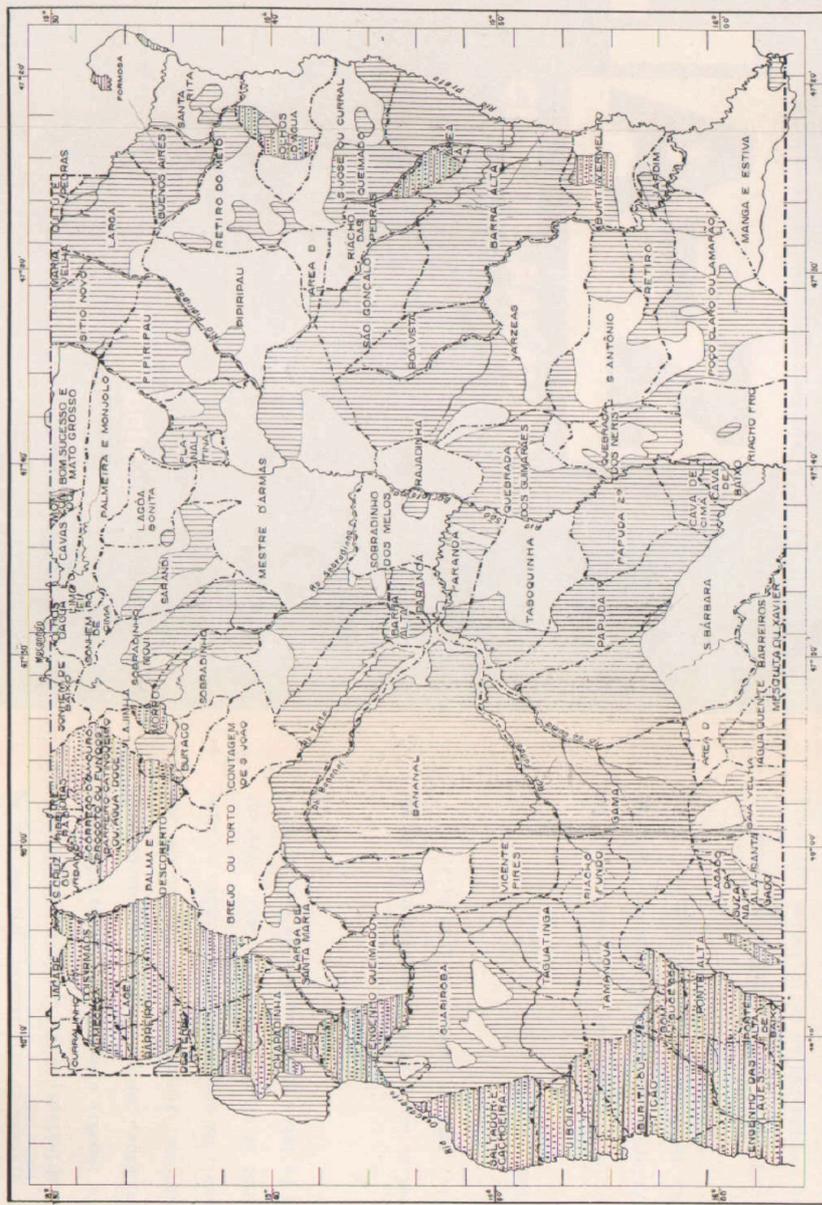
§4º Os imóveis desapropriados na área do novo Distrito Federal e os referidos no art. 15 poderão ser alienados livremente pelo poder expropriante e pelos proprietários subsequentes, sem que lhes aplique qualquer preferência legal, em favor dos expropriados.” (BRASIL, Lei 2.874 de 19 de Dezembro de 1956)

As desapropriações iniciaram-se, portanto, no ano de 1955 a partir do Decreto nº 480, de 30 de Abril de 1955, do Governador de Goiás, tendo essa primeira etapa concluído-se em 18 de Fevereiro de 1957, data em que o Estado de Goiás transferiu à União – e, por força da Lei 2.874, à NOVACAP – a propriedade de 30.933,754 alqueires de terras³⁹ situadas no Sítio Castanho, área escolhida pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, em 1956, para a edificação de Brasília. As desapropriações continuaram ao longo dos anos, nunca tendo, contudo, concluído-se. Como aponta o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de 2009⁴⁰, várias fazendas, ainda com suas antigas sedes preservadas nunca foram desapropriadas, como, por exemplo: Curralinho I e Jacaré, em Brazlândia; Buraco, Sobradinho e Meigi, em Sobradinho; parte da fazenda Guariroba, em Ceilândia, atualmente ocupada pelo condomínio Sol Nascente; Mestre D’Armas, desapropriada mas reapropriada judicial e irregularmente por seus herdeiros para fins de parcelamento clandestino; Acalanto, Guimarães, Monjolo, Bela Vista e Capitão dos Porcos, em Planaltina; Jardim, no Paranoá; e Taboquinha, no Jardim Botânico, o restante dessa, atualmente, voltado ao turismo rural. Segundo Peluso e Candido (2006, p. 55), as desapropriações tornaram-se, paulatinamente, mais complexas em virtude da rápida ocupação do Distrito Federal a partir da construção de Brasília, fato que redundou no aumento do valor das terras, estimulando seu comércio e/ou parcelamento antes mesmo que o Estado pudesse intervir. Conforme registram esses mesmos autores, os parcelamentos irregulares, observados principalmente nas fazendas não desapropriadas, são uma realidade do Distrito Federal desde 1956, tendo sua oferta ampliada ao longo dos anos, contabilizando mais de 100 mil lotes comercializados entre 1956 e 1995 (PELUSO; CANDIDO, 2006).

³⁹ Nesse caso, um (1) alqueire de padrão goiano possui a medida de 4,6 ha, segundo Peluso e Candido (2006, p. 55). A referência aos 30.933,759 alqueires desapropriados nessa primeira etapa encontra-se em SILVA (1985, p. 149).

⁴⁰ Atualizado em 2012 pela Lei Complementar Nº 854.

CARTOGRAMA Nº II DISTRITO FEDERAL SITUAÇÃO GERAL DAS TERRAS — 1969



CONVENÇÕES

[Hatched pattern]	TERRA DESAPROPRIADA
[White box]	TERRA NÃO DESAPROPRIADA
[Dotted pattern]	TERRA EM COMUM
[Diagonal lines]	TERRA DE PROPRIEDADE
[Dashed line]	LIMITE DO DISTRITO FEDERAL
[Wavy line]	RIOS D'ÁGUA

CODEPLAN DIREÇÃO Nº 335-71
 EXEC. J. SILVEIRA FILHO — CARTÓGRAFO
 Data: 24-03-1971 Visto [Signature]

ITE. 969. - NOVACAP

Figura 14: situação geral das terras no Distrito Federal – 1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

É importante salientar que a política de desapropriações levada à cabo no DF evidenciou orientações claras sobre significado do planejamento territorial aqui empregado. Conforme assevera Peluso (1988, p.130), havia uma evidente intenção do Estado em pagar a construção da capital com a venda de lotes, agora parcelados em unidades urbanas e, por isso, muito valorizados em relação ao valor pago pela NOVACAP aos antigos proprietários⁴¹. Observa-se, assim, o papel do Estado como grande articulador e empreendedor imobiliário, transferindo a si, por meio das desapropriações, o lucro gerado pelo seu próprio empreendimento com o intuito de auto-financiá-lo. Ainda nesse ensejo, cabe ressaltar que a corrida imobiliária manifestou-se também nos municípios do entorno, com a aceleração dos parcelamentos e a conversão de terras rurais em terras urbanas (FERREIRA, 1988). Na maioria dos casos, fazendas deram origem a loteamentos precários nas cercanias de Luziânia, Formosa, Corumbá o que, ao longo dos anos, favoreceu, inclusive, o surgimento de novos municípios no entorno, como foram os casos de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Novo Gama, desmembrados do município de Luziânia.

Outra orientação sobre a gestão territorial do DF evidenciada com a política das desapropriações concerne à possibilidade, dada a si mesmo pelo Estado, de organizar a ocupação do território em estratos sociais, como aponta Peluso (1988). Essa diretriz é também evidente no Memorial descritivo do Plano Piloto de Brasília, escrito pelo próprio Lúcio Costa⁴². Dependendo da intenção do Poder Público, portanto, as terras eram valorizadas de forma diferenciada, restringindo a sua

⁴¹ Um caso bem documentado e analisado por nós em trabalho anterior é o das Mansões Suburbanas Park Way. Sob a escusa de gerar recursos para o Departamento de Terras e Agricultura, foi proposto pelos diretores dessa repartição da NOVACAP a conversão dessas terras de uso rural em terras de uso urbano. Posteriormente, demarcou-se 300 unidades de 20.000m² para comercialização, gerando, de acordo com Tavares (1995, p. 36) Cr\$ 25 milhões de renda apenas no primeiro mês de venda, recursos esses encaminhado à NOVACAP para a edificação de Brasília.

⁴² Os seguintes extratos do Memorial do Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa (1956), evidenciam a clara intenção em promover a estratificação social na nova capital, fato reiterado, inclusive, pela própria perspectiva de criar-se cidades satélites, separadas de Brasília por um cinturão verde agrícola, para abrigar os excedentes populacionais da capital, na verdade, a classe trabalhadora menos favorecida economicamente.

“17- A gradação social poderá ser dosada facilmente, atribuindo-se maior valor a determinadas quadras, como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor de embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário [...]. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente”;

“18- Previram-se igualmente setores ilhados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira para que as casas construídas nos lotes do topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas, de alto padrão arquitetônico – o que não implica tamanho – estabelecendo-se, porém, como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional dessas concessões” (COSTA, L; 1956).

possibilidade de aquisição – e todas eram ou vendidas ou concedidas, caso das terras rurais, como veremos logo adiante – a estratos sociais definidos de acordo com seu poder de compra. Instituiu-se, assim, o centro, as periferias e os subúrbios em Brasília. Cabe também ressaltar, como complemento a essa prática, que a NOVACAP manipulava a oferta imobiliária em todo o Distrito Federal, principalmente com o intuito de frear o grande crescimento populacional de Brasília e adjacências (PELUSO, 1988, p. 138; PELUSO e CANDIDO, 2006, p. 53; CARPINTERO, 2013, p. 25). Com isso, ao impedir legalmente a expansão das áreas urbanas, valorizava-se os patrimônios imobiliários e atendia-se a demanda habitacional da alta renda. Contudo, tal medida não obteve sucesso no que tangia ao controle demográfico, tendo sim resultado no aumento dos parcelamentos irregulares de terras públicas e privadas para atender a vários estratos sociais. Salientamos que esse processo de estratificação sócio territorial não atingiu apenas a classe trabalhadora⁴³, tendo também reverberado dentro da classe média. Assim, ao alvorecer da década de 1970, passou-se a observar o movimento de suburbanização a partir do Plano Piloto, resultado tanto da crescente demanda por áreas residenciais quanto dos elevados preços imobiliários praticados na área central da cidade. Ao mesmo tempo em que as elites brasilienses buscavam o Lago Sul como seu refúgio, autossegregando-se, as classes médias começaram a buscar áreas menos onerosas para habitar, não sem, contudo, revestir-se de um certo romantismo da “casa de campo”, com mais espaço, mais tranquilidade e maior proximidade à natureza, longe do movimento e das mazelas do centro. Processo esse de segregação, no entanto, disfarçado pela não precariedade encontrada na vida das periferias. Com isso, intensificou-se a pressão imobiliária sobre as áreas rurais mais próximas ao Plano Piloto, como o Colorado, o Jardim Botânico, as Colônias Agrícolas Vicente Pires, Samambaia e Águas Claras e também sobre o Park Way – esse já considerado área urbana, apesar de sua ocupação tipicamente suburbana.

Toda essa dinâmica especulativa, que envolveu tanto terras privadas não desapropriadas quanto terras do Poder Público, foi acompanhada por um grande protecionismo das terras designadas como rurais sob propriedade da União ou da

⁴³ Para uma melhor elucidação de como a segregação sócioespacial promovida pelo Estado atingiu a classe trabalhadora no Distrito Federal, recomenda-se a leitura de COSTA, E. B.; PELUSO, M. **Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971)**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

NOVACAP. Essa orientação fica evidente no artigo 25 da Lei Nº 2.874 de 19 de Dezembro de 1956:

Art. 25. Tornar-se-ão indivisíveis os lotes de terras urbanos do futuro Distrito Federal, desde que alienados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Fica expressamente proibida a alienação de mais áreas de terras do mencionado Distrito, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
Parágrafo único. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil organizará os planos que assegurem o aproveitamento econômico dos imóveis rurais, executando-os diretamente ou apenas mediante arrendamento.

Observa-se, assim, que a política agrícola do novo Distrito Federal sustentava-se na propriedade das terras rurais pelo Governo do Distrito Federal, tendo em vista sua impossibilidade de parcelamento e/ou alienação, associada a uma política de concessões de uso – ou arrendamento. Essa última visava, obviamente, fazer com que a terra cumprisse sua função social, que é promover o abastecimento alimentar da sociedade, tal como define o Estatuto da Terra⁴⁴ em seu artigo 2º, inciso 1º. É importante ressaltar que a intenção de implementar um sistema de arrendamento das terras no DF, com a manutenção de sua propriedade pelo Poder Público, advinha de uma proposta anterior da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, como transcrevemos abaixo:

“O presente trabalho procurará mostrar as desvantagens da venda de terras, ora desapropriadas, fazendo ressaltar as vantagens advindas do arrendamento ou enfiteuse das mesmas. [...] Não esqueçamos de que, à medida que cresce a cidade, aumenta o valor dos terrenos. Tal valorização, real e independente da variação do poder aquisitivo da moeda, se deverá exclusivamente ao esforço coletivo; no entanto, apenas os compradores de terrenos, individualmente, gozariam desse benefício, pois que A TERRA SERIA SUA. [...] Teríamos, então, a corrida imobiliária, como se verifica nas nossas grandes cidades, visando a terra não para seu beneficiamento e sua utilização, mas como objeto de especulação, no mais egoístico proveito, frente àqueles que dela realmente necessitam, seja para a edificação da própria habitação familiar, seja para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.” (Relatório da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, 11 de Setembro de 1956. Transcrito por SILVA, 1985, p. 128)

Notamos que o sistema de enfiteuse⁴⁵ proposto pela Comissão não concernia unicamente às terras rurais do DF, compreendendo a totalidade do seu território,

⁴⁴ Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.

⁴⁵ Enfiteuse: “direito real alienável e transmissível a herdeiros que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos; aforamento,

com intuito de aumentar ainda mais o controle do Estado no processo de gestão territorial. Entretanto, é evidente o porquê da não implementação desse sistema de gestão fundiária: a impossibilidade de comercializar as terras públicas, exclusivamente as urbanas, no caso do Distrito Federal, inviabilizaria a capitalização da NOVACAP, comprometendo o avanço das obras da construção de Brasília. Apesar de não ter sido efetivamente adotado, o sistema de enfiteuse constituiu o legado das concessões de uso – ou arrendamento – de terras rurais no DF, mantendo-as sob propriedade do Estado.

Conforme aponta Tavares (1995, p. 27), a experiência negativa relativa ao abastecimento do antigo Distrito Federal requisitou a implementação de uma política fundiária diferenciada no novo DF. Como narra esse autor, o Rio de Janeiro teve suas terras agrícolas incorporadas pelo crescimento urbano em função de suas propriedades encontrarem-se nas mãos de particulares. Dada a valorização desses patrimônios, mostrava-se muito mais vantajoso promover seu parcelamento, atendendo à demanda imobiliária, do que persistir na labuta agricultora. Como consequência, a antiga capital produzia apenas 5% de sua demanda alimentar, tornando-a, sob esse quesito, vulnerável. Destarte, com o objetivo de não repetir esse erro e garantir o abastecimento de Brasília, reduzindo ao máximo sua dependência do mercado externo, implementou-se aqui, por força do artigo 25º da Lei Nº 2.874, o sistema de Concessões de Uso de Terras Rurais, mantendo-as sob controle do Governo do Distrito Federal (TAVARES, 1995, p. 28). Evitava-se assim, pelo menos teoricamente, que a corrida imobiliária atingisse as terras destinadas à agricultura e pecuária no DF.

As diretrizes sobre as Concessões de Uso de Terras Rurais no Distrito Federal foram estabelecidas pela Lei Nº 4.545, de 10 de Dezembro de 1964, a qual determinou, sobretudo, que as concessões teriam validade de 15 anos, podendo ser renovadas e transferidas aos herdeiros. Ademais, determinava ainda o pagamento anual de 5% do valor da terra, como foro, a partir do terceiro ano de concessão; além disso, reiterava que o arrendamento era estritamente condicionado ao uso da

emprazamento, *fateusim*” (Aurélio). Em outras palavras, a enfiteuse é um direito de uso e posse, sem que haja uma relação de apropriação privada do imóvel. De acordo com a Lei 9.760/46, o foro relativo às terras públicas é de 0,6% do valor do imóvel, acompanhando, assim, sua valorização. Como observamos no trecho transcrito, o objetivo do sistema de enfiteuse é reverter ao erário público parte do lucro advindo da valorização fundiária, por meio do foro percentual.

terras para fins de produção alimentar, cujo descumprimento redundaria na perda da concessão.

O Decreto Nº 19.248, de 19 de Maio de 1998 ratificou as determinações de Lei Nº 4.545, passando a exigir, contudo, um plano de utilização para o imóvel concedido. A maior novidade implementada por esse decreto foi, entretanto, a extensão dos prazos de concessão por um período de 50 anos, também renováveis e transferíveis a herdeiros, o que, na compreensão de Peluso e Candido (2006, p. 61) e tal como assumido no PDOT 2009 (p. 87), significou, na prática, a detenção da propriedade dos imóveis por seus concessionários. Vemos aí um grave desvio de propósitos em relação à Lei Nº 4.545, tendo em vista que concessões de validade tão prolongada tendem reduzir o poder de ação e controle do Estado sobre seu patrimônio. Galbinski (1987, p. 170) observa também uma falha ainda mais grave nos termos das Concessões de Uso de Terras Rurais, que é a obrigatoriedade, por parte do GDF, de indenizar os concessionários em caso de rescisão contratual, valor esse relativo às benfeitorias implementadas nas terras arrendadas. Ao condicionar a quebra de uma concessão ao pagamento por benfeitorias, o governo anula quase que completamente as vantagens da propriedade pública da terra, tendo em vista que, para desocupá-la, deve dispender recursos próprios, sobrecarregando seu erário e, eventualmente, dependendo de um montante do qual pode não dispor no momento (GALBINSKI, 1987, p. 173). Interessante é que esse autor observou essa “falha” dez anos antes da edição do Decreto Nº 19.248, sem que houvesse nesse uma “correção”. Pelo contrário, o que esse ato político fez foi retirar ainda mais o controle do GDF sobre seu patrimônio rural.

A situação das Concessões de Uso de Terras Rurais sofreu um grave golpe a partir da sanção da Lei Nº 5.861, de 12 de Dezembro de 1972, a qual praticamente fez revogar todas as disposições da Lei Nº 2.874. Vejamos o que diz o artigo 4º da lei em questão:

“Art. 4º. Os bens na área do Distrito Federal incorporados mediante desapropriação ao Patrimônio da NOVACAP ou da TERRACAP são, para realização de seus fins, alienáveis e livres de qualquer direito ou preferência legal em favor dos desapropriados.

Parágrafo único. Os imóveis alienados pela NOVACAP ou TERRACAP na área do Distrito Federal são fisicamente indivisíveis.”

Sem especificar o tipo de uso dos imóveis a que se refere em seu artigo 4º, a Lei Nº 5.861 representou a primeira possibilidade legal de se comercializar as terras rurais do Distrito Federal, tendo em vista que seu texto não explicita qualquer proteção especial aos imóveis rurais de propriedade da Companhia Imobiliária do Distrito Federal (TERRACAP), a qual incorporou o patrimônio fundiário da NOVACAP. A comercialização legal só não se iniciou nesse momento pois essa mesma lei não determinou o fim das Concessões de Uso de Terras Rurais, regidas, então, pela Lei Nº 4.545. Contudo, em 2005, a expedição do Decreto Nº 26.196, de 9 de Setembro de 2005 iluminou um claro caminho à possibilidade de privatização das terras rurais do DF. Em seu texto, o Decreto autoriza que a Secretaria de Agricultura, gestora e administradora das terras rurais, e a TERRACAP, proprietária dessas, promova licitações com o intuito de comercializar esses imóveis – na observância da legislação federal, mantendo os módulos mínimos e atendendo às demandas da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central (PELUSO e CANDIDO, 2006, p. 61).

Historicamente, a possibilidade de tornarem-se proprietários de suas concessões rurais sempre foi uma demanda requisitada pelos concessionários, tendo em vista que a contratação de empréstimos rurais, por sua parte, sempre encontra na não propriedade da terra um empecilho devido ao fato de uma terra arrendada não servir como garantia. Apesar de o Banco de Brasília aceitar a concessão como garantia, os agricultores deparam-se com a impossibilidade de contrair empréstimos em outros bancos, inclusive com a possibilidade de obter taxas mais vantajosas. Dada essa realidade, o Decreto Nº 26.196 representou a possibilidade real de privatização das terras rurais sob propriedade do GDF, o que gerou grande insegurança junto aos concessionários, pois o Decreto em questão em nenhum momento prezou pela preferência de compra em favor dos ocupantes da terra. Nesse quesito, após mais de 5 anos de discussões entre as associações de concessionários rurais e o GDF, a TERRACAP divulgou a Resolução Nº 224, de 28 de Março de 2011, a qual estabelece as *normas sobre a concessão de direito real de uso e a concessão de direito real de uso com opção de compra, dos imóveis rurais da TERRACAP, efetuadas por meio de licitação*. Um dos principais pontos dessa Resolução expressa-se em seu artigo 11º, o qual determina que os ocupantes do imóvel rural terão, dado o ato licitatório de venda de terras, a preferência de compra, determinação essa que atendeu a uma antiga demanda dos

concessionários rurais do DF. A partir dessa Resolução, muitos deles passaram, então, a revisar seus contratos de concessão, alterando-os para a modalidade que prevê a opção de compra a fim de não correrem o risco de perderem suas terras e respectivas benfeitorias. Apesar disso, até a presente data não se tem notícia de qualquer licitação aberta para aquisição de terras *sob concessão de uso*.

Atualmente, por força desse Decreto, cerca de 90 mil hectares de terras rurais da TERRACAP, em regime de concessão ou não, encontram-se em alguma fase de regularização da ocupação fundiária⁴⁶, etapa essa fundamental para promover a alteração do contrato de concessão para a opção com possibilidade de compra, tal como determinado no artigo 3º da Resolução N° 224.

Podemos concluir, por meio dessa breve análise da evolução do *status* das concessões de uso que, ao que nos parece, o Poder Público desde sempre visou a formação de um capital de reserva especulativo, tendo as terras rurais como seu instrumento. Ao deter grande estoque de terras sob sua propriedade, o GDF atua em duas frentes: a) controla a expansão urbana e os usos e ocupações possíveis do solo, atuando como gestor do território; e b) atua como agente imobiliário, manipulando a oferta e o valor dos terrenos sob sua propriedade. O histórico do DF nos mostra, contudo, que muitas vezes o GDF faz uso de uma “omissão proposital” para burlar os processos legais que o autorizam a desfazer-se de seu patrimônio. Ao permitir que uma invasão assuma proporções de dezenas de milhares de habitantes, o que cabe ao governo fazer? Uma possibilidade seria desocupar as terras, outra é reconhecer a invasão, prover de serviços básicos e, posteriormente, regularizar a área e comercializar os lotes já ocupados; assim, ao final, todos cumprem seus objetivos, tendo o ilícito como premissa fundamental.

⁴⁶ A regularização fundiária é conjunto de processos que consiste na identificação e recadastramento de concessionários e demais ocupantes da terra, aferimento das demarcações das glebas, mensuramento, verificação de endereçamento e vistoria quanto ao cumprimento do Plano de Utilização da Unidade de Produção, por exemplo. Após o cumprimento dessas e outras etapas de regularização, o concessionário pode alterar o seu contrato para adquirir o direito de comprar sua concessão caso a TERRACAP abra um processo licitatório.

2.2.2. A organização das terras rurais no novo Distrito Federal

Em seus primórdios, o campo do Distrito Federal foi concebido e ocupado a partir de duas necessidades fundamentais da gestão de seu território: a primeira compreendia-o como um apêndice funcional da Nova Capital, representando seu setor agrícola, responsável pelo abastecimento da população local; a segunda compreendia-o sob uma perspectiva de colonização do território, garantindo, a partir do uso e da ocupação, a propriedade das terras recém desapropriadas pelo Poder Público. Em outras palavras, o campo do DF foi implementado sob uma perspectiva funcionalista do território, tendo a demanda alimentar de Brasília como seu centro gravitacional. Ao mesmo tempo em que desempenhava sua função agrícola, prestava serviço à NOVACAP ao ocupar as terras do DF, desde sempre ameaçadas pela especulação imobiliária a qual, aqui, nunca viu na propriedade pública da terra um empecilho para se realizar. Seja como for, evidencia-se assim que, nesse momento inicial de Brasília, a relação campo-cidade assumiu novamente ares funcionalistas, tendo a cidade, *locus* do mercado consumidor, como elemento determinante dessas relações.

O campo no novo Distrito Federal foi implementado sob bases tidas como modernas na época, assumindo características próprias e talvez singulares, ao menos no âmbito nacional, sendo que sua principal novidade era o sistema de arrendamento de terras públicas. Três eram as estruturas básicas de ocupação do campo: as colônias agrícolas, os núcleos rurais e o Programa de Assentamento Dirigido (PAD/DF).

De acordo com o PDOT 2009 (p. 87), as Colônias Agrícolas foram concebidas como áreas parceladas em módulos de pequena dimensão, com terrenos variando entre 2 e 4 hectares, destinados à produção de hortaliças, também conhecidos como “gêneros de salada”. Por suas características fundiárias, essa modalidade de ocupação rural dirigiu-se principalmente à agricultura familiar, com baixo nível de capitalização e predomínio de mão de obra humana. Para reduzir os custos operacionais dos produtores e garantir a rápida comercialização de seus produtos rapidamente perecíveis, as Colônias Agrícolas sempre situam-se próximas a cursos d’água, reduzindo os custos da irrigação, e são também a modalidade agrícola mais próxima à Brasília, situando-se em suas adjacências, na área definida por Lúcio Costa como Cinturão Verde. Lembremos que a concepção de um Cinturão Verde

agrícola ao redor de um núcleo urbano foi um princípio que Lúcio Costa transpôs da Cidade-Jardim, de Ebenezer Howard, como vimos no capítulo 1. De acordo com a concepção original, o cinturão verde agrícola deveria desempenhar duas funções, concomitantemente: a) prover o núcleo urbano de abastecimento alimentar e b) controlar a expansão urbana, atuando como uma verdadeira barreira. Esses princípios foram trazidos na íntegra à Brasília, revertendo-se, também, de uma aura segregatória. Por isso, Bertran (1978, p. 131) afirma aqui o espaço hierarquizou-se, tendo largas extensões de verde ao redor da cidade, fazendo o mesmo papel que das antigas muralhas medievais.

Os Núcleos Rurais, por sua vez, foram concebidos como áreas destinadas ao cultivo de grãos, à fruticultura, à piscicultura, à avicultura, à suinocultura e à pecuária bovina – preferencialmente para a produção de leite. De acordo com o PDOT 2009 (p. 87), os terrenos em Núcleos Rurais podem ter dimensão variando entre 2 e 400 hectares, dependendo do tipo de cultura e da região em que foi implementado. Por situarem-se mais distantes das áreas urbanas, todo Núcleo Rural conta – ou deveria contar – com uma Agrovila, a qual deveria oferecer serviços básicos à população local, como assistência à produção, escola, posto de saúde e casas comerciais de insumos básicos e produtos de primeira necessidade. O grau de capitalização das unidades de Núcleos Rurais é variável, dependendo principalmente do tamanho do terreno e do tipo de produção; em geral, observamos que nos módulos de até 5 hectares predomina a agricultura familiar com baixo nível de mecanização. Nos módulos maiores, com mais de 100 hectares, destinados à agricultura, observamos maior mecanização. A avicultura e a suinocultura, praticadas em pequenas glebas, contam com grande emprego de tecnologia, com as culturas desenvolvidas em galpões específicos. Já a pecuária bovina é realizada de maneira intensiva, também contando com relativo grau de capitalização.

Os Núcleos Rurais do DF tiveram, em casos pontuais, algumas especificidades quanto à forma e/ou ao plano de implementação. O primeiro caso é o dos Combinados Agourbanos (CAUBs I e II), situados entre o Trecho 2 do Park Way, Riacho Fundo, Gama e Recanto das Emas. Nessa sub-modalidade de Núcleo Rural, a Agrovila situa-se ao centro do Núcleo, tornando-o mais acessível; além disso, a Agrovila comporta, também, a função residencial, abrigando as casas dos agricultores locais. O segundo caso é o do Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, o qual também conta com uma Agrovila que exerce função residencial. Essa

modalidade de Núcleo Rural diferencia-se dos demais por ter se especializado na produção de hortaliças e ervas aromáticas e medicinais em geral. Cabe ressaltar que, tanto nos CAUBs quanto na Vargem Bonita, é expressamente proibido construir casas na área de produção, tendo em vista que a função residencial é restrita à Agrovila.

Por fim, temos a última modalidade de ocupação rural, que é o Programa de Assentamento Dirigido, ou PAD/DF, como é mais conhecido. A implantação desse modelo se deu no ano de 1977 na área rural da atual Região Administrativa do Paranoá, trazendo ao Distrito Federal uma agricultura tipicamente empresarial, com altos graus de capitalização, mecanização, exploração da terra e produtividade. Para tanto, os módulos rurais foram aumentados para uma média de 300 hectares, a fim de justificar o investimento em equipamentos como colheitadeiras e pivôs centrais. Nessa modalidade, o GDF permaneceu com a propriedade da terra, vigorando o sistema de Concessão de Uso. O governo entrou ainda como parceiro ao prover a região do PAD/DF com toda a infraestrutura de suporte necessária à essa modalidade de agricultura, investindo em redes viárias, eletrificação, fixação de serviços básicos nas Agrovilas locais e acesso facilitado e subsidiado ao crédito rural no Banco de Brasília (GALBINSKI, 1987, p. 171). Atualmente, o PAD/DF é, *em termos de produtividade*, uma das líderes do país nas culturas de soja e grãos em geral.

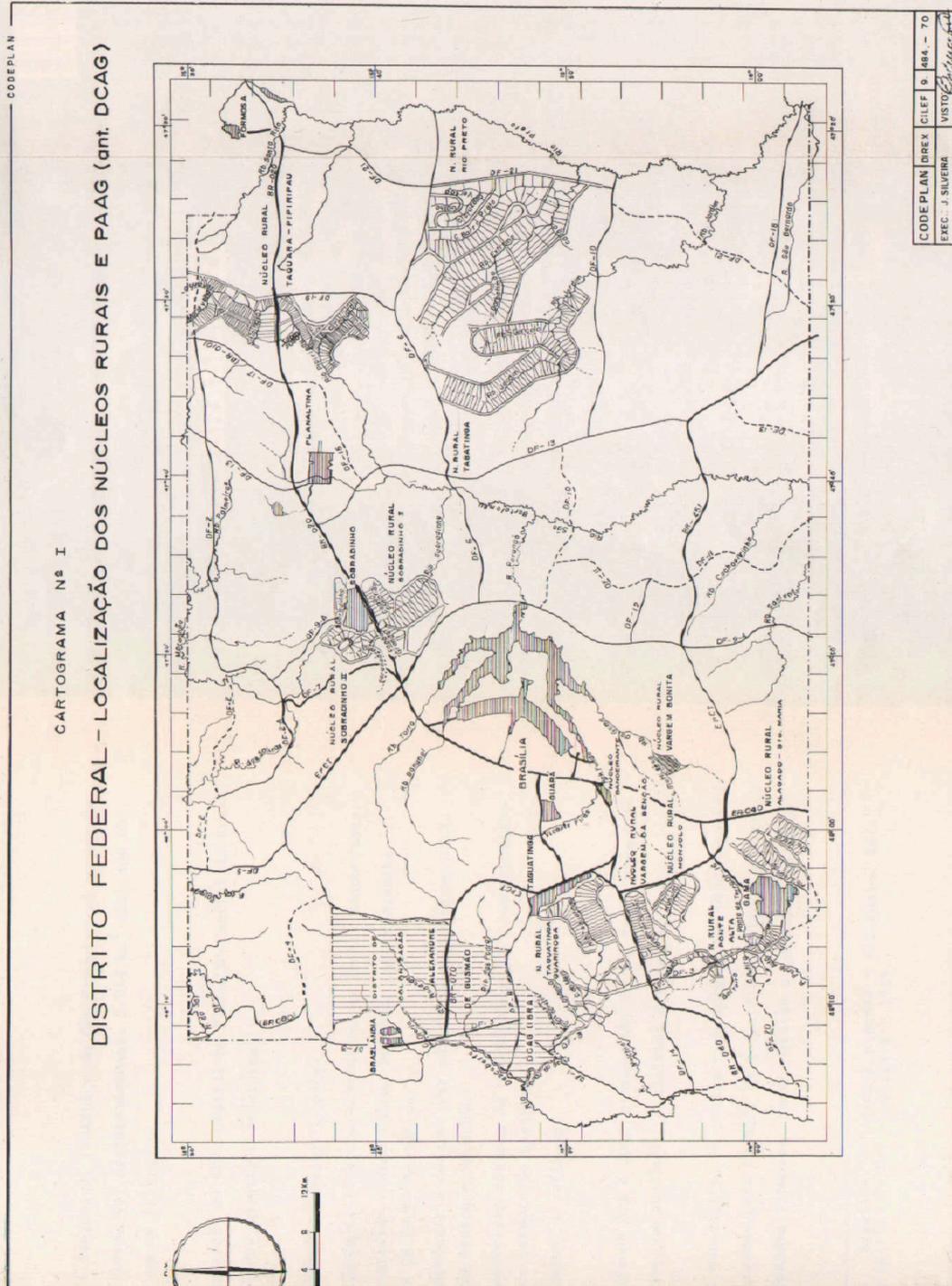


Figura 15: Núcleos Rurais e Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão em 1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

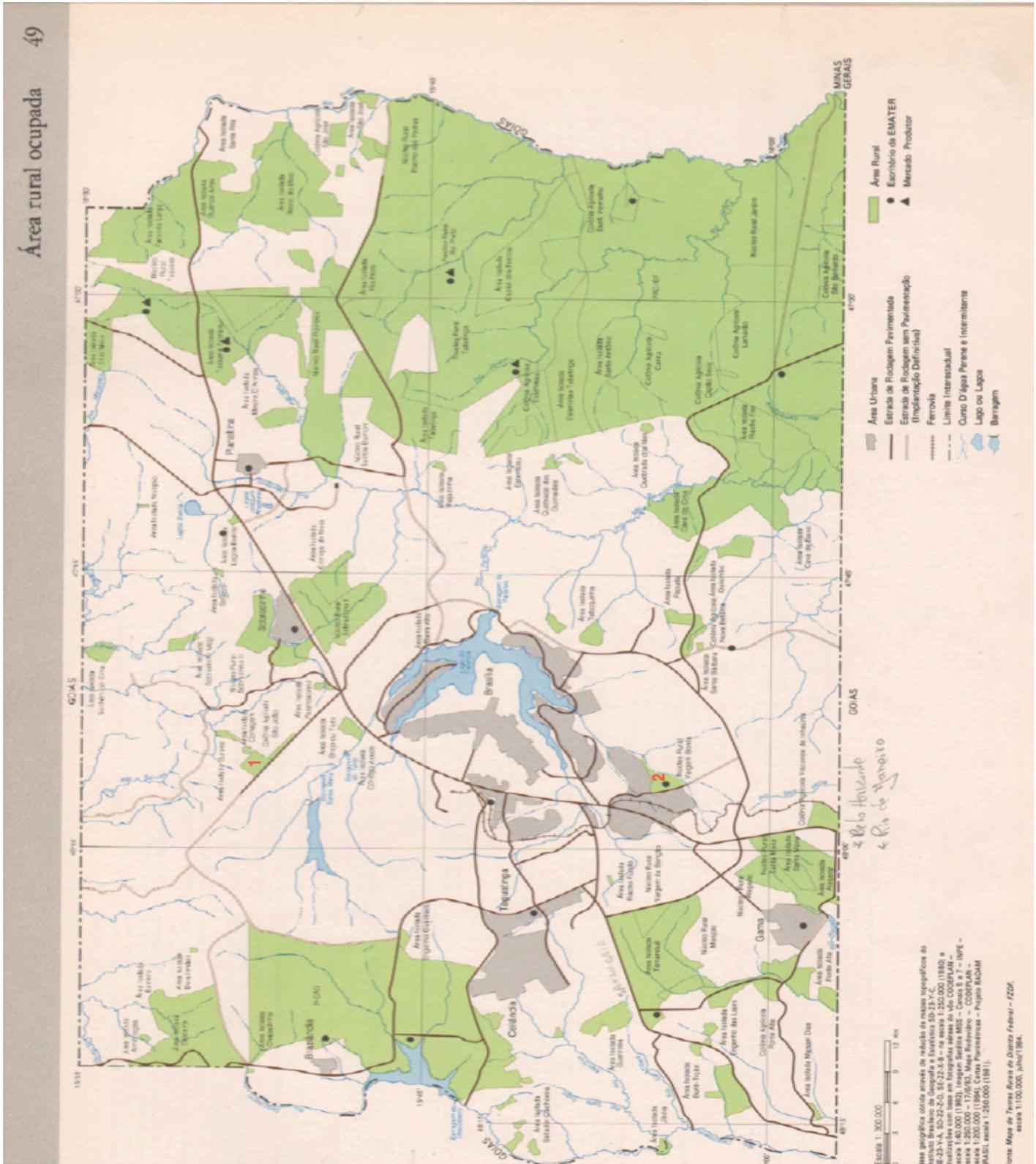


Figura 16: Área Rural ocupada (1984). Ao centro-norte do mapa, a Colônia Agrícola São João e a Área Isolada da Contagem (**destacado em 1**), as quais deram origem ao Núcleo Rural Lago Oeste. Ao centro-sul do mapa, o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita (**destacado em 2**). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

2.2.3. O Plano de Abastecimento de Brasília

O primeiro movimento no intuito de organizar o meio rural do Distrito Federal foi a criação, em 6 de Fevereiro de 1957, do Departamento de Terras e Agricultura da NOVACAP (DTA). Logo no início, esse departamento demarcou 30.000 hectares de terras a serem divididas em Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas, sendo que os primeiros arrendamentos se deram, ainda em 1957, no Núcleo Rural Vargem da Benção (atualmente, compreende a área dos CAUBs) e no Núcleo Rural Vargem Bonita, atendendo aos agricultores que aqui chegaram no ano de 1956 (TAVARES, 1995, p. 19; SILVA, 1985, p. 257). Nos meses que se sucederam, foram constituídas as Colônias Agrícolas Vicente Pires, Samambaia e Bernardo Sayão, assim como, os Núcleos Rurais Alexandre Gusmão, Tabatinga e Taquara, dentre outros, somando, até o ano de 2009, 113 Colônias Agrícolas e Núcleos Rurais no DF.

Ao mesmo tempo que parcelava e arrendava as terras rurais, o Departamento de Terras e Agricultura organizou quatro Granjas Modelo (Tamanduá, Ipê, Torto e Riacho Fundo) que, sob sua gestão, deveriam produzir e atuar na pesquisa sobre a produção de diversos gêneros alimentícios como forma de disseminar o conhecimento aos agricultores do DF. Conforme aponta Tavares (1995, p. 21), mesmo com os incentivos do DTA, os primeiros anos da produção agrícola no novo Distrito Federal mostraram-se desastrosos. Um dos principais motivos, ao seu ver, foi a falta de critério na seleção dos requerentes de terras e o pouco montante investido na produção, tendo em vista que, no início, a maior preocupação da NOVACAP era colonizar as áreas recém desapropriadas, garantindo a posse de suas propriedades.

Um importante ponto da ação do DTA foi a elaboração do Plano de Abastecimento de Brasília, o qual sustentava-se em três principais pilares:

a) *As Unidades Socioeconômicas Rurais (USER)*, que seriam um conjunto de instituições públicas e serviços básicos, localizados nas áreas agrícolas, que deveriam favorecer a fixação dos agricultores na área de produção, oferecendo-lhes o essencial para o seu cotidiano familiar e laboral. Portanto, órgãos de assistência técnica, fornecedores de insumos agrícolas, mercados, centros de lazer, escola e posto de saúde deveriam constar em uma USER com o objetivo de descentralizar de Brasília as demandas dos agricultores. Caberia também a essas unidades o recebimento, a classificação e a embalagem dos produtos produzidos em sua área

de abrangência, remetendo-os ao Centro de abastecimento, eximindo os agricultores desse custo. *A Agrovila, para Lucídio Guimarães Albuquerque, idealizador do Sistema de Abastecimento de Brasília (1958), seria a USER.*

b) *Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA):* de acordo com Silva (1985, p. 260), o Centro de Abastecimento seria responsável por receber os produtos das USER, bem como de outras regiões do país, de acordo com a demanda local, armazená-los, processá-los, padronizá-los e direcioná-los ao mercado varejista da cidade. Para tanto, contaria com armazéns, silos, frigoríficos, matadouros, moinhos, usinas de laticínios, fábricas de rações e massas alimentícias.

c) *Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB):* fundada em 1964, a empresa pública SAB era responsável por desempenhar o comércio varejista de alimentos e produtos de uso doméstico no Distrito Federal, por meio de sua rede de supermercados (TAVARES, 1995).

As USER nunca foram implementadas tal como planejadas; contudo, ao observamos suas características, notamos que sua concepção inspirou os planos de ocupação dos Núcleos Rurais, com suas respectivas Agrovilas assumindo várias das funções de uma USER. A Vargem Bonita pode ser, nesse caso, talvez o melhor exemplo do que seria uma USER: há uma estrutura básica de saúde e educação, assim como um posto permanente da EMATER, algumas organizações religiosas, casas comerciais e uma organização comunitária de fomento cultural, a Associação Nipo-Brasileira. Relatos de agricultores locais afirmam que, até o início dos anos 2000 havia, em um galpão próximo à EMATER, um pequeno centro de distribuição e comercialização de insumos agrícolas gerenciado pela Secretaria de Agricultura. Não há evidências de que algum dia houve no local um centro de recebimento, classificação e embalagem de produtos. Já o CEASA, implementado em 1971, nunca chegou a tamanha envergadura de atividades, reduzindo, no DF, sua atuação à função de entreposto comercial, regulando a oferta e a distribuição de alimentos em escala nacional (TAVARES, 1995). Por sua vez, a SAB, em seu auge, chegou a contar com 18 lojas e mais de 700 funcionários em seu quadro. Por improvidência e má gestão do governo, foi desmantelada no final da década de 1990, tendo seus galpões alugados para supermercados particulares.

2.2.4. A gestão das terras rurais do Distrito Federal na atualidade

A partir da análise da legislação que rege as terras rurais com destinação agrícola, complementada com nossos trabalhos desenvolvidos em campo, parece-nos que a concepção de organização do espaço rural do Distrito Federal em Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas já foi total ou parcialmente abandonada. Essas categorias ainda existem e denominam as áreas agrícolas do DF. Contudo sua concepção parece estar se esvaindo aos poucos, renovando-se ou, como cremos, extinguindo-se à medida que a urbanização se estabelecesse nessas áreas.

Do ponto de vista legal, atualmente as áreas rurais do Distrito Federal são regidas conforme as disposições da Lei Complementar Nº 803 de 25 de Abril de 2009 que, em seus artigos 54º e 81º preza pela multifuncionalização dessas áreas, não reduzindo-as mais à função agrícola, tal como era em sua concepção original.

“Art. 54. O desenvolvimento do espaço rural, considerada a sua multifuncionalidade, deve ser um processo articulado e integrado de atuação intersetorial que busca a sustentabilidade da atividade rural e a qualidade de vida da população. [...]

Art. 81. O desenvolvimento de atividades na Macrozona Rural deverá contribuir para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais voltada para o desenvolvimento de atividades primárias, não excluídas atividades dos setores secundário e terciário. (Lei Complementar Nº 803 de 25 de Abril de 2009)

Para tanto, a lei em questão estabelece as seguintes diretrizes para o desenvolvimento rural, a se listar algumas:

- a) a implantação de políticas agrícolas e sociais que visem fixar as populações do campo, melhorando sua qualidade de vida a partir da criação de alternativas de trabalho nas comunidades rurais; no provimento de serviços básicos, como saúde e educação e na criação de estruturas locais de comércio e provisão de demandas essenciais do cotidiano;
- b) o apoio à implantação e à expansão de agroindústrias, aumentando a expressividade do agronegócio na economia e no abastecimento do Distrito Federal;
- c) incentivar o turismo rural como alternativa viável de agronegócio,

diversificando e melhorando as rendas familiares a partir de uma alternativa não-agrícola de trabalho;

- d) implementar uma política de regularização fundiária das terras públicas rurais do Distrito Federal, garantindo o controle sobre o território e evitando a conversão de usos e ocupações rurais para urbanos.

Do ponto de vista prático, o PDOT, regulamentado pela Lei Nº 803 de 2009, ao preconizar diretrizes que balizam a multifuncionalização do campo, reiterando suas atividades primárias ao mesmo tempo que dá abertura para a inserção dos setores secundário e terciário em seu âmbito, apenas reconhece um processo que, pelo menos desde a década de 1970, já ocorre no Distrito Federal. Cabe ressaltar que a multifuncionalização do campo no DF é parte de um movimento que ocorre em escala nacional, como vimos no capítulo introdutório, sendo acompanhada não apenas pela diversificação de atividades no campo mas também pela diversificação de suas formas de uso e ocupação. Redunda desse processo uma complexificação generalizada das morfologias sociais e espaciais do campo, o qual extrapola sua tradicional função agrícola – agrária ou moderna – sendo capitalizado e/ou vivido a partir de sua vertente estético-simbólica. Assim, sua imagem passa a ser concebida sob a natureza, valorizando seus atributos vivenciais idílicos e amenos, visão essa comumente idealizada por seguimentos mais elitizados da sociedade. As ocupações suburbanas residenciais e o turismo rural são os usos associados à vertente estético-simbólica do campo. Voltaremos nessa questão mais adiante. Outra realidade que redunda da diversificação de atividades do campo é a pluriatividade familiar, dada a demanda do setor terciário que envolve o turismo rural, a agroindústria, os sítios de recreio e as residências de fim de semana; tudo isso gera uma realocação de mão-de-obra para atividades não-agrícolas, ainda que os indivíduos permaneçam habitando o meio rural, conforme aponta Graziano da Silva (1997), Kageyama (1998) e Abramovay (2000).

Cabe aqui uma observação: o PDOT, ao mesmo tempo que prioriza a multifuncionalização do campo, com o incentivo à agroindústria, ao turismo rural e à criação de estruturas de apoio às populações locais, como serviços públicos e comércio, preza também pela manutenção dos usos e ocupações rurais em detrimento à sua conversão para usos urbanos. A partir do momento que a

multifuncionalização do campo gera atividades e demandas nos setores secundário e terciário, gera também uma população que possui cada vez menos vínculo com a terra como meio produtivo e laboral. Com isso, é possível observar, no caso do Distrito Federal, uma tendência à expansão de usos e ocupações urbanos no campo a partir dessa população “não-agrícola”, principalmente no que tange à habitação e ao comércio. Como lidar com essa realidade? Como lidar com um campo que se multifuncionaliza sem que sua função agrícola original perca espaço para suas novas funções, muitas delas urbanas? Essa é uma realidade em movimento que analisaremos, no capítulo seguinte a partir de dois casos bem distintos no Distrito Federal: os Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita.

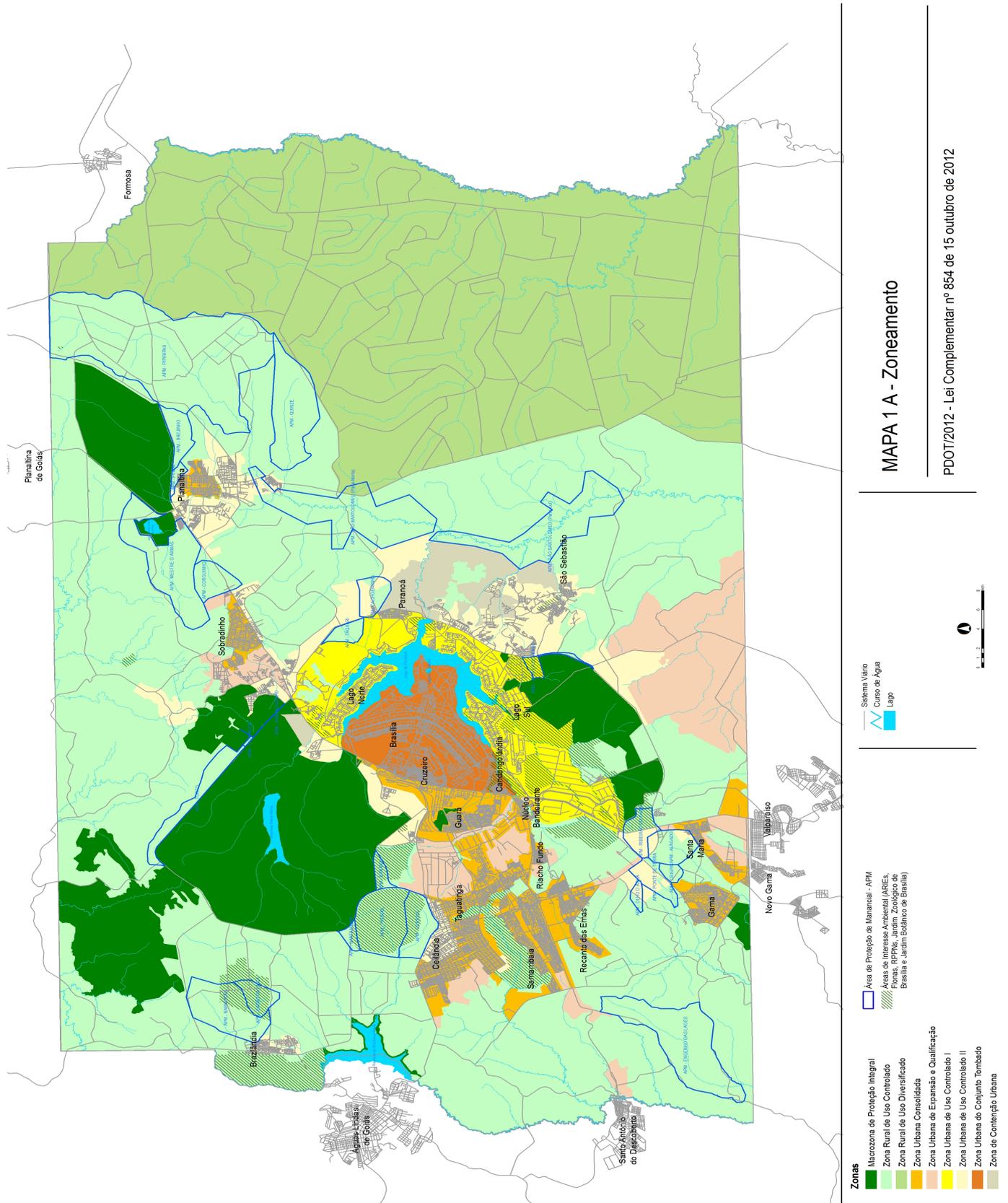
Voltando ao PDOT, a denominada Macrozona Rural, que corresponde à toda a área compreendida como de usos e ocupações rurais multifuncionalizadas. É dividida em duas subáreas, a Zona Rural de Uso Diversificado (ZRUD) e a Zona Rural de Uso Controlado (ZRUC). A primeira, situada nas RAs Planaltina e Paranoá, é destinada, sobretudo, à agricultura comercial e à agroindústria, com altos graus de mecanização e capitalização. Devido a essas características produtivas, associadas à propriedade de expressivas parcelas de terras nessa área pela TERRACAP e à distância às áreas urbanas, a ZRUD é pouco susceptível de ser tomada pela urbanização. Apesar dessa Zona prever um uso diversificado da terra, incluindo o turismo rural, como prevê o artigo 86º da Lei Nº 803 de 2009, ali predomina, de fato, a moderna agricultura. Cabe ainda ressaltar que é nessa área que concentram-se os maiores módulos rurais do Distrito Federal, com uma média de 200 hectares por gleba.

Por sua vez, a Zona Rural de Uso Controlado, da qual fazem parte os núcleos rurais Lago Oeste e Vargem Bonita, é composta por áreas que, em função de sua proximidade a Unidades de Conservação e a áreas de proteção de mananciais de abastecimento público, devem ser ocupadas por atividades de menor impacto ambiental. Sendo assim, com o intuito de evitar a proliferação de grandes culturas comerciais e agroindústrias de grande porte, a ZRUC é composta por glebas menores, raramente ultrapassando 50 hectares no caso de concessões de uso da TERRACAP; a maioria das glebas nessa zona possui de 2 a 4 hectares. Há, entretanto, propriedades maiores que, apesar das restrições de uso, desempenham atividades de maior impacto ambiental. Pelo fato de a ZRUC representar o anel periurbano de Brasília, é comum encontrar terras sob reserva de mercado ou, em

“pousio social”, como prefere Souza (2005), sendo essa Zona altamente susceptível à urbanização.

Sendo assim, observamos na ZRUC usos e ocupações bastante diversificados, compreendendo agricultura familiar de cunho comercial, agricultura familiar de subsistência, pequenas criações de gado leiteiro, criações industriais de aves, pequenas agriculturas especializadas na produção de flores e fungos alimentícios, sítios de subsistência, hotéis fazenda, sítios de eventos, pequenas fábricas de alimentos, casas de fim de semana e residências suburbanas. Essa Zona caracteriza-se, portanto, por sua hibridez espacial, sendo comumente composta por usos, ocupações e atividades rurais e urbanas em proximidade e concomitância territorial, com uma paulatina tendência à sua conversão em área urbana, ainda que a paisagem guarde características rurais.

Ademais, cabe ressaltar que o PDOT 2009 reiterou que o módulo rural mínimo no Distrito Federal é de 2 hectares, sendo proibido seu parcelamento em unidades menores, sendo o lote de propriedade pública ou privada. Contudo, o artigo 83º desse plano autoriza que haja desmembramentos de glebas para fins de instalação de estabelecimentos comerciais e demais equipamentos comunitários destinados ao apoio da população rural. Não seria esse um ensejo para a promoção irregular do parcelamento das terras em módulos inferiores a 2 hectares, gerando um adensamento de usos e ocupações não agrícolas na Macrozona Rural? Apesar de exigir, em seu artigo 84º, que toda gleba sob concessão de uso tenha um Plano de Utilização da Unidade de Produção aprovado e acompanhado pela EMATER, será que esse órgão possui real capacidade de fiscalizar os usos destinados às terras rurais sob concessão?



MAPA 1 A - Zonamento

PDOT/2012 - Lei Complementar nº 854 de 15 outubro de 2012

Figura 17: Zonamento do Distrito Federal – PDOT 2009. Fonte: Plano Diretor de Ordenamento Territorial de 2009.

2.2.5. Características gerais do campo no Distrito Federal: produção e multifuncionalização.

A área atualmente dedicada às atividades agrícolas no Distrito Federal é da ordem de 143.255,09 hectares, concentradas nas Regiões Administrativas de Planaltina, com 76.604,08 hectares, e do Paranoá, com 58.233,55 hectares (EMATER, 2013). Cerca de 4,4% da população do DF (128.146 habitantes)⁴⁷ está envolvida com a produção agrícola. Até o presente, a produção agropecuária do Distrito Federal não é capaz de atender plenamente seu mercado interno, tendo em vista que sua população cresceu de maneira muito mais vultuosa do que a produção de alimentos. Associado a isso, observamos que, ao longo dos anos, o processo de urbanização tem reduzido cada vez mais as áreas dedicadas às atividades agrícolas. Se em 1995 as áreas agriculturáveis eram da ordem de 386.000 hectares (TAVARES, 1995, p. 28), a lei complementar Nº 803 de 2009, que regulamentou o PDOT, reduziu essas áreas para pouco mais da metade desse número, sendo que o aumento das áreas sob proteção ambiental é também outro fator que causa essa redução, como apontam Peluso e Candido (2006, p. 63).

Apesar disso, o DF é autossuficiente em produtos como milho, soja, tomate, alface, carnes de frango e de porco, ovos e vegetais folhosos em geral. Destacam-se, nesse contexto, o PAD/DF, como produtor e exportador de grãos selecionados de soja; Brazlândia, grande polo produtor de soja, milho e hortifrutigranjeiros; Planaltina, com sua produção de grãos e hortifrutigranjeiros; e a Vargem Bonita, destaque na produção de gêneros de salada. O Distrito Federal conta ainda com um polo especializado em equinocultura e em eventos nesse setor, localizado em Sobradinho, denominado Rota do Cavalo, referência nacional nas raças Árabe, Quarto de Milha, Campolina e Mangalarga. Nos últimos anos a floricultura, a piscicultura e a apicultura tem também ganhando espaço no campo do DF.

Apesar das políticas de desapropriação de terras e de seu fracionamento em unidades menores, inúmeras fazendas particulares persistiram no Distrito Federal, corroborando para uma realidade fundiária desequilibrada, o que era evidente mesmo antes do Decreto Nº 26.196, o qual, como vimos, autorizou a TERRACAP a licitar e comercializar glebas rurais, em concordância ao artigo 4º da Lei 5.861 de

⁴⁷ Segundo dados da PDAD 2014 (CODEPLAN).

1972. Conforme apontam Peluso e Candido (2006, p. 63), cerca de 50% da área rural do DF é ocupada por imóveis de grande dimensão, com áreas variando de 200 a mais de 10 mil hectares, sendo que essas terras representam apenas 3% total de imóveis rurais do DF. Em contraposição, cerca de 7% de sua área rural é ocupada por imóveis com até 10 hectares, sendo esses correspondentes a 66% do total dos imóveis rurais, o que demonstra a grande concentração fundiária em seu território. Nesse contexto, cabe salientar dois aspectos: a) que dentro da categoria de “grandes imóveis rurais” encontramos tanto propriedades privadas quanto propriedades da TERRACAP; b) que no sistema de Concessão de Uso de Terras rurais, o módulo máximo arrendado pelo governo é de 400 hectares, exclusivamente voltado para a pecuária e para a moderna agricultura intensiva.

Considerando a violenta urbanização do Distrito Federal, processo impulsionado pelo seu rápido e desordenado crescimento populacional, a persistência de grandes porções de terras rurais nas mãos de particulares, a reafirmação da TERRACAP como um agente imobiliário e a ingerência territorial do governo local, observamos, ao longo dos anos, sérias agressões às áreas rural-agrícolas do DF.

Nesse ensejo, o primeiro conjunto de casos a observar é o das Colônias Agrícolas, áreas rurais situadas no Cinturão Verde de Brasília, seu anel de contenção à expansão urbana, e também, como já mencionamos, de reiteração da segregação sócioespacial em seu território. Atualmente, restam pouquíssimas Colônias Agrícolas exclusivamente dedicadas às suas finalidades originais. Na grande maioria dos casos, o que observamos é a sua tomada por condomínios residenciais, de padrões sócio-habitacionais variados, e a persistência residual de populações rurais vivendo de atividades agropastoris. Essas áreas agrícolas residuais são compreendidas pelo PDOT 2009 como *Áreas Rurais Remanescentes* (ARRs), sendo sujeitas às diretrizes da Macrozona Rural mesmo quando se situam em área urbana.

Alguns casos de ARRs são dignos de alguns comentários. O primeiro deles é o das Colônias Agrícolas Arniqueira, Águas Claras, IAPI, Samambaia, Taguatinga e Vicente Pires. Todas essas, situadas na região oeste ao Plano Piloto, encontram-se em meio ao eixo de maior adensamento populacional e conurbação dentro do Distrito Federal. A pressão demográfica e a demanda imobiliária nessa região fizeram iniciar, ainda na década de 1970, a conversão irregular de áreas agrícolas

em áreas urbanas com função residencial (PDOT, 2009). A partir da década 1990 esse processo se intensificou e as glebas dessas Colônias Agrícolas, com áreas de 2 e 4 hectares, passaram a ser parceladas para a formação de condomínios, de médio e alto padrão, contendo até 20 casas. Dentro dessas Colônias pouquíssimos são os lotes ainda dedicados à agricultura. Cabe destacar a Colônia Agrícola do Governador, antiga Colônia Agrícola do Guará, que, com apenas 24 hectares, é a maior ARR contínua, dedicada à agricultura, dentro desse eixo urbano de Brasília.

Voltando-nos para o eixo sudoeste do Distrito Federal, temos as Colônias Agrícolas do Alagado, Núcleo Bandeirante, Santa Maria, Tamanduá, Cedro, Mato Seco, Ponte Alta, Ribeirão do Gama, os Núcleos Rurais Vargem da Bênção e Córrego da Onça e ainda os CAUBs I e II. As quatro primeiras citadas já encontram-se, atualmente, em avançado processo de urbanização⁴⁸, sendo tomadas por uso residencial com ocupação tipicamente de periferia, tal como definimos no capítulo 1, a partir de Kowarick (1979), ainda que algumas atividades agrícolas e populações rurais persistam em seu âmbito. Nas Colônias Cedro, Mato Seco, Ponte Alta e Ribeirão do Gama, ainda predominam ocupações rural-agrícolas. Por sua vez, nos Núcleos Rurais supracitados e nos CAUBs, observamos uma crescente expansão do uso residencial, comumente associado a residências de fim de semana ou sítios de recreio; tudo isso ainda em concomitância com atividades e populações rural-agrícolas. O que também podemos constatar sobre Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas, áreas em que as atividades agrícolas assumem características menos capitalizadas, fundamentando-se primordialmente no trabalho familiar, é que há uma tendência em se diversificar as formas de uso das terras, atribuindo a elas usos não agrícolas para fins de complementação de renda.

Outra questão ressaltada por Galbinski (1987, p. 173) à respeito da problemática dos usos e ocupações rurais no DF é a das propriedades particulares rurais não desapropriadas pelo governo, cujo controle quanto à conversão de usos rurais para usos urbanos não se dá facilmente. Já na década de 1980, esse autor identifica uma intensa atividade de fracionamento dessas terras para a implementação de sítios de recreio e condomínios residenciais. Pouco comentada é, nesse contexto, a importância da Ponte JK para a corrida imobiliária sobre a região das atuais Regiões Administrativas do Jardim Botânico, Paranoá, Itapoã e São

⁴⁸ PDOT, 2009.

Sebastião. Até a década de 1990 predominavam ali grandes propriedades rurais, muitas voltadas à pecuária extensiva ou simplesmente mantidas como reserva de mercado. Dado o início da construção da referida ponte que, finalizada tornou o acesso à área muito mais favorável, encurtando em quase 20 quilômetros a distância ao centro de Brasília, houve grande corrida especulativa sobre as fazendas locais, resultando em seu parcelamento irregular e desordenado. Além disso, a grilagem de terras públicas foi marca do processo de adensamento populacional dessa área, tendo rompido em um grande escândalo político entre 2005 e 2007. Atualmente, essas quatro Regiões Administrativas totalizam uma população de mais de 260.000 habitantes⁴⁹, dos quais ao menos dois terços passaram ali a residir após 2002, ano de inauguração da Ponte. Vemos, portanto, um exemplo de como um empreendimento do Governo, associado à debilidade da gestão territorial, resultou na expansão da mancha urbana de Brasília sobre antigas áreas rurais, gerando toda uma complexidade de realidades territoriais que compreendem áreas agrícolas remanescentes, subúrbios e periferias, tais como definimos no Capítulo 1.

No capítulo a seguir, adentraremos no estudo da dinâmica do território e da constituição de Zonas Híbridas no Distrito Federal partindo de dois recortes empíricos que, no âmbito de nosso trabalho, compreendemos como como subúrbios: Lago Oeste e Vargem Bonita. Justificaremos essa posição a seguir.

⁴⁹ Segundo dados extraídos de Costa, G (2011, p. 110, 169, 259 e 266).

CAPÍTULO 3

VARGEM BONITA E LAGO OESTE: CARACTERÍSTICAS, USOS E OCUPAÇÕES TERRITORIAIS

3.1. POR QUE SUBÚRBIOS EM BRASÍLIA?

Inserese na questão da urbanização do Distrito Federal o debate sobre a formação dos subúrbios de Brasília, recorte esse do qual elencamos como referenciais empíricos para a compreensão da dinâmica do território e a formação de Zonas Híbridas o Núcleo Rural Lago Oeste e o Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita. Antes de adentrarmos na análise desses locais, cabe lembrar, sinteticamente, os pontos que definimos no Capítulo 1 como definidores dos subúrbios, de modo a tornar mais elucidativa nossa análise prática.

O primeiro ponto sobre os subúrbios concerne à sua *situação espacial*, sempre nos arrabaldes ou cercanias do centro urbano, sendo, comumente, de acessibilidade facilitada. No que tange à *ocupação espacial*, uma das suas principais características é o padrão esparso ou amplo, com baixas taxas de ocupação do solo, trânsito de pessoas e densidade populacional. Essas taxas tem relação direta com as distintas *funções espaciais* desempenhadas pelo centro e pelos subúrbios. Se aquele é, sobretudo, marcado pela concentração de funções e usos territoriais relativos ao setor terciário (comércio e serviços), os subúrbios, por sua vez, são caracterizados pelo desempenho de funções nos setores primário e secundário, com enfoque, no Distrito Federal, na agropecuária e na agroindústria. Não nos olvidamos, contudo, de nossa crítica à respeito da compreensão funcionalista dos subúrbios, não sendo suficiente classificá-los apenas a partir das funções que desempenham, as quais, assim como as do centro, podem ser múltiplas. Sobre esse aspecto, o que definimos anteriormente é que os subúrbios são territorialmente constituídos por descontinuidades entre o campo e a cidade, contendo formas, processos, usos, ocupações, funções e sujeitos que, concomitantemente, representam o rural e o urbano, constituindo Zonas Híbridas no território. Logo, apesar de poder desempenhar funções múltiplas, os subúrbios caracterizam-se, essencialmente, pela *persistência de ruralidades sócioespaciais em meio a um espaço que tende a se urbanizar*, à medida que passa a comportar morfologias espaciais e populações eminentemente urbanas. Cabe observar que, no âmbito desse trabalho, ao definirmos uma população como “urbana”, fundamentamo-nos em seus vínculos cotidianos com a cidade, sobretudo nas esferas do trabalho, do lazer, da demanda por serviços, das relações interpessoais e do consumo. Os deslocamentos surgem,

então, como uma necessidade primordial dos habitantes dos subúrbios, conectando seus lugares cotidianos no campo e na cidade.

No que concerne ao *processo de formação*, vimos que os subúrbios formam-se tanto a partir de um movimento de autosegregação espacial advindo das cidades quanto a partir de uma demanda por abastecimento dessas (MUMFORD, 1998), nesse último caso constituindo pequenas comunidades agrícolas fixadas ao redor do centro urbano. Por sua vez, ao analisar um dos casos paulistas, Martins (1992) mostra um subúrbio que, sendo anteriormente um núcleo de colonização rural-agrícola, tornou-se sede da industrialização de São Paulo, diversificando suas atividades e funções, tendo em vista a persistência das atividades e populações rurais. Vimos ainda que os subúrbios constituem-se em novas áreas de expansão da cidade que, paulatinamente, assalta áreas de uso agrícola ou mesmo aquelas sem uso definido, mantidas como reservas de mercado no espaço periurbano. Nesse caso, a presença das ruralidades espaciais, seja em seu âmbito estético-simbólico ou seja em sua vertente agrícola, pode tanto representar um atributo de valor àqueles que idealizam uma vida no campo, sem perder seu vínculo cotidiano com a cidade, ou pode também representar resistências à urbanização do território. Em suma, a hibridez derivada do choque entre morfologias espaciais e sociais relativas ao campo e a cidade encontra nos subúrbios uma possibilidade de síntese, dadas as características e processos relativos à esse recorte espacial do tecido urbano.

Relembradas essas posições, melhor elucidadas no Capítulo 1, questionamos? Por que trazer a questão dos subúrbios como fundamento à análise do Lago Oeste e da Vargem Bonita?

Conforme nossas definições, em termos de *situação*, *ocupação*, *funções*, e *processo de formação*, veremos nesse capítulo que há uma identidade dos pontos que analisamos teoricamente sobre os subúrbios com nossos referenciais empíricos. Contudo, por terem sido planejados e concebidos como comunidades agrícolas nos arrabaldes de Brasília e, nos últimos anos, estarem se modificando em função da urbanização da capital, observamos, nesses dois casos que analisaremos, a mais definidora característica suburbana: a *persistência de ruralidades sócioespaciais em meio a um espaço que tende a se urbanizar*. Poderíamos, contudo, ter elegido outros Núcleos Rurais ou Colônias Agrícolas, mas optamos, como já justificamos, por Lago Oeste e Vargem Bonita, pelas distintas formas como tendem a se urbanizar, apesar de terem sido concebidos sob moldes e objetivos semelhantes

(Núcleos Rurais). Ambos constituem-se, portanto, em subúrbios, cada um com suas especificidades.

A suburbanização no Distrito Federal, com a gradual e incompleta conversão de terras rural-agrícolas em terras urbanas, dada a vultuosa expansão da metrópole brasiliense, é resultante de dois processos básicos que identificamos a partir de nossos referenciais empíricos. Destarte, particularizamos a suburbanização de Brasília em relação aos nossos referenciais teóricos, situando-a em seu espaço e tempo. São os processos observados:

- a) A formação de subúrbios dentro do tecido urbano de Brasília é também resultante da autossegregação de famílias com maior poder aquisitivo. Contudo, no que concerne a muitas famílias de classe média que optaram por morar nesses locais, observamos que essa autossegregação é muitas vezes imbuída de segregação espacial, considerando apenas a escala residencial. Os elevados valores imobiliários praticados no Plano Piloto e em bairros a ele adjacentes comumente inviabilizam ou tornam pouco vantajosa a aquisição de imóveis por indivíduos desse estrato social. Os arrabaldes urbanos, no Distrito Federal ocupados por Núcleos Rurais – desconsiderando aqui as Unidades de Conservação que restringem o uso residencial – surgem, então, como uma alternativa economicamente viável de habitar em Brasília, dados os menores preços imobiliários praticados à medida em que se afasta das áreas centrais da cidade, como apontam Moura (2010) e Medeiros e Campos (2010) em suas análises sobre a formação de condomínios no DF. Assim, muitos Núcleos Rurais acabam por ter sua função agrícola deteriorada pelo crescimento de seu uso como área residencial. Como justificativa à sua evasão do centro, muitos indivíduos dessa classe assumem um discurso que idealiza a vida rural, valorizando a vertente estético-simbólica do campo como um benefício somente alcançável em locais mais afastados da cidade. Mesclam-se, nesse caso a noções da “lógica do habitat”, que é a necessidade individual de ter uma moradia/propriedade privada (e unicamente isso), e do “imaginário do habitat”, que é a cooptação de um ideal de vida rural pelo mercado imobiliário, resultando na produção de residências em setores dispersos da cidade, fazendo o “habitar” a cidade perder seu sentido em função da fragmentação do espaço e do cotidiano dos cidadãos (LEFEBVRE,

1991a). Por não perderem vínculos cotidianos com as áreas centrais, nas esferas do trabalho, do lazer, das relações interpessoais, dos serviços demandados e do consumo, os deslocamentos pendulares surgem como uma necessidade que demanda tempo e dinheiro, representando um elevado custo aos que optam por morar em subúrbios, sendo, portanto, uma forma de deseconomia. Esse é um processo de suburbanização que identificamos a partir da análise do Núcleo Rural Lago Oeste.

- b) A diversificação de usos territoriais atribuídos às glebas anteriormente destinadas exclusivamente às atividades agrícolas. Nesse caso, a iniciativa parte dos próprios agricultores – sejam concessionários do GDF ou não – como uma das estratégias que utilizam para complementação de sua renda e/ou redução do custo de vida, possibilitando sua permanência no campo. Assim, uma chácara que antes desempenhava apenas função agrícola, passa também a abrigar a residência do agricultor, residências construídas para aluguel (do tipo meia-água), casas comerciais e atividades recreativas, dentre outras. Dessa forma, observamos a proliferação de usos eminentemente urbanos, assim como de populações urbanas, em glebas multifuncionalizadas e que ainda mantém, mesmo que de modo parcial, sua função agrícola, conformando uma morfologia suburbana. Esse é um processo de que identificamos a partir da análise do Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita.

Esses dois processos corroboram, portanto, de modo diferenciado, para a formação de subúrbios no Distrito federal, justapondo usos, ocupações e populações urbanas e rurais em um mesmo território. Contudo, cabe ressaltar que a suburbanização pode também ter outras gêneses; restringimo-nos, entretanto, àquelas que identificamos em nossos recortes empíricos, já diversos em sua própria escala. Seja qual for o caso, observamos que os subúrbios e seus habitantes jamais perdem seu vínculo com a cidade, tendo seu cotidiano direta ou indiretamente ligado a ela. Mesmo na Vargem Bonita, onde ainda notamos a predominância do rural-agrícola – diferentemente do que ocorre no Lago Oeste, é relevante a presença de famílias pluriativas, cuja renda advém de atividades desempenhadas tanto no campo quanto na cidade (GRAZIANO DA SILVA, 1997), ainda que sua residência se mantenha no campo que se urbaniza, o subúrbio. Apesar da manutenção desses e

de outros vínculos cotidianos que já mencionamos e que analisaremos com maior profundidade no Capítulo 4, reiteramos que a suburbanização é compreendida como um processo resultante da implosão das cidades, dos cotidianos individuais e da deterioração da noção de “habitar” a cidade, em concordância com Lefebvre (1991a). Não excluimos, contudo, a possibilidade da formação de vizinhanças e bairros em setores suburbanos, recuperando, ainda que parcialmente e em escala reduzida, a noção de “habitar”, como veremos na Vargem Bonita e, em menor proporção, no Lago Oeste.

A seguir, analisaremos nossos recortes empíricos, partindo de sua constituição territorial original, passando pelas transformações concernentes aos seus usos e ocupações, buscando desvendar os agentes e processos envolvidos na dinâmica territorial desses Núcleos Rurais e, por fim, traçar algumas perspectivas para essas áreas, considerando as semelhanças e especificidades de cada uma.

3.2. O NÚCLEO RURAL LAGO OESTE

3.2.1. Trajetórias no Lago Oeste: paisagem, sujeitos e morfologias sócioespaciais

Tendo a DF-001 como ponto de partida, adentramos o Lago Oeste em sua Rua 19; nos chama logo a atenção uma placa anunciando uma chácara à venda. Seguindo a rua de terra batida e em condições razoáveis de conservação, predomina o silêncio e a impressão de solidão. A rua é estreita e cercada por árvores e cercas-vivas. Com alguns minutos de percurso, encontramos um senhor à cavalo, demos bom dia e perguntamos por que montava o animal; ele calmamente nos respondeu: “por aqui funciona melhor que carro, já já você vai ter problemas com o seu por aqui.” Profecia confirmada algumas horas mais tarde... Continuamos seguindo pela mesma rua, nos deparamos com alguns animais soltos e, mais à frente, com alguns pedreiros trabalhando em uma casa em construção. Aos poucos, as casas começaram a pontilhar a paisagem das chácaras e, apesar disso, persistia a sensação de solidão. Curiosamente, não havíamos encontrado, em cerca de trinta minutos de percurso, qualquer plantação ou forma de cultura; não estávamos em um Núcleo Rural?

Paramos em uma pequena mercearia, onde algumas poucas pessoas compravam pão; notamos que o lugar aparentava ser um bar e perguntei ao atendente sobre o que vendiam ali e quem frequentava o estabelecimento. O sujeito, com aparência humilde, nos respondeu que, pela manhã, vendia-se ali pães, bolos e café; das onze às catorze horas servia-se almoço e, à partir das cinco da tarde, o local era ponto de encontro dos “peões” que saíam do trabalho e que ali bebiam e se divertiam. Achamos curioso aquele comércio em meio às chácaras e perguntamos ao homem se aquilo sempre fora uma mercearia/bar. Nos foi dito por ele que há mais ou menos quinze anos ele deixara de ser agricultor e decidiu ser comerciante; afirmou que não ganhava mais e nem trabalhava menos, mas que era melhor daquele jeito porque a lida na terra é dura e incerta. Nos disse também o homem que pensava em sair dali em alguns anos pois sua chácara estava valorizando e que, umas duas ou três vezes já recebera propostas para vendê-la. Saindo dali e caminhando mais alguns minutos, nos deparamos com outra mercearia/bar; essa com aspecto melhor, com maior sorte de produtos – ainda que pequena – e cercada à frente; não paramos para conversar nessa.



Figura 18: Bar e mercearia no Lago Oeste, ponto de encontro dos trabalhadores rurais e agricultores. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Mais adiante, ainda na Rua 19 nos deparamos com uma igreja muito pequena e humilde chamada “Capela São José Operário”. Na sua grade três faixas de pano anunciavam matrículas para catequese e crisma, uma oficina de artesanato e o cronograma para a Semana Santa daquele ano de 2015. O portão estava fechado, chamamos por alguém e não recebemos qualquer resposta. Ao final da Rua 19 nos deparamos com um portão de madeira que marcava o fim dessa, ao fundo uma bela imagem da Chapada da Contagem.

Seguimos por uma travessa e entramos na Rua 18, essa sim estava em péssimo estado de conservação. Lembramo-nos da profecia do cavaleiro mas seguimos em frente, até que finalmente encontramos algumas chácaras eminentemente agrícolas. Poucos homens trabalhavam à terra e, pela forma de trabalho e pela pequena dimensão das culturas, nos pareceram roças de subsistência. Em alguns momentos, a vegetação entorno dessa rua tornava-se tão densa que permitia que apenas um carro passasse por vez; isso não foi exatamente um problema pois não topamos com outros carros ali. Algumas pessoas transitavam à pé com sacolas à mão, certamente voltavam de alguma das mercearias pelas quais passamos – ou de outras que poderiam existir.



Figura 19: Homens em lavoura de subsistência. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Ziguezagueamos entre as ruas até chegarmos à de número 15. Entre as ruas 18 e essa a paisagem mostrou-se monótona e sem muita variação de elementos: algumas poucas chácaras agrícolas, várias casas e um ou outro transeunte. Na Rua 15 nos chamou a atenção uma pequena casa à beira de uma chácara com um letreiro estampado à mão em sua frente: “Sala de Leitura Bonifácio Soares de Siqueira – emprestamos livros”. Entramos no local, nos apresentamos e perguntamos como funcionava a tal sala de leitura. Era apenas um pequeno salão, dotado de estantes que guardavam algumas centenas de livros. Um senhor nos recebeu, se apresentou como professor aposentado, e disse que aquela era uma iniciativa sua para disseminar a leitura entre os “peões” locais. Afirmou-me que poucos eram os “peões” que iam lá, mas que eles mandavam seus filhos, assim como os mandavam para a escola pública local, situada no “comércio à beira da estrada”. A pequena biblioteca funciona à base de doações, não se cobra nada para emprestar os livros e os usuários podem aproveitar a sala de leitura para ler e estudar.

Entre as ruas 13 e 14, em uma das travessas, encontramos uma pequena fábrica de pré-moldados de concreto, chamada “Lajes Lago Oeste”, a qual constituía-se em um grande galpão térreo que era a única construção da chácara em que se situava. Cerca de seis homens trabalhavam no local moldando manilhas, colunas e meios-fios. A fábrica, que ainda presta serviços de levantamento de colunas e lajes residenciais, anunciava a contratação de empregados. Entramos no local para obter informações; não nos foi dada muita atenção, mas o sujeito que nos recebeu disse que nos últimos dois anos, com o avanço da regularização dos terrenos locais, a demanda pelos serviços da pequena fábrica aumentara consideravelmente. Por isso, estavam contratando mais dois funcionários, além de estarem cogitando expandir a produção com a oferta de telhas de concreto e tijolos.

Seguimos nossa trajetória pela rua 14 e nos deparamos com uma chácara denominada “Querência Gaúcha”. Em sua entrada, uma placa anunciava a venda de carneiros e ovelhas e a compra de latas de alumínio e peças de latão. Essa mesma chácara é sede do atelier e casa de fundição do escultor Ricardo Stumm. Ainda na Rua 14, nos deparamos, ao final, com a chácara “Vista Linda – Crisálida”, com estrutura de hospedagem e realização de eventos voltada ao turismo rural. Na placa que anuncia o local, informava-se também: “Com vista para a Chapada da

Contagem”. Expressa-se aí, destarte, uma apropriação clara dos atributos da paisagem local pelos empresários que atuam no ramo de turismo e eventos.

Após cerca de três horas circulando pelas ruas locais, chegamos à agrovila do Lago Oeste a qual, na fala dos moradores locais, não recebe essa denominação, sendo simplesmente chamada de “comércio”. O que primeiramente nos chama a atenção nessa área é a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Imigrantes, bem maior e melhor construída do que a Capela São José Operário, anunciando também, em uma faixa em sua frente, a programação para a Semana Santa. Também não fomos recebidos nessa igreja naquele dia, mas algumas perguntas nos saltaram: por que haveriam aqui duas igrejas católicas, com padrões tão distintos e anunciando programações independentes para a Semana Santa? Seria uma ironia que a mais humilde delas homenageasse São José Operário? Seriam essas duas igrejas frequentadas por fiéis da mesma crença mas social e economicamente segmentados? Algum tempo depois, retornando à Capela São José Operário tivemos algumas respostas parciais às nossas indagações: sim, os frequentadores daquela capela eram, eminentemente, os “peões” e suas respectivas famílias. Os proprietários locais, com maior nível de renda, ainda que não fosse vultuoso, não frequentavam ali, mas sim a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Imigrantes, melhor localizada e mais bem estruturada. Alguns “peões” também a frequentam, não há nada que os impeça; contudo a pequena capela é, na prática, seu território religioso.



Figura 20: Capela São José Operário. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Situa-se no “comércio” o Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota, cujo nome foi dado em homenagem a um professor que, em 2008, foi assassinado por denunciar um esquema de tráfico de drogas na escola liderado por seu então diretor. Os alunos dali são, em sua grande maioria, filhos dos “peões”, como nos informaram. Ao lado da escola, alguns deles participam das oficinas de ensino profissionalizante em corte, costura e lutheria, cursos esses fornecidos pela “Fábrica da Cidadania”, cuja administração é realizada pela ASPROESTE, contando com financiamento de empresas e órgãos públicos. Ali à frente, às margens da DF-001, um menino de aproximadamente 10 anos esperava debaixo de um guarda-sol algum interessado em comprar mexericas...

Paramos para almoçar em um restaurante do “comércio”; a maioria dos que almoçavam ali pareciam trabalhar nas lojas locais. Após a refeição, nos dirigimos a um minimercado local e indagamos o vendedor sobre quem frequentava aquele estabelecimento. O sujeito nos respondeu que seus clientes eram todos moradores do Lago Oeste e que, em sua maioria, buscavam produtos de primeira necessidade, uma ou outra coisa que repentinamente faltou em sua casa. Quase ninguém faz as compras do mês ali pois o preço nos mercados maiores do centro é mais atraente. O mesmo nos disse o vendedor da loja de materiais de construção, logo ao lado do pequeno mercado, ainda que esse afirmasse que “de uns tempos para cá o movimento deu uma melhorada”. Não seria pelo mesmo motivo alegado pelo sujeito da fábrica de pré-moldados? O vendedor confirmou.



Figura 21: Casas comerciais da Agrovila do Lago Oeste. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Entramos, já à metade da tarde, na Rua 6. Encontramos nela, predominantemente, chácaras pontilhadas por três ou quatro casas cada uma. Ao final da Rua, contando com uma bela vista para a Chapada da Contagem, nos deparamos com grandes mansões de alto padrão, a maioria delas na proporção de uma unidade por chácara. Aliás, a partir da Rua 12, em decrescência, casas de alto padrão passam a dominar a paisagem ao final das ruas, aproveitando-se, talvez, da vista da Chapada da Contagem como um atributo estético-simbólico de valor. Todas essas eram cercadas por muros ou cercas-vivas altas, impedindo quase que totalmente a visão para seu interior. Um senhor, que parecia estar voltando de uma caminhada, entrava em uma dessas mansões; cumprimentamo-os mas não obtivemos resposta pois ele apressadamente se trancou atrás de um exuberante portão ornamentado. Estranhamos, mas ficamos sabendo, algum tempo depois, que a violência no Lago Oeste aumentou nos últimos anos, principalmente os sequestros e os furtos e roubos às residências. Em busca de um refúgio seguro e próximo à natureza, a ostentação dos abastados – ou não – chamou a atenção dos ladrões? Ao que tudo indica, sim.

Observamos, ainda na Rua 5, uma série de chácaras destinadas à realização de eventos, turismo rural e agroturismo. A maioria dessas, como pudemos constatar, servem também como residência aos seus proprietários.

Nossa trajetória chegou ao fim na Rua 4, onde presenciamos, às cinco horas da tarde, o único maior ruído que rompe o silêncio que domina o Lago Oeste: as explosões da mineração para fabricação de cimento na Fercal. Infelizmente, horas depois, a profecia do cavaleiro se realizou...

3.2.2. Características gerais⁵⁰

Conforme já mencionamos na introdução do trabalho, o Núcleo Rural Lago Oeste (NRLO) foi legalmente criado no ano de 1993⁵¹ a partir da expansão da antiga Colônia Agrícola São João, como vemos na representação à seguir:

Colônia Agrícola São João e Núcleo Rural Lago Oeste - 2016

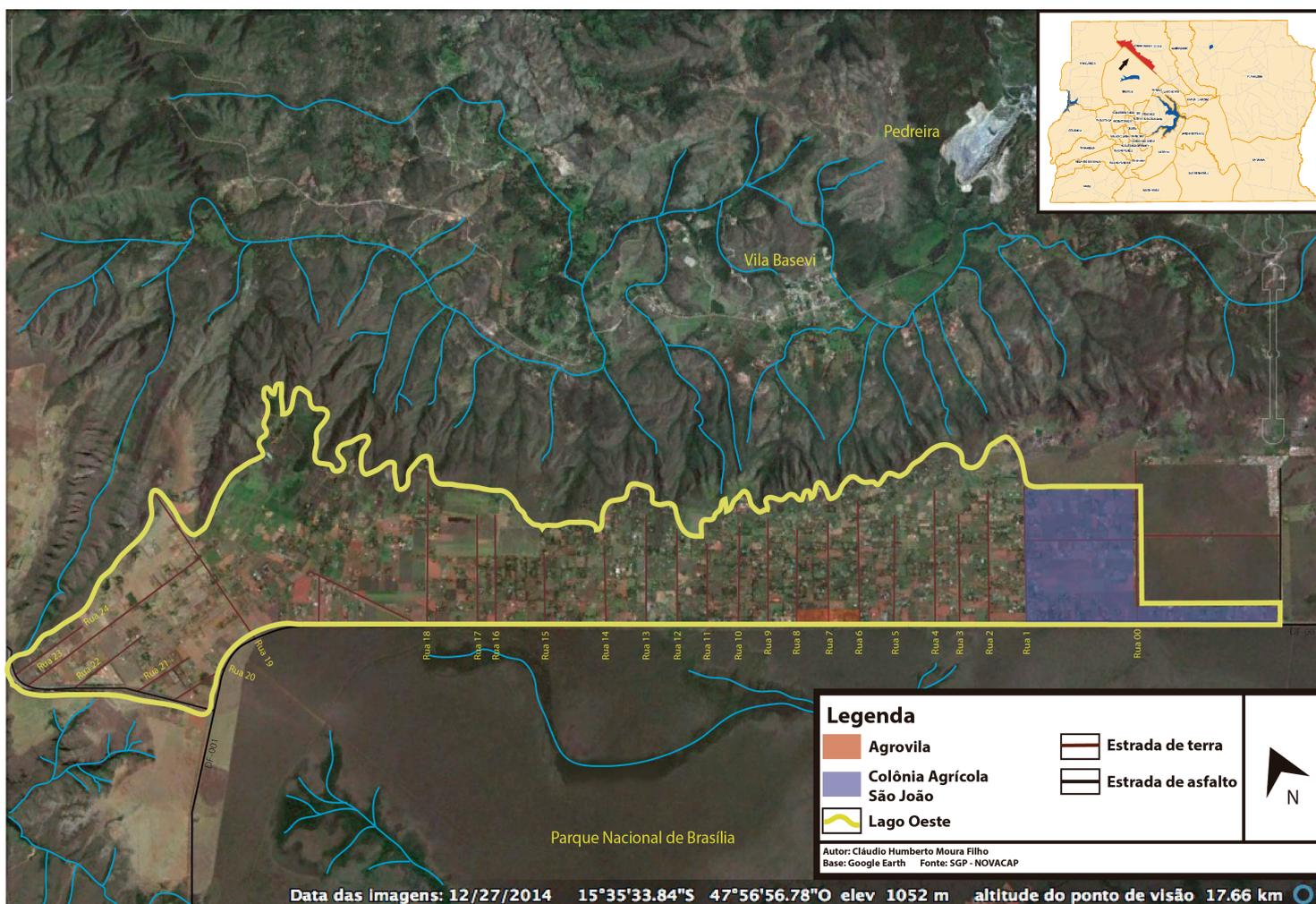


Figura 22: a antiga Colônia Agrícola São João e o Lago Oeste atualmente. Autor: Cláudio Humberto Moura Filho.

O processo de expansão dessa antiga unidade agrícola iniciou-se a partir de meados da década de 1980, concomitantemente ao início da criação dos grandes condomínios residenciais da região do Colorado, porção centro-norte do Distrito Federal. A partir dos anos 1990, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), órgão responsável pela gestão de imóveis sob propriedade do Estado, reconheceu a área

⁵⁰ Vide introdução para mais detalhes.

⁵¹ Lei nº 548, de 23 de Setembro de 1993 (Convênio União-GDF).

como “ocupação de terras públicas”, passando a recolher um foro anual pelo seu uso. Atualmente, A Associação dos Produtores Rurais do Lago Oeste (ASPROESTE), organização comunitária que luta pela regularização fundiária local, estima que o Núcleo ocupa uma área de 35 Km² (ou 3.500 hectares), dividida entre 1.351 chácaras que abrigam cerca de 4.000 habitantes.

A situação fundiária do Lago Oeste mostra-se bastante complexa, o que tem dificultado, nos últimos anos, o processo de regularização das terras pelos atuais ocupantes. Esse Núcleo Rural situa-se em uma área que abrange parcelas de quatro fazendas pretéritas ao Distrito Federal: Contagem de São João e Palmeira/Rodeador, ambas propriedades da União, sob gestão da SPU, e as fazendas Buraco e Brocotó (ou Sítio do Mato), ambas particulares, não desapropriadas pela nem União nem pela TERRACAP⁵². Nas duas últimas, há problemas quanto à demarcação de poligonais, herança ainda do desordenado processo de apropriação e fracionamento de terras que, desde os primórdios da ocupação da região, no século XVIII, é uma marca característica das fazendas nela situadas. Sendo assim, observamos no Lago Oeste pelo menos quatro das situações fundiárias listadas por Tavares (1995, p. 29-31): a) terras de propriedade da União; b) terras desapropriadas pela União em poder de posseiros; c) terras de propriedade particular ocupadas por posseiros; e d) terras particulares clandestinamente loteadas.

Por regularização fundiária, entendemos que constitui-se no conjunto de trâmites legais, exigidos pelo Poder Público, que visam, após seu cumprimento, adequar a situação da terra sob regime de posse às exigências burocráticas concernentes ao uso, ocupação, demarcação, propriedade e titulação de patrimônios privados. Como resultado do processo de regularização fundiária, o que se espera, no caso do Lago Oeste, é que as chácaras, atualmente reconhecidas pela SPU como “ocupações de terras públicas”, possam ter a sua propriedade adquirida pelos atuais ocupantes e, como tal, poderem ser comercializadas, transmitidas a herdeiros ou mesmo dadas como garantias em empréstimos bancários, reivindicações essas concernentes não só a grupo como também aos concessionários rurais das terras públicas do GDF há anos, como já mencionamos.

⁵² Segundo o texto explicativo sobre o EIA-RIMA do Lago Oeste, elaborado pela ASPROESTE. Esses dados foram comparados, à título de verificação, com o mapa das fazendas pretéritas ao Distrito Federal constante no capítulo anterior.

Na representação à seguir, é possível observar a disposição do NRLO em relação às antigas fazendas locais e ainda a situação de regularidade do imóvel.

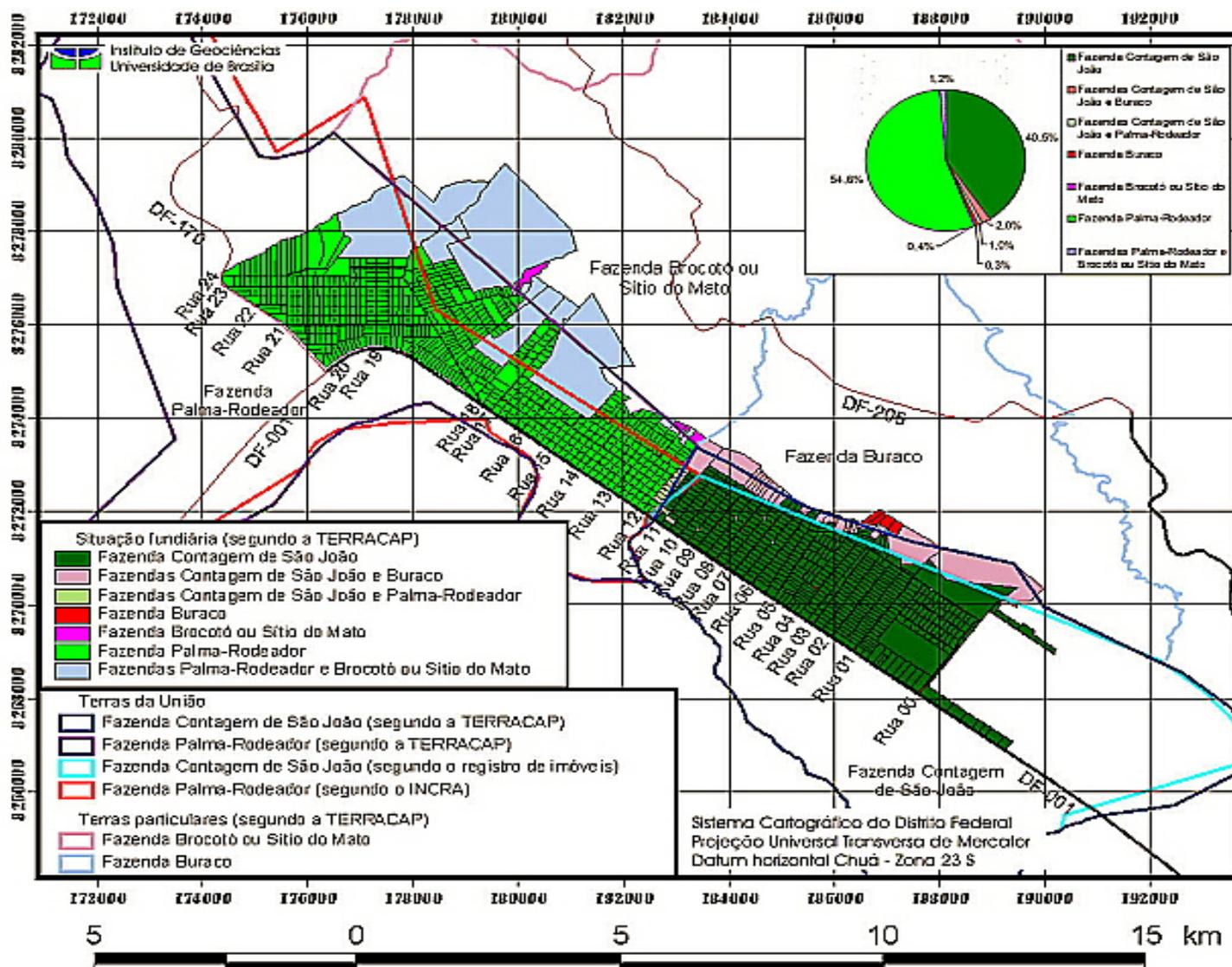


Figura 23: Planta do Lago Oeste, com destaque para as áreas pertencentes às antigas Fazendas Contagem de São João, Palma-Rodeador, Buraco e Brocotó (ou Sítio do Mato). Observamos também a disposição ortogonal do loteamento. Fonte: ASPROESTE.

Conforme aponta o Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF (2012), os principais problemas para a regularização das ocupações dos imóveis públicos rurais no DF são a imprecisão dos limites das fazendas, a comunhão de propriedade com particulares, os loteamentos clandestinos e as terras em poder de posseiros. Nesse ensejo, as terras situadas na área da Fazenda Contagem de São João, que representam 40,5% do NRLO, encontram-se em

melhor situação, tendo em vista que desde a década de 1990, com suas poligonais já definidas na área que abrange o Lago Oeste (das ruas 00 a 11), os posseiros tem sua ocupação reconhecida e anualmente taxada pela SPU. No caso da Fazenda Palmeira e Rodeador, que representa 54,6% do NRLO, a finalização da demarcação de suas poligonais se deu apenas no ano de 2012. Somente a partir desse ano, os ocupantes dessas terras, que abrangem parte das ruas 12 a 24, tiveram sua ocupação reconhecida e taxada pela SPU. Os casos mais problemáticos são aqueles concernentes às duas fazendas não desapropriadas: Buraco e Brocotó (ou Sítio do Mato), que juntas compreendem cerca de 4,9% do Lago Oeste. Segundo relatos de ocupantes dessas áreas e de representantes da ASPROESTE, a identificação dos reais proprietários ou herdeiros dessas terras e a não demarcação de suas poligonais impossibilitou, até o momento, a incorporação dessas ao patrimônio público, fato que torna imprevisível a situação de seus moradores.

A grilagem de terras públicas e privadas e os parcelamentos irregulares marcaram todo o processo de ocupação do Lago Oeste. Houve a criação de alguns condomínios com glebas inferiores a 2 hectares, como é o caso do “Condomínio dos Jornalistas” e o “Condomínio Lago Oeste”, situados entre as ruas 4 e 8. Nesses e em outros casos, as escrituras falsas foram emitidas pelo Cartório de Planaltina de Goiás, sendo essas posteriormente anuladas, o que resultará na obrigatoriedade daqueles que adquiriram terras na Fazenda Contagem de São João de pagar “novamente” pelas glebas que ocupam, na possível ocasião de venda das terras, como prevê a Lei Nº 12.024 de 2009.

Não cabe aqui julgar os propósitos daqueles que ocuparam o Lago Oeste de maneira clandestina, tendo em vista que os motivos alegados variariam desde a demanda imobiliária não atendida em outras áreas, a busca por áreas de menor valor comercial, a busca por locais mais afastados do centro e com terrenos maiores, a tentativa de ocupar terras como forma de especulação imobiliária ou até mesmo a vítimação em golpes de grilagem de terras, comuns no Distrito Federal. Seja como for, o processo de regularização fundiária das glebas locais arrasta-se desde o final dos anos 1980, tendo a ASPROESTE como principal organização local articuladora do processo, cujos demais agentes envolvidos são também a SPU, os órgãos ambientais licenciadores do DF, como o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), e ainda o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN.

O status atual da regularização fundiária do Lago Oeste encontra-se em estágio que consideramos avançado, tendo em vista o já cumprimento das seguintes exigências do processo: a) a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Núcleo Rural; b) a demarcação de poligonais das Fazendas Contagem de São João e Palmeira/Rodeador; c) a demarcação e a fixação das poligonais das chácaras; d) o georreferenciamento e a proposta do novo endereçamento da área; e) a elaboração do Plano de Uso e Ocupação do Solo; e f) o estabelecimento da Planta Genérica de Valores, em 2013, pela SPU, que estipulou em R\$2,40/m², o valor da terra nua no Lago Oeste, quantificando, assim, o valor das terras locais – o que ainda pode sofrer alterações. Ao processo como um todo resta ainda a aprovação do EIA-RIMA pelo IBRAM e, dado por esse o “Licenciamento de Instalação”, a aprovação desse documento pelo IPHAN. Vencidas essas etapas, a SPU poderá abrir o processo de licitação para a aquisição das glebas do Lago Oeste, sendo que a preferência de compra será reservada aos atuais ocupantes da terra.

Apesar de avançada, a regularização das ocupações do NRLO pode, ainda, demorar pelo menos mais 5 anos, conforme informação da ASPROESTE. Contudo, o grau de avanço do processo associado ao reconhecimento e taxaço das ocupações pela SPU tem, já de maneira precoce e precária, estimulado o comércio de chácaras no Núcleo. Nesse caso, comercializa-se o “Direito de Ocupação” a partir de procurações passadas entre as partes interessadas em comprar e vender terras. Apesar de constituir uma atividade irregular, o comércio de glebas sob regime de ocupação no Lago Oeste é indiscriminado, contando, inclusive, com duas imobiliárias locais dedicadas à essa operação. Placas de “compra e venda” são cada vez mais comuns na área e, à medida que o comércio se intensifica, a terra se valoriza e área assume cada vez mais uma função residencial. A especulação imobiliária assedia, assim, os produtores rurais do NRLO, o quais configuram-se, cada vez mais, como reminiscências sociais e territoriais. O subúrbio assume, então, sua essência: funcionalmente, habitat urbano, *locus* de uma das dimensões do cotidiano de seus moradores – no caso, a dimensão do lar, morfologia essa produzida por uma lógica urbana fragmentada e fragmentária. Enquanto isso, na contramão da urbanização funcional das áreas rurais sob a lógica do habitat lefebvriana, persistem – e não se sabe por quanto tempo – populações rurais ilhadas em meio ao campo que parcialmente se urbaniza.

Os usos e ocupações do solo relativos ao Núcleo Rural Lago Oeste tem como referência regulamentadora os seguintes instrumentos normativos: o Decreto Nº 11.123, de 10 de Junho de 1988, que estabeleceu a Área de Proteção Ambiental do Cafuringa (APA Cafuringa), dentro da qual situa-se o NRLO; a Lei Complementar Nº 803 de 25 de Abril de 2009, que estabeleceu o PDOT; e a Lei Complementar Nº 854, de 15 de Outubro de 2012, que atualizou a Lei Nº 803.

Seguindo as determinações do Decreto Nº 11.123, o Lago Oeste passou a fazer parte da APA Cafuringa, em 1988. Em 2003, por se qualificar como uma área de recarga de aquíferos, o Decreto Nº 24.255, que estabeleceu o zoneamento da APA em questão, enquadrou o NRLO como uma Zona de Proteção de Mananciais, o que prevê, sobretudo, a conservação, a recuperação e o manejo adequado das bacias à montante dos pontos de captação de água para o abastecimento público realizado pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB) – no caso, a Represa de Santa Maria, dentro do Parque Nacional de Brasília. Sendo assim, o Decreto em questão estipula diretrizes para o uso e a ocupação do solo em ZPMs, das quais transcreveremos apenas algumas mais relevantes para o âmbito do trabalho:

“Art. 8º – A Zona de Proteção de Mananciais (ZPM) terá as seguintes diretrizes específicas de uso:

[...] III- Limitar a área ocupada por obras que promovam a impermeabilização do solo a no máximo 5% da área da chácara;

[...] Parágrafo único. Nesta zona ficam proibidos:

I- a implantação de parcelamentos urbanos;

II- a implantação de novos parcelamentos rurais;

III- o fracionamento e o adensamento populacional nos parcelamentos já existentes;

[...] qualquer outra forma de atividade poluidora capaz de afetar as nascentes e o lençol freático da região [tais como indústrias, mineração, agricultura comercial, despejo de dejetos, postos de combustíveis, etc.] (Decreto Nº 11.123, de 10 de Junho de 1988)

Em cumprimento às leis e decretos anteriores, a Lei Complementar Nº 803/2009 circunscreveu o NRLO à chamada Zona Rural de Uso Controlado II (ZRUC II), a qual corresponde às áreas rurais inseridas na bacia do Rio Maranhão. As diretrizes de uso e ocupação dessa zona priorizam a prática de atividades agrícolas e pastoris de baixo impacto ambiental, assim como atividades concernentes aos setores secundário e terciário, desde que sujeitas às restrições

impostas pela sensibilidade ambiental dessa zona, as quais visam garantir, sobretudo, a preservação de mananciais de abastecimento público de água. Especificamente para a ZRUC II, o artigo 90º da lei em questão determina que:

“Art. 90º Na Zona Rural de Uso Controlado II, onde, além das atividades agrossilvopastoris comerciais e de subsistência, são desenvolvidas atividades de lazer, esportes de aventura e ecoturismo, devem ser observadas as seguintes diretrizes específicas:

I – incentivar a implementação de empreendimentos de lazer ecológico, como forma de desenvolver o ecoturismo na região, devido ao potencial de uso e visitação dos diversos locais de beleza cênica, cachoeiras, cavernas e matas mesolíticas;

II – limitar a impermeabilização do solo a 5% (cinco por cento) da área das glebas rurais em áreas de recarga de aquíferos, especialmente as situadas na Chapada da Contagem.

A partir dessas observações, notamos uma expressiva preocupação dos instrumentos de gestão do território quanto à taxa impermeabilização do solo no Lago Oeste, restrita à quota máxima de 5% das glebas⁵³ e de todo o Núcleo, por consequência. Tal exigência redundante, na prática na manutenção de grandes áreas verdes e estradas de terra batida que, além de preservar a capacidade de recarga do aquífero local, preservam os atributos paisagísticos bucólicos e as baixas densidades populacional e habitacional da área. Caracteriza-se, destarte, um subúrbio, ainda mais quando lembramos que as atividades agrícolas, apesar de não serem mais predominantes no NRLO, ainda são notáveis e fazem parte do cotidiano de uma menor parcela dos habitantes locais, mesmo que representem uma reminiscência.

Como parte das exigências do processo de regularização fundiária, foi elaborado, sob encomenda da ASPROESTE, o Plano de Uso e Ocupação do Lago Oeste, em consonância à legislação ambiental concernente à sua área e demais recomendações do IBRAM. De acordo com esse Plano, as chácaras foram classificadas em quatro tipos, no que tange ao seu uso e ocupação:

- a) **Chácaras Tipo I:** o uso rural⁵⁴ é obrigatório, sendo também permitido o *uso residencial* da gleba, com o limite de 3 *unidades residenciais*, de até dois pavimentos (ou 9 metros de altura), por chacara. Cabe observar que a taxa

⁵³ Para uma chacara de 2 hectares (20.000m²), a área de impermeabilização equivale, portanto, a 1.000m².

⁵⁴ No âmbito do Plano de Uso e Ocupação do Solo do Lago Oeste, entende-se por uso rural, constante em seu Anexo II, atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, piscicultura, ecoturismo, agroturismo, agroindústria alimentícia e fabricação de laticínios, dentre outras.

de impermeabilização solo não deve ultrapassar a quota de 5% da área total do lote. Enquadram-se nessa tipologia cerca de 1.305 chácaras, aproximadamente 96,5% do total.

- b) **Chácaras Tipo II:** o uso rural é obrigatório, sendo também permitido o uso comercial⁵⁵, desde que sua ocupação, somada às demais edificações da chacara respeitem a quota de impermeabilização do solo, fixada em 5% da área da gleba. Nessa tipologia, também é possível o uso residencial, contudo permite-se apenas a construção de uma residência principal e mais duas edificações de apoio, sendo essas destinadas para fins residenciais ou comerciais. Enquadram-se nesse rol 33 chácaras, que correspondem a 2,5% do total.
- c) **Chácaras Tipo III:** destinadas ao uso institucional⁵⁶, sendo também permitido seu uso rural. Enquadram-se nessa tipologia 5 chácaras, que representam 0,4% do total.
- d) **Chácaras tipo IV:** destinadas exclusivamente à instalação de equipamentos públicos, tais como órgãos de administração, segurança, educação, atendimento médico, serviços sociais, entidades culturais, desportivas e recreacionais, tal como disposto no anexo V do Plano. Oito chácaras enquadram-se nessa tipologia, representando 0,6% do total.

Quanto às tipologias de chácaras, é importante ressaltar que o Plano buscou estabelecer usos e ocupações possíveis fundamentando-se no modo como as glebas já eram ocupadas e utilizadas. Ou seja, as normas por ele impostas não visaram criar um novo padrão de uso e ocupação do solo no Lago Oeste; pelo contrário, reconheceram o que já se havia produzido com o intuito apenas de regular o futuro da apropriação da área. Priorizou-se, contudo, as determinações impostas pela situação do Lago Oeste no interior da APA Cafuringa e nas vizinhanças do Parque Nacional de Brasília e da Reserva Biológica da Contagem. Assim, o Plano reitera diretrizes que prezem pela manutenção de baixos coeficientes de impermeabilização do solo, de adensamento populacional e de edificações,

⁵⁵ No âmbito do Plano de Uso e Ocupação do Solo do Lago Oeste, entende-se por uso comercial, constante em seu Anexo III, estabelecimentos que comercializem insumos agrícolas, mercados, restaurantes, ou qualquer estabelecimento comercial de atendimento ao público.

⁵⁶ No âmbito do Plano de Uso e Ocupação do Solo do Lago Oeste, entende-se por uso institucional, constante em seu Anexo IV, atividades relacionadas à educação, saúde, recreação, esportes e prestação de serviços veterinários.

condições essas imprescindíveis para o avanço do processo de regularização da área.

Apesar de estabelecidas as diretrizes de uso e ocupação do solo para o Lago Oeste, é possível observar uma série de desvios no processo prático de apropriação do território. O “uso rural”, de cunho agrícola, como determinado no Plano, é cada vez menos proeminente, ainda que esse preze por sua obrigatoriedade nas Chácaras dos tipos I e II. Ressaltamos novamente que o Plano fundamentou-se no *reconhecimento dos usos e ocupações já atribuídos às glebas* e, dada a primazia do uso residencial no Lago Oeste, não é de se estranhar que 96,5% das chácaras se enquadrem na tipologia I, ainda mais se não nos olvidarmos de que é esse tipo que permite-se um número maior de edificações residenciais por terreno, 3 no total. Não é incomum, entretanto, encontrarmos chácaras com 4 residências, isso descontando as “edificações de apoio”. Cabe também salientar que, em termos práticos, fiscalizar a manutenção da taxa de impermeabilização do solo pode até ser viável, mas não será feito com a frequência necessária para que seu coeficiente seja mantido, ainda mais se considerarmos que a velocidade dos agentes imobiliários e das próprias iniciativas individuais é sempre superior à dos agentes fiscalizadores.

Outro grande problema relacionado ao uso e à ocupação do Lago Oeste são os sub-parcelamentos de chácaras em unidades inferiores a 2 hectares, questão ainda mais acentuada nas terras não desapropriadas das Fazendas Buraco e Brocotó (ou Sítio do Mato). Especificamente nessas duas áreas, observamos parcelamentos de até 0,3 hectare, alguns desses comportando até duas residências. Esses terrenos situam-se de forma alinear em relação às demais ruas do Lago Oeste, à vertente da Chapada da Contagem, contando com um endereçamento desconexo e que claramente as explicita como um sub-parcelamento⁵⁷. Outros dois casos notáveis e que já citamos são os sub-parcelamentos condominiais denominados “Condomínio Lago Oeste” e “Condomínio dos Jornalistas”, que possuem terrenos de até 0,25 hectare.

Na representação à seguir, sintetizamos o quadro geral da disposição dos usos territoriais no Lago Oeste, destacando uma Zona Híbrida com Predomínio de Residências Urbanas (ZHU), uma Zona Híbrida com Predomínio de Usos Agrícolas

⁵⁷ Um exemplo que poderíamos citar são as chácaras ao final da Rua 4 que, dentro da área da Fazenda Buraco, foram sub-parceladas. O endereço original de uma delas era “Rua 4, Chácara 2”; após seu parcelamento originou as chácaras 2A, 2B, 2C, 2D, 2E e 2F. A chácara 2F, já resultante de sub-parcelamento foi parcelada novamente, originando as chácaras 2FA e 2FB. Esse é apenas um dos casos que observamos.

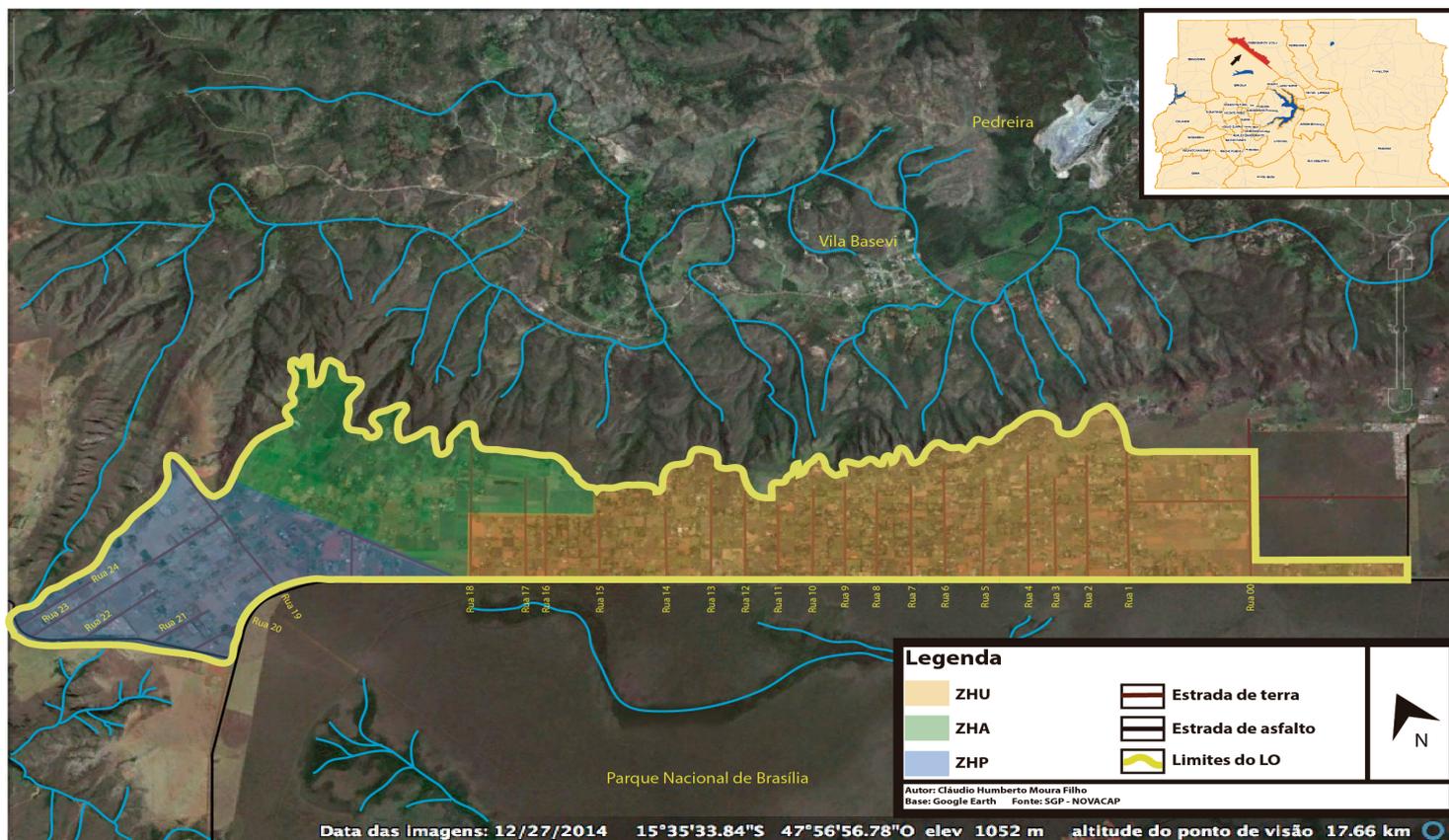
(ZHA) e uma Zona Híbrida Parcialmente Incorporada (ZHP). Destacamos que a perspectiva da hibridez territorial no Lago Oeste advém da concomitância de usos territoriais urbanos e rurais no mesmo terreno ou em terrenos próximos, o que impossibilita uma categorização precisa do território. Contudo, observamos que em algumas zonas um ou outro uso é predominante. Apenas no caso da ZHP, não foi possível propor tal classificação pois, devido ao recente reconhecimento da área como “ocupação de terra pública”, em 2012, acreditamos que a sua incorporação pelo mercado imobiliário ainda não se deu de maneira plena; há muitos terrenos vazios nessa porção do Lago Oeste, o que talvez seja reiterado pela maior distância dessa zona em relação à região do Colorado, o que pode desvalorizar os terrenos e reduzir seu potencial comercial.

Observamos que a maior parte da ZHU encontra-se dentro das poligonais da antiga Fazenda Contagem de São João, tendo em vista que em suas terras o processo de regularização fundiária encontra-se em estágio mais avançado, pois iniciou-se ainda na década de 1990. Em âmbito geral, essa é a zona de maior adensamento de ocupações e é a que menos observamos chácaras com destinação exclusivamente agrícola, o que provavelmente se dá pela maior valorização imobiliária dos terrenos. Como veremos no próximo capítulo, parte expressiva dos residentes dessa zona híbrida possui vinculação laboral e cotidiana com o Plano Piloto, tendo optado por habitar o Lago Oeste pela possibilidade de adquirir um imóvel a um preço mais acessível. Observamos, a partir da ZHU, a formação em curso de uma Zona Híbrida Favorecedora da Articulação Fragmentada do Território Urbano (ZOHIFA), dado seu crescente processo de valorização em função de se constituir um novo eixo de expansão urbana para abrigar as classes média e alta provenientes do centro (COSTA, 2011). Nesse processo, os atributos paisagísticos do Lago Oeste, assim como suas reminiscências rurais, são apropriados como ruralidades estético-simbólicas que agregam valor imobiliário e justificam a opção de seus residentes por ali habitarem,. Observamos nesse ponto características do processo de suburbanização.

Por outro lado, a ZHA é a zona híbrida na qual observamos maior proeminência de usos territoriais agrícolas, cujas chácaras concentram produções hortícolas e hortifrutigranjeiras. Parcela expressiva de zona encontra-se em áreas ainda não desapropriadas da Fazenda Brocotó (ou Sítio do Mato), o que talvez dificulte a sua incorporação pelo mercado de terras – ainda que muitos se arrisquem

na empreitada do comércio irregular e da clandestinidade. Destacamos ainda que a expansão do uso residencial no Lago Oeste ocorre nas direções oeste e norte, tendo as áreas mais próximas à DF-001 e ao Balão do Colorado maior intensidade de ocupação.

Zonas do Núcleo Rural Lago Oeste - 2016



Zonas do Núcleo Rural Lago Oeste (Extrato) - 2016

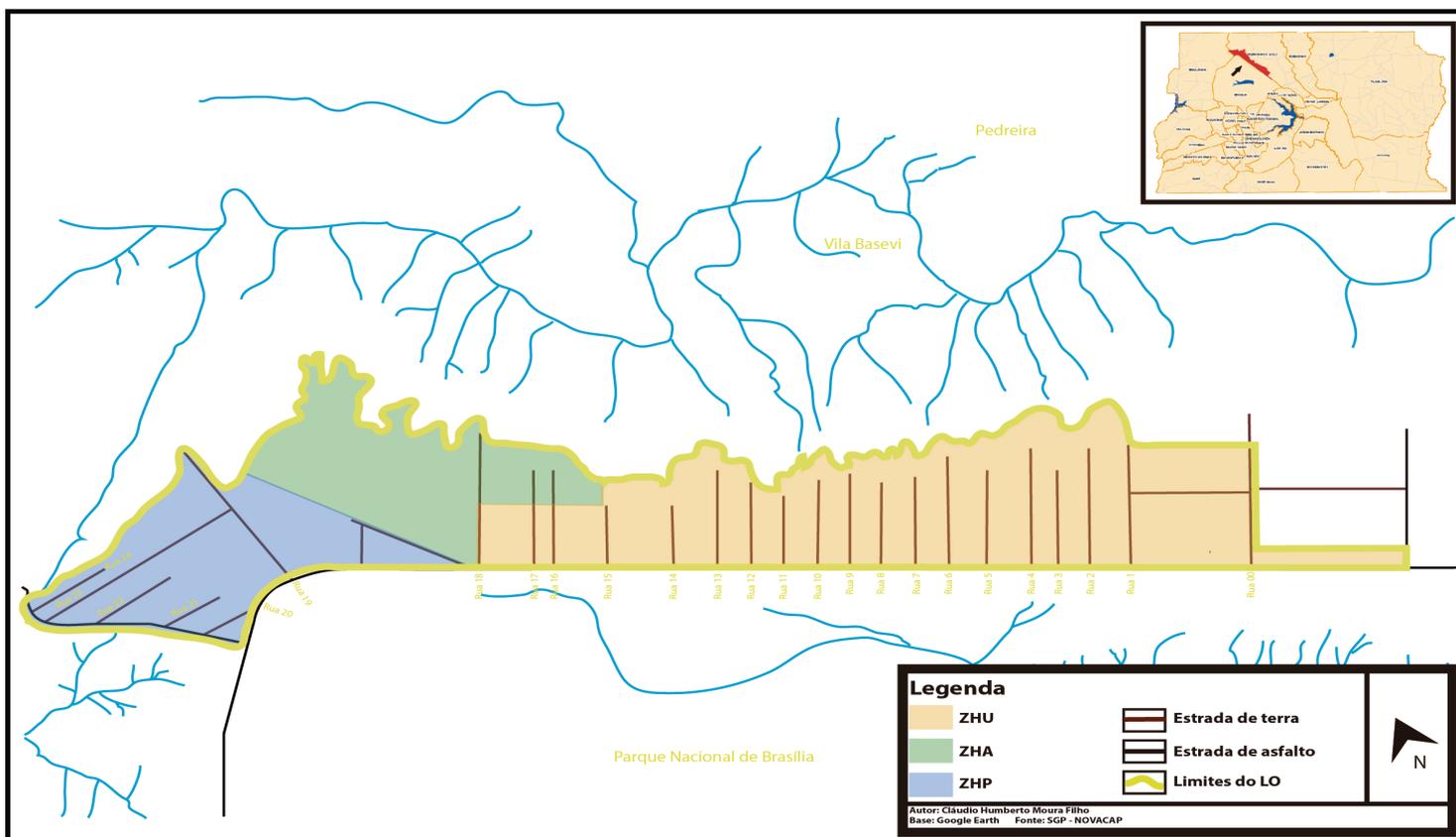


Figura 24: Zonas do Núcleo Rural Lago Oeste e extrato. Autor: Cláudio Humberto Moura Filho

3.3. O NÚCLEO HORTÍCOLA SUBURBANO VARGEM BONITA (NHVB)

3.3.1. Trajetórias na Vargem Bonita: paisagem, sujeitos e morfologias sócioespaciais

Entramos na Vargem Bonita pela Rua 1 da Área Agrícola, cuja estrada, apesar de ser de terra batida, encontrava-se em razoável estado de conservação. Apesar da tranquilidade do local, tivemos ali a impressão de movimento; ao lançarmos um olhar para as chácaras vimos terra cultivada, sistemas de irrigação funcionando, plantações realizadas em estufas e também utilizando técnicas modernas como o *mulching*⁵⁸. Entramos em uma dessas chácaras que nos passaram a impressão de uso intensivo e moderno do solo e fomos recebidos pelo dono do negócio, que fez questão de nos mostrar tudo que era produzido ali. A chacara era dividida em quatro áreas de cultivo: uma com estufas, para plantio de pimentões; outra com *mulching*, para cultivo de alfaces; outra convencional, que estava em preparação para cultivo de inhame; e outra destinada ao cultivo de ervas aromáticas. Ao centro da chacara, postava-se a casa do agricultor e um depósito com um caminhão estacionado em seu interior. Indagamos o sujeito, um japonês, sobre seu trabalho, porque fazia aquilo; ele nos respondeu que herdara a chacara de seus pais, nenhum de seus irmãos quisera tocar o negócio por considerarem pouco lucrativo e muito trabalhoso. Questionamo-os sobre esse aspecto e, em tom de brincadeira ele nos disse que “aquilo não dava dinheiro mesmo não”; provocamos: “mas e esse caminhão, esse trator, os três funcionários, a pequena mas boa casa em que mora, a tecnologia que emprega na plantação? Brincalhão, ele nos respondeu: “tem que investir e ter casa para sobreviver, não é?” O simpático agricultor nos disse ainda que parte daquilo tudo devia-se também à ajuda de sua esposa, que trabalhava na cidade como enfermeira e auxiliava na renda da família; um de seus filhos, já na faculdade, também já estagiava e ganhava seu próprio dinheiro. Nos disse também o homem que muitos agricultores ali não prosperavam, muitas vezes, por comodidade, pois investir em tecnologias não era barato mas, à médio prazo, incrementava exponencialmente a produção. Outra prática que muitos

⁵⁸ Técnica de cobertura do solo que utiliza uma manta plástica, serragem, folhas ou palhas para evitar a lixiviação do solo exposto, assim como auxilia na retenção de umidade no solo, reduzindo gastos com irrigação. Outras vantagens do *mulching* são: a redução da necessidade de adubação, o controle de alastramento de ervas daninhas e a promoção de equilíbrio térmico do solo, demanda de alguns tipos de cultura.

adotavam e que, segundo ele, faziam perder dinheiro, era repassar a produção para atravessadores⁵⁹; o certo mesmo era criar clientela de restaurantes e hotéis e levar seu produto para vender “na pedra”⁶⁰ da CEASA. Aproveitamos o ensejo da conversa e o indagamos sobre a construção de cômodos para aluguel na Área Agrícola, prática cada vez mais comum na Vargem Bonita. Em tom mais sério, o sujeito nos disse que muitos estavam fazendo aquilo e, obviamente, sabiam que era irregular. O problema maior não era, contudo, não o fato de construir esses cômodos, pois muitos o faziam para complementar a renda da família. A questão era deixar de praticar agricultura para viver apenas dos aluguéis clandestinos. Questionamo-os então sobre a sua própria casa, que construía na chácara, o que de acordo com as normas de concessão locais era irregular. Sem demonstrar preocupação, o agricultor nos disse que aquilo não tinha problema e que não via muito sentido em morar na “vila”, sendo que podia morar em sua chácara. Após ganharmos algumas mudas de pimentão e alguns pés de alface do gentil homem, seguimos nossa trajetória.



Figura 25: chácara visitada na Vargem Bonita, com a terra em preparação para o plantio de alfaces. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

⁵⁹ Atravessadores são intermediários comerciais que especializam-se em comprar alimentos dos agricultores – geralmente aqueles que não dispõem de caminhão – para comercializá-los no CEASA, obtendo, portanto, um lucro de intermédio. Conforme relatos de alguns agricultores, os atravessadores pagam, em média entre 20% e 50% a menos que o real valor do lote de alimentos, revertendo essa porcentagem em lucro próprio ao repassarem os produtos a clientes ou no CEASA.

⁶⁰ Existe na CEASA galpões de feira livre, onde os agricultores e atravessadores vendem, à varejo ou ao atacado, seus produtos. Esses galpões são conhecidos como “pedra”, em virtude de conterem algumas bancadas de concreto onde os produtos são expostos.

Um pouco mais adiante na Rua 1 entramos em uma chácara com aspecto bem pobre e fomos recebidos, não sem desconfiança, por um casal idoso de agricultores japoneses. Indagamo-os sobre seu trabalho e nos afirmaram que há anos estavam ali sozinhos. Não tinham empregados e os filhos haviam seguido outros rumos. Trabalhavam por conta própria e produziam o que conseguiam, tanto para consumo próprio quanto para comercializar um pequeno excedente, complementando a aposentadoria rural que o marido recebia. Perguntamos o quanto conseguiam produzir sozinhos naquela chácara e nos disseram que não chegavam a ocupar 1 hectare. Ao indagá-los sobre o porquê de não arrendarem o restante da chácara, nos disseram: “Não pode, é proibido. Não queremos perder nossas terras depois de mais de 40 anos aqui. Mas já quiseram arrendar a chácara, tem gente que faz, mas nós preferimos ficar aqui, temos o que precisamos.” Perguntamos também sobre o porquê de não contratarem empregados e produzir em toda a chácara; a senhora nos respondeu: “Estamos velhos demais para isso...”. Agradecemos a atenção e seguimos o percurso, não sem começar a notar que, afastando-se da DF-055, estrada que dá acesso à Vargem Bonita, começavam a germinar as meias-águas, cada uma mais precária que a outra, umas de tijolos expostos, outras de pré-moldados de concreto. Em algumas chácaras, as meias-águas formavam verdadeiras ruas, assemelhando-se, por sua precariedade, à pequenas favelas.



Figura 26: Arruamento de cômodos para aluguel em chácara na Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2015).

Ainda na Rua 1, um grande sobrado amarelo destaca-se entre as chácaras, tratava-se da residência de um dos mais prósperos agricultores da Vargem Bonita. Não conseguimos contato direto com o sujeito, mas o gerente da chácara nos disse que aquela casa fora erguida com a ajuda do imperador do Japão, cerca de dez anos atrás, como uma gratificação de honra àquele homem. Nos disse ainda o capataz que a aquela era apenas uma das chácaras daquele concessionário, o qual arrendava – irregularmente – mais quatro chácaras no Núcleo e ainda possuía outras na região de Brazlândia. Não tratava-se, portanto, de um agricultor mas sim de um empresário rural.



Figura 27: Sobrado em meio à área de produção na Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2015).

Após entrar em um retorno ao final da Rua 1, entramos na Rua 2; havia nesse entroncamento uma pequena choupana que era um bar e restaurante ao mesmo tempo, onde almoçavam alguns trabalhadores rurais. Contrastante era a paisagem nesse local: mais próximas, constavam algumas meias-águas em frente à uma pequena plantação, ao fundo, postavam-se imponentes casas pertencentes ao Park Way. Ainda nessa rua nos deparamos com uma chácara toda cercada e que tinha a

aparência de ser uma verdadeira vila, em um golpe de vista contamos pelo menos vinte portas que acessavam, talvez, um cômodo para aluguel cada. Não conseguimos entrar nesse local.

A partir das Ruas 2 e 3, a paisagem mostrou-se cada vez mais pontilhada por casebres e meio às áreas cultivadas. Em frente a um desses arruamentos de meias-águas vimos uma placa: “Cuida-se de crianças [...] Mexo com escova, manicure pedicure e progressiva”. Fomos ao casebre de quem anunciava os serviços e encontramos uma mulher cuidando de três crianças; perguntamos a ela se eram seus filhos e ela nos disse que não, eram filhos de pessoas que a pagavam para cuidar deles. Por 150 reais por mês eles passavam o dia ali e almoçavam. A mulher nos disse que, por um tempo, trabalhou como doméstica no Park Way mas que o serviço era “puxado”; cuidava agora de crianças e prestava serviços de beleza em uma parte do cômodo que alugava por 300 reais por mês. Afirmou que ganhava menos que antes, mas que também se estressava menos. Com a renda de seu marido, trabalhador rural, viviam ali e, no fim do dia, iam para o “boteco” encontrar com os amigos. Ela nem sempre, mas o marido ia todos os dias.

Chegamos enfim à Rua 3 da Área Agrícola, a qual faz divisa com a Fazenda Água Limpa. Constava na chácara 21 um grande galpão da rede de farmácias “Farmacotécnica”, dedicado, ao que anunciava a placa na entrada, ao cultivo e ao processamento de ervas medicinais. Especialmente nessa área, a concentração de meias-águas nos pareceu um pouco mais elevada. O morador de uma delas nos disse que “o pessoal da UnB já está implicando com esse negócio aqui, tomara que não dê em nada”. Mais adiante, nos deparamos com uma chácara em cuja entrada constavam três pequenos lagos, entramos para perguntar o que era aquilo. O dono do negócio, também um japonês, nos recebeu e disse que aqueles eram lagos que construía para fazer um “pesque e pague”. Indagamo-os sobre essa empreitada, tendo em vista que notamos que toda a sua chácara era produtiva, com áreas dedicadas à cultura de milho e hortaliças. O agricultor nos disse que aquela era uma tentativa de diversificar sua renda, pois só a agricultura não estava “dando muito dinheiro”. Construiu então os dois lagos, colocou cerca de dez mil alevinos em ambos e, cerca de um ano depois, abriu o “pesque e pague”. “Foi um sucesso no começo”, nos disse o homem. “O pessoal vinha aqui e levava um monte de peixes, vendia tudo por quilo. O pessoal pescou tanto peixe que agora não tem mais nada, comprei mais alevinos e estou esperando crescer. Enquanto isso, não ganho nada”.

Perguntamos ao sujeito se, mesmo assim, irá manter o negócio e ele nos disse: “Claro, só que vou controlar melhor a pesca para não ficar sem peixe por tanto tempo. Cresci o olho e dancei.” Perguntamos a ele se podíamos pescar ali naquele momento e ele nos disse: “Pode não, espera os bichos crescerem mais”.

Após cerca de duas horas de trajeto, entramos, enfim, na Área Urbana (Agrovila). Funcionavam às margens da DF-055 os principais equipamentos públicos, como a caixa postal comunitária, o posto de saúde, o escritório da EMATER e as principais casas comerciais do Núcleo. Observamos casas com padrões variados, algumas mais humildes, outras mais amplas e ainda alguns terrenos que transformaram-se em pequenas “vilas”, com até oito casas independentes ocupando o mesmo lote. Algumas residências eram também dedicadas a atividades comerciais, como mercearias, bares, consultório veterinário e salões, todos ocupando a parte da frente do imóvel. Próximo à entrada da Agrovila, o comércio encontrava-se bem movimentado. A padaria, o verdurão e a distribuidora de bebidas oferecem uma boa sorte de produtos e, conforme nos foi relatado pela proprietária da primeira, seu estabelecimento atende aos moradores do Park Way e também da Vargem Bonita; contudo, são aqueles seus principais fregueses, responsáveis por mais de 70% de seu faturamento. Alegação similar nos fizeram os proprietários dos estabelecimentos vizinhos. Alguns metros adiante, cinco bares dispunham-se sobre um sombreado de árvores; seus frequentadores são os moradores da Vargem Bonita, especialmente os trabalhadores rurais, como nos relatou um dos proprietários. Mas abaixo, entre as residências, uma mercearia simples atende também, quase que exclusivamente, os moradores locais. “Quase nenhum morador do Park Way vem aqui”, afirmou a proprietária, uma japonesa. “Na verdade, acho que o pessoal do Park Way nem sabe que a minha mercearia existe, quem compra aqui mesmo é o pessoal da Vargem”.



Figura 28: casas comerciais na Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2015).

Ao fim da trajetória, que coincidiu com o final do dia, os trabalhadores e outros moradores da Vargem Bonita começaram a se reunir entorno dos bares, alguns colocando às alturas o som de seus carros. Um grupo de rapazes se dirigia ao campo de futebol para “bater uma pelada”, enquanto as crianças saíam da escola rumo às suas casas, algumas em companhia de seus pais, outras sozinhas e à pé, andando rápido para não pegarem a estrada de terra no escuro.

3.3.2. Características gerais⁶¹

Conforme apontamos na introdução do trabalho, a Vargem Bonita foi uma das primeiras áreas de produção agrícola implementadas no Distrito Federal, ainda no ano de 1957. Ao analisarmos o Plano de Abastecimento de Brasília, é possível afirmar que a Vargem Bonita é, no Distrito Federal, o Núcleo Rural que mais próximo chegou à concepção do que deveria ser uma Unidade Socioeconômica Rural

⁶¹ Vide introdução para mais detalhes.

(USER), tendo em vista que sua Agrovila recebeu toda a sorte de serviços públicos e instituições religiosas, culturais e comunitárias que ainda favorecem a fixação de seus moradores na área rural de Brasília, mesmo que, atualmente, parte expressiva desses não tenham envolvimento com as atividades agrícolas. Cabe destacar que, dentre os serviços públicos e instituições presentes na Vargem Bonita, encontram-se: a) um posto de saúde; b) uma escola de ensino integral, que atende alunos do maternal ao ensino médio, fornecendo ainda, no período noturno, curso supletivo para adultos; c) um escritório da EMATER, que fornece assistência técnica gratuita aos produtores agrícolas locais; d) diversas casas comerciais, como mercearias, padaria, bares, verdurão, distribuidora de bebidas, cabeleireiros, depósito de gás e água, restaurantes, agropecuária e consultórios veterinários; e) igrejas católicas e templos evangélicos; f) a Associação Nipo-Brasileira, organização comunitária fundada pelos japoneses para realizar a convergência social local e preservar e disseminar a cultura japonesa, promovendo festas e reuniões entre seus membros e a comunidade como um todo. Cabe ainda ressaltar que, até o início dos anos 2000, a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, em parceria com a EMATER, mantinha na Vargem Bonita um pequeno centro de comércio subsidiado de insumos agrícolas, o “Mercado do Produtor”, tal como estabelecido na concepção das USER, voltado exclusivamente aos produtores locais; não se sabe ao certo porque o centro encerrou suas atividades.

Dentre os Núcleos Rurais de Brasília, a Vargem Bonita é um dos que mais possui terras ainda utilizadas para finalidades agrícolas. Em 1975, o índice de utilização agrícola chegava a 65% de sua área total (BRUNO, 1976), número que chega a cerca de 75% atualmente, segundo dados da EMATER/DF, ainda que as ocupações urbanas estejam tomando espaços da agricultura local.

Conforme aponta Dourado (2015), as principais culturas desenvolvidas na Vargem Bonita são: alface, couve, couve-flor, brócolis, rúcula, salsinha, cebolinha, coentro, agrião, chicória, milho, cebola, pimentão, beterraba, cebola, berinjela, abóbora, mandioca, batata baroa, alho-porró, almeirão, maracujá, repolho, tomate, pepino japonês, gengibre, *shitake*, *shimeji*, *yacon* e ervas aromáticas/medicinais. É comum entre as chácaras a diversificação de cultivos, e a rotação de culturas entre 4 ou até 6 espécies vegetais, o que, conforme aponta Dourado (2015) favorece uma segurança de renda aos pequenos agricultores familiares – os quais representam quase 100% dos produtores locais. Alguns tipos de cultura de autoconsumo são

também desenvolvidas pelos agricultores, como a criação de galinhas e a manutenção de pequenos pomares.

A maioria dos produtores locais comercializam suas produções diretamente na “pedra” da CEASA, por ser a forma em que alegam obter maior lucratividade pois vendem diretamente ao consumidor final. É também comum que alguns agricultores firmem acordos de fornecimento com restaurantes e pequenos mercados no Plano Piloto, Guará e Núcleo Bandeirante, sobretudo, o que, de certo modo, garante a compra de suas produções, apesar de obterem assim preços relativamente mais baixos do que na CEASA. Alguns agricultores também repassam suas produções a atravessadores, principalmente aqueles que não dispõem de veículo próprio. Essa, conforme nos apontaram nossos entrevistados, é a pior forma de comercialização pois é aquela em que são obtidos os piores preços da mercadoria; apenas os agricultores mais pobres da Vargem Bonita comercializam dessa maneira.

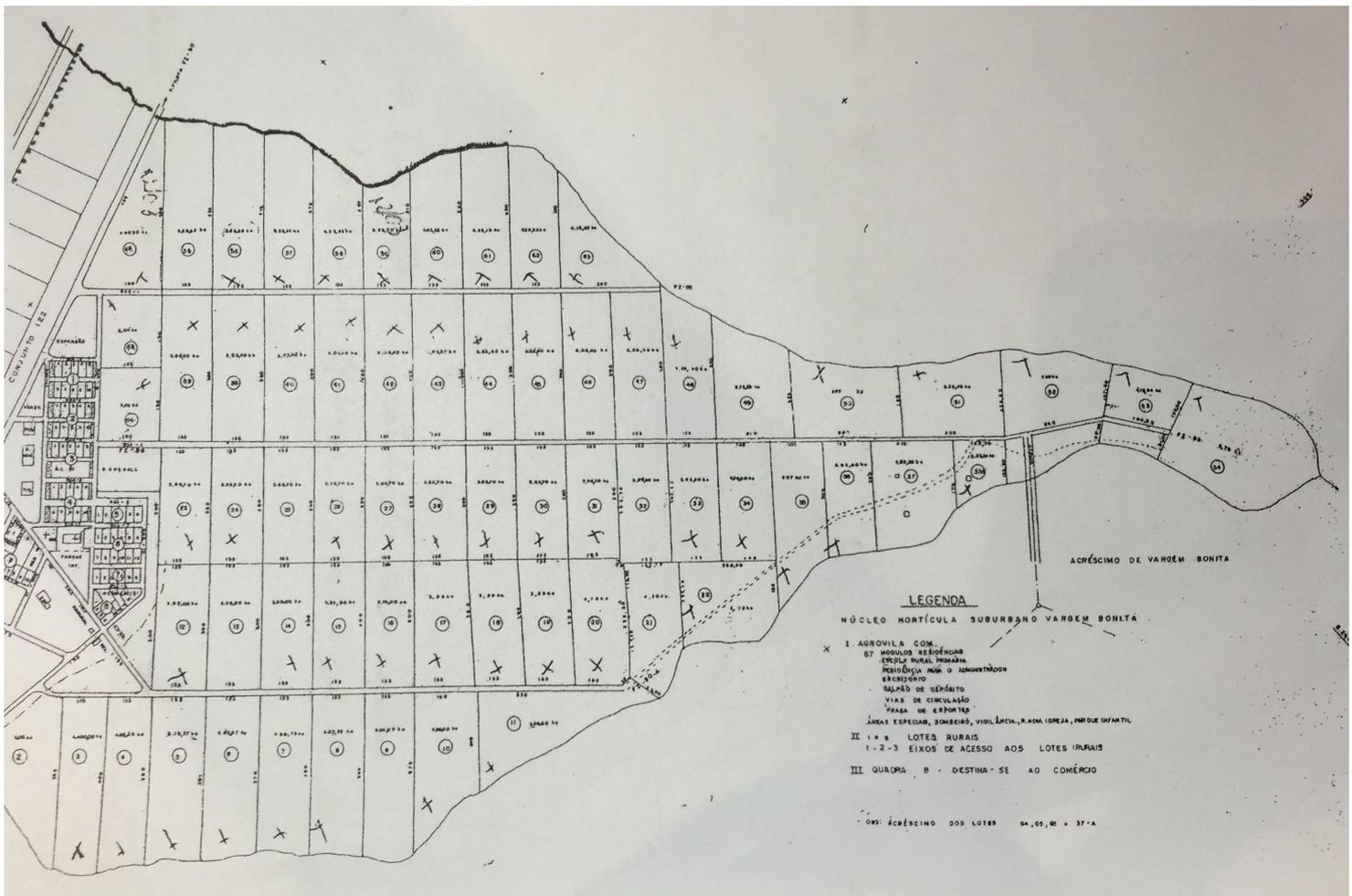


Figura 29: Planta da Vargem Bonita. À esquerda, a Área Urbana, ainda desconsiderando a zona de expansão de 1996. Fonte: EMATER/DF.

Desde 1986, a Vargem Bonita – assim como o Trecho 1 do Park Way, a Fazenda Água Limpa (UnB), a Reserva Ecológica do IBGE e a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, dentre outras áreas – está circunscrita à Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado⁶² (APAGCV), sendo, portanto, sujeita a uma série de restrições quanto ao seu uso e ocupação do solo. A preservação de uma vasta porção intacta de Cerrado, com áreas compreendendo diversas de suas fitofisionomias, assim como a proteção de fontes de captação de água para o abastecimento público e a recuperação de áreas ambientalmente alteradas foram algumas das justificativas que balizaram a criação dessa APA.

Com base nessas disposições, em seu artigo 2º o Decreto afirma que, para o cumprimento dos objetivos da APAGCV, é necessário disciplinar a ocupação da área, de forma a garantir a preservação do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. Sendo assim, estabeleceu-se o zoneamento da APA em duas áreas: a) a Zona de Vida Silvestre, que corresponde à Área de Relevante Interesse Ecológico Capetinga e Taquara⁶³, inserida na Fazenda Água Limpa; e b) a Zona Tampão, que compreende as áreas internas à APAGCV que contornam a Zona de Vida Silvestre. Nesse âmbito, a Vargem Bonita insere-se na Zona Tampão, sujeitando-se às seguintes restrições quanto ao uso, ocupação e atividades:

“Art. 23 – Ficam restritas e sujeitas à autorização do Conselho Supervisor da APA as seguintes atividades realizadas na Zona Tampão:

- I- exploração de cascalho, areia, argila, terra e pedras;
- II- instalação de indústrias;
- III- *expansão, parcelamento e adensamento da área urbana e rural;*
- IV- abertura de estradas e obras de terraplanagem, barragens e aterros;
- V- *uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, condicionado ao uso do Receituário Agrônomo e ao acompanhamento da EMATER/DF;*
- VI- uso de fogo na vegetação nativa e em culturas;
- VII- *expansão das áreas com culturas de ciclo curto [...]*” (Decreto Nº 9.417, de 21 de Abril de 1986)

⁶² Estabelecida pelo Decreto Nº 9.417, de 21 de Abril de 1986. Esse decreto foi, em 1988 revogado pelo de Nº 11.122, não tendo, apesar disso, alterado as disposições acerca dos usos, ocupações e preservação ambiental concernente à APA Gama Cabeça e Cabeça de Veado.

⁶³ Foi declarada Área de Relevante Interesse Ecológico pelo Decreto Federal Nº 89.336, de 31 de Janeiro de 1984, processo reiterado pelo Decreto Federal Nº 91.303, de 3 de Junho de 1985.

Destarte, o Decreto preza pelo incentivo às seguintes atividades:

“Art. 24 – As seguintes atividades deverão ser incentivadas:

I- culturas perenes;

II- silvicultura;

III- agricultura biológica ou orgânica;

IV- cultura de plantas nativas da região;

V- educação ambiental;

VI- lazer e turismo;

VII- recuperação das áreas alteradas, principalmente erodidas;

VIII- restauração das matas de galeria; [...]” (Decreto Nº Nº 9.417, de 21 de Abril de 1986)

No que concerne à preservação ambiental, podemos dizer que a situação da Vargem Bonita é relativamente delicada. Ainda que essa análise não seja o foco do trabalho, cabe fazermos algumas observações a esse respeito. Ao realizar pesquisas de campo no local e conversar com produtores e moradores, nos deparamos com uma realidade que muito se distancia das determinações do decreto de criação da APACGV. Ao indagarmos alguns sobre o porquê de não praticarem ali agricultura orgânica, tendo em vista a valorização desse tipo de produto no mercado e o fato de inserirem em uma APA, nos foi dito que, desde 1958 pratica-se na Vargem Bonita uma agricultura com uso intensivo de agrotóxicos, o que resultou na contaminação irreversível do solo, inviabilizando culturas orgânicas. Ainda que a EMATER regule o uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos na área, trata-se de quase 60 anos de uso contínuo desses insumos, produtos esses que, apesar de poluentes, garantem a safra dos pequenos agricultores. Esses mesmos, dada a vulnerabilidade do cultivo orgânico, afirmam que, mesmo que fosse possível, não investiriam nessa prática.



Figura 30: Produção hortícola na Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2015).

Com relação à preservação das matas de galeria e à prevenção de erosões, observamos que muitos produtores desmataram suas terras até o limite da calha do Córrego Mato Seco e do Ribeirão do Gama, favorecendo processos erosivos e o assoreamento dos leitos desses cursos d' água em vários pontos. Outro problema que tem afetado a questão hídrica na Vargem Bonita, conforme aponta Costa (2011, p. 243) é o adensamento populacional do Park Way. A disseminação da prática de construir poços artesianos irregulares nesse setor residencial, além da falta de rede de captação de esgoto, tem afetado diretamente as plantações, reduzindo o fluxo de água em toda a microbacia do Córrego Mato Seco e do Ribeirão do Gama, além de acentuar a contaminação de suas águas. Conforme a mesma autora, o lago da barragem do Ribeirão do Gama, situada entre a Quadra 17 do Park Way e a Fazenda Água Limpa e que abastece a Vargem Bonita, tem também sofrido degradação e assoreamento, tendo em vista o desmatamento de suas margens para a construção de casas e jardins.



Figura 31: casas do Park Way às margens da Represa do Ribeirão do Gama. Fonte: acervo do autor (Abril/2015).

Cabe ainda ressaltar que o NHVB insere-se dentro da *Zona Rural de Uso Controlado IV (ZRUC IV)*, de acordo com a Lei Complementar Nº 803, de 25 de Abril de 2009, a qual estabeleceu o PDOT do Distrito Federal. Como vimos no capítulo anterior, a Zona Rural de Uso Controlado estipula limitações quanto à proliferação de grandes culturas e de atividades agrícolas de grande impacto ambiental, dada sua situação em relação às Unidades de Conservação do DF e às áreas de proteção de mananciais de abastecimento público. Especificamente a ZRUC IV prevê o uso e o incentivo às atividades rurais que promovam a proteção das bordas de chapada e encostas com florestamento, assim como preservem a qualidade da água das bacias dos Córregos Mato Seco, Cedro, Taquara, Capetinga, Cabeça de Veado e Ribeirão do Gama, dentre outros.

3.3.3. Uso e Ocupação na Vargem Bonita: questões e problemas atuais

Se a questão ambiental é notória de preocupação, a questão dos usos e ocupações na Vargem Bonita mostra-se, também, carente de maior atenção, *desde que se pretenda manter a integridade do Núcleo como uma área de produção agrícola*. A natureza dessa última questão possui origens diversas, atentaremos-nos a elas uma a uma.

Conforme indicamos em trabalho anterior, o adensamento habitacional no Setor de Mansões Park Way, especialmente em seu Trecho 1, aumentou consideravelmente a demanda no setor terciário local, especialmente no que concerne ao comércio de produtos e primeira necessidade e à mão-de-obra do lar, como domésticas, caseiros e jardineiros, dentre outras ocupações. Por ser nesse setor residencial proibida a implementação de estabelecimentos comerciais e devido ao elevado valor de seus imóveis, o terciário demandado passou a ter a Vargem Bonita como sede. Além disso, à medida que a agricultura local passou a perder o seu caráter familiar – por razões que analisaremos no Capítulo 4 – e assumir caráter patronal, a demanda por mão-de-obra agrícola também aumentou. Tais fatores redundaram, a partir da década de 1990, em um exponencial adensamento populacional da Vargem Bonita, resultando, em 1996, na expansão da Agrovila pela Lei Nº 1.028, como vimos. Esgotados os lotes urbanos e dada a impossibilidade de realizar uma nova expansão dessa, tendo em vista que o Núcleo encontra-se cercado por áreas ou de propriedade privada, ou de proteção ambiental devidamente monitoradas, a demanda imobiliária passou a pressionar direta e indiretamente a Área Agrícola do NHVB.

Em um primeiro momento, identificado a partir de diálogos estabelecidos com os habitantes locais, passou a haver um adensamento da Agrovila sob a forma sub-parcelamentos dos lotes urbanos. Sendo assim, um terreno que antes abrigava apenas uma residência unifamiliar de produtores rurais, abrigava agora, em cômodos precários do tipo “meia-água”, até seis famílias. Cabe ressaltar que, nesse caso específico, os sub-parcelamentos ocorreram sem que o terreno fosse de fato fracionado em unidades menores para comercialização. Seu parcelamento se deu apenas como forma de divisão entre a casa principal e os cômodos secundários, em todos os casos construídos pelo concessionário e/ou titular do lote como forma de diversificar e/ou elevar a renda familiar, complementando-a com os aluguéis. Ao

mesmo tempo, atendiam à demanda habitacional local. Nesse contexto, circunscrito até o início dos anos 2000, não é possível afirmar que o crescimento da população da Vargem Bonita atingiu, de alguma forma, a Área Agrícola.



Figura 32: lote urbano parcelado em unidades plurifamiliares. Fonte: acervo do autor (Abril/2016).

Em um segundo momento, identificamos, ainda partindo de relatos de moradores locais, o deslocamento da residência de alguns produtores da Agrovila para a Área Agrícola. Em algumas circunstâncias, seu lote urbano foi clandestinamente comercializado a terceiros, aproveitando a valorização imobiliária da área, resultado tanto da demanda populacional quanto da proximidade ao Park Way. Sejam os agricultores ou os adquirentes de lotes urbanos, observamos que os terrenos passaram a ser destinados ora à residência dos últimos, ora ao seu aproveitamento comercial, ora à construção de cômodos para aluguel. Notamos assim os primeiros desvios tanto em relação ao contrato de Concessão de Uso de Terras Públicas Rurais quanto também das normas de uso e ocupação da Vargem

Bonita. De acordo com o Decreto Nº 19.248, de 19 de Maio de 1998, que estabeleceu a normas sobre as Concessões de Uso de Terras Públicas Rurais no DF, é possível realizar a transferência dos direitos de concessão de uso mediante acordo financeiro, conforme disposto em seu artigos 18º e 19º; contudo o artigo 10º deixa claro que a concessão não pode ser desmembrada, seja à título de venda ou empréstimo. Logo, se na Vargem Bonita a concessão das terras rurais é atrelada à concessão de um lote na agrovila, é clara a irregularidade desse comércio. Por outro lado, esse movimento é acompanhado de um outro golpe às normas de uso e ocupação locais, assim como às restrições impostas pelo Decreto Nº 9.417, de 21 de Abril de 1986 (APA Gama e Cabeça de Veado), o qual, em seu artigo 23º, item III, restringe a expansão, o parcelamento e o adensamento de áreas urbanas e rurais no âmbito dessa Unidade de Conservação. Ao edificarem suas residências na Área Agrícola, alguns agricultores não só permitem o adensamento populacional desorganizado do Núcleo como também reduzem a área destinada à agricultura, ferindo a disposição que proíbe o uso residencial dessa área.

“Art. 10. É vedado ao concessionário emprestar ou ceder o imóvel concedido, no todo ou em parte, a título gracioso ou não, a qualquer pretexto ou alegação, ou fazer-se substituir por procurador, sendo nulos os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação deste decreto.” (Decreto Nº 19.248, de 19 de Maio de 1998)

O terceiro e atual momento do adensamento populacional e da dispersão das habitações na Vargem Bonita é marcado, por sua vez, pela construção dos cômodos em “meia-água” para aluguel na Área Agrícola, movimento esse recente e ainda em fase inicial. Intensifica-se também a construção de residências de agricultores e respectivos familiares nas chácaras. Ao dialogar com alguns locatários observamos que essa prática tem representado uma alternativa para ambas as partes. Para quem aluga, é uma oportunidade de dispender menos dinheiro com sua moradia, tendo em vista que os aluguéis na Agrovila são em média 20% mais altos; para esse grupo de trabalhadores domésticos ou rurais esse é um custo que pode facilmente ultrapassar 30% de seu rendimento mensal. Já para os locatários, representa uma estratégia de diversificar e/ou elevar renda familiar, inicialmente advinda exclusivamente da agricultura, atividade por muitos alegada como incerta e comumente pouco rentável. Alguns agricultores adotam essa prática, contudo, para

não mais viver da agricultura, ainda que continuem a ocupar as terras, extraindo dela uma renda não agrícola.

Conforme identificamos em campo, das 63 chácaras existentes na Vargem Bonita, em 51 delas (80%) há ocupações irregulares, principalmente residências de agricultores e também de casebres de aluguel. Em 36 chácaras, 57% do total, há cômodos construídos para aluguel. Apenas 6 chácaras do Núcleo (9,5% do total) encontram-se completamente desocupadas. As representações 36 e 37 e as imagens à seguir sintetizam esse quadro e mostram as condições dessas ocupações.



Figura 33: residências na área agrícola da Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2015).

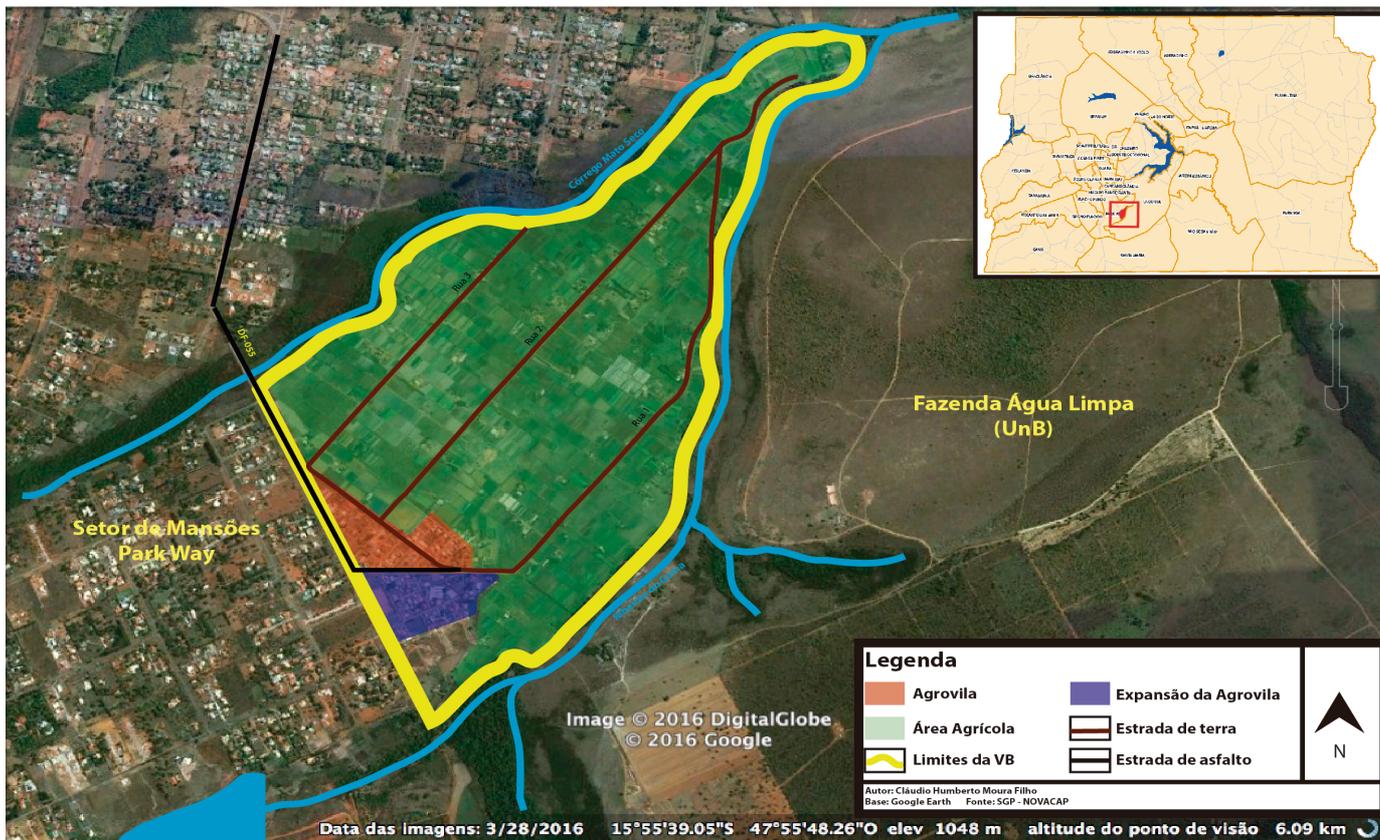


Figura 34: chácara inteiramente parcelada para uso residencial. Nesse estágio, é a única encontrada na Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2016).

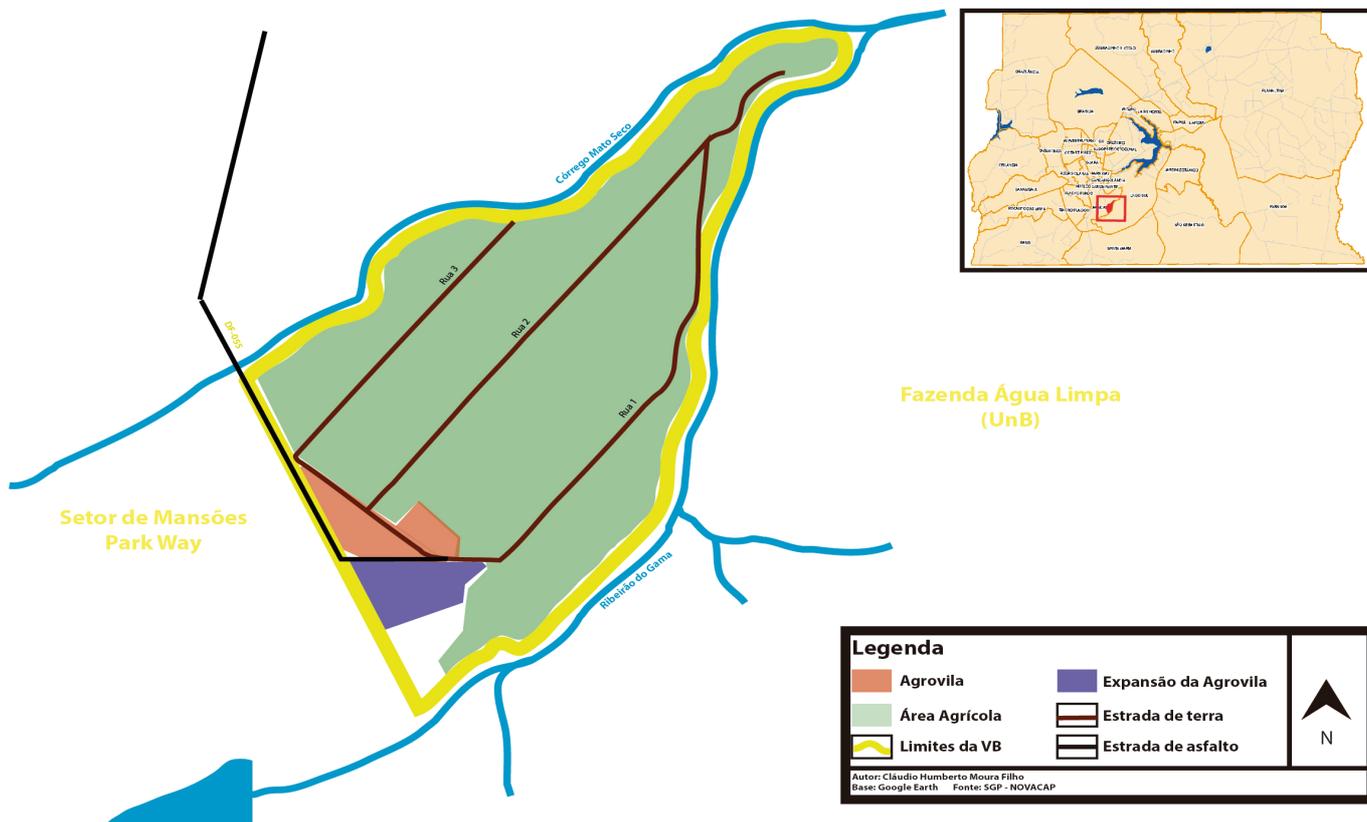


Figura 35: residências na área agrícola da Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2016).

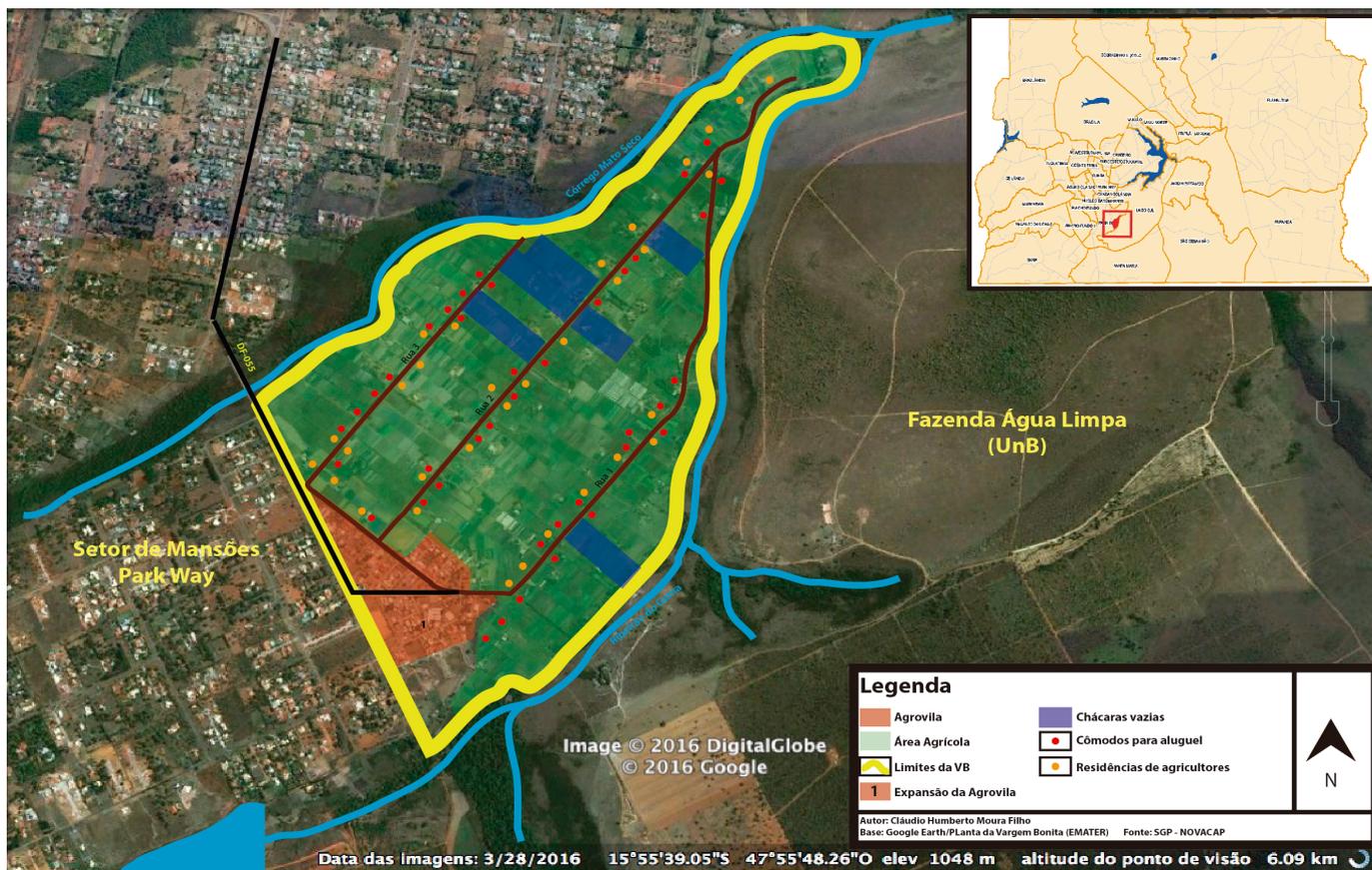
Usos Territoriais no Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita - 2016



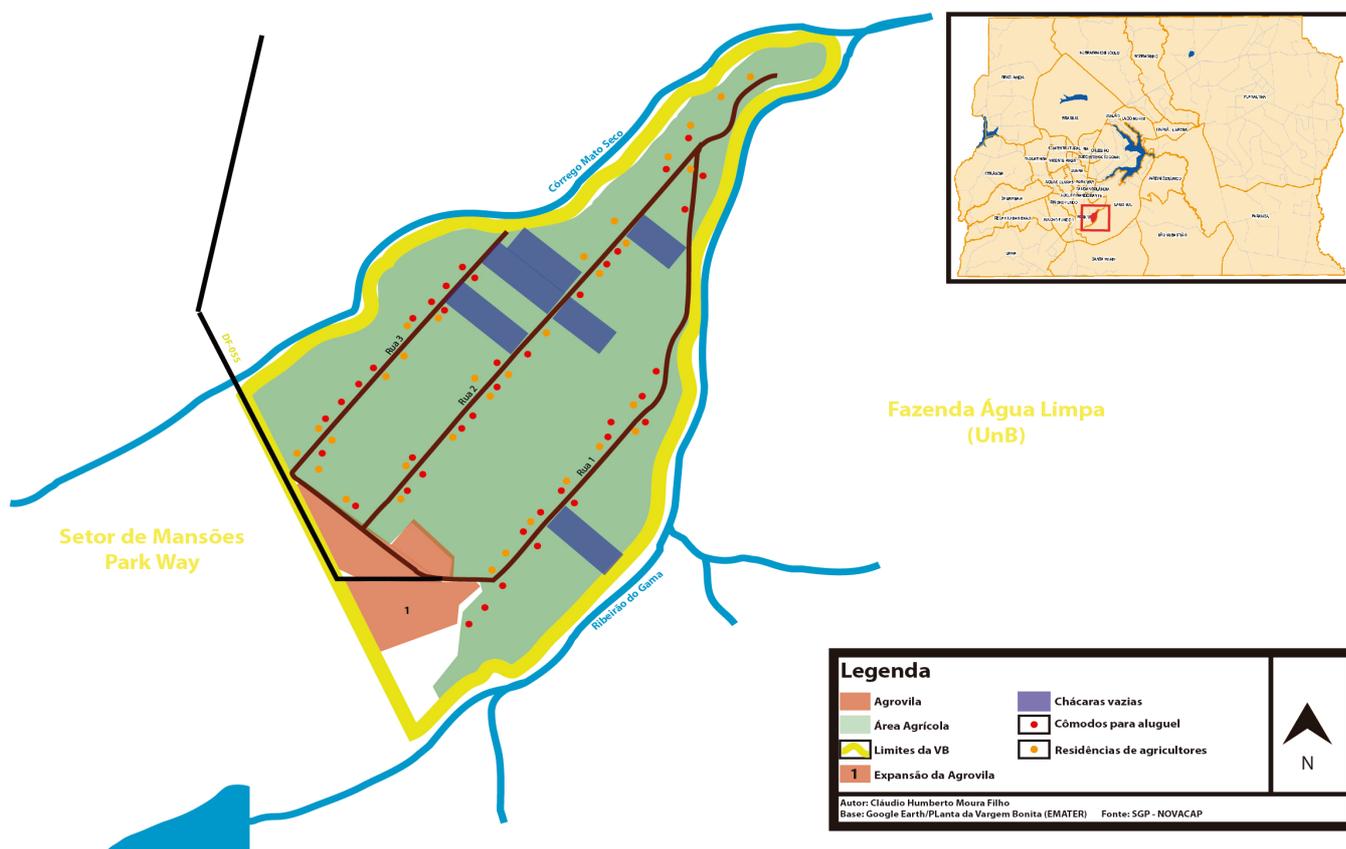
Usos Territoriais no Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita (Extrato) - 2016



Ocupações irregulares e usos territoriais - Vargem Bonita - 2016



Ocupações irregulares e usos territoriais (Extrato) - Vargem Bonita - 2016



Seja como for, caráter recente e a irregularidade dessas práticas dificultaram uma investigação mais profunda desse processo, impedindo-nos de identificar agentes e datas precisas. Contudo, constatamos que a real possibilidade de aquisição das terras urbanas e rurais sob concessão de uso na Vargem Bonita, prevista pelo Decreto Nº 26.196/2005 e pela Resolução Nº 224/2011 da TERRACAP, certamente respalda esse processo, aliando-se a isso a crença disseminada na impunidade pela de carência de fiscalização dos órgãos do governo. Sobre isso, ouvimos de um entrevistado uma sentença: “Já que o Governo vai vender tudo daqui uns dias, o povo já está tratando de ocupar de qualquer jeito. Daqui a pouco não sobra mais nada...”.

É oportuno ressaltar, dada essa realidade, a incongruência de princípios observadas entre a Lei Nº 5.861/1972, o Decreto Nº 26.196/2005, a Resolução Nº 224/2011 da TERRACAP e o PDOT 2009-2012, contextualizando-os no âmbito do NHVB. Esse último documento, ao situar esse Núcleo dentro da Zona Rural de Uso Controlado, coloca como uma de suas principais diretrizes a promoção da regularização fundiária evitando a conversão de usos e ocupações rurais para urbanos. Ao mesmo tempo, esse Plano preza pela multifuncionalização do campo, inclusive prevendo seu uso e ocupação pelos setores secundário e terciário, como vimos no capítulo anterior. Reafirma-se, assim, a tendência observada – e quase sempre incontrolável – de expansão de usos, ocupações e populações urbanas no campo, sem vínculo laboral com a terra, tendo-a apenas como suporte a outras funções e atividades – no caso da Vargem Bonita, função residencial. Associando essa disseminação de morfologias sócioespaciais, desvinculadas da terra como meio laboral, à possibilidade de privatização área do NHVB, o que podemos esperar nos próximos anos? Acreditamos que o recente e crescente movimento de “invasão residencial” sobre a Área Agrícola pode representar um indicador do futuro dessa área rural. Dois fatos corroboram, ainda, para o agravamento desse processo:

- a) Há uma real demanda por moradias de baixo custo – e, conseqüentemente, de baixo padrão habitacional – na Vargem Bonita, tendo em vista que o Park Way e o Núcleo Bandeirante constituem-se em atuais e potenciais locais de oferta de trabalho para mão de obra de baixa qualificação profissional. Dada a privatização dos terrenos rurais atualmente sob concessão de uso, é possível que os sub-parcelamentos e a proliferação de residências se intensifiquem

- em toda o NHVB se o Poder Público continuar se “omitindo” perante à situação e ainda repassando a propriedade para particulares. Há, em suma, a possibilidade da Vargem Bonita se tornar mais uma das periferias de Brasília;
- b) A Vargem Bonita situa-se em meio a um dos setores residenciais mais valorizados de Brasília, o Park Way. Dada a privatização de suas terras, existe a possibilidade desse Núcleo tornar-se uma área de expansão daquele Setor, tendo em vista que a oferta de lotes nesse bairro encontra-se restrita em virtude de sua impossibilidade de expansão. Nesse caso, observaríamos uma apropriação da Vargem Bonita por um segmento economicamente elitizado da sociedade, com a especulação imobiliária expulsando agricultores e trabalhadores de baixa renda de suas terras.

Possibilidades à parte, observamos ainda na Vargem Bonita outras práticas que ferem os termos de concessão de uso de terras rurais como, por exemplo, o subarrendamento de glebas, que é proibido pelo Decreto 19.248/1998, permitindo-se apenas o estabelecimento de parcerias rurais. Notável é também a proliferação de estabelecimentos comerciais ocupando áreas comuns, os quais surgiram, diversificam e intensificam suas atividades em função da demanda dos moradores do Park Way, bairro que, como já mencionamos, não conta com comércio. É interessante o fato de observarmos dois circuitos comerciais distintos na Vargem Bonita: o primeiro deles conta com melhor infraestrutura e oferece grande sorte de produtos de mais valor, esse é praticamente o único frequentado pelos moradores do Park Way, como constatamos em entrevistas realizadas com os comerciantes; o segundo é composto principalmente por bares e duas mercearias, de padrão inferior no que concerne à infraestrutura e oferta de serviços e produtos, sendo frequentado praticamente apenas por trabalhadores e demais moradores da Vargem Bonita.

Configura-se portanto, dentro de nossa perspectiva sobre os subúrbios, a Vargem Bonita, como um exemplo dessa morfologia sócioespacial. Desde sua concepção, esse Núcleo Hortícola agregou morfologias urbanas e rurais em concomitância territorial, constituindo-se como um apêndice funcional à Brasília, no que concerne à demanda alimentar dessa cidade, e comportando em seu âmbito uma população que, mesmo sendo eminentemente rural, do ponto de vista laboral, mantinha seus vínculos cotidianos com a cidade – ainda que de maneira funcional. Resgatamos, a partir dessa compreensão, as palavras de Martins (1992, p. 8) sobre

os subúrbios, compreendidos por esse autor como “[...] o componente rural do urbano, nele integrado por uma economia agrícola de ciclo curto e dependente do comprador urbano”. Superando essa visão funcionalista, o autor desenvolve seu pensamento, chegando à escala do vivido; a partir daí compreende os subúrbios como sendo aglomerados rurais nos arrabaldes da cidades “[...] cuja população estabelece vínculos cotidianos com a cidade e que, em consequência, organiza sua inteligência acerca das condições de vida segundo um modo de pensar tendencialmente urbano” (MARTINS, 1992, p. 195). Essa escala de análise dos subúrbios Lago Oeste e Vargem Bonita será apresentada no Capítulo 4.

Seja como for, atualmente a Vargem Bonita se reitera como subúrbio à medida que o adensamento populacional de uma área ao seu redor promove mudanças em seu âmbito interno, com a urbanização social e espacial tomando, aos poucos seus territórios eminentemente rurais. Primeiramente, eram as famílias envolvidas na agricultura a população predominante; dada à demanda por mão-de-obra, principalmente no Park Way, a população envolvida no setor terciário se expandiu e superou a agrícola. Ao mesmo tempo, a agricultura antes familiar assumiu caráter patronal e, conforme aumentou a demanda no setor terciário, a Vargem Bonita foi, cada vez mais, sendo tomada por população, usos e ocupações urbanas. Ainda assim, a escala agrícola do campo é predominante, assim como a sua dimensão estético-simbólica, tendo em vista a inserção do Núcleo em uma APA com elevado grau de preservação ambiental. Resiste ainda a dimensão agrária na Vargem Bonita, com poucas famílias que ainda vivem da subsistência em meio às urbanidades que assaltam seu habitat. Transita, então, o cotidiano dos moradores locais entre urbanidades e ruralidades, seja na escala funcional, seja na escala do vivido, como veremos.

3.4. Lago Oeste e Vargem Bonita: um paralelo

Antes de finalizar esse capítulo, consideramos salutar traçar um breve paralelo entre o Lago Oeste e a Vargem Bonita, com o intuito de melhor elucidar suas semelhanças e distinções. Sendo assim, um primeiro ponto a ser observado concerne ao processo de formação de cada um. A Vargem Bonita, desde 1957, constituiu-se de maneira ordenada e orientada pelo Governo do Distrito Federal como uma área agrícola por excelência. As concepções do Plano de Abastecimento de Brasília, elaborado por Albuquerque (1958), foram implementadas nesse Núcleo com maior fidelidade do que nos demais, fato esse constatável ao observamos que, desde seu início, a Agrovila local desempenhou a maior parte das atividades previstas para uma Unidade Socioeconômica Rural. Reitera esse quadro a migração de experientes agricultores japoneses, processo também orientado pelo Governo, e que demonstrava sua real pretensão para a Vargem Bonita, que era torná-la um moderno e produtivo pólo agricultor do DF. O êxito sobre tal pretensão desde sempre se confirmou. Ainda em 1976, Bruno aponta que cerca de 40% do abastecimento de folhosas e verduras do DF era provido por esse Núcleo; os dados atuais sobre a participação do NHVB no abastecimento da cidade não foram elaborados pela EMATER/DF; contudo, é ainda notória sua produção e produtividade, limitadas pela impossibilidade de expansão das áreas cultiváveis, que compreendem pouco menos que 300 hectares – e ainda pela paulatina conversão de terras rurais em urbanas.

O Lago Oeste, por sua vez, nunca teve o mesmo apoio do Governo para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Não encontramos, inclusive, quaisquer dados sobre a produção da antiga Colônia Agrícola São João (CASJ), a qual originou o NRLO. O que de fato observamos nesse Núcleo é a cooptação do seu território para fins residenciais desde a década de 1980, quando os loteamentos clandestinos se espalharam pelas terras das fazendas vizinhas, sequer desapropriadas pelo Poder Público. Ainda que algumas atividades agrícolas sejam desempenhadas em seu âmbito, lembremos que o Plano de Uso e Ocupação do Lago Oeste, ao categorizar os tipos de chácaras para fins de planejamento, fundamentou-se em usos e ocupações já existentes para elaborar essa classificação, apenas reconhecendo e reiterando o que já era consuetudinário. Nesse contexto, 96,5% das chácaras encontram-se total ou parcialmente dedicadas

ao uso residencial, sendo que a maioria dessas é exclusivamente residencial. Já na Vargem Bonita, cerca de 98% de sua área é destinada ao uso agrícola, sendo que pelo menos 75% dessa é atualmente utilizada para essa finalidade, segundo dados da EMATER-DF.

Do ponto de vista das morfologias sociais e espaciais, observamos na Vargem Bonita uma forma suburbana na qual predominam ruralidades relativas à dimensão agrícola do campo, as quais ainda sobrepõem-se sobre as urbanidades, apesar da expansão territorial dessas. Sendo assim, os sujeitos locais tendem a identificar o NHVB como campo pelo fato de serem proeminentes, em seu âmbito, as atividades agrícolas. Sobrepondo-se a isso, o histórico territorial desse Núcleo, como vimos, é pautado na agricultura. Destarte, a maioria dos habitantes locais, ainda que não trabalhem diretamente nessa atividade, possuem com ela maior ou menor grau de vinculação, seja na dimensão do trabalho, revendendo seus produtos, ou seja na escala das relações interpessoais, com familiares e amigos que dela sobrevivem. No Lago Oeste, por sua vez, observamos uma forma suburbana na qual predominam as urbanidades, tanto no que concerne aos usos e ocupações atribuídos às chácaras, eminentemente residenciais, quanto às atividades desempenhadas pela maioria de seus habitantes. Assim, os sujeitos locais tendem a identificar o NRLO como campo pelo fato de ser proeminente em seu território a vertente estético-simbólica rural, associada, nesse caso, a baixos índices de ocupação solo.

Constituiu-se portanto o Lago Oeste em uma forma suburbana “quase” clássica, formado a partir de um movimento de evasão populacional do centro por indivíduos que almejam habitar em meio às amenidades do campo sem, contudo, perder os seus vínculos cotidianos com a área central, tal como descreve Mumford (1998). Apropriam-se esses da vertente estético-simbólica do campo. Especificamente nesse caso, os deslocamentos pendulares e o uso de automóveis se tornam uma necessidade primordial, promovendo a conexão necessária entre os locais de seu cotidiano, espacialmente fragmentados. Nesse contexto, a particularidade do Lago Oeste reside no fato de que, ao optarem por habitar esse Núcleo, pelo menos 60% dos habitantes alegaram encontrar ali uma possibilidade mais economicamente viável de obter um patrimônio, tendo em vista que os altos preços praticados no centro e em bairros adjacentes os impediam de tal. Observamos então que o Lago Oeste é um subúrbio que se formou também por

segregação espacial, e não apenas por autosegregação, como um subúrbio clássico. É relevante destacar que a segregação à qual nos referimos concerne à indivíduos de classe média que buscavam formar patrimônio, não constituindo uma segregação social de fato. Ademais, dado o predomínio da função residencial do território associada à uma maioria de habitantes “urbanos”, do ponto de vista laboral, consideramos que as atividades agrícolas nessa área apresentam caráter residual, com suas terras ameaçadas pela crescente especulação imobiliária que as assolam, dado seu avançado processo de regularização fundiária.

Por sua vez, predomina na Vargem Bonita a acepção da terra como meio e condição indispensável para o desempenho das atividades agrícolas, característica funcional e econômica das terras rurais, como assevera Souza (2005). Sendo assim, a renda fundiária predominante nesse Núcleo é extraída a partir da sua produção. Contudo, à medida que cresce a demanda imobiliária local para finalidades não agrícolas, com o foco na construção de residências para indivíduos que não possuem vínculo laboral com a terra, a renda fundiária deixa de advir da produção agrícola e passa a ser proveniente do monopólio das localizações, do ambiente construído e do acúmulo de intervenções socialmente produzidas, tal como afirma Frabetti (2013, p. 134). Isso fica evidente ao constatarmos que alguns agricultores locais já abandonaram a agricultura e vivem, atualmente, da renda dos aluguéis dos cômodos que construíram em suas chácaras e lotes da Agrovila. Destarte, a terra passa a inserir-se em uma lógica urbana, deixando de ser um meio à produção e tornando-se apenas um suporte físico às atividades nela desempenhadas (SOUZA, 2005). Se aplicarmos tal compreensão às terras do Lago Oeste, não nos restariam dúvidas de que, tendo em vista a origem de sua renda fundiária atual e seus usos e ocupações atribuídos, tratam-se, portanto, de terras urbanas.

É também possível traçar um paralelo entre o Lago Oeste e a Vargem Bonita a partir da noção de “Zonas Híbridas”, proposta por Costa (2011), reconhecendo, especificamente nesses casos, que sua hibridez sócioespacial advém de sua condição suburbana, com a hibridização, em seu âmbito, de morfologias urbanas e rurais. Considerando as devidas observações, o Lago Oeste poderia ser caracterizado como uma “Zona Híbrida Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território Urbano (ZOHIFA)” (COSTA, 2011), tendo em vista que compreende uma área em processo de valorização onde as condições de vida não são das melhores, mas encontram-se em processo de avanço muito em função do

desenvolvimento da regularização fundiária local, da ação dos agentes imobiliários, das ações da ASPROESTE e principalmente pelo fato de ser um setor residencial que abriga indivíduos de classe média e média alta. Em outras palavras, a hibridez do Lago Oeste manifesta-se tanto por sua condição suburbana, que posiciona-o como uma das referências da dinâmica das relações campo-cidade no DF, quanto por agregar indivíduos de distintas camadas sociais e que desempenham atividades laborais que conferem a terra diferentes significados e atribuições. Cabe ressaltar, ainda no âmbito de uma transposição possível da metodologia de leitura de Costa (2011), que a “Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território Urbano (ZOHOF A)” imediata e relativa ao Lago Oeste poderia ser representada pela Asa Norte e pelo comércio da região do Colorado, tendo em vista que essas áreas contêm a maioria dos serviços e equipamentos urbanos demandados e utilizados pela maior parcela da população desse Núcleo.

Por outro lado, observamos na Vargem Bonita a possível formação de uma “Zona Híbrida Resultante da Fragmentação Articulada do Território Urbano (ZOHIRE)” (COSTA, 2011), salvo, também, as especificidades da transposição dessa compreensão a esse caso. A precarização do Núcleo é evidenciada pela crescente construção de “meias-águas” na Área Agrícola, sem qualquer infraestrutura de saneamento básico e também pelo adensamento populacional da Agrovila, realizado por meio da subdivisão clandestina de lotes para a construção de até 10 cômodos para aluguel por unidade que deveria abrigar no máximo uma residência unifamiliar. Contudo, salientamos que o processo de regularização fundiária, caso se realize na Vargem Bonita, pode alterar os rumos de sua reprodução territorial, promovendo a valorização e, conseqüentemente, a elitização de suas terras, o que poderia inverter o quadro atual de precarização que constatamos. Essa possibilidade existe devido ao fato desse Núcleo encontrar-se às margens do Park Way, setor residencial elitizado que, por seu adensamento populacional, exerce alguma pressão sobre a Vargem Bonita, já perceptível pela expansão do comércio e da população local, processo condicionado pelas demandas da população desse setor residencial por comércio, serviços e mão-de-obra doméstica.

Eis então uma síntese dos quadros observados na Vargem Bonita e no Lago Oeste, ambos constituídos por processos e agentes distintos. Apesar disso, assemelham-se pela hibridização e concomitância de morfologias sócioespaciais

urbanas e rurais, as quais, em distintas qualidades e proporções, configuram formações suburbanas.

CAPÍTULO 4

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O COTIDIANO DOS SUBÚRBIOS NO LAGO OESTE E NA VARGEM BONITA

4.1. ALGUNS ESCLARECIMENTOS

Os trabalhos de campo realizados, assim como os diálogos que estabelecemos com alguns habitantes⁶⁴ do Lago Oeste e da Vargem Bonita, nos permitiram identificar três grupos sociais em cada um desses Núcleos, distintos entre si pelas atividades laborais que desempenham, pelos vínculos que estabelecem com a terra e ainda por suas relações com as áreas centrais de Brasília. A partir dessas distinções, foram observadas particularidades nos cotidianos dos indivíduos de cada um dos grupos, o que demonstrou diferentes níveis e relações estabelecidas entre campo e cidade, rural e urbano, questão pertinente dentro da análise sobre os subúrbios (Zonas Híbridas).

Destarte, temos os *moradores, os produtores rurais os e empregados rurais ou domésticos*. O primeiro grupo caracteriza-se por conter indivíduos cuja relação com a terra circunscreve-se ao âmbito residencial; ou seja, para eles a terra constitui-se em um mero suporte às atividades nela desempenhadas que, no caso, concerne ao seu uso residencial. A construção de patrimônios particulares, a especulação imobiliária, o uso não agrícola da terra, a valorização da dimensão estético-simbólica do campo como atributo de valores vivenciais e imobiliários e a intensa vinculação aos centros urbanos caracterizam, portanto, esse grupo, *no caso do Núcleo Rural Lago Oeste*. Por sua vez, na Vargem Bonita, os *moradores* são, eminentemente, os pequenos comerciantes locais, os produtores rurais aposentados e os empregados domésticos ou funcionários que trabalham no Park Way e no Núcleo Bandeirante. Não caracterizam-se esses tal como os *moradores* do Lago Oeste, a não ser pelo uso não agrícola da terra.

O segundo grupo é composto por indivíduos cuja relação com a terra é produtiva, concebendo-a e valorizando-a como meio e condição de produção e obtenção de renda. Apesar disso, em ambos os Núcleos os produtores rurais atribuem, de maneira concomitante, o uso residencial às suas chácaras, comumente intencionando a formação de patrimônios particulares e a especulação imobiliária a

⁶⁴ Foram entrevistados no Lago Oeste 21 habitantes, 7 de cada grupo que definimos, porcentagem que equivale a cerca de 0,5% da população local. Na Vargem Bonita, por sua vez, foram entrevistados 36 habitantes, 12 de cada grupo que definimos, porcentagem que equivale a cerca de 2,0% da população local. Salientamos que, o número maior de entrevistados na Vargem Bonita foi possível em função da maior convergência social local dos moradores ou, em outras palavras, pelo caráter de bairro evidenciado nesse Núcleo. Essa característica favoreceu o contato com os habitantes, que tendem a circunscrever seu cotidiano à escala local, como veremos. No Lago Oeste, os contatos com habitantes mostraram-se mais fortuitos apenas nos pontos de comércio, não frequentados por expressiva parcela dos “moradores”.

partir da regularização fundiária de suas terras. Por sua vez, o terceiro grupo é formado por trabalhadores assalariados que estabelecem uma relação empregatícia ora com os *moradores* ora com os *produtores rurais*. A construção de patrimônios particulares raramente encontra possibilidade dentro desse grupo, tendo em vista a baixa remuneração de seus indivíduos. Entre esses, a relação com a terra varia conforme sua atividade laboral: se é lavrador, a tem como meio de obtenção de renda; se é doméstico, vive do trabalho nas residências de moradores ou produtores rurais. Independente do local e da forma de trabalho, os membros desse grupo tendem a fixar suas residências ora nas chácaras, habitando as “casas de caseiro”, ora nos cômodos alugados nas chácaras e na Agrovila (no caso da Vargem Bonita), ora em povoados próximos (como a Vila Basevi e a Fercal, no caso do Lago Oeste).

Seguindo os compartimentos do cotidiano definidos por Lefebvre (1978, 1991a)⁶⁵, adicionando a perspectiva dos deslocamentos, faremos alguns apontamentos, em cada grupo, sobre como a sua vida cotidiana pode estabelecer uma conexão ou relação necessária entre os subúrbios (Zonas Híbridas) e suas respectivas Zonas Homogêneas, conforme a metodologia de Costa (2011). Destarte, assumimos que a microescala do cotidiano pode permitir o vislumbramento de especificidades das vidas individuais que possuem o potencial de constituir-se em importantes vias de acesso a escalas mais amplas da realidade sócioespacial (LEFEBVRE, 1978, p. 88). A questão das morfologias suburbanas do tecido urbano de Brasília será, portanto, compreendida considerando o que Lefebvre (1978) definiu como “ordem próxima” ou, em outras palavras, a partir fragmentos do cotidiano dos moradores do Lago Oeste e da Vargem Bonita. Respeitamos assim aquilo que Costa (2011) afirma sobre a hibridez do tecido urbano, a qual se revela a partir de escalas menores de análise – a escala dos bairros –, cuja compreensão em conjunto pode permitir um entendimento da dinâmica urbana, em nosso caso, da dinâmica do território dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita. Para tanto, nos atentaremos às seguintes dimensões da vida cotidiana dos habitantes locais: *trabalho, ócio (ou lazer), relações interpessoais, consumo e deslocamentos*.

⁶⁵ Dadas as possibilidades de abertura da categoria do cotidiano, Lefebvre (1991a, 1978) aponta três de seus compartimentos mais representativos: a vida no trabalho, a vida familiar e o ócio. Optamos, ainda por analisar as categorias do consumo (demanda por serviços e abastecimento), as relações interpessoais além do âmbito familiar (amigos e vizinhos) e ainda a dimensão dos deslocamentos.

Cabe reiterar que assumimos como fundamento a visão de José de Souza Martins sobre os subúrbios, como já citamos anteriormente. O autor reconhece que a cidade e seus subúrbios constituem uma espacialidade única a partir da *escala do morador*, aquele que de fato vive e sobrevive na cidade mas cujas relações com o campo agrícola, agrário e estético-simbólico não se perdem, pois seu cotidiano também se passa nos subúrbios (MARTINS, 1992, p. 8). De maneira mais proeminente no caso da Vargem Bonita, a perspectiva funcional-econômica dos subúrbios em relação à cidade, inicialmente trazida por Martins e que os compreende como “[...] o componente rural do urbano, nele integrado por uma economia [agrícola] de ciclo curto e dependente do comprador urbano” (MARTINS, 1992, p. 8), reitera o caráter suburbano desse Núcleo. No que concerne ao Lago Oeste, por sua vez, observamos um quadro suburbano marcado pela apropriação urbana do território, cujos usos e ocupações tendem a se circunscrever à dimensão residencial, constituindo uma extensão funcional da cidade caracterizada pela valorização dos atributos estético- simbólicos do campo associados a um movimento populacional ora autossegregatório, ora segregatório, como vimos. Nesse caso, a dimensão agrícola do campo subsiste como reminiscência, enquanto na Vargem Bonita ainda é predominante.

Seja como for, para além da perspectiva funcional-econômica, a qual marcou o processo inicial de constituição do campo no Distrito Federal, acreditamos que a unidade dos subúrbios e as áreas centrais, dentro do tecido urbano de Brasília, pode encontrar alguma cimentação a partir do cotidiano daqueles que vivem nos Núcleos Rurais, cujas atuais formas de apropriação muito os distanciam de sua concepção original, fundamentadas no Sistema de Abastecimento de Brasília (ALBUQUERQUE, 1958). Seguimos, então, com a análise de fragmentos do cotidiano dos habitantes do Lago Oeste e da Vargem Bonita.

Reiteramos, entretanto, que, no âmbito deste trabalho, a dimensão do cotidiano emerge como uma *perspectiva analítica complementar* acerca da dinâmica territorial dos subúrbios de Brasília e sua inserção no contexto do tecido urbano da Capital. Objetivamos, nesse momento, apenas uma visualização panorâmica de elementos cotidianos locais, os quais entendemos como reverberações sociais de movimentos de transformação nos Núcleos Rurais do DF que ocorrem a partir da expansão dos usos urbanos do território sobre áreas originalmente agrícolas.

4.2. FRAGMENTOS DO COTIDIANO DOS HABITANTES DO LAGO OESTE

“Sou psicóloga, tenho consultório no centro, e meu marido é funcionário público, também trabalha no centro. Tem dez anos que moramos aqui e gostamos bastante. Na época aqui era mais barato o terreno e resolvemos arriscar. [...] No começo eu quis me mudar, tudo era muito longe. Se faltava qualquer coisa aqui era um horror, mas com o tempo fomos nos acostumando, comprando as coisas em maior quantidade.” (Entrevistada 1 – Moradora do Lago Oeste. Abril de 2014)

A maior parcela dos *moradores* do Lago Oeste, cerca de 70% dos que tivemos contato, afirmou desempenhar suas atividades laborais em alguma das áreas centrais de Brasília – seja como profissionais liberais, funcionários públicos ou comerciantes. O restante desses são aposentados – que trabalhavam na cidade, desocupados ou mesmo proprietários de casas comerciais na Agrovila local. No que concerne às profissões liberais em geral, com exigência de maior nível de instrução acadêmica, não há significativa oferta de postos de trabalho permanentes no Lago Oeste. Destaca-se, nesse quadro, o Centro de Ensino Fundamental Carlos Mota, com quadro de 20 professores (em 2014), dos quais apenas 2 afirmaram morar no Lago Oeste em função de seu trabalho. O comércio da Agrovila oferece, conforme estimativa nossa, cerca de 35 postos de trabalho, preenchidos, em sua maioria, por moradores da Vila Basevi, Fercal e ainda por familiares de empregados rurais ou domésticos que moram no Lago Oeste.

Lembramos, nesse ponto, sobre o que afirma Sposito (2013) sobre a principal característica das áreas centrais (cidades), que é a *concentração*, fator que se mostra propício ao desenvolvimento de atividades que requerem encontro e proximidade, especialização e complementariedade de funções, demandas essas concernentes à maioria das atividades liberais desempenhadas pelos *moradores* do Lago Oeste. Destarte, sua vinculação à sua Zona Homogênea (ZOHIFA) e adjacências – o Plano Piloto e o Colorado, respectivamente – é reiterada pelas características de suas ocupações, as quais tendem a não se realizar nas zonas de expansão urbana de Brasília, carentes ou ausentes de uma distribuição proporcional de equipamentos públicos e de empregos, tendo em vista que foram concebidas apenas para solucionar o problema da moradia, como apontam Gonzales (2010) e Paviani (1985, 2010).



Figura 38: o Centro de Ensino Professor Carlos Mota, principal estabelecimento empregador de mão de obra qualificada no Lago Oeste. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Sobre outras atividades econômicas terciárias que identificamos no Lago Oeste, como o ecoturismo, o agroturismo, a hospedagem rural e a realização de eventos, nos foi afirmado pelos *moradores* e *produtores rurais* que oferecem esses serviços que eles representam apenas uma complementação esporádica ou ocasional da renda familiar. Em uma das chácaras que fomos recebidos, que contava com uma grande área de lazer, alguns quartos para hospedagem e acesso a trilhas ecológicas na vertente da Chapada da Contagem, afirmaram-nos os ocupantes que não retiravam dessa atividade uma renda regular, fato que não os dispensava de seus empregos no Plano Piloto – sua Zona Homogênea Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território (ZOHOFA)⁶⁶. Observamos, assim, que para o grupo dos *moradores* as relações laborais com as áreas centrais de Brasília mostram-se necessárias e indispensáveis, tendo em vista a praticamente inexistência de postos de trabalho permanentes no Lago Oeste relativos à sua qualificação profissional e expectativa de renda.

⁶⁶ COSTA, 2011.



Figura 39: entrada da Chácara Vista Linda, cuja estrutura de lazer aufer, aos seus proprietários, uma renda extra que não os dispensa de suas atividades laborais no Plano Piloto. Fonte: acervo do autor (Março/2014).



Figura 40: na entrada das ruas, placas anunciam serviços de lazer e turismo oferecidos por algumas chácaras no Lago Oeste. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Da mesma forma, todos os *moradores* com os quais tivemos contato ao longo do trabalho alegaram que, no que concerne aos momentos dedicados ao ócio e aos lazeres, buscam o Plano Piloto (ZOHOFA) quando isso requer o uso de equipamentos públicos como parques, cinemas, restaurantes, teatros, museus e casas de shows, por exemplo, dada a inexistência desses no Lago Oeste. Nesse contexto, o comércio da região do “Grande Colorado”, situado ao longo da DF-003 (Estrada Parque de Indústrias e Abastecimento – EPIA) e a Asa Norte assumem certa centralidade na vida dos *moradores* locais, por conterem esses equipamentos e ofertarem serviços relacionados ao lazer. Contudo, não se reduzem os momentos do ócio e dos lazeres desse grupo à necessidade de buscar equipamentos públicos para tal – ainda que essa vertente seja predominante. As atividades realizadas no lar, como o plantio de pequenas hortas domésticas, a criação de animais por *hobbie*, os cuidados com o jardim, a contemplação da natureza e demais atividades externas possibilitadas pela extensão e pela localização dos terrenos do Lago Oeste também foram apontadas como elementos importantes de seu cotidiano pelos *moradores* locais, sendo, para cerca de 60% desses, um dos motivos que os fizeram fixar residências nesse Núcleo.

Nesse aspecto, recordamos, a partir de Moura (2010), que dentre os valores almejados por aqueles que optam por habitar nos subúrbios de Brasília destacam-se a casa com quintal, a tranquilidade, a segurança e a liberdade infantil, conveniências essas que constituem-se em justificativas estéticas ou psicológicas que comumente ocultam um dos mais importantes motivos que impulsionaram essas famílias a habitarem o Lago Oeste: a impossibilidade de adquirir um imóvel no Plano Piloto ou em bairros a ele imediatos, onde poderiam vivenciar os mesmos valores – mas pagando um preço bem mais alto por isso. Sobre essa questão, Moura (2010) também já observou que as ocupações irregulares do tipo “condomínio” que começaram a surgir nos arrabaldes de Brasília a partir da década de 1970, com o parcelamento clandestino de terras rurais, possuíam – e possuem – como principal motor a seletividade do território urbano, a qual segrega os mais pobres e, dentre as classes médias, segmenta espacialmente seus extratos de acordo com as distintas possibilidades que as famílias possuem de adquirir imóveis (FERREIRA, 1985; GONZALES, 1985; MOURA, 2010; MEDEIROS e CAMPOS, 2010).

“Por aqui não tem muito o que fazer não, quando queremos sair, ir ao cinema, jantar ou coisa do tipo, descemos para a Asa Norte ou vamos ali para o Colorado, é aqui pertinho. Aqui é um lugar muito tranquilo, mas coisa para fazer só em casa mesmo e olhe lá”. (Entrevistado 3 – Morador do Lago Oeste. Julho de 2015).

“Nós morávamos em um apartamento alugado na Asa Sul, estávamos juntando um dinheiro para comprar nosso imóvel próprio. Quando chegou nosso segundo filho, pensamos e ir para um lugar maior, para as crianças terem espaço para correr e brincar. Quando conhecemos o Lago Oeste encontramos o que queríamos: cabia no nosso bolso e ainda era um lugar bem amplo, tranquilo e com terrenos grandes. [...] A gente vai bastante para o centro para ir ao cinema, essas coisas. Mas fazemos muitas coisas aqui com os meninos também, adoramos ficar com eles no quintal, mexendo com as plantas e com os bichos.” (Entrevistada 4 – Moradora do Lago Oeste. Julho de 2015.)

No que concerne às relações interpessoais, estabelecidas entre familiares, amigos e vizinhos, observamos, no caso dos *moradores*, que devido ao fato da maioria deles – cerca de 90% dos entrevistados – serem recentemente egressos das áreas centrais da cidade e ainda por seu cotidiano do trabalho e dos lazeres ter uma estreita vinculação com o centro, circunscreve-se também a dimensão de suas relações interpessoais à ZOHOFA. Ao indagarmos os indivíduos desse grupo sobre: “Onde moram seus amigos e familiares e onde você costuma encontrá-los com maior frequência?”, cerca de 80% nos respondeu que esses encontros realizavam-se quase sempre na casa de outros ou nas áreas centrais e, ainda, que não tinham amigos ou familiares no Lago Oeste.

Conforme pudemos constatar, a noção de vizinhança é algo que, para 80% dos *moradores* entrevistados, é frágil ou mesmo não existe no Lago Oeste, tendo em vista que, vinculando a maior parte de seu cotidiano ao centro e tendo sua residência apenas como um *locus* dormitório, como encontrar com vizinhos e tecer relações de amizade com eles? Pouco se anda à pé no Lago Oeste, poucos são os pontos de encontro locais e, ainda, poucas são as oportunidades de encontrar pessoas com quem conversar no local, dada a distância e o isolamento entre as casas. Essas são as alegações mais comuns, dadas pelos moradores, quando os indagamos sobre suas relações de vizinhança. Destarte, observamos que, para o grupo dos moradores, suas relações interpessoais no Lago Oeste tendem a reduzir-se à escala de sua família imediata, ou seja, àqueles que habitam o mesmo lar.

“Meus amigos e família não vêm muito aqui em casa, o pessoal acha longe e meio difícil de chegar. À noite, sem chance, ninguém quer sair daqui no escuro, ainda mais com a bandidagem solta por aí. Ano passado acho que reuni a família aqui em casa no máximo umas duas vezes, já na casa da minha mãe, no Sudoeste, é todo fim de semana.” (Entrevistada 4 – Moradora do Lago Oeste. Julho de 2015)

“Não conheço muito meus vizinhos não, e isso é porque moro aqui há uns 10 anos. Sei quem mora em cada casa aqui ao redor, nos cumprimentamos quanto topamos de carro e é só isso. O único vizinho com quem tenho mais contato é o Sr. M., porque ele faz cerca comigo e já me quebrou uns galhos aqui em casa. Mesmo assim, deve ter mais de 6 meses que não paro para conversar com ele direito.” (Entrevistada 1 – Moradora do Lago Oeste. Abril de 2014)



Figura 41: a disposição e o estado das ruas no Lago Oeste, assim como a distância da maioria das chácaras à agrovila, desfavorece os deslocamentos a pé, inibindo o contato pessoal entre seus moradores. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

A demanda por bens de consumo e por serviços em geral – todos esses relacionados ao abastecimento do lar, às necessidades pessoais, à educação, à saúde e ao lazer, sobretudo – constituem-se em elementos do cotidiano que

perpassam a necessidade de realizar o consumo, dimensão essa que caracteriza as sociedades contemporâneas, nas quais os valores de troca tendem a se sobrepor sobre os valores de uso, como afirma Lefebvre (1991a, 1991b). Em outras palavras, estabelece-se então, entre os indivíduos e o meio em que vivem, o consumo como intermediário indispensável.

Considerando essa visão, aos *moradores* do Lago Oeste a dimensão do consumo reforça, de maneira imperante, seu vínculo cotidiano à ZOHOFA, como destaque para o Plano Piloto e adjacência, como o Grande Colorado. Dada a ausência de equipamentos de consumo de grande porte no Núcleo, como supermercados e *shopping centers* e ainda de grandes equipamentos de prestação de serviços, como escolas e hospitais (particulares), por exemplo, há uma corrente e indispensável necessidade de buscá-los no centro, especialmente na Asa Norte e no Colorado, como nos foi relatado. Contrapondo-se ao que pressupúnhamos inicialmente, o comércio da Agrovila é considerado pelos *moradores* que entrevistamos como incipiente, não atendendo plenamente suas demandas por abastecimento, tanto pela oferta de produtos quanto pelos preços praticados – mais elevados do que nos supermercados de grande porte. Em concomitância, os serviços oferecidos no Lago Oeste são também tidos como insuficientes, o que redundava na necessidade de buscá-los em locais de maior concentração. Nesse contexto, o crescimento do comércio ao longo da DF-003 nos últimos anos tem reduzido significativamente a necessidade dos moradores de sair de casa exclusivamente para consumir os produtos e serviços ofertados no Plano Piloto, podendo realizá-lo mais próximo à sua casa – ainda que o carro não seja dispensável.

“Eu mesmo só moro aqui, nesses 8 anos que estou aqui conto nos dedos de uma mão as vezes em que fui no comércio local. É tudo muito caro lá, prefiro comprar as coisas ali no Colorado ou no centro. Também faço o que preciso lá, se preciso de qualquer coisa. Aqui é só para morar mesmo.” (Entrevistado 3 – Morador do Lago Oeste. Julho de 2015).

A partir desses fragmentos dos cotidianos dos *moradores* do Lago Oeste, observamos que, dado o relativo distanciamento do Núcleo à sua correspondente ZOHOFA (Plano Piloto e adjacências), associado à carência de postos de trabalho com maior nível de exigência profissional e melhor remuneração e também à

carência ou ausência de equipamentos públicos de lazer e consumo, os deslocamentos emergem como uma necessidade primordial, articulando os espaços cotidianos fragmentados dos moradores: os locais de trabalho, consumo e lazer ao local de moradia. Essa demanda de transitar entre seus lugares fragmentados os obriga a consumir a mercadoria “veículo particular”, tendo em vista a péssima qualidade dos serviços públicos de transporte.

“Devo ficar pelo menos umas duas horas por dia ao volante, indo de um lado para o outro. Da casa para o trabalho, do trabalho à escola das crianças, da escola para o supermercado, do supermercado para casa. Isso em um dia normal, quando dá algum problema na EPIA, já era. Teve um dia que um caminhão capotou ali na descida que simplesmente fiquei 4 horas no engarrafamento...” (Entrevistada 4 – Moradora do Lago Oeste. Julho de 2015).

Por sua maior vinculação às Zonas Homogêneas, insere o grupo dos *moradores* do Lago Oeste na lógica do “habitat”, a qual discutimos anteriormente a partir de Lefebvre (1991a). Dadas a lógicas do mercado imobiliário, do Estado e da necessidade⁶⁷, associadas à demanda pela aquisição de imóveis residenciais, sujeitam-se os indivíduos à uma condição em que seus espaços cotidianos fragmentam-se de modo articulado⁶⁸; separam-se o local de moradia dos demais locais de vivência, situados na área central. Perde-se o sentido de habitar a cidade em função da seletividade espacial que produz, no caso de Brasília, um tecido urbano fragmentado em múltiplos núcleos de urbanização, morfologia que Paviani (1985) denomina de “polinucleamento”. Destarte, entendemos que esses “habitats” suburbanos que configuram-se no Lago Oeste a partir da cooptação de suas terras agrícolas pelo mercado urbano, redundando na formação de uma Zona Híbrida Favorecedora da Fragmentação Articulada do Território (ZOHIFA) cuja reverberação direta sobre os habitantes locais é a fragmentação do seu cotidiano, o qual se articula pela necessidade de realizar grandes deslocamentos em veículos individuais.

Tratando sobre os *produtores rurais* do Lago Oeste, observamos algumas nuances em relação à esfera do trabalho. De modo mais residual, constatamos a existência de algumas roças de subsistência e de produção de pequenos excedentes para comercialização, onde reside um campo eminentemente agrário,

⁶⁷ MEDEIROS e CAMPOS, 2011

⁶⁸ COSTA, 2011.

pautado na agricultura familiar e nos baixos níveis de tecnificação e capitalização da produção. Circunscreve-se o cotidiano do trabalho desses agricultores à escala local, trabalhando à terra, comercializando seus excedentes nas mercearias do Lago Oeste e ainda desempenhando alguns trabalhos esporádicos (“bicos”) nas chácaras locais. Dado o avanço da regularização fundiária no Lago Oeste e a consequente especulação imobiliária das terras locais, há uma tendência ao desaparecimento dessa ruralidade. Coincidentemente, são nas áreas menos valorizadas desse Núcleo, a ZHA e a ZHP, conforme nossa classificação, que concentram-se a maioria desses pequenos produtores. Alguns deles, inclusive, possuem suas glebas situadas em áreas ainda não demarcadas ou sequer desapropriadas das Fazendas Brocotó (ou Sítio do Mato) e Buraco. Apesar de terem sua permanência ameaçada, a irregularidade de sua situação fundiária, que dificulta a incorporação de suas terras pelo mercado imobiliário, pode atuar como um favorecedor à permanência desses agricultores por um período maior de tempo no Lago Oeste, tendo em vista que ainda há, nesse Núcleo Rural, estoques de terras em processo mais avançado de regularização.

“A gente trabalha e tem o nosso sustento, a família toda ajuda um pouco. A gente planta aqui na chácara e faz bico na dos outros também para ganhar uns trocados a mais. Quando a gente colhe vendemos também nas mercearias daqui. Não dá muito não, mas a gente vive.” (Entrevistado 2 – Agricultor do Lago Oeste. Julho de 2015)



Figura 42: às margens da DF-001, um adolescente, filho de um pequeno produtor de subsistência, vende mexericas produzidas como excedente na chácara da família. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Por outro lado, há também produções hortifrutigranjeiras⁶⁹ dispersas por todo o Lago Oeste, nas quais os *produtores rurais* assumem a dupla função de agricultor e patrão, trabalhando à terra e empregando, em média, mais dois ou três trabalhadores em sua chácara. Nesses casos, o trabalho agrícola assume função de abastecimento alimentar em relação à cidade, tendo em vista que a destinação da produção é o mercado urbano. Observamos no Núcleo produções diversas, compreendendo desde vegetais folhosos e frutas até a criação de aves e ovinos. Encontramos também algumas produções agrícolas especializadas, como a chácara “Mata Virgem”, produtora de mudas nativas do Cerrado comercializadas em todo o Distrito Federal, e o “Orquidário Colorado”, chácara produtora de orquídeas ornamentais comercializadas na CEASA em loja própria, com toda a cadeia de

⁶⁹ Em amostra que selecionamos aleatoriamente em campo, que compreendeu 60 chácaras, observamos que cerca de 20% dessas mantinham, ou pareciam manter, produções hortifrutigranjeiras. Notamos, contudo, que há uma maior concentração de chácaras agrícolas entre as ruas 19 e 24. Não encontramos dados oficiais sobre a real quantidade de chácaras produtivas remanescentes no Lago Oeste.

produção e distribuição gerenciada pela família proprietária. Algumas pequenas agroindústrias sediam-se também no Lago Oeste, dentre as quais destacamos a “Cornucópia”, voltada a produção e processamento de pimentas para a fabricação de molhos, geleias e conservas comercializados em supermercados de Brasília. Independente do caso, observamos que essas produções especializadas, por uma característica ou outra, ao agregarem maior valor aos produtos finais, tendem a possibilitar aos *produtores rurais* níveis de renda mais satisfatórios aos seus anseios, comumente desvinculando-os de suas antigas ocupações na Zona Homogênea (ZOHIFA).

Há ainda os antigos agricultores que deixaram de trabalhar à terra⁷⁰ e passaram a obter renda a partir das pequenas mercearias e bares que encontramos no Lago Oeste. Nesses casos, nos foi relatado que a inconstância da agricultura, associada a uma demanda local por casas comerciais e pontos de encontro, motivou-os a “mudar de negócio”, ainda que o faturamento desses estabelecimentos não represente, nos casos que tivemos contato, um real incremento financeiro de seus donos. Destarte, ao alterar o uso do solo e, conseqüentemente, o meio de obtenção de suas rendas, esses antigos agricultores passaram a atribuir à terra um caráter urbano, concebendo-a como suporte à uma atividade laboral que não a tem como meio à produção.

Sobre o cotidiano do ócio e lazeres dos *produtores rurais*, observamos distintas relações com o meio em que vivem, o que varia em dependência ao seu nível de renda e forma de trabalho. Sendo assim, grupo dos produtores com maior nível de renda, tende a realizar seus momentos de ócio e lazer de maneira similar ao grupo dos *moradores*, ou seja, buscando lazeres urbanos, os quais mostram-se mais dependentes de equipamentos públicos para sua realização. Deslocam-se, portanto, às áreas centrais com maior frequência para esses propósitos, sem deixar de realizar, também, seus lazeres em casa. Identificam-se, portanto, os sensos estéticos e os hábitos de consumo e lazer desses dois grupos com o dos habitantes do Plano Piloto, ainda que o seu cotidiano tenda a se circunscrever, por significativa parcela de tempo ao Lago Oeste.

Por sua vez, os *produtores rurais* de baixa renda tendem a circunscrever seu cotidiano do ócio e dos lazeres à escala local, assim como o fazem os *empregados*

⁷⁰ Dois de nossos entrevistados enquadram-se nessa categoria, sendo considerados como “moradores” por não desempenharem atividades agrícolas no presente.

rurais e domésticos. Ganham importância, para esses grupos, os pontos de encontro locais, como os pequenos bares e mercearias fora da Agrovila, nos quais, ao final dos dias, os trabalhadores reúnem-se para beber, comer, jogar, ouvir música e prostrar. Aos fins de semana, alguns desses afirmaram se deslocar para a Vila Basevi, Fercal e até mesmo ao Varião, “para variar um pouco”, como nos foi dito.

“Vai dando, 5-6 horas da tarde os ‘cabras’ vão chegando aqui no bar pra conversar e jogar um truço. Tem uns que bebem demais e mesmo assim acordam de madrugada para cair na roça logo cedo. E é assim todo dia, o ‘cabra’ passa o dia trabalhando pra ganhar o dinheiro, chega mais tarde vem pra cá gastar. Mas é a vida, né?” (Entrevistado 5 – Dono de Mercearia no Lago Oeste. Julho de 2015.)



Figura 43: um dos bares-mercearia onde, ao fim do dia, produtores e trabalhadores rurais se encontram. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

Nessa dimensão, entre os *produtores rurais* e também entre os *empregados rurais e domésticos*, observamos maiores graus de sociabilidade construídos na escala do Lago Oeste, com a formação de maiores vínculos de amizade e

vizinhança entre seus membros. Independente do nível de renda dos produtores, esses tem a Agrovila como um ponto de encontro em virtude de sua demanda por insumos agrícolas. Há ainda entre eles a perspectiva da cooperatividade, pois cerca de 60% dos produtores entrevistados afirmaram trocar conhecimentos e ajudar, quando necessário, outro produtor, comumente emprestando insumos e equipamentos em falta ou ainda associando-se para a compra desses elementos para obter melhores preços em maiores quantidades. Essas relações de cooperatividade pareceram-nos se superpor à questão das diferenças nas rendas pessoais. Notamos, apesar disso, que os *produtores rurais* com maior nível de renda, por desempenharem um trabalho cuja função é o abastecimento urbano, possuem maior amplitude de relações interpessoais, tendo maior vinculação, nesse quesito, às áreas centrais, o não ocorre no caso dos *produtores rurais* de baixa renda.

A atividade comum de trabalhar à terra – e dela viver – representa, então, um importante elemento para a criação de vínculos interpessoais entre *produtores e empregados rurais*, ainda que hajam distinções concernentes ao seu *status* social relativo ao seus níveis de renda e relação “proprietária” com a terra. O próprio fato de serem as culturas desenvolvidas no Lago Oeste de pequeno porte, aproximam o patrão e de seus empregados, tendo em vista que, em todos os casos que analisamos, era também o patrão parte da força de trabalho. Os empregados domésticos aproximam-se desses grupos por, comumente, serem familiares dos empregados rurais. Quando não o são, as relações podem ser de menor pessoalidade.

Salientamos, ainda, que a Capela São José Operário, a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Imigrantes e os bares e mercearias da Agrovila e do Núcleo constituem-se em pontos de encontro local que, em diferentes escalas e em observância às distinções de classe que já apontamos, realizam a convergência dos habitantes do Lago Oeste, possibilitando a reunião e os encontros – estruturas essas que são melhor “aproveitadas” para essa finalidade por aqueles que possuem menor vinculação cotidiana com as áreas centrais de Brasília.



Figura 44: uma das mercearias locais do Lago Oeste, onde os habitantes compram produtos de primeira necessidade e, ocasionalmente, estabelecem relações interpessoais. Fonte: acervo do autor (Março/2014).



Figura 45: Igreja Nossa Senhora Mãe dos Imigrantes, um dos principais pontos de encontro entre os habitantes do Lago Oeste. Fonte: acervo do autor (Março/2014).

“Pra nós a coisa aqui é meio difícil. Tem o comércio aqui, mas as coisas são mais caras. Mas caro mesmo e difícil é pegar um ônibus e sair batendo cabeça pra comprar as coisas lá no centro, é melhor gastar aqui mesmo. [...] Se a gente precisa de médico, tem que ir lá no Sobradinho, aí só Deus sabe quando é que a gente volta pra casa” (Entrevistado 6 – Trabalhador Rural do Lago Oeste. Julho de 2015.)

Assim como no caso dos *moradores*, os produtores rurais e os empregados rurais e domésticos do Lago Oeste afirmam que o comércio local e os serviços públicos de saúde e educação não atendem de forma satisfatória às suas necessidades; tal afirmativa se estende, inclusive, àqueles que moram na Vila Basevi e na Fercal e que trabalham no Lago Oeste. O comércio do Colorado é comumente tido como uma alternativa mais próxima, ainda que não dispense a necessidade de deslocar-se por meio de automóveis – dada a distância de pelo menos cinco quilômetros do início do Núcleo até o comércio mais próximo do Colorado. Os produtores rurais de melhor poder aquisitivo nesse quesito tem hábitos similares aos dos moradores, tendo em vista sua possibilidade de realizar deslocamentos e pelo seu maior poder de consumo. Já os *produtores rurais de baixa renda*, assim como os *empregados rurais e domésticos* do Lago Oeste, pelas dificuldades que possuem em se deslocar por não terem veículo próprio, têm sua dinâmica cotidiana de consumo e trabalho baseada no comércio e nos serviços oferecidos no próprio Lago Oeste. Alguns afirmaram que, ocasionalmente, fazem compras no Colorado, na Vila Basevi ou até mesmo na Fercal.

Seja como for, a distância aos grandes equipamentos comerciais dos centros, reiterada pelas dificuldades inerentes ao transporte público local, limita as possibilidades de consumo desse grupo de habitantes, ainda mais considerando seus baixos rendimentos. Consomem, portanto, nas mercearias locais mercadorias mais caras e, comumente, de qualidade mais baixa, o que corrói ainda mais o seu já baixo poder de compra. Sobre os serviços que demandam, contam apenas com Centro de Ensino Fundamental Carlos Mota, para educação. Se necessitam de atendimento médico, deslocam-se até Sobradinho ou à Asa Norte pois, apesar de o Lago Oeste ser um Núcleo Rural, não conta com posto de saúde.

Por último, cabe-nos discorrer brevemente sobre o cotidiano do trabalho dos empregados rurais e domésticos do Lago Oeste. Conforme pudemos constatar, quase todos os empregados rurais desempenham suas atividades de forma regular, com carteira de trabalho assinada; contudo, suas jornadas de trabalho são

exaustivas e comumente extrapolam as oito horas diárias, chegando, na maioria dos casos a dez ou doze horas de trabalho direto sem que recebam acréscimo proporcional de horas extras, como nos foi dito. Na verdade, muitos sequer tem noções precisas acerca de seus direitos trabalhistas. Pelos baixos salários pagos, muitos trabalhadores fazem “bicos” na região para incrementarem suas rendas.

“A gente entra no trabalho cedo, lá para as cinco da manhã para carregar os caminhões que vão para a cidade. Tem um pessoal aqui que levanta é às quatro [...]. Depois disso é cuidar da roça até cinco, seis horas da tarde, depende do dia. [...] Quem sabe fazer outra coisa, às vezes aparece um servicinho de eletricista, de cortar grama [...] e aí a gente vai ganhando a vida.” (Entrevistado 7 – Trabalhador Rural do Lago Oeste. Julho de 2015)

Concomitantemente, as esposas dos trabalhadores costumam trabalhar como domésticas nas residências dos *moradores* e *produtores* locais, ocupação também de baixa remuneração e de rotina exaustiva mas, como afirmam, é menos penoso do que trabalhar à terra, ainda mais pela rotina de trabalho menos duradoura. Entretanto, a maioria das domésticas trabalham em condição irregular, sem carteira assinada, como diaristas. Muitas afirmam que, com o aumento recente dos direitos e encargos trabalhistas de sua ocupação, os patrões começaram a dispensá-las do emprego, mas mantendo com elas vínculos de trabalho esporádico, pagando-as pelo dia de trabalho. Algumas afirmam que ganham até mais dessa forma, mas perdem por não receberem férias e 13º salário.

“Antes eu ganhava uns novecentos reais por mês e trabalhava de segunda à sexta. Hoje eu tiro uns mil, mil e duzentos com as diárias. Aqui tem casa que paga até cem reais pela diária, nem é ruim. Mas também não tem mais os benefícios, né? Décimo terceiro, as férias [...] No final das contas, acho que a gente fica na mesma [risos].” (Entrevistada 8 – Trabalhadora doméstica do Lago Oeste. Julho de 2015)

Muitas dessas famílias de trabalhadores habitam as próprias chácaras de *moradores* e *produtores*, nas “casas de caseiro” que, se não possuem as melhores condições de habitabilidade pelo menos não são passíveis de cobrança de aluguel. Alguns de nossos entrevistados afirmaram que, inclusive, priorizam os empregos que oferecem a casa para a família, pois ficam assim aliviados do peso do aluguel de casebres ainda mais precários na Fercal e na Vila Basevi.

Ademais, tende o cotidiano dos produtores rurais de subsistência e dos empregados rurais e domésticos a se circunscrever à escala local, dado que a necessidade não atendida de realizar deslocamentos impõe-se como uma limitação. A dificuldade que têm em deslocar-se surge por não terem possuírem veículos particulares, por estarem sujeitos a caminhar por longos trajetos e ainda por terem que aguardar o ônibus que só passa 3 vezes por dia no Lago Oeste. Para esse grupo de habitantes, a fragmentação do cotidiano não é uma realidade plena, tendo em vista que organizam sua vida conforme as possibilidades de trabalho, lazer e consumo encontradas no próprio Lago Oeste, na Vila Basevi e na Fercal, localidades mais próximas. Suas relações interpessoais tendem a se circunscrever, por isso, à escala local. Para esses, os deslocamentos convertem-se, portanto, em uma necessidade esporádica, uma eventualidade que talvez os permitam viver uma vida um pouco menos condicionada ao consumo e à compartimentação do cotidiano e seus lugares.

4.3. FRAGMENTOS DO COTIDIANO DOS HABITANTES DA VARGEM BONITA

“Herdei essa chácara dos meus pais, que vieram para cá na década de 1960, eu ainda era pequeno. Tem quase 50 anos que estamos aqui. [...] Hoje em dia eu toco essa chácara com mais três peões me ajudando. Planto, colho e vendo tudo na pedra da CEASA. [...] Nenhum dos meus filhos quis saber disso aqui, nem eu queria que eles mexessem com isso, é muita labuta pra pouco dinheiro. Minha mulher também não quer saber disso, ela é enfermeira.” (Entrevistado 7 – Produtor Rural da Vargem Bonita. Abril de 2014).

O cotidiano do trabalho da maioria dos habitantes da Vargem Bonita restringe-se, territorialmente falando, ao próprio Núcleo, no caso dos *produtores e empregados rurais*, e ao Park Way e ao Núcleo Bandeirante, no caso dos *empregados domésticos*. Uma das principais características dessa dimensão da vida cotidiana na Vargem Bonita é a *pluriatividade familiar*, processo que consiste na combinação de múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem à mesma família, o que ocorre quando os membros de famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas, estratégia essa que resulta de decisões individuais ou familiares de acordo com suas demandas e o contexto social e econômico em que

vivem (SCHNEIDER, 2005, p. 26). Dos *produtores e empregados rurais* entrevistados, cerca de 80% incluíam-se na dinâmica da pluriatividade familiar, sob a alegação de que a rentabilidade da agricultura é demasiadamente baixa, considerando que os custos de investimento na produção não são acompanhados por um real incremento no valor dos produtos finais, o que tende a reduzir o poder de consumo dessas famílias. A pluriatividade familiar emerge então, tanto entre produtores quanto entre os empregados rurais, como uma estratégia de elevar e diversificar as fontes de renda da família, assim como de garantir sua segurança financeira, tendo em vista as sazonalidades e inconstâncias inerentes à agricultura, tal como aponta Schneider (2005, p. 32). Dada essa dimensão do trabalho, edifica-se um quadro em que o sentido eminente produtivo da terra, como um fator de produção agrícola, tende a se dissolver à medida que cresce o seu uso residencial por sujeitos ligados à ocupações urbanas (SCHNEIDER, 2005, p. 33). Reitera-se, portanto, o sentido da terra como um patrimônio a partir do momento em que vários *produtores rurais*, vislumbrando a demanda habitacional local, pressionam o governo pela regularização fundiária, talvez almejando converter, definitivamente, suas chácaras em assentamentos urbanos, como já relatamos anteriormente.

Entre as famílias dos *produtores rurais* com melhor nível de renda, a pluriatividade, que quase sempre tem suas esposas ou filhos como protagonistas, circunscreve-se a ocupações com maiores níveis de renda, seja como profissionais liberais ou seja no comércio. Por outro lado, observamos que, entre as famílias dos *empregados rurais*, a pluriatividade tende a envolver atividades com menor qualificação técnica e, conseqüentemente, baixos níveis de renda. A crescente demanda por empregados domésticos, principalmente no Park Way mas também no Núcleo Bandeirante, abriu postos de trabalho que, pela proximidade e pela disponibilidade de mão-de-obra, modificou as fontes de renda das famílias dos *empregados rurais* da Vargem Bonita. Atualmente, não é incomum encontrar nesse Núcleo famílias que, apesar de habitarem uma área rural-agrícola, não possuem qualquer vínculo laboral-produtivo com a terra, tornando-se apenas *moradores*.

“Meu pai veio para cá lá pelos anos 70, mais ou menos. Arrendou uma chácara do governo e trabalhou nela até quase morrer. Eu ajudei ele por um tempo, mas resolvi abrir uma oficina aqui no quintal de casa. Depois que meu pai morreu, arrendei a chácara para outra pessoa e continuei aqui na oficina. Até pouco tempo meus filhos moravam aqui comigo, depois que eles casaram foram tudo embora. Mas nenhum deles quis tocar nem a

O crescimento das atividades comerciais e do setor de prestação de serviços na Vargem Bonita são também fatores que tem, na última década, desvinculando indivíduos do trabalho à terra, originando famílias pluriativas e também famílias “urbanas”, do ponto de vista do trabalho e da obtenção de renda. O adensamento populacional do Park Way, intensificado a partir dos anos 2000, gerou não apenas uma demanda por mão-de-obra doméstica, mas também uma demanda por comércio de produtos de primeira necessidade e ainda por serviços especializados. Esse fato provocou a expansão do comércio na Vargem Bonita, tendo em vista as restrições a esse uso no Park Way. Assim, aumentou-se a oferta de postos de trabalhos não-agrícolas no Núcleo, quase sempre mal remunerados.

Diferentemente do que encontramos no Lago Oeste, observamos na Vargem Bonita a perspectiva de formação de um bairro⁷¹, com aspectos de vizinhança. A pequena extensão territorial do Núcleo, associada à sua pequena população que, direta ou indiretamente, possui relações com atividade agricultora local e ainda à centralidade desempenhada pelos pontos de encontro locais (as casas comerciais, os bares e a escola), são fatores que corroboram para que haja convergência entre os habitantes locais. Conforme nos foi relatado, parte expressiva da população da Vargem Bonita encontra-se ali fixada há décadas, o que permite entre seus habitantes o mútuo reconhecimento e a familiaridade, ainda que não hajam, necessariamente, relações de amizade. Ressaltamos também que, em termos de renda e trabalho, não observamos, em âmbito geral, desníveis tão discrepantes entre *moradores, produtores e empregados*, o que pode favorecer as inter-relações entre os habitantes locais, independente de seu “grupo” social. Ainda que alguns agricultores tenham obtido condições econômicas que os tenham feito patrões, tal fato não os dispensou do trabalho à terra junto aos seus empregados, o que acaba por os aproximar em escala pessoal.

⁷¹ Sinteticamente, Souza (2013, p. 152) define “bairro” a partir de três pontos de análise. Seu “conteúdo composicional” concerne às características objetivas relativas à composição da classe (social) que o habita, às atividades econômicas que o caracterizam e ainda às especificidades de sua morfologia espacial. Seu “conteúdo interacional” relaciona-se, por sua vez, às relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos presentes em seu âmbito. Essas relações interpessoais definem, segundo esse autor, as centralidades da “vida de bairro”, a qual é fortemente determinada pela existência de subcentros de comércio que atuam como polos de atração populacional, possibilitando o contato entre os indivíduos locais (SOUZA, 2013, p. 153). Por último, o bairro possui um “conteúdo simbólico”, que concerne à construção de uma imagem de um subespaço intraurbano concebida como um espaço percebido e vivido, e não meramente como algum recorte ao qual se chega com base em critérios objetivos (SOUZA, 2013, p. 153).

“Aqui todo mundo conhece todo mundo, se não é amigo é pelo menos conhecido. De vez em quando aparece alguém novo por aqui, mas logo logo o povo arruma um jeito de entrosar o cara. [...] Entre nós aqui nos conhecemos, mas muito do pessoal do Park Way que vem comprar aqui no comércio a gente não sabe quem é.” (Entrevistado 8 – Morador da Vargem Bonita. Abril de 2014)

“Aqui todo mundo frequenta os mesmo lugares, a peãozada vai para os botecos depois do trabalho para beber e dançar. De vez em quando eu dou uma escapadinha aqui de casa e vou lá também.” (Entrevistado 7 – Produtor Rural da Vargem Bonita. Abril de 2014).

Independente da motivação, o cotidiano das relações interpessoais na Vargem Bonita é pautado por relações de maior proximidade e pelo reconhecimento “face a face” entre seus habitantes. Os bares locais constituem-se, portanto, nos locais de encontro e de lazer dos trabalhadores ao final do dia de trabalho e aos fins de semana. A Capela do Divino Espírito Santo e os templos evangélicos, nos locais de exercício da religiosidade e também de encontro. O Centro de Ensino Vargem Bonita converge, por meio das atividades educativas, os filhos dos habitantes locais, que tecem relações que, comumente, duram para o resto da vida, como nos foi relatado. Nas ruas da Agrovila é comum encontrar crianças brincando e indivíduos conversando uns com os outros. Já nas mercearias, os vendedores atendem as pessoas chamando pelo nome.

O cotidiano do lazer e do ócio dos habitantes locais tem forte expressão nos bares da Vargem Bonita. Contudo, entre os japoneses, a Associação Nipo-Brasileira consiste em uma importante instituição comunitária promotora de festas típicas – a mais famosa é a Festa Japonina, reuniões, jogos e atividades esportivas. Quase todos os domingos, a Associação organiza almoços e atividades lúdicas, como danças e o famoso concurso de “karaokê”, o que acaba por promover, concomitantemente, o lazer e as relações interpessoais na escala local. O campo de futebol, localizado na expansão da Agrovila é também, aos fins de semana, um importante ponto de convergência social e de realização do ócio entre os habitantes locais, especialmente entre os *empregados*.



Figura 46: abaixo do arvoredo, concentram-se vários pequenos bares da Vargem Bonita, apontados como importantes locais de socialização. Fonte: acervo do autor (Abril/2016).

Sinteticamente, podemos observar na Vargem Bonita, por seu caráter de vizinhança, uma associação direta entre as relações interpessoais e os momentos de ócio, tendo em vista que, nos momentos de lazer, a reunião entre os sujeitos locais assume um papel quase que necessária. Observamos ainda que, raramente as relações interpessoais e o cotidiano do ócio e do lazer escapam à escala local, estendendo-se ao Núcleo Bandeirante ou a outros locais da cidade apenas em caráter esporádico, o que reforça a vizinhança do NHVB.



Figura 47: pequeno bar localizado ao final da Rua 2 da Área Agrícola, também apontado como um importante local de socialização na Vargem Bonita.. Fonte: acervo do autor (Abril/2016).

Pelo caráter de vizinhança observado na Vargem Bonita, o consumo, como elemento da vida cotidiana dos habitantes locais, tende a se circunscrever à própria localidade. Os produtos de primeira necessidade são facilmente obtidos, a custos razoáveis, nas mercearias e no verdurão local. Do mesmo modo, os serviços relacionados à saúde e à educação são ofertados no próprio Núcleo, evitando, destarte, a necessidade de realizar grandes deslocamentos. Podemos depreender desse contexto que, dada a grande fidedignidade da Vargem Bonita à concepção da Unidade Socioeconômica Rural (USER), há uma certa promoção da fixação da população próximo ao seu local de trabalho e moradia, tendo em vista que suas demandas cotidianas relacionadas ao consumo e aos serviços são relativamente atendidas no âmbito local.

“Eu compro minhas coisas mais por aqui mesmo, a mercearia da japonesa tem tudo. Só de vez em quando eu vou lá no Bandeirante comprar carne. Essas outras coisas de roupa e coisa pra casa eu compro lá também, é mais barato e aqui não tem.” (Entrevistado 9 – Morador da Vargem Bonita. Julho de 2015.)

Sendo assim, o deslocamento para o consumo ganha o caráter de excepcionalidade, como uma fuga à rotina. Nem mesmo assim, assume grandes dimensões em termos de espacialidade e volume, tendo em conta que os baixos níveis de renda locais, associados às dificuldades concernentes ao transporte público, limitam o alcance do consumo da maioria dos habitantes locais. Desse modo, o Núcleo Bandeirante assume uma centralidade esporádica no cotidiano dos habitantes da Vargem Bonita, tanto pela sua proximidade quanto pela grande oferta de produtos e serviços no comércio dessa cidade, conforme também observou Dourado (2015). O que foge à trivialidade do consumo diário realiza-se no Núcleo Bandeirante, raramente alçando as fronteiras da área central de Brasília.

Cabe salientar que a dimensão do comércio e do consumo locais encontra-se dividida em dois setores, como já mencionamos. Há um comércio que cresceu ou surgiu em função da demanda da população do Park Way. Mais organizado e de melhor nível, oferece maior sorte de produtos com maior qualidade e, conseqüentemente, fora dos padrões do consumo da maioria dos habitantes da Vargem Bonita. Entre os moradores e os produtores rurais de baixa renda, a frequência a essas casas comerciais é limitada, restringindo-se à obtenção de produtos não oferecidos nas outras casas comerciais, como produtos de padaria, por exemplo. Por outro lado, há duas pequenas mercearias e alguns pequenos salões e vendas que oferecem produtos mais baratos e, conseqüentemente, de padrão inferior. Esse é o comércio que atende a maioria dos habitantes locais, onde ainda prevalece a “venda fiada” e a “conta” fechada ao final do mês, onde os clientes são tratados pelo nome. Nesses, a variedade de produtos é baixa e ainda não aceita-se cartão de crédito como no primeiro, algo desnecessário, como afirmou-nos uma proprietária de uma das mercearias.

“O pessoal que vem aqui é o da Vargem mesmo, o povo do Park Way nem sabe que isso aqui existe. [...] Eles comprar aqui de pouquinho, quando falta alguma coisa em casa, vêm aqui comprar. O pessoal mais chegado tem conta comigo e acerta tudo do fim do mês. [...] Ninguém aqui paga no

cartão não, eles recebem tudo em dinheiro e pagam tudo em dinheiro também. (Entrevistada 10 – Moradora e comerciante da Vargem Bonita.)



Figura 48: mercearia da entrevistada 10, a qual afirma que seu estabelecimento é praticamente frequentado apenas pelos habitantes locais da Vargem Bonita. Fonte: acervo do autor (Abril/2016)

Por dinâmica interna, não cresce a demanda e o consumo na Vargem Bonita. Como já mencionamos, é o mercado consumidor do Park Way que dinamiza o comércio da Vargem Bonita em âmbito geral, invadindo a vizinhança e gerando uma sensação de estranheza entre habitantes e “forasteiros”.

“Vinte anos atrás isso aqui era um silêncio que só. Não tinha essa ‘carraçada’ rodando por aqui o dia inteiro. Agora tem dia que dá até engarrafamento na frente da padaria. E lá as coisas estão cada vez mais caras. Foi o só o povo do Park Way descobrir isso aqui que a dona começou a meter a mão.” (Entrevistado 8 – Morador da Vargem Bonita. Abril de 2014)

Dada a pequena extensão territorial da Vargem Bonita, associada aos menores níveis de renda da maior parte da população e ainda à pouca necessidade

que encontram os habitantes de se deslocarem grandes distâncias diariamente para os lugares de trabalho, ócio, lazer e consumo, os deslocamentos na escala local assumem características específicas. A bicicleta emerge, nesse quadro, como o principal meio de transporte local, sendo utilizada, inclusive, para os deslocamentos mais distantes, ao Núcleo Bandeirante, com cerca de 8 quilômetros de trajeto. As idas à mercearia, à escola, aos locais de encontro e aos locais de trabalho se fazem, rotineiramente, sobre a bicicleta, meio barato e eficiente de transporte para curtas distâncias. Todos os habitantes que entrevistamos, independente de seu nível de renda ou atividade laboral que desempenha, alegaram utilizar bicicleta com grande frequência em seu dia-a-dia.

“Aqui o povo já nasce montado no lombo da bicicleta. Usa ela pra ir pra escola, pro trabalho, pra mercearia, pra padaria. Eu mesmo tenho 3 bicicletas, uma pra andar aqui por perto, outra pra comprar as coisas e outra, de marcha, pra ir no Bandeirante, que é mais longe.” (Entrevistado 11 – Morador da Vargem Bonita. Julho de 2015.)

Os grandes deslocamentos, realizados por meio de automóveis, assumem, portanto, caráter ocasional à maioria dos habitantes da Vargem Bonita, circunscrevendo-se ao cotidiano dos *moradores* cujas atividades laborais não são realizadas no âmbito do Núcleo e ainda de parte dos *produtores rurais* que comercializam seus produtos na CEASA. Esses, quase que diariamente, preparam seus caminhões no dia anterior e saem, antes das 5 horas da manhã, para conseguir um bom ponto de venda nas “pedras”. Aqueles que não dispõem de veículos próprios, ou entregam sua produção aos atravessadores ou alugam caminhões de seus vizinhos agricultores, como também observou Dourado (2015).

“A rotina aqui é dura, tem que acordar cedo para pegar um lugar bom lá nas pedras. Preparo o caminhão com os peões um dia antes e, quando dá umas 4 horas da manhã, já estou saindo para lá. Tenho que fazer isso quase que todo dia. Tem que vender pra ganhar dinheiro, né?” (Entrevistado 7 – Produtor Rural da Vargem Bonita. Abril de 2014.)

4.4. UM PARALELO SOBRE OS FRAGMENTOS DA VIDA COTIDIANA NO LAGO OESTE E NA VARGEM BONITA

No capítulo anterior, vimos como o Lago Oeste e a Vargem Bonita, apesar de conceberem-se como Núcleos Rurais, originaram-se e desenvolveram-se a partir de processos distintos, o que resultou na formação de subúrbios – Zonas Híbridas – com características específicas. O breve olhar que lançamos, nessa etapa, sobre alguns fragmentos da vida cotidiana dos habitantes dos dois Núcleos, salienta ainda mais as diferenças e algumas semelhanças entre ambos. De antemão, podemos observar que, dadas suas dinâmicas particulares, configura-se na Vargem Bonita um ambiente de maior introversão sócioespacial, com a construção de uma unidade de vizinhança, se considerarmos que as relações de trabalho, lazer, consumo e as interpessoais tendem a se realizar em âmbito local. Podemos dizer que, nesse Núcleo, o cotidiano dos habitantes ali se sedia e se fixa, ao passo que os deslocamentos para seu exterior distante assumem o caráter de excepcionalidade para a maioria. Até para aqueles cuja dimensão do trabalho não se circunscreve ao Núcleo, encontram-se ali seus amigos, sua vizinhança, seus lugares de encontro e de ócio; para esses a Vargem Bonita não é apenas um bairro dormitório.

Por outro lado, no Lago Oeste, observamos sua constituição atual como *locus* de um dos compartimentos do cotidiano de seus habitantes, restrito, para a maioria, à escala do habitat, da casa. Institui-se, nesse caso, a fragmentação da vida cotidiana, em concomitância à fragmentação do tecido urbano, resultado da extrema especialização funcional de suas partes, imposição do modo tecnificado e setorizador que balizou o planejamento urbano de Brasília. Assim, as perspectivas da cooperação e da simultaneidade urbanas, como preconizam Mumford (1998) e Lefebvre (1991a) em suas obras, perderam espaço, no Lago Oeste, para a formação de uma área eminentemente residencial (ou dormitório) na qual as dimensões cotidianas do trabalho, das relações interpessoais, do lazer e do consumo não se concatenam no mesmo lugar. Destarte, os deslocamentos diários, realizados por meio de automóveis particulares, impõem-se aos *moradores* desse Núcleo como uma necessidade primária, conectando seus lugares (distantes) e fragmentados do cotidiano. A escala da rua, dos pontos de encontro e da unidade de vizinhança não existem, no Lago Oeste, para a maioria de seus *moradores*, realizando-se apenas para uma pequena minoria que, talvez por carência, tenha baixa capacidade ou

pouca necessidade de realizar deslocamentos, o que os obriga a modular seu cotidiano de acordo com as possibilidades locais.

No que concerne então à vinculação cotidiana desses dois subúrbios às áreas centrais de Brasília, observamos que a Vargem Bonita mantém relações economicamente funcionais com o centro, constituindo-se como importante polo fornecedor de gêneros de horta para os mercados urbanos. Estabeleceu-se nesse Núcleo, como já afirmamos, o que temos de mais próximo à concepção da Unidade Socioeconômica Rural, segundo o Sistema de Abastecimento de Brasília: um polo de produção agrícola que cria condições de infraestrutura e serviços que visa fixar sua população próximo ao local de trabalho, reduzindo a necessidade de realizar deslocamentos ao centro da cidade (ALBUQUERQUE, 1958). Ainda que, por fatores externos, a população da Vargem Bonita não se dedique integralmente à agricultura, as estruturas da Agrovila favorecem a introversão do cotidiano dos habitantes à escala local, favorecendo a unidade e a simultaneidade da vida cotidiana.

Por sua vez, a vinculação cotidiana do Lago Oeste às áreas centrais de Brasília mostra-se de maneira dualizada. Por um lado, o Núcleo ainda estabelece relações economicamente funcionais com o centro pois, mesmo que de modo residual, ainda é um polo fornecedor de gêneros agrícolas aos mercados urbanos. Entretanto, à medida que avança o processo de regularização fundiária de suas terras, o NRLO reitera-se, cada vez mais, como um setor residencial suburbano, caracterizado por seus valores de amenidades “naturais” e ainda pela baixa densidade populacional. Nesse aspecto, o Lago Oeste reafirma sua relação com as áreas centrais de Brasília ao constituir-se, a partir da escala de seus moradores, como um mero setor urbano, onde a simultaneidade cede espaço para a fragmentação do tecido urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos buscarmos uma compreensão possível da dinâmica do território nos subúrbios de Brasília, com enfoque no Núcleo Rural Lago Oeste e no Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, emergiram do processo de pesquisa diversas questões que nos suscitaram a compreender, primeiramente, o panorama geral sobre o qual se deu a expansão da Capital e, conseqüentemente, de usos urbanos sobre áreas originalmente agrícolas do Distrito Federal e dos municípios vizinhos, atualmente englobados no quadro metropolitano da cidade. Entendemos, desse modo, que as transformações concernentes aos usos territoriais nesses Núcleos Rurais inserem-se em um processo maior de urbanização, o qual se dá na escala da Brasília metropolitana.

O tecido urbano da Nova Capital consolidou-se e ainda se reproduz a partir de uma lógica segregacionista na qual a seletividade sócioespacial é reiterada pelos agentes hegemônicos edificadores do território, redundando em uma expansão urbana cuja principal característica é a fragmentação articulada do território em centro, subúrbios e periferias, configurando uma morfologia urbana dispersa e polinucleada, conforme apontam Paviani (1985, 1989, 2010) e Ferreira (1985, 2010), dentre outros autores. A fragmentação da metrópole brasiliense é, nesse contexto, fruto da manipulação do comércio de terras pelo Estado e incorporadores imobiliários, cujas ações promovem a sobrevalorização fundiária no Plano Piloto e adjacências, o que impulsiona a maior parte da população a zonas mais longínquas, onde suas distintas capacidades financeiras encontram locais onde é possível habitar na metrópole segregatória. Destarte, organiza-se o território urbano de forma estratificada, no qual a população é diferencialmente alocada em setores compatíveis com o seu nível de renda.

Nesse quadro de fragmentação seletiva do território, a distribuição das oportunidades de trabalho, dos serviços e dos equipamentos de consumo coletivo não acompanham a expansão do tecido urbano da Capital, reiterando a dependência funcional que as periferias e subúrbios mantêm em relação à sua Zona Homogênea Favorecedora da Articulação Fragmentada do Território, o Plano Piloto. Reduzem-se então, a grande maioria das cidades-satélites e os subúrbios de Brasília à mera condição de núcleos dormitórios, como assevera Paviani (1989), conformando-se, dessa maneira, como locais onde compartimentam-se os cotidianos de seus habitantes. Compreendemos, portanto, que, se há uma fragmentação do tecido urbano em escala macro, na escala micro há uma

reverberação direta dessa realidade, perceptível por meio da rotina que estabelecem os habitantes dos subúrbios e periferias, cuja principal demanda é o deslocamento diário entre o local de moradia e os locais de trabalho, lazer e consumo. Ressaltamos, assim, que a metropolização de Brasília calca-se sob uma divisão territorial das funções urbanas, sendo que a setorização dessas funções se deu de modo proposital e planejado pelo Estado.

Apesar da atuação desse agente hegemônico, cujo planejamento territorial se dá em coadunância aos interesses do mercado de terras, entendemos que também opera na conformação do tecido urbano brasiliense a demanda populacional por habitações, que Medeiros e Campos (2010) denominam de “lógica da necessidade”. Dado o grande incremento populacional da Capital, é notável que a dinâmica de seu território seja balizada por uma grande pressão sobre o setor da habitação, fato que reforçou a expansão horizontalizada e dispersa da cidade, sob os auspícios de lógica segregatória imposta ao território pelo Estado (PAVIANI, 1985). Nesse contexto, criaram-se condições para que a expansão de Brasília se desse à revelia de ações planejadas, tendo em vista que a lógica territorial do Estado não atendia às necessidades por habitação da maioria da população. Assim, Ferreira e Paviani (1972) observam que, desde a década de 1970, espalham-se por todo o Distrito Federal as favelas e os loteamentos clandestinos em áreas de preservação ambiental e também em áreas originalmente destinadas à agricultura – as Colônias Agrícolas e os Núcleos Rurais de Brasília.

Em outras palavras, entendemos que a seletividade territorial imposta pelo Estado e incorporadores imobiliários criou condições para que a dispersão de parcelamentos irregulares de terras – principalmente as rurais – se constituísse como uma das principais formas de acesso à casa própria no DF. Emerge, nesse contexto, a questão dos “condomínios”, termo que surgiu para designar loteamentos clandestinos resultantes da subdivisão de glebas rurais para o abrigo de residências tipicamente urbanas, dado o uso do território por indivíduos cuja vinculação laboral se dá com o centro da cidade (MOURA, 2010, p. 282). Conforme aponta essa mesma autora, em concordância com Jatobá (2010) e Paviani (2010), constituem-se os condomínios e loteamentos clandestinos como cernes da dinâmica territorial do DF, marcada por uma expansão rápida, dispersa, fragmentária e desordenada.

Considerando que a origem desses condomínios e loteamentos se dá a partir da dissolução, muitas vezes parcial, de terras originalmente agrícolas, vem à tona os

conflitos e questões relativas aos usos e ocupações do território, suas vicissitudes e transformações ao longo do tempo, dado seu caráter dinâmico e processual. Emergem portanto, questões relacionadas à relação campo-cidade e, conseqüentemente, à formação de Zonas Híbridas no território – os subúrbios – onde, a partir da expansão do tecido urbano de Brasília, entram em concomitância usos e morfologias sócioespaciais relativas ao rural e ao urbano. O planejado e o concebido sobre o território entram, em nossa análise, como foco principal das atenções, tendo em vista que a construção do território da Capital é resultado do jogo de forças entre os agentes hegemônicos – o Estado e os incorporadores imobiliários – e a população, impulsionada por sua demanda residencial (lógica da necessidade). Das (des)articulações entre esses agentes configura-se o tecido urbano de Brasília, dentro do qual entendemos que uma maior atenção aos seus subúrbios pode representar uma possibilidade metodológica fortuita à compreensão de suas dinâmicas.

Com o intuito de buscar uma compreensão mais ampla da dinâmica territorial das áreas rurais de Brasília, iniciamos o Capítulo 2 com breves apontamentos históricos sobre as transformações pelas quais passaram o campo e suas relações com as formações urbanas na região pretérita do Distrito Federal. A importância desse procedimento se faz em respeito ao caráter histórico e processual do espaço geográfico, sempre passível de grandes transformações quanto à sua forma de apropriação e edificação sem que, necessariamente, usos morfologias pretéritas sejam apagadas pelo tempo presente (SANTOS, 2008). Sendo assim, o objetivo nessa parte era contextualizar o quadro geral sobre o qual assentou-se, de forma planejada a Capital e suas áreas de produção agrícola, os Núcleos Rurais e as Colônias Agrícolas.

Independente do momento histórico, uma constante observada na questão fundiária das terras que viriam a sediar o Distrito Federal é a irregularidade de suas posses ou propriedades, fato que perpassou tanto o período das Concessões Sesmarias (séc. XVIII) quanto o Registro Paroquial (séc. XIX), chegando ao século XX em situação não muito distinta. Deparou-se, portanto, Brasília com um quadro econômico, social e fundiário já há pelo menos dois séculos edificado, o que desmistifica a ideologia “pioneira” de que a capital ergueu-se sobre terras vazias, como apregoavam seus construtores e entusiastas. Seja como for, juntamente com a Nova Capital, idealizou-se também um plano ou modelo para a organização do

campo no novo DF, tendo-se como referência a “*Introdução ao urbanismo regional. Sistema de abastecimento de Brasília*”, de Albuquerque, 1958. De acordo com esse plano, o campo do Distrito Federal organizar-se-ia a partir da demanda alimentar de Brasília, desempenhando, portanto, sua função de abastecimento alimentar, tornando-se uma estrutura tributária da cidade. Importante era também, no dado contexto, a função territorial desempenhada pelas ocupações rurais-agrícolas, cuja organização também atendeu à demanda do Estado de colonizar as terras recém desapropriadas, ocupando-as para garantir sua posse sem, contudo, abrir mão de sua propriedade. Alçaram grande importância, atendendo a esses dois propósitos, os Núcleos Rurais, os quais, por concepção, constituíram-se em polos de produção alimentar cuja população recebia condições de se fixar à terra a partir do atendimento de suas demandas cotidianas pela Unidade Socioeconômica Rural (a Agrovila). De maneira muito semelhante aos Núcleos Coloniais estabelecidos em São Paulo no século XIX, como analisam Martins (1992), Ferlini e Fillipini (1993), estabeleceram-se os Núcleos Rurais do Distrito Federal como “subúrbios agrícolas” de Brasília, atendendo às suas funções econômicas e territoriais, ao mesmo tempo em que constituíam-se em núcleos de povoamento tipicamente suburbanos, tendo em vista sua situação e funções espaciais, assim como o fato de o cotidiano dos moradores locais possuir grande vinculação à cidade.

A partir desse resgate histórico, pudemos perceber que o quadro fundiário pretérito ao Distrito Federal não foi completamente superado pela política de desapropriação de terras levada à cabo pela NOVACAP com o intuito de conferir ao Estado um controle pleno sobre a organização do território. Diversas fazendas não foram, até os dias atuais, desapropriadas, em função principalmente da falta de registros e de demarcação de poligonais, o que impede sua aquisição pelo Estado. Destarte, essa herança fundiária, calcada na irregularidade, abriu precedentes principalmente nas áreas agrícolas do Distrito Federal à reprodução dos condomínios habitacionais e ainda à expansão dos Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas. Nesse ensejo, o caso do Lago Oeste é emblemático; originalmente Colônia Agrícola São João, a partir da década de 1980 a expansão de usos residenciais na região do Grande Colorado levou à incorporação dessa área agrícola ao processo, que intensificou-se com a extrapolação de seus limites, invadindo fazendas no momento ainda não desapropriadas pela União, como a Palma-

Rodeador, a Brocotó (ou Sítio do Mato) e a Buraco – as duas últimas até hoje não desapropriadas pela não demarcação de suas poligonais.

Observamos portanto que, nos últimos anos, direta ou indiretamente, os Núcleos Rurais tem sofrido transformações que, em maior ou menor escala – a depender do caso –, tem alterado tanto suas morfologias internas quanto seus usos territoriais. Tal realidade reverbera diretamente no estabelecimento de distintas vinculações funcionais com a zona central da cidade. Se antes comportavam as funções agrícola e colonizadora do território, atualmente agregam também a função residencial, constituindo-se em núcleos dormitórios das populações alijadas da possibilidade de habitar o Plano Piloto ou áreas adjacentes mais valorizadas – as ZOHOFA. Observamos, então, a constituição de Zonas Híbridas no tecido urbano de Brasília, formações que consideramos suburbanas dadas as suas características⁷², as quais melhor elucidamos em nosso Capítulo 1.

Nesse contexto, o Núcleo Rural Lago Oeste tem reafirmado-se cada vez mais como um fragmento do tecido urbano de Brasília, um subúrbio no qual o uso agrícola original tem cedido espaço à apropriação urbano-residencial do território, processo no qual a dimensão estético simbólica do campo, associada à possibilidade de construção de patrimônios particulares, tem regido suas transformações. Apropria-se a classe média de seu território, tornando-o um subúrbio eminentemente dormitório, fragmento da cidade e fragmento do cotidiano da maioria de seus moradores, cujos compartimentos da vida são conectados por meio da necessidade imprescindível de deslocar-se por meio de automóveis particulares.

Na Vargem Bonita, por sua vez, ainda resiste a dimensão rural-agrícola do território e, de modo menos proeminente, o rural agrário, ambos ainda preponderantes sobre a cooptação urbana dos territórios rurais. Atribuímos à maior fidedignidade à concepção da Unidade Socioeconômica Rural, com maior controle do Poder Público sobre as terras locais, a permanência desses caracteres na Vargem Bonita. Contudo, nos últimos anos, observamos que, em função de uma dinâmica de crescimento populacional nas áreas adjacentes ao Núcleo, expande-se sobre suas terras, ainda timidamente, usos e ocupações urbanas, realizados por uma crescente

⁷² A situação espacial, o processo de formação, a função territorial, a densidade de ocupação, a hibridez espacial e a sua representatividade na fragmentação do tecido urbano de Brasília foram tomados como pontos definidores dos subúrbios ao longo da nossa análise.

população que não mais vê e vive a terra como meio de produção e de trabalho. Pode reforçar esse processo – e não é possível saber em que medida – a regularização fundiária que, se realizada nesse Núcleo, poderá abrir portas para a constituição de novas morfologias espaciais em âmbito local: formar-se-á ali uma periferia ou uma expansão do Park Way? Apesar dessas observações, sobrevive na Vargem Bonita a vizinhança, a noção de bairro, dimensões da vida cotidiana que empregam uma unidade local que, no Lago Oeste, é algo que se perdeu. Recordamos, nesse contexto, sobre o que afirma Costa (2011): “[...] apesar do zoneamento e com o zoneamento, novas centralidades emergem como resistência ou busca de soluções à fragmentação que redundam no distanciamento das áreas centrais urbanas”. Assim, o comércio local, os bares e demais pontos de encontro da Vargem Bonita reiteram-se como locais que desempenham certa centralidade na escala do bairro, promovendo a convergência social de seus habitantes. Até que ponto isso pode favorecer sua permanência tal como ela se encontra atualmente?

Dado que este trabalho situa-se sobre a análise de uma realidade que encontra-se em um movimento talvez sem retorno, lançamos, a seguinte questão que, já na década de 1960, Mumford indicava uma resposta ao vislumbrar o caso estadunidense: será o subúrbio um estágio transitório da conversão das terras rurais em terras urbanas? Será ele uma reminiscência territorial ou uma resistência? Para nossa realidade, indagamos: o que será desses e de outros subúrbios de Brasília – aqueles concebidos como Núcleos Rurais? Restarão como reminiscências, resistências ou sucumbirão à expansão especulativa, fragmentária e fragmentada do tecido urbano de Brasília?

Como *perspectiva complementar* à análise da dinâmica territorial nos subúrbios de Brasília, realizamos entrevistas com habitantes locais da Vargem Bonita e do Lago Oeste com o intuito de enriquecer, a partir de fragmentos de seus cotidianos, a análise sobre a questão dos subúrbios do Distrito Federal. Destarte, compreendemos que, se há uma dinâmica maior sobre o tecido urbano que redundam na transformação dos Núcleos Rurais em Zonas Híbridas ou subúrbios, é possível observá-la a partir de fragmentos do cotidiano dos habitantes locais, aqueles que de fato vivem as consequências da consolidação polinucleada da Brasília metropolitana. Salientamos que, nessa etapa da pesquisa, não constituiu-se nosso foco uma visão profunda sobre o cotidiano dos habitantes do Lago Oeste e da Vargem Bonita. Apenas isso poderia resultar em um trabalho mais extenso do que

este que apresentamos, talvez tarefa a um antropólogo ou sociólogo. Trouxemos, portanto, apenas fragmentos dessas vidas cotidianas que, por suas características específicas, tem o potencial de revelar, sobre uma ótica mais intimista, um processo que à princípio abordamos em escala maior: *os reflexos da metropolização de Brasília sobre seus subúrbios com a formação de Zonas Híbridas no tecido urbano*.

Vislumbrando as possibilidades analíticas e a complexidade do quadro sobre o qual nos debruçamos, reconhecemos que, por tratar-se de um trabalho que busca uma compreensão sobre realidades em movimento, corremos o risco da defasagem analítica; ou seja, de ter realizado um trabalho sobre territórios cujas morfologias atuais já se diferem daquilo que observamos há um ou dois anos, momento em que realizamos os primeiros trabalhos de campo.

Ademais, mostrou-se como principais dificuldades acerca da elaboração desta pesquisa, inicialmente, a busca por referências bibliográficas que nos dessem suporte teórico-metodológico. Trouxemos referências estrangeiras e sabemos exatamente o risco que corremos com isso; contudo, ao buscarmos inspiração nas metodologias de análise do tecido urbano de Lefebvre, Mumford e Martins, dentre outros, tomamos a cautela de buscar universalidades em suas obras e, a partir dessa identificação, contextualizar esses olhares no âmbito específico do Distrito Federal, reconhecendo suas singularidades em meio às universalidades do espaço geográfico. Nesse momento, as referências de geógrafos brasilienses nos foram extremamente salutares.

Já tratando sobre a dimensão prática da pesquisa, ao nos chocarmos com dinâmicas territoriais que se dão a partir de práticas clandestinas – os parcelamentos de glebas rurais e usos irregulares do território – muitas barreiras nos foram colocadas entre as observações e as constatações que fizemos. Muitas foram as informações equivocadas que nos passaram diversos informantes, bem como muitas outras foram ocultadas. Frequentemente, os habitantes do Lago Oeste e da Vargem Bonita cortavam os diálogos que estabelecíamos, desconfiados de nossa ânsia por informações. Muitos, inclusive, acreditavam que éramos funcionários do governo.

A análise dos instrumentos de normatização e gestão do território também mostrou-se de complicada execução. Há, no caso do Distrito Federal, muitos Decretos e Leis que se sobrepõem, o que dificulta a compreensão sobre qual de fato está valendo. A falta de fontes documentais e cartográficas, bem como a dificuldade

ou a impossibilidade de acessar documentos junto aos agentes responsáveis pela edificação normativa do território foi também notável.

Por fim, entendemos que, dentro do debate já consolidado sobre a urbanização de Brasília, o qual tivemos a singela oportunidade de sintetizar em nossa introdução, nosso trabalho particulariza-se entre aqueles que conferem maior atenção aos reflexos desse processo diretamente sobre as áreas rurais do Distrito Federal. Trouxemos, portanto, a perspectiva dos subúrbios e das Zonas Híbridas como possibilidades analíticas de nos aproximar e categorizar morfologias sócioespaciais dentro do tecido urbano brasiliense, reconhecendo que, toda e qualquer proposta, possui qualidades positivas e negativas, podendo revelar e ocultar realidades conforme sua amplitude e também conforme a habilidade do pesquisador.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo (Texto para discussão N° 702). *In: Distribuição espacial da população brasileira: concentração versus desconcentração*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000.

ALBUQUERQUE, L. G. *Introdução ao urbanismo regional. Sistema de abastecimento de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958.

ANJOS, R. S. A. *Dinâmica territorial: cartografia – monitoramento – modelagem*. Brasília: Mapas, 2008. 124p.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO LAGO OESTE. *Estatuto*. Brasília, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO LAGO OESTE. Informativo ASPROESTE. Brasília, 2013 à 2015.

BERTRAN, P. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978. 160p.

_____. Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília: Codeplan, 1988. 148p.

_____. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 615p.

BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7 ed. Florianópolis: UFSC, 2011. 320p.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 44^a ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. Lei no 2.874, de 19 Setembro de 1956.

_____. Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964.

_____. Lei no 5.861, de 12 de Dezembro de 1972.

BRUNO, R. A. L. de. *As condições sociais da agricultura no Distrito Federal* (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Sociais, 1976.

CARNEIRO, M. J. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José. *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 320p.

_____. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. (et al). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012a. 272p.

_____; TEIXEIRA, V. L. De terra de plantação à terra de lazer. . In: CARNEIRO, M. J. (et al). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012b. 272p.

CARPINTERO, A. C. Breve história da transferência da capital para o Centro-Oeste. In: *Revista Brasília em debate*, nº 4. Brasília: CODEPLAN, 2013.

COSTA, E. B. Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologias. *XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 16p.

_____; PELUSO, M. L. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In: *XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, 2013.

_____; STEINKE, V. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. In: *Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, 2014.

COSTA, G. C. da. *As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011* (tese de doutorado). Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, 2011.

DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. Resenha do livro: LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178p. Tradução de Sérgio Martins. In: *Revista do Departamento de Geografia*, nº 14, Ano 2001. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes>>. Acesso em 07/11/2014.

DAVIS, K. *Cidades. A urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DOURADO, A. C. G. *A agricultura urbana do Distrito Federal: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano (dissertação de mestrado)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 183p.

FARRET, R. L. O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In: PAVIANI, A. (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora UnB, 1985.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. 324p.

FERLINI, V. L. A; FILLIPINI, E. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 13. Nº 25/26. São Paulo, 1993.

FERREIRA, I. C. B; PAVIANI, A. Commuting in the Brazilian Federal District. In: *Revista Geográfica*, v.77, 1972.

FERREIRA, I. C. B. O Processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora UnB, 1985.

_____. Do rural ao urbano na periferia do Distrito Federal. In: PAVIANI, A. (org). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: EdUnB, 1988. 256p.

_____. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

FORTES, P; BARROSO, E; SILVA, M. A; GUEDES, C. *Regularização fundiária em imóveis da União do Distrito Federal. Parte 1: demarcação de imóveis*. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5233-5240.

FRABETTI, G. L. *A metropolização vista do subúrbio: metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. 349p.

GALBINSKI, J. Competição espacial em Brasília. In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: EdUnB, 1987. 256p.

GONZALES, S. F. N. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, A. (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora UnB, 1985.

_____. A gestão urbanística do espaço habitado: o objeto e o método no caso do Distrito Federal. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial*. Brasília, 2009.

_____. Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2007.

_____. Diário Oficial do Distrito Federal. Ano XLIII (Alterações no PDOT 2009). Suplemento ao n. 211. Brasília: 17 de outubro de 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: *Revista Nova Economia*, n. 7. Belo Horizonte, 1997.

HOWARD, E. *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996. 211p.

JATOBÁ, S. U. Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. In: *Economia Aplicada*, v.2, n.3. São Paulo, 1998.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: *Boletim Paulista de Geografia*, Seção São Paulo, no 84. São Paulo: AGB, 2006.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202p.

LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978. 268p.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991b. 217p.

MARAFON, G. J. O espaço rural em transformação: as novas relações campo-cidade no Estado do Rio de Janeiro. *In: Anais do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Porto de Galinhas, 2010.

_____. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. *In: Campo-Território: revista de geografia agrária*. Edição especial do XXI ENGA. Uberlândia, 2014.

MARTINS, J. S. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec, 1992. 363p.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida rural. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, Outubro de 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/174>>. Acesso em 15/12/2014.

MEDEIROS, A. E; CAMPOS, N. L. O. Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. *In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

MIRAGAYA, J. F. G. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. *In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *In: MOREIRA, R. J. (org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 316p.

_____. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. 329p.

MOURA, C. P. de. “Condomínios” no DF: clubes, favelas ou cidades? In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

OTTONI, D. A. B. Cidade-Jardim: formação e percurso de uma ideia. In: HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996. 101p.

PACHECO, A. M. *Primórdios de Brasília*, 1984.

PAVIANI, A (org). A metrópole terciária. In: PAVIANI, A. *Brasília, ideologia e realidade*. Brasília: Editora UnB, 1985.

_____. (org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora UnB, 1988. 256p.

_____. *Brasília, a metrópole em crise. Ensaio sobre a urbanização*. Coleção Brasília. Brasília: Editora UnB, 1989. 113p.

_____. (org). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996. 250p.

_____. *Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências*. In: Revista Espaço e Geografia, v.10, n. 1. Brasília: Departamento de Geografia, 2007.

_____. A metrópole terciária: evolução urbana sócioespacial. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. 490p.

PELUSO, M. L. O. Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia. In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: EdUnB, 1988. 256p.

_____; CANDIDO, W. *Distrito Federal. Paisagem, população & poder*. São Paulo: Harbra, 2006. 121p.

PESSÔA, V. L. S; RAMIRES, J. C. L. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, G. J. (et al). *Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. 542p.

RUA, J. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. 329p.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*, 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. 288p.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI (17ª ed.). Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007. 552p.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO, F. (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: Contribuições ao debate*. Brasília: CEAM/UnB, 2005. p. 23-42.

SILVA, J. M; MENDES, E. P. P. Abordagem qualitativa em Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J. (et al). *Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. 542p.

SILVA, E. *História de Brasília. Um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Senado Federal, 1985. 400p.

SMITH, S. Geografia Urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (orgs.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 248-268.

SOTRATTI, M. A; MARAFON, G. J. A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades. In: MARAFON, G.

J. (et al). *Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. 542p.

SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

SPOSITO, M. da E. B.. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. da E. B.; WHITACKER, A. M. (orgs.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*, 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 248p.

TAVARES, J. *Brasília Agrícola: sua história*. Brasília: Santa Clara, 1995. 93p.

TRICART, J. *O campo na dialética da geografia*. In: Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, no 19. São Paulo: DG-USP, 2006.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012. 342p.

ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome:

Profissão:

Local de trabalho:

Mora há quantos anos:

- 1) Me fale um pouco sobre sua vinda ao Lago Oeste/Vargem Bonita. Como foi? O quê o motivou?
- 2) Como é o seu dia-a-dia morando aqui? Me fale um pouco sobre o seu trabalho, sua família, sua rotina em geral.
- 3) (Produtor) Como funciona sua produção? Quantas pessoas emprega? Como comercializa seus produtos?
- 4) Com qual frequência você vai ao centro da cidade? O quê costuma ir fazer lá? Como você vai?
- 5) Imagina-se morando em outro lugar?
- 6) Onde moram seus amigos e familiares? Onde você costuma encontrá-los?